



CARACTERÍSTICAS DA PRODUÇÃO NO ASSENTAMENTO ITAMARATI – PONTA PORÃ - MS

JOÃO NILSON DA ROSA



CAPES

Atena Editora

Ano 2023

UFGD Universidade Federal da Grande Dourados





CARACTERÍSTICAS DA PRODUÇÃO NO ASSENTAMENTO ITAMARATI – PONTA PORÃ - MS

JOÃO NILSON DA ROSA



CAPES

Atena Editora

Ano 2023

UFGD
Universidade Federal
da Grande Dourados

João Nilson da Rosa

Características da produção no Assentamento Itamarati – Ponta Porã – MS

Coordenação Editorial: COLEÇÃO PPGG-UFGD

Prof. Dr. Charlei Aparecido da Silva

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia

Editora chefe
Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Editora executiva
Natalia Oliveira
Assistente editorial
Flávia Roberta Barão
Bibliotecária
Janaina Ramos
Projeto gráfico
Camila Alves de Cremo
Luiza Alves Batista
Imagens da capa
iStock
Edição de arte
Luiza Alves Batista

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

Características da produção no Assentamento Itamarati – Ponta Porã – MS

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: O autor
Autor: João Nilson da Rosa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R788 Rosa, João Nilson da
Características da produção no Assentamento Itamarati – Ponta Porã – MS / João Nilson da Rosa. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2023.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-258-0988-5
DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.885232803

1. Agricultura familiar – Ponta Porã/MS. I. Rosa, João Nilson da. II. Título.

CDD 338.1098171

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DO AUTOR

O autor desta obra: 1. Atesta não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao conteúdo publicado; 2. Declara que participou ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certifica que o texto publicado está completamente isento de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirma a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhece ter informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autoriza a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce,* ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

Coleção PPGG-UFGD

O trabalho de João Nilson Rosa é um prodígio!

E essa adjetivação, reparem bem, não é casualidade; não se refere a dispositivos laudatórios e eminentemente elogiosos para fins de escritas acadêmicas e em bom compasso com a lógica corporativa do ensino superior brasileiro.

Nada disso!

É que o autor, de fato, fez por onde! Como se bem conta nos múltiplos dizeres de peões e campeiros dos pampas gaúchos e de onde, não por menos, veio o escrevente dessa obra, Nilson "*tomou as rédeas e domou o bicho arredio*"; fez "*boa peleja*!".

Ousado, não se fez de rogado com um específico e já conflagrado campo do saber - *a Geografia* - e que, por lembrança, sequer é o seu; aliás, o Autor é mesmo um economista e se espantem, afeito e competente com bancos, transações financeiras, carteiras de crédito e estratégias comerciais. Deu espécie de guinada teórica em sua perspectiva intelectual e em definitivo, se reinventou.

Esse trabalho e que você tem em mãos é o resultado objetivo e de muito empenho da sua pesquisa de doutoramento e realizada a partir do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados sob a cuidadosa e criteriosa orientação da Profa. Dra. Lisandra Lamoso.

Pois sim...

João Nilson realiza detalhado estudo sobre o Assentamento Itamarati, empreendimento de Reforma Agrária dos mais importantes do Mato Grosso do Sul e mesmo do Brasil.

Para vaga ideia do que esse ansioso prefaciador está a contar, o "Itamarati" é a maior experiência de assentamentos rurais de todo o país. Com área de cerca de 57 mil hectares e situado na fronteiriça e conservadora cidade de Ponta Porã (324km da capital Campo Grande) e que conta com mais de dezessete mil camponeses vivendo, lutando e resistindo nesse específico território.

João Nilson Rosa, por quatro anos, adentrou nessa realidade, pesquisou, conviveu com produtores, ouviu suas demandas, detectou estruturas e logísticas, registrou histórias, dificuldades e inteligências sociais para, enfim, produzir esse precioso material analítico e orientador a fim de que, quem sabe e oxalá, se converta n'alguma real, concreta e benfazeja política de promoção da produção/

circulação/consumo de itens e artigos advindos de experiências de Reforma Agrária.

Os mais céticos e liberais não veem, não enxergam qualquer sentido nisso e que ficou notoriamente conhecido como “agricultura familiar”; bradam aos quatro ventos que esses ensaios produtivos são “lentos”, “miúdos” e sumamente “locais”, logo, de pouca ou nenhuma importância para os desafios e que regiões estados e grandes fronteiras enfrentam nessa globalização.

Na contracorrente dessa lógica e que privilegia destacadamente o dito “*agribusiness*” o mesmo “agronegócio”, Nilson analisa detidamente cadeias produtivas, possibilidades para o fazimento de arranjos produtivos locais, sugere redes de consumo; reativa o arriscado debate acerca do associativismo/cooperativismo, identifica gargalos organizativos, caminhos e vias para parcerias e por óbvio, revela históricos limites e indiferenças governamentais ante às reais questões da terra, do “viver na terra” e que lastimosamente marcam tão penosamente a vida do campesino brasileiro.

O curioso e bom dessa jornada é que João Nilson, em que pese seu histórico esquemático advindo de bancos, se surpreende e nos surpreende com um texto fácil, pedagógico, claro e, sobretudo, científico onde leigos, desavisados e neófitos, de fato, compreendem a importância do debate proposto e que sugere atividade, continuidade e viabilidade econômica para produtoras e produtores rurais de base familiar.

Particularmente, destaco outra fortuna do seu trabalho e que reside na sua capacidade de ser, digamos, um analista objetivamente sério e sem maiores passionalidades. O que quero dizer é que o Autor não “choraminga pitangas” sobre o vasto rosário de contradições e dificuldades e que os assentados têm de encarar cotidianamente.

Não mesmo...

Esse acervo descritivo, formal e em alguns instantes frio e técnico é mesmo uma tomada de posição favorável às capacidades intelectuais e de gestão dos próprios assentados. Nilson acredita no trabalhador rural e é como se dissesse que “*sim, há muita ciência, organização e possibilidade para a produção agrícola e familiar*” ou “*vocês conseguem!*”. Em outros modos e formas, o Autor os admite e os reconhece com muita seriedade, compromisso e respeito.

Enfim e sem maiores delongas, o estudo de João Nilson Rosa conta, para

além da organizada e sistematizada demonstração de estruturas e conjunturas e que impedem, que bloqueiam a profunda realização do experimento da Reforma Agrária em questão – o Assentamento Itamarati – explicita concomitante e principalmente, a luta diária destas brasileiras e brasileiros do campo no afã de existirem segundo seus valores, tradições e opções e em seus respectivos territórios de sentimento, expressão e vida.

Reafirmo... É um prodígio! Vale a leitura, *tchê*!

Prof. Dr. Angelo Cavalcante – Economista, professor da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Itumbiara.

DEDICATÓRIA

À família, em especial a minha esposa Izaura, alicerce de todos os momentos sem perder a esperança de que os projetos de vida renasçam na expectativa do sucesso no futuro.

“A clarividência é uma virtude que não se adquire pela intuição, mas sobretudo pelo estudo e tentar ver a partir do presente o que se projeta no futuro”.

Milton Santos

AGRADECIMENTOS

Neste momento, único, agradeço à Deus pela saúde e a oportunidade de conviver com a seleta equipe de docentes, discentes e servidores do valoroso Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados.

A vida exige que se tome decisões que, por vezes, tolhem outras demandas, sonhos e projetos em benefício de aprimorar o saber, ocasião para expressar a minha gratidão de forma muito especial as seguintes pessoas:

A minha esposa Izaura, aos filhos Denize e Rafael, ao genro Rafael Fraga e aos netos Gabriel e Emily no apoio a minha decisão em ampliar o conhecimento;

À Profa. Dra. Eliana Lamberti e ao Prof. Dr. Carlos Otavio Zamberlan, docentes da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, pela indicação ao PPGG da UFGD;

Aos docentes da UFGD, em especial, ao Dr. Adáuto de Oliveira Souza nas orientações e o encaminhamento para a adesão na linha de pesquisa Políticas Públicas, Dinâmicas Produtivas e da Natureza;

À Coordenadoria de Apoio a Pesquisa e Ensino Superior – CAPES, na concessão da bolsa de estudos, fundamental para a execução do projeto de pesquisa;

À PPGG/UFGD e a CAPES no financiamento da publicação dessa obra.

À Profa. Dra. Lisandra Pereira Lamoso, orientadora, a qual serei eternamente grato pela oportunidade de convívio e aprendizado.

Ao Alfredo Aguirre da Paixão componente do grupo da linha de pesquisa, Políticas Públicas, Dinâmicas Produtivas e da Natureza, pelo apoio na construção dos mapas que referenciam essa obra.

Enfim, a todos que de alguma forma contribuíram para que eu realizasse o sonho de cursar e concluir o curso de doutorado em Geografia, oportunidade ímpar para absorver o saber e, assim, dar sequência a multiplicação do conhecimento como docente e consultor empresarial, considerando que apropriar-se do conhecimento é um processo constante, racional e equilibrado como a exemplo do andar de bicicleta.

“A vida é como andar de bicicleta, para estar em equilíbrio tem de estar sempre em movimento.”

Albert Einstein

SUMÁRIO

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS

AAFI	Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Itamarati
AGRAER	Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural
AMAJU	Associação das Mulheres do assentamento Juncal
AMFI	Associação dos moradores da Fazenda Itamarati
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CCP	Central de Coleta de Produto
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CMN	Conselho Monetário Nacional
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
COOPAJU	Cooperativa dos Produtores do assentamento Juncal
COOPERAFI	Cooperativa dos Agricultores Familiares do Itamarati
COOPERAI	Cooperativa dos Produtores do assentamento Itamarati
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CUT I	Central Única dos Trabalhadores – Grupo de Assentados do Itamarati I
DAP	Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
EMATER	Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAF	Federação da Agricultura Familiar
FAFI	Funcionários Associados da Fazenda Itamarati
FETAGRI	Federação dos Trabalhadores em Agricultura
FUNRURAL	Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
IAGRO	Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
IES	Instituição de Ensino Superior
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITCP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCR	Manual de Crédito Rural do Banco Central do Brasil
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MS	Estado de Mato Grosso do Sul

MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra
SFN	Sistema Financeiro Nacional
PA	Projeto de Assentamento
PDA	Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PDAS	Projeto Descentralizado de Assentamento Sustentável
PEA	População Economicamente Ativa
PGPAF	Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar
PGPM	Política de Garantia de Preços Mínimos
PIB	Produto Interno Bruto
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNPB	Programa Nacional de Produção e uso do Biodiesel
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PRONATER	Instrumento orientador do processo de implementação da PNATER
SANESUL	Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul
SEAF	Secretaria Especial de Assuntos Fundiários
SENAF	Selo Nacional da Agricultura Familiar
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SEMADE	Secretaria de Estado Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico
SEMAGRO	Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar – MS
SUASA	Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária
SUPRAFA	Superintendência de Ciência e Tecnologia, Produção e Agricultura Familiar/MS
UEMS	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

RESUMO

A dinâmica da produção em assentamentos pressupõe um embate em tratar o processo do assentamento como ponto de chegada ou de partida. No Assentamento Itamarati, o Estado está ausente ou insuficiente na aplicação de políticas públicas relacionadas ao acesso à assistência técnica, ao crédito, à capacitação para a tomada de decisão, nas decisões relativas à formação de preços de venda e nas estratégias de comercialização. Esta obra investiga a dinâmica da produção no Assentamento Itamarati, seus problemas, expectativas ou possibilidades de agregação de valor aos produtos. A metodologia contou com revisão bibliográfica, coleta de dados secundários e trabalho de campo, com aplicação de questionários e realização de entrevistas. A pesquisa demonstra que houve avanço em algumas questões, como a distribuição de água potável pela Sanesul na sede; movimentos do Executivo Municipal e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), no sentido de distribuir os títulos definitivos da terra; a celebração de convênios para assistência e execução de projetos de extensão com Instituições de Ensino Superior (IES) estaduais e federais e a melhoria da estrutura da cooperativa Cooperai e da Subprefeitura na sede. Alguns problemas como a infraestrutura das estradas vicinais, o acesso à assistência técnica e ao crédito, a ausência de projetos integradores com indústrias e distribuidoras de produtos originados na agricultura familiar, o atendimento às capacitações para organizar a produção e a comercialização permanecem como desafios a serem transpostos pela tríade: Estado, organizações e agricultores familiares, para que se alcance melhores condições socioeconômicas.

PALAVRAS-CHAVE: Características da produção; Dinâmica da produção; Assentamento Itamarati; Estratégias de produção e comercialização; agricultura familiar.

ABSTRACT

The dynamics of production in settlements presupposes a struggle to treat the settlement process as a point of arrival or departure. In the Itamarati Settlement, the State is absent or insufficient in the application of public policies related to access to technical assistance, credit, training for decision-making, in decisions regarding the formation of sales prices and in marketing strategies. This work investigates the dynamics of production in the Itamarati Settlement, its problems and the expectations or possibilities of adding value to the products. The methodology included a literature review, secondary data collection and field work, with the application of questionnaires and interviews. The survey shows that progress has been made on some issues, such as the distribution of drinking water by Sanesul at Headquarters; movements by the Municipal Executive and the Ministry of Agriculture, Livestock and Supply (MAPA) to distribute definitive land titles; the signing of agreements for assistance and execution of extension projects with state and federal Higher Education Institutions (HEIs) and the improvement of the structure of the Cooperai cooperative and the Subprefecture at Headquarters. Some problems such as the infrastructure of local roads, access to technical assistance and credit, the absence of integrating projects with industries and distributors of products originating from family farming, meeting the qualifications to organize production and marketing remain challenges to be addressed. transposed by the triad: State, organizations, and family farmers, in order to achieve better socioeconomic conditions.

KEYWORDS: Characteristics of production; Production dynamics; Itamarati Settlement; Production and marketing strategies; family farming.

INTRODUÇÃO

No ano de 2016, ao mudar-se o domicílio para Ponta Porã, surgiu a oportunidade para a continuidade dos estudos em busca da capacitação pessoal objetivando o acúmulo do conhecimento, importante no contexto das atividades profissionais na docência e, assim, decidimos ingressar no curso de doutorado na perspectiva de pesquisar e estudar a dinâmica produtiva do Assentamento Itamarati, temática convergente com estudos pregressos da graduação e do curso de mestrado em Desenvolvimento Regional.

O objeto de estudo, o Assentamento Itamarati, transmudada na sua natureza e essência, o que outrora um latifúndio, agora se constitui em minifúndio que assenta agricultores familiares sem-terra, possibilitada na aplicação de políticas públicas criadas para atender as demandas na equidade distributiva da terra.

Dessa forma, no transcorrer das atividades docentes na UEMS, os projetos de extensão e pesquisa oportunizaram a imersão no Assentamento Itamarati, objeto de pesquisa das suas características geográficas, formação fundiária, cultural e socioeconômica, salientando-se que se trata de um dos maiores assentamentos do Brasil, segundo Terra (2009, p. 19), com 50 mil hectares.

> Debate a parte, o fato é que em novembro de 2000 o governo federal adquire junto ao banco Itaú 25.100 ha das terras que haviam pertencido à Fazenda Itamarati, os quais foram repassados em maio de 2001 para o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que deu início a implantação do Assentamento Itamarati onde foram assentadas 1.143 famílias e, posteriormente, em maio de 2004, o governo federal viria adquirir o restante da fazenda (24.900 ha) junto ao proprietário para a implantação do Assentamento Itamarati II.

A oportunidade de aprofundar as pesquisas desse recorte geográfico, associa-se aos projetos de extensão da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), entre os quais o Diagnóstico Socioeconômico Endógeno na comunidade CUT Renovação II – Itamarati II, distante 16 km da sede do Assentamento.

Nessa condição, a decisão de pesquisar as características da produção no Assentamento Itamarati alicerçou-se na percepção que o Estado cumpriu a missão de assentar produtores. No entanto, o processo não se encerra nessa fase e as ações governamentais para fixar o assentado no lote se demonstraram insuficientes e incipientes. Assim, o Estado se eximiu do dever, enquanto Estado, tratando o ato de adquirir a fazenda Itamarati e considerar o processo de assentar como ponto de chegada; isso gerou problemas que transcendem a capacidade e responsabilidade do assentado e, nesse

aspecto, o Estado está tratando o processo de aquisição da fazenda Itamarati e assentar os sem-terra como ponto de chegada ou deveria tratá-lo como ponto de partida? Essa é uma das questões desta tese.

Com essa preocupação, avalia-se como factível a execução do projeto de pesquisa que contemplasse a investigação para entender o comportamento da dinâmica da produção, os gargalos na produção, comercialização e das possibilidades de se agregar valor à produção e diante disso caracterizar a produção no Assentamento.

Nesse contexto, procedeu-se a pesquisa bibliográfica no sentido de identificar trabalhos já existentes no Assentamento, dessa forma, identificou-se a existência de dois projetos de doutorado já executados: "Reforma Agrária por Conveniência e/ou por Pressão? Assentamento Itamarati em Ponta Porã – MS: O pivô da questão", de autoria de Ademir Terra, que aborda o contexto histórico e as estratégicas na formação do assentamento e a tese da pesquisadora Daiane Alencar da Silva, intitulada "As Políticas Públicas de Reforma Agrária". Da mesma forma, tivemos acesso a dissertação de mestrado da pesquisadora Juliana Tosati Nogueira, com o título "Fronteiriços: diferentes territorialidades no Assentamento Itamarati I – MS".

Esses trabalhos foram a fonte de inspiração e de informações para enriquecer o tema da pesquisa proposta acerca das características da produção no Assentamento. Para atender aos objetivos da pesquisa, elaborou-se o projeto de acordo com as diretrizes e normas do Programa de Pós-graduação em Geografia, da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), devidamente alinhado com a linha de pesquisa Políticas Públicas, Dinâmicas Produtivas e da Natureza.

Quanto aos objetivos específicos, trata-se de caracterizar o que, quanto, como e para quem produzir; pesquisar o *modus operandi* do escoamento, comercialização, bem como os gargalos na produção e comercialização, além de diagnosticar as possibilidades de se agregar valor a mesma, considerando que há agricultores familiares que foram assentados, distantes, em até 40 km dos mercados consumidores e fornecedores regionais, fato esse que pode constituir-se como essencial nas questões da competitividade e da viabilidade econômica das propriedades, tema a ser abordado no transcorrer do trabalho e objeto de pesquisa.

A construção dessa obra contempla três capítulos. No capítulo I descrevemos as características do objeto de estudo, localizado a 22º32' de latitude Sul e 55º43' de longitude Oeste, no município de Ponta Porã – MS. A área é resultado da transformação de um latifúndio monocultor em assentamento na perspectiva de atender às demandas dos

agricultores familiares.

O capítulo II trata das questões relacionadas à política pública com destaque aos problemas das demandas da agricultura familiar. Propõe uma reflexão acerca da concepção da política pública voltada para a solução dos problemas do Assentamento.

No capítulo III, apresentamos o diagnóstico da dinâmica da produção no Assentamento no que se refere a tomada de decisão inerente a oferta de alimentos originados na agricultura familiar, suas peculiaridades e gargalos, tanto na produção quanto na comercialização. Para melhor entendimento, os dados coletados estão organizados e sistematizados com as informações de campo e dados secundários, acrescido na demonstração das estratégias de produção, comercialização, dos seus gargalos e das formas de comercialização identificadas no processo de execução do projeto de pesquisa.

Nas considerações finais, de forma propositiva, há a retomada da proposta inicial com apresentação consolidada dos dados da pesquisa, com análise acerca dos resultados onde apresenta-se as sugestões de ações e políticas para contribuir na eficiência da dinâmica produtiva no assentamento.

Realizou-se a revisão bibliográfica e pesquisa de campo com aplicação de questionários, entrevistas e depoimentos com agentes que atuam no Assentamento, produtores, representantes dos poderes Executivo e Legislativo de Ponta Porã. Adotou-se duas formas de abordagem com entrevistas, virtuais e *in loco*, em 16% das famílias residentes assentadas, **à**s lideranças das comunidades no Assentamento Itamarati.

Como instrumento auxiliar, adotou-se a aplicação de questionários semiestruturados, nessa situação, a amostra limita-se a 58 agricultores familiares, visto que os trabalhos de campo foram interrompidos, em janeiro de 2020, por restrições impostas em função da pandemia da COVID-19. Nessa condição, passou-se a executar uma pesquisa virtual, onde se encaminhou, aproximadamente, 600 questionários, dos quais retornaram 325. Como meio usou-se o público estudantil da Escola Estadual Nova Itamarati e da Escola Estadual Prof. José Edson Domingos dos Santos, ambas da sede do Assentamento.

Junta-se as pesquisas virtuais com a pesquisa *in loco* para a estratificação, mensuração e análise dos dados. Como complemento às informações, também organizamos acervo fotográfico, gravações das entrevistas, bibliografia de apoio e mapas para referenciar os trabalhos executados em campo, bem como localizar o objeto do estudo, que poderão ser acessados no *link*:

https://drive.google.com/drive/folders/1bWJTmMnAqkMoEiqdqDTKlYogTcU6nyzR?usp=sharing.

A disponibilidade do material no drive inova o acesso às informações de pesquisa,

permitindo ao leitor conhecer as etapas e a metodologia executada, as propriedades visitadas *in loco* e as entrevistas realizadas no Itamarati I e II.

O mapa 1, refere-se às visitas efetivadas no Itamarati I, origem de um Projeto de Assentamento do INCRA, configurando a primeira proposta de aquisição de uma parte da Fazenda Itamarati.

A Tabela 1 apresenta o número de entrevistados divididos pela classificação que identifica os grupos. A abordagem foi realizada de forma aleatória no Itamarati I, conforme demonstra a tabela 1 e marcadas no mapa 1. Esse mapa 1 está disponível nas nuvens, com acesso pelo link :

https://drive.google.com/file/d/1q7ia4j3-sH1v0H-cH141p6v0qqbF5rcA/view?usp=sharing.

GRUPO	NÚMERO DE ENTREVISTADOS
CUT	06
FETAGRI	03
MST	13
FAFI	00
TOTAL DE VISITAS NO ITAMARATI I	22

Tabela 1 - ENTREVISTAS NO ASSENTAMENTO ITAMARATI I

Fonte: Dados da pesquisa

O processo de assentamento teve continuidade após as pressões dos movimentos sociais e para atender às demandas dos sem-terra, acampados às margens da MS-164. O quinhão de terras entregues ao banco Itaú foi adquirido pelo Governo. Segundo Terra (2009, p. 81), [...]em 24 de maio de 2004, pelo valor de R$ 165,3 milhões, adquirindo assim o restante da fazenda (24.900 ha) para a implantação do assentamento Itamarati II, onde seriam assentadas 1.692 famílias.

Da mesma forma, visitou-se os produtores do Itamarati II para a execução da pesquisa de forma aleatória, conforme tabela 2 e marcação no mapa 2[1].

1. *Link* para acesso às marcações das visitas *in loco* no mapa 2: https://drive.google.com/file/d/1bh_bW115-2cvDWu-co0fdMc2IxH6puJ18/view?usp=sharing

GRUPO	NÚMERO DE ENTREVISTADOS
CUT	08
FETAGRI	09
MST	10
FAFI	09
TOTAL DE VISITAS NO ITAMARATI II	36

Tabela 2 – ENTREVISTADOS NO ASSENTAMENTO ITAMARATI II

Fonte: Dados da pesquisa

Após a coleta os dados de campo foram estratificados, mensurados e analisados na busca de identificar as características e do *modus operandi* que incorpora a dinâmica da produção do assentamento Itamarati I e II.

O método das entrevistas *in loco*, com abordagens aleatórias, foi decidido no sentido de aproximar o máximo possível os dados da realidade dos produtores assentados.

Adotou-se a organização dos dados com base no critério projetado para a pesquisa, o estudo das características da produção no Assentamento com abordagem nos problemas fundamentais da economia, o que e quanto produzir, processos que tratam de como se decide e se realiza a produção, seus quantitativos dentro da propriedade, considerando os gargalos que estão presentes nesse processo.

Na sequência, passou-se a avaliar o *modus operandi* e as formas que o produtor adota para escoar e comercializar os produtos e o processo decisório do como produzir, para quem produzir e os gargalos em todas as etapas da produção e as formas de agregar-se valor à produção.

Na análise da mensuração dos dados pesquisados *in loco*, que fazem parte do gráfico 01 – local do lote, pesquisou-se o quantitativo de 58 agricultores familiares, sendo que 36,9% são do grupo MST, 16,9 % da FETAGRI, 13,8% da CUT e FAFI, os demais, foram em torno de 3% da amostragem por grupo totalizando 18,6%.

O local onde o agricultor familiar foi assentado, pode se tornar um gargalo ou problema na formação ou comercialização, temática a ser abordada na pesquisa que, por vezes, é uma adversidade adicional aos problemas impostos à agricultura familiar, pois a distância do mercado fornecedor e consumidor é um fator a ser considerado nos custos de produção em função da escassez dos recursos. Dado a importância do quesito, está-se

abordando com ênfase os problemas do assentado em produzir e escoar os produtos de forma adequada, mitigando as eventuais perdas na propriedade.

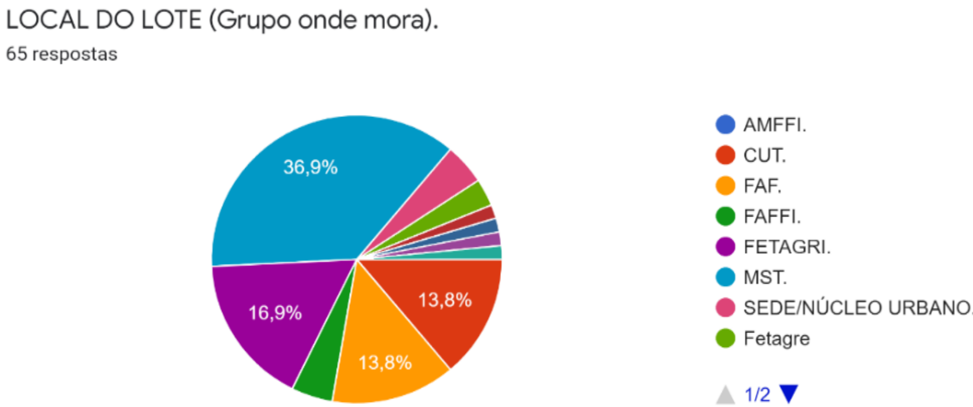


Gráfico 1 – LOCAL DOS LOTES VISITADOS NO ASSENTAMENTO ITAMARATI

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2018)

O tema localização foi abordado por demanda dos próprios produtores pesquisados, pois no entendimento dos Assentados, a distância dos centros comerciais, é um gargalo a ser observado e tratado para melhorar as condições de trabalho do Assentado, face a abrangência geográfica dele.

DISTÂNCIA DO LOTE E O NÚCLEO URBANO				
DISTÂNCIA	CUT	FAFI	FETAGRI	MST
	Nº DO LOTE	*Nº DO LOTE*	*Nº DO LOTE*	*Nº DO LOTE*
Entre 01 e 05 km.	334, 435	606, 727	1477, 1511, 1553, 1554, 1561	807, 812, 1063, 1288
Entre 06 e 10 km.	554	598, 600, 601,604	1465, 1605, 1671	787, 788, 940, 1062, 1214, 1220, 1287, 1303
Entre 11 e 15 km.	0	709, 713, 714	1431	188, 1071
Entre 16 e 20 km.	392, 431, 432, 433	0	41	88, 166, 319.
Entre 21 e 30 km.	193, 258, 331, 333	0	13, 19	157, 158, 174, 241, 244, 288
Acima de 30 km.	0	0	0	34, 35, 36, 37
Núcleo Urbano	0	0	0	13

Tabela 3 – DISTÂNCIA ENTRE O LOTE E A SEDE DO ASSENTAMENTO

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2018)

A tabela 3, nos apresenta o universo pesquisado na expressão das quantidades de lotes que estão mais distantes da sede. Esse material foi analisado por região, considerando as divisões do Assentamento, para o diagnóstico e compreensão do processo decisório acerca dos modelos produtivos que modulam as características do Assentamento, como forma de identificar a existência na convergência das demandas dos produtores com as políticas públicas aplicadas nesse território.

CARACTERIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO ITAMARATI

O MUNICÍPIO DE PONTA PORÃ: CARACTERÍSTICAS DO ESPAÇO DE INSERÇÃO DO ASSENTAMENTO ITAMARATI

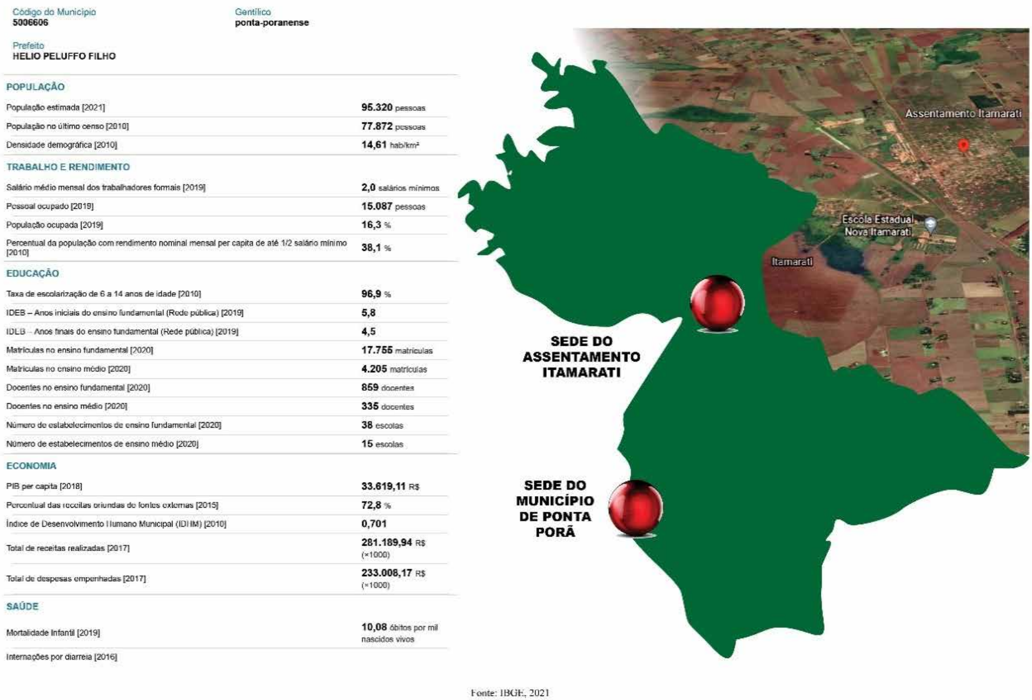
De acordo com o IBGE (2021), o município de Ponta Porã faz parte da microrregião de Dourados e da mesorregião do Sudoeste de Mato Grosso do Sul, está posicionado na latitude 22º 32' 10" S, longitude: 55º 43' 32" W com altitude de 655m. A sede do município localiza-se a 326 km da capital do estado, Campo Grande, e está conectada às principais cidades através de rodovias estaduais e federais. A mesma, faz fronteira com o Paraguai, vizinho da cidade de Pedro Juan Caballero, com a qual constitui uma conurbação internacional, caracterizada por uma fronteira "seca".

A sede do município está entre as principais cidades do estado. A população estimada para 2021 pelo IBGE (2022) é de 95.320 habitantes, distribuída na área de 5.330,5 km², portanto uma densidade demográfica de 14,61 hab./km². Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano, PNUD (2000), o IDH é de 0.78 posicionando-o na 25ª colocação do *ranking* estadual.

HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PONTA PORÃ

Conforme a Prefeitura Municipal de Ponta Porã (2019), os registros históricos do Município registram que a formação do povoado denominado Punta Porá, nos campos de erva mate. Punta Porá era apenas uma região deserta no interior do Paraguai, rota de carreteiros do transporte de erva mate, os quais usavam a local como parada, região habitada somente por algumas tribos indígenas, os Nhandevas e os Caiuás, descendentes do povo Guarani.

Segundo os registros históricos da Prefeitura em 1862, com o objetivo de explorar o solo, chega na região uma expedição militar que se estabelece na Cabeceira do Rio Dourados, comandada pelo tenente militar Antônio João Ribeiro, na qual foi fundada a Colônia Militar dos Dourados e originando o município de Antônio João.



Código do Município
5006606

Gentílico
ponta-poranense

Prefeito
HELIO PELUFFO FILHO

POPULAÇÃO	
População estimada [2021]	**95.320** pessoas
População no último censo [2010]	**77.872** pessoas
Densidade demográfica [2010]	**14,61** hab/km²
TRABALHO E RENDIMENTO	
Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2019]	**2,0** salários mínimos
Pessoal ocupado [2019]	**15.087** pessoas
População ocupada [2019]	**16,3** %
Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo [2010]	**38,1** %
EDUCAÇÃO	
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010]	**96,9** %
IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública) [2019]	**5,8**
IDEB – Anos finais do ensino fundamental (Rede pública) [2019]	**4,5**
Matrículas no ensino fundamental [2020]	**17.755** matrículas
Matrículas no ensino médio [2020]	**4.205** matrículas
Docentes no ensino fundamental [2020]	**859** docentes
Docentes no ensino médio [2020]	**335** docentes
Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2020]	**38** escolas
Número de estabelecimentos de ensino médio [2020]	**15** escolas
ECONOMIA	
PIB per capita [2018]	**33.619,11** R$
Percentual das receitas oriundas de fontes externas [2015]	**72,8** %
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010]	**0,701**
Total de receitas realizadas [2017]	**281.189,94** R$ (×1000)
Total de despesas empenhadas [2017]	**233.008,17** R$ (×1000)
SAÚDE	
Mortalidade Infantil [2019]	**10,08** óbitos por mil nascidos vivos
Internações por diarreia [2016]	

MAPA 1 – LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO ASSENTAMENTO ITAMARATI[1]

Fonte: IBGE (2021)

Em 1864, durante a Guerra da Tríplice Aliança, a Colônia Militar dos Dourados foi atacada pelos paraguaios, quando falece o tenente Antônio João. Com o fim da guerra do Paraguai, promove-se fronteira entre o Brasil e o Paraguai, que respeitava os convênios da época colonial e reivindicava ao Brasil somente as terras já ocupadas ou exploradas por portugueses e brasileiros, portanto, a região de Punta Porá passa a ser posse territorial brasileira.

Em 1880, chega na região o senhor Nazareth, militar que instalou seu comando às margens da lagoa do Paraguai, dando origem a então cidade de Pedro Juan Caballero. Em 1882, Tomás Laranjeira[2] já explorava e beneficiava a erva mate em Punta Porá[3], inclusive, exportando para a Argentina.

Após dez anos se instala na região a guarnição da Colônia de Dourados com objetivo

1. *Link* de acesso ao mapa e informações do censo IBGE (2010): https://drive.google.com/file/d/1QvTel5rwUWzNo__I2_iZFnq_x6qP0yLj/view?usp=sharing
2. História de Tomás Laranjeiras. Disponível em: https://www.douradosnews.com.br/noticias/historiador-escreve-sobre--a-companhia-mate-laranjeira-8d350c8b0bd49ff2/358985/
3. Denominação na língua Guarani, origem do nome do município de Ponta Porã.

de proteger a região e Punta Porá começava a progredir atraindo imigrantes gaúchos que se instalam na perspectiva de exercer as atividades da agropecuária.

Nesse contexto, a partir das necessidades de segurança, em 1897, se instala o primeiro destacamento policial em Punta Porá, sendo nomeado comandante o Senhor Nazareth. Já em 1900, Punta Porá torna-se distrito de Bela Vista, quando em 18 de julho de 1912, foi criado o município de Ponta Porã.

Segundo o historiador professor Nivalcir Pereira de Almeida[4], o município de Ponta Porã remonta ao século XIX, que na expressão do curador do museu da Erva Mate Santo Antônio de Ponta Porã, época que o município fazia parte da cisão dos municípios de Nioaque e Bela Vista. Em 1892, a guarnição da colônia militar de Dourados foi levada para as nascentes dos córregos: Jovai, São Tomaz, Carambola, São Vicente, Ponta Porã, Teguajho e do Rio São João, local preferido pelos carreteiros que faziam o transporte de erva mate, assim iniciava a povoação de Ponta Porã. A guarnição foi transferida com a finalidade de proteger os carreteiros dos “quatreros”[5] paraguaios.

O processo de emancipação político-administrativa de Ponta Porã foi concluído de acordo com a lei nº 617, de 18 de julho de 1912 e foi precedido de alguns atos, dentre os quais, em 1900 Ponta Porã foi elevado à condição de paróquia e distrito, época de grande significância, em especial a organização documental dos moradores, pois essa condição melhorava até mesmo as condições de registro de casamentos e nascimentos, o que até então necessitava ser efetivado na comunidade de Nioaque, hoje município de Nioaque.

Como município fronteiriço com o Paraguai, pontos comuns eram compartilhados pelas comunidades do Brasil e do Paraguai, a exemplo das instalações da Igreja Católica, com sua Matriz localizada próximo da linha internacional. Um templo enorme, embora intitulada de “igrejinha”, que acolhia nas celebrações e principais acontecimentos da comunidade brasiguaia, dentre elas as solenidades alusivas às comemorações cívicas-militares.

4. Prefeitura Municipal de Ponta Porã. Disponível em: https://pontapora.ms.gov.br/v2/sobre-ponta-pora/registros-historicos/. Acesso em: 11 jul. 2021. .

5. A partir da década de 1930, até os anos 1940, surgiram no sul de Mato Grosso diversos bandos, cujas atividades ganharam fama além dos limites do estado. O aparecimento de bandos pequenos ou numerosos, mais ou menos organizados, assumiu novos contornos em relação ao banditismo da fase anterior a 1930 e se limitou à região sul do estado e à sua área de fronteira. Foi uma época em que reinaram, quase sempre impunes, bandos como os bochincheros e os quatreros, ou bandos chefiados por Sylvino Jacques, o mais célebre de todos, pelos Quirinos, Flores, Pacas, Baianinhos, Galbas e Netos. (CORREA, 2006, p.98)



Figura 01 - A igrejinha – 1913

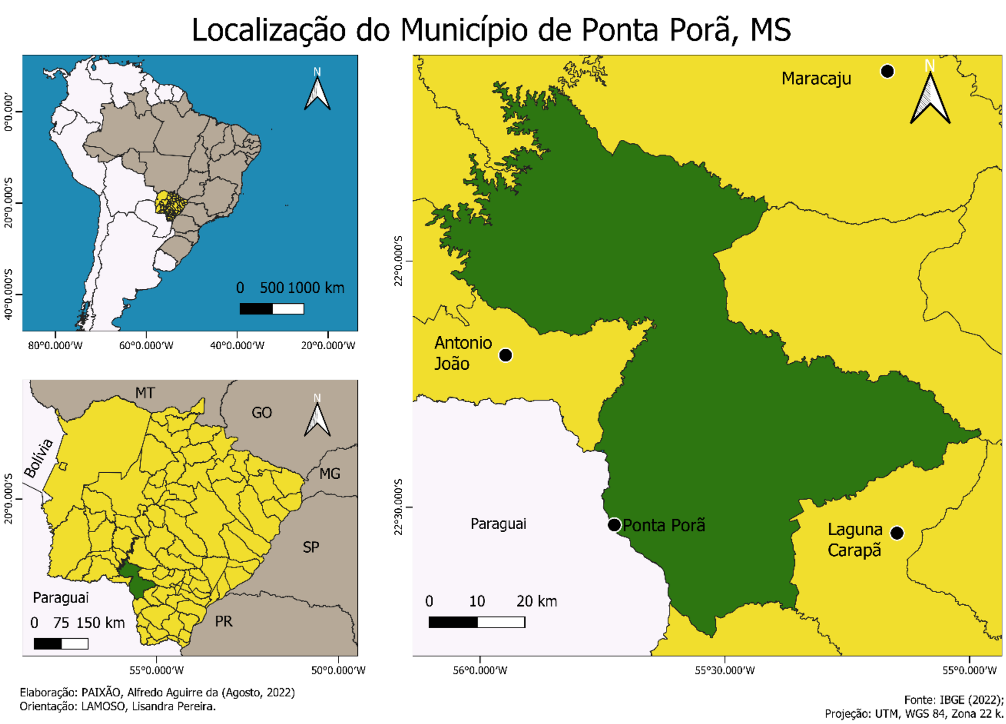
Fonte: Acervo histórico de Ponta Porã



Figura 02 – A Linha internacional – 1913

Fonte: Acervo histórico de Ponta Porã

Ainda, segundo o Prof. Nivalcir, no princípio dos anos de 1930 a extensão territorial de Ponta Porã abrangia diversos municípios como Dourados, Amambai e Mundo Novo com uma população de, aproximadamente, 40 mil habitantes.



MAPA 2 – LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE PONTA PORÃ – MS

O PERFIL SOCIOECONÔMICO E ESTATÍSTICO DE PONTA PORÃ

A população está distribuída entre a sede e os distritos e segundo os registros estimados pelo IBGE (2021), no município residem 92.526 pessoas, nesse total encontra-se a população dos distritos de Cabeceira do Apa, com 1.931 habitantes, Sanga Puitã, 3.191 habitantes e no Assentamento Itamarati, (distrito de Nova Itamarati), 15.805 habitantes. A tabela 01, apresenta a evolução populacional do município de Ponta Porã, estratificado em número de homens, mulheres, população urbana e rural no período de 1980 a 2019.

Nesse contexto, pode-se observar que houve um crescimento na última década e segundo as estimativas do IBGE (2021), o número de novos moradores de Ponta Porã crescerá 18,81%, enquanto a média estadual é de 15,7% para o mesmo período. A densidade demográfica, de acordo com a estimativa populacional, para o ano de 2019, é de 17,36 hab./km^2. No censo demográfico de 2010, identifica-se que os indivíduos alfabetizados acima de 10 anos de idade totalizam 58.113 ou 74,62% do contingente populacional de Ponta Porã.

Anos	População Total	Homens	Mulheres	Urbana	Rural
1980(1)	38.070	19.936	18.134	27.483	10.587
1991(1)	55.541	27.780	27.761	47.040	8.501
1996(2)	58.505	29.017	29.488	53.015	5.490
2000(1)	60.916	30.207	30.709	54.383	6.533
2006(3)	68.317	...	...	...	...
2007(2) (4)	72.207	35.470	36.058	56.684	15.523
2008(3)	74.601	...	...	...	...
2009(3)	75.941	...	...	...	...
2010(1)	77.872	38.492	39.380	62.067	15.805
2016(3)	88.164	...	...	...	...
2017(3)	89.592	...	...	...	...
2018(3)	91.082	...	...	...	...
2019(3)	92.526	...	...	...	...

Tabela 4 – POPULAÇÃO RESIDENTE EM PONTA PORÃ – 1980 – 2019 (Por sexo e situação domiciliar)

(1) Censo Demográfico. (2) Contagem da População. (3) Estimativa. (4) Inclusive a população estimada nos domicílios fechados.

Fonte: IBGE (2021)

Ao analisar-se o censo de 2010, constatamos que a população rural cresceu 141,92%, parte dessa evolução é em consequência da implantação do Assentamento

Itamarati, pois no censo de 2000 havia 6.533 habitantes e o censo de 2010 apresenta 15.805 habitantes na zona rural.

Ao observar o período de implantação do Assentamento Itamarati, há um acréscimo de habitantes 16.956 habitantes no município, expresso na evolução do contingente de 60.916 habitantes (censo de 2000) para 77.872 habitantes, apurado no censo de 2010, que corresponde ao crescimento de 27,84%. Esse fato contribui para o crescimento e desenvolvimento econômico regional, expresso na oferta e dos produtos com origem no assentamento, porém aumenta a demanda por trabalho, saúde, educação, segurança, lazer entre outras.

Nessa situação, a ação pública efetiva se faz necessária, com fins de mitigar essas demandas, bem como ações estruturais e de infraestrutura que estão sob responsabilidade do poder público afim de proporcionar a continuidade das atividades produtivas dos agricultores assentados no novo território.

Grupos de Idade	População Residente	Grupos de Idade	População Residente
0 a 4 anos	7.072	45 a 49 anos	4.506
5 a 9 anos	7.432	50 a 54 anos	3.728
10 a 14 anos	8.075	55 a 59 anos	2.841
15 a 19 anos	7.702	60 a 64 anos	2.130
20 a 24 anos	6.721	65 a 69 anos	1.716
25 a 29 anos	6.648	70 a 74 anos	1.242
30 a 34 anos	6.033	75 a 79 anos	808
35 a 39 anos	5.409	80 anos ou mais	945
40 a 44 anos	4.864		
Total: 77.872			

Tabela 5 – POPULAÇÃO RESIDENTE EM PONTA PORÃ – Censo 2010 (Por grupos de idade).

Fonte: IBGE (2021)

Economicamente Ativa			Não Economicamente Ativa		
Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
38.807	22.587	16.220	24.667	8.557	16.110

Tabela 6 – PESSOAS ACIMA DE 18 ANOS – PONTA PORÃ – Censo 2010

Fonte: IBGE (2021)

• Até 1/2	5.563	• Mais de 5 a 10	1.948
• Mais de 1/2 a 1	15.358	• Mais de 10 a 20	500
• Mais 1 a 2	10.070	• Mais de 20	198
• Mais de 2 a 5	5.642	• Sem rendimento	24.089
• Total: 63.368			

Tabela 7 — POPULAÇÃO DE PONTA PORÃ – Censo 2010 (Classe de renda em Salário mínimo)

Fonte: IBGE (2021)

Nas tabelas 5, 6 e 7, o IBGE estratifica a população por grupo de idade, nível de renda e demonstra a PEA – População Economicamente Ativa[6], o que representa 49,83% da população total ou 38.807 munícipes.

Ao projetar-se os reflexos na população do Itamarati, estimada em 9.272 habitantes, ou seja, a diferença da população do ano 2000 com 6.533 habitantes e a população de 2010 com 15.805, nesse universo, a PEA do Assentamento Itamarati é de 4.620 indivíduos residentes com demandas de bens e serviços que o auxiliem na permanência no campo e na produção de alimentos de acordo com as peculiaridades inerentes à produção da agricultura familiar. Um dos elementos essenciais à vida é o direito à água potável e como a sede do Assentamento não contava com esse bem, a Administração Municipal em conjunto com a Sanesul promoveu soluções para atender esse direito fundamental ao cidadão.

Especificação	Quantidade de Domicílios
Forma de Abastecimento de Água	
Rede Geral	16.367
Poço ou Nascente	4.945
Outra	1.035
Existência de Banheiro ou Sanitário	
Tinham	22.290
Não tinham	57
Destino do Lixo	
Coletado	17.450
Outro Destino	4.897
Total : 22.347	

Tabela 8 – CARACTERÍSTICAS DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES DE PONTA PORÃ – Censo 2010.

Fonte IBGE (2021)

6. Classificação da população, estratificando os indivíduos em idade produtiva na faixa etária de 18 a 65 anos, apurada através dos censos demográficos e, em concordância com a metodologia do IBGE.

Na tabela 8, de acordo com o censo demográfico do IBGE (2010), evidenciamos que dos 22.347 domicílios municipais, 16.367 eram abastecidos com água potável, ou seja, 5.980 moradias de Ponta Porã não contavam com rede de água potável para consumo das famílias.

Quanto aos aspectos econômicos, procura-se apresentar informações sobre a área cultivada, todavia os dados exclusivos ao Assentamento Itamarati não se encontram disponíveis nos bancos de dados.

Na proposta de estratificação da produção de Ponta Porã verifica-se que o Assentamento Itamarati ainda não está incluído, considerando que os assentados não possuem o título definitivo da terra, portanto, estão à margem da estatística.

CARACTERÍSTICAS DOS ESTABELECIMENTOS		
ÁREA TOTAL	405.726	hectares
CONDIÇÃO DO PRODUTOR		
Arrendatário	47.698	hectares
Concessionário(a) ou assentado(a) aguardando titulação definitiva	24.459	hectares
Ocupante (a justo título ou por simples ocupação)	331	hectares
parceiro(a)	29.475	hectares
Proprietário(a) inclusive os(as) coproprietários(as) de terras tituladas coletivamente	302.371	hectares
CONDIÇÃO LEGAL DO PRODUTOR		
Condomínio, consórcio ou união de pessoas	102.620	hectares
Produtor individual	205.293	hectares
Comodatário(a) (inclusive com termo de autorização de uso sustentável - TAUS) 1.393		hectares
NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS		
CONDIÇÃO LEGAL DO PRODUTOR		
Condomínio, consórcio ou união de pessoas	772	estabelecimentos
Cooperativa	1	estabelecimentos
Produtor individual	2.058	estabelecimentos
Sociedade anônima ou por cotas de responsabilidade limitada	12	estabelecimentos
Outra condição	1	estabelecimentos
CONDIÇÃO DO PRODUTOR EM RELAÇÃO ÀS TERRAS		
Proprietário(a) inclusive os(as) coproprietários(as) de terras tituladas coletivamente	616	estabelecimentos

Concessionário(a) ou assentado(a) aguardando titulação definitiva	1.999	estabelecimentos
Arrendatário(a)	184	estabelecimentos
parceiro(a)	18	estabelecimentos
Comodatário(a) (inclusive com termo de autorização de uso sustentável - taus)	13	estabelecimentos
Ocupante (a justo título ou por simples ocupação)	7	estabelecimentos
Produtor sem área	7	estabelecimentos
TOTAL	2.844	estabelecimentos

Tabela 09 – CARACTERÍSTICA FUNDIÁRIA DE PONTA PORÃ – MS[7]

Fonte: Censo Agropecuário 2017

No contexto analítico dos dados do censo de 2017, usar-se-á esses dados para o comparativo em relação aos números coletados no censo de 2006 e, nesse sentido, observa-se que houve uma redução de 1,35% na composição da área total destinada a produção agropecuária, ou seja, em 2006 apresentou-se 411.317 hectares, já no censo de 2017 apresenta-se 405.726 hectares. Ao analisar-se a proporção de áreas sem titulação definitiva do censo de 2006 para o censo de 2017, verifica-se que há uma redução de 32,48% ou 24.459 hectares sem titulação definitiva.

Em relação a situação da exploração da área por arrendatários, o valor cresceu em 72,15% nos dados apresentado no censo de 2006 para o censo de 2017, situação observada no Assentamento Itamarati ao explorarmos os dados dos lotes comunitários.

Com relação à titulação definitiva da terra, houve uma redução de 30,56% ao observar-se os dados do censo de 2006 para o censo de 2017.

Com relação à destinação do território para desenvolvimento da atividade agropastoril, identifica-se que da área total declarada, 405.726 hectares, em culturas temporárias são utilizados 252.811 hectares; em pastagens naturais 4.247 hectares; matas e reserva legal são usados 56.636 hectares e há 7.927 hectares destinados ao cultivo de floresta plantada.

Quanto à produção de soja em grão, declara-se que são 1.709 estabelecimentos que cultivam 194.528 hectares e uma produção de 656.670 toneladas. No cultivo do milho em grão, utiliza-se 138.864 hectares, distribuídos em 1.249 estabelecimentos e uma produção de 660.145 toneladas.

Já na produção pecuária destaca-se o rebanho de 121.079 cabeças de bovinos em 1.709 estabelecimentos, desses se dedicam a produção de leite 1.151 estabelecimentos

7. Disponível em IBGE Cidades: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/ponta-pora/pesquisa/24/27745?ano=2017

com a produção de 10.104 mil litros de leite por ano. Outro destaque na coleta do censo 2017 é a produção de cana-de-açúcar que usa 44.452 hectares e produz 3.274.849 toneladas de produto.

Salienta-se que os dados do assentamento Itamarati estão mensurados na totalização dos resultados apurados, considerando que eles não são estratificados por regiões ou distritos no município.

A DIMENSÃO REGIONAL DO PRODUTO INTERNO BRUTO ESTADUAL E MUNICIPAL[8]

Quanto a formação do PIB de Ponta Porã, evidencia-se que há uma evolução dos números apurados pelo IBGE (2021) de 46,43% ao analisar-se os dados de 2014 e 2018, ou seja, em 2014 o PIB foi de R$ 2,91 bilhões para R$ 3,06 bilhões, com reflexos diretos na renda per capita do município, que demonstra um crescimento de 37,05%, valores significativos na formação orçamentário do Estado, pois, quando gerados e arrecadados, para se concretizar os projetos e programas das políticas públicas onde se incluem os projetos de implantação ou melhorias na dinâmica da produção do Assentamento Itamarati.

A economia de Ponta Porã se baseia na produção do setor primário e pode-se verificar que a composição do PIB tem a participação efetiva da agropecuária com a presença de grandes propriedades rurais, acima de 1.000 hectares, onde predomina a monocultura de soja, milho, trigo, cana-de-açúcar, pecuária extensiva, entre outras em menor escala.

DESCRIÇÃO	ANO					
	2002	2010	2015	2016	2017	2018
RANKING NO PIB/MS	5º	7º	5º	5º	5º	4º
VALOR DO PIB	444.474,36	1.050.414,90	2.257.506,27	2.583.870,69	2.642.104,87	3.062.095,54
PIB PER CAPITA	6.967,88	13.490,03	26.033,03	29.307,55	29.490,41	33.619,11

Tabela 10 – PRODUTO INTERNO BRUTO DE PONTA PORÃ

(Em reais a preços de mercado 2002 – 2010 – 2015 – 2016 – 2017 – 2018)

Fonte: SEMAGRO (2021)

8. Os dados do PIB tem a origem na publicação das Contas Regionais – Produto Interno Bruto de Mato Grosso do Sul – 2010 – 2019, SEMAGRO – Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar, Campo Grande, 2021. Elaboração: Secretário Jaime Elias Verruck, Secretário Adjunto Ricardo José Senna, Superintendente de Indústria, Comércio, Serviços e Turismo. Bruno Gouveia Bastos, Coordenadoria de Economia e Estatística Daniel Massen Frainer. Equipe Técnica: Eliandres Pereira Saldanha, Renato Prado Siqueira e Francisco Eduardo da Silva.

Segundo a Semade/MS (2020), no registro estatístico do relatório do PIB, com dados atualizados de Mato Grosso do Sul, apresenta-se na tabela 10, os dados de 2002, 2010 e 2015-2018, assim, pode-se constatar que a relação mais recente de 2015 para 2018 há uma evolução do PIB (a valores de mercado) de 135,64%, refletida no PIB per capita de 29,31% e no ranking sobe uma posição no Estado. São números que refletem a evolução do crescimento do Município, considerando que o PIB do Assentamento, embora não esteja segregado, naturalmente, faz parte dessa evolução.

Ao analisar a evolução de 2020 para 2018, conclui-se que a evolução do PIB é de 191,51%, o PIB per capita é de 149,21%, ou seja, reafirma-se que após o prazo de consolidação e ajustes na dinâmica da produção do assentamento, em que pesa as dificuldades que ainda apresenta, tem contribuído na formação positiva dos números apresentados.

Com base nesse cenário, o PIB é um indicador para a gestão pública tomar ciência da realidade econômica do município, projetar cenários, propor projetos e políticas públicas que auxiliem a sociedade como um todo.

Dessa forma, o orçamento público tem como principal indicador a mensuração do PIB e uma referência para traçar metas e melhorar a participação da riqueza Estadual e assim aumentar a participação dos repasses orçamentários do Estado e da União, assegurando um volume maior de recursos públicos em benefício da melhoria do dinamismo da produção, inclusive no Assentamento Itamarati, considerando que em 2018 as maiores participações estão centradas nos municípios de Campo Grande, Três Lagoas, Dourados e Corumbá.

Ponta Porã, em 2018, ostenta a 4ª posição na formação do PIB estadual em números absolutos. A estatística na formação do PIB de Mato Grosso do Sul apresenta a cifra de R$ 78.95 bilhões, em 2014, dados fechados pelo IBGE (2016), dos quais a agropecuária participa com 17,33%, a indústria com 21,63% e setor de serviços com 61%.

O município de Ponta Porã, segundo IBGE (2016), apresenta 31% do território dedicado à agricultura, principalmente, culturas temporárias (com ciclos curtos e são replantadas após a colheita), 52,6% é dedicado às pastagens para alimentar um rebanho bovinos de 180.466 cabeças. Nessa análise, em 2013, houve a concentração nos cultivos de soja e milho, que juntos ocuparam 84% da área geográfica do Município.

Nesse mesmo período as culturas permanentes limitaram-se a 10 hectares no cultivo de café e 50 hectares de erva mate. No que tange a produção da proteína animal, destaca-se a produção de 5.9 milhões de litros de leite, 6.3 toneladas de mel de abelha e 4.6 toneladas de lã, dados do IBGE (2020).

Nessa mesma análise, em 2012, o PIB Municipal atingiu R$ 1,365 milhões e ocupava a 5ª posição no ranking estadual ao considerar a população estimada para o mesmo ano. O IBGE (2020) destaca que o PIB per capita, valor médio do PIB por habitante, correspondeu a R$ 16.981,91, sendo 22% inferior ao valor médio do Estado de Mato Grosso do Sul, de R$ 21.902,00, isso merece reflexão ao considerar fatos que poderiam influenciar nesta análise, como escassez hídrica por exemplo, mesmo assim a gestão pública pode trabalhar no sentido de atrair recurso públicos e investimentos na produção e, dessa forma, poderá influenciar positivamente na dinâmica da produção do Assentamento.

De acordo com o IBGE (2020), a composição dos dados da economia do município de Ponta Porã, o censo de 2010 apresentou o contingente populacional de 77.872 pessoas com uma densidade demográfica de 14,61 hab./km².

O salário médio mensal dos trabalhadores formais, em 2017, é de 2,2 salários-mínimos, a PEA[9] é de 15,2% ou 13.608 pessoas, e o PIB per capita, nominal mensal, é de 1/2 salário-mínimo. Esses dados econômicos demonstram que a renda per capita anual é de R$ 29.484,92, sendo o percentual da origem das receitas em fontes externas corresponde a 72,8% do seu total. Já o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0,701.

Ao analisarmos as condições conjunturais socioeconômicas de Ponta Porã, percebe-se a evolução do contingente populacional do censo de 2000 para 2010, parte deste é reflexo na implantação do Assentamento Itamarati, com acréscimo nas demandas de produtos e serviços como saúde, segurança e educação, porém, constata-se que houve a evolução na produção e no PIB per capita, os quais são indicadores positivos na constituição de números de desempenho e demonstração do crescimento econômico e social da área em estudo.

A apreciação da conjuntura socioeconômica de Ponta Porã favorece o processo de pesquisa, pois considera as grandezas do Assentamento, as características e peculiaridades do assentado, produtor da agricultura familiar, no contexto da pesquisa e análise da dinâmica da produção objeto deste estudo.

O ASSENTADO COMO AGRICULTOR FAMILIAR

O presente trabalho considera agricultura familiar de acordo com a definição apresentada pela Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares

9. A População Economicamente Ativa representa os recursos humanos de uma economia. Corresponde à parte da população residente que se encontra em idade de trabalhar e disposta a trabalhar, esteja ou não empregada.

- lei n° 11.326, de 24 de julho de 2006, conhecida como a Lei da Agricultura Familiar, que define como agricultor familiar e empreendedor familiar rural:

> [...] aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: i) não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; ii) utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; iii) tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; iv) dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. São considerados agricultores familiares os pequenos produtores rurais, povos e comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores. (EMBRAPA, 2021)[10]

Segundo a Embrapa (2021), no Brasil a agricultura familiar ocupa uma extensão de 80,9 milhões de hectares, o que representa 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. O levantamento do Censo Agropecuário de 2017, realizado em mais de 5 milhões de propriedades rurais de todo o Brasil, aponta que 77% dos estabelecimentos agrícolas do País foram classificados como da agricultura familiar. Em setembro de 2017, a agricultura familiar empregava mais de 10 milhões de pessoas, correspondente a 67% do total de pessoas ocupadas na agropecuária e, nesse universo, responsável pela renda de 40% da população economicamente ativa.

A Embrapa (2021), destaca o setor como produtor de alimentos, em especial pela produção de milho, mandioca, leite, carne bovina, ovinos, caprinos, olerícolas, feijão, cana, arroz, suínos, aves, café, trigo, mamona, fruticulturas, hortaliças e outras com menor expressão. Quanto as culturas permanentes, o segmento responde por 48% do valor da produção de café e banana; as culturas temporárias detêm 80% do valor de produção da mandioca, 69% do abacaxi e 42% do feijão.

Nesse contexto, a classificação relativa do tamanho das propriedades rurais, definida pela lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, considera o módulo fiscal como parâmetro métrico de medida para o enquadramento em algumas linhas oficiais de crédito rural, como o Pronaf, por exemplo. Esse método varia de acordo com as características e peculiaridades regionais definidas na metodologia de enquadramento. No município de Ponta Porã, um módulo fiscal corresponde a 35 ha e nessa classificação a propriedade é considerada um minifúndio desde que sua área não ultrapasse um módulo fiscal; as propriedades consideradas de pequeno porte se enquadram acima de 1 até 4 módulos fiscais, ou seja de 35 ha a 140 ha; as propriedades de porte médio são aquelas acima de

10. Disponível em: EMBRAPA. https://www.embrapa.br/tema-agricultura-familiar/sobre-o-tema. Acesso em 21 dez. 2021.

140 ha até 525 ha e as consideradas de grande porte tem áreas superiores ou acima 525 ha.

A agricultura brasileira tem sido comumente subdividida dicotomicamente com base em características socioeconômicas e tecnológicas. Historicamente, tem-se diferenciado a agricultura de subsistência e a pequena agricultura ou agricultura de baixa renda da agricultura comercial ou empresarial. Nesse sentido, há uma diferenciação entre o chamado camponês que possuía a propriedade de pequenas extensões de terra e produzia para fins de subsistência, utilizando pequena parte da sua produção para fins de comércio em outras comunidades ou locais que viabilizavam a comercialização desse excedente.

> A agricultura familiar possui uma peculiaridade que a difere do campesinato tradicional, qual seja, a percepção de que a propriedade é muito mais que uma unidade produtiva. Nesse caso, é essencial que sua gestão seja conduzida visando o alcance de objetivos produtivos e as necessidades da família e que, para tanto, seja levado em consideração tanto os aspectos econômicos como os aspectos sociais. (BRITO et al, 2017, p. 4).

O agricultor familiar é oriundo de ações do próprio Estado, com objetivo de incentivar e modernizar a atividade agrícola nas pequenas propriedades, transformando-as em importantes setores dentro da economia local. Segundo Nascimento e Bezerra (2017), a partir da existência dessa nova conceituação, "o termo "camponês", em determinadas situações é substituído por "agricultor familiar" que passa a ser entendido como uma representação do "novo" e do "moderno" no meio rural brasileiro.

De acordo com Oliveira *et al* (2015), essa moderna agricultura familiar é considerada "uma nova categoria ligada diretamente com os recentes desenvolvimentos da sociedade capitalista, sem qualquer vínculo com o produtor rural que outrora foi denominado de camponês".

O agricultor familiar utiliza de técnicas modernas de produção, de preparo da terra, no cultivo irrigado, em sistemas, a exemplo da produção em estufas (plasticultura) e pela prática de associativismo e produção com escala, percebe-se ganhos na logística da formação e escoamento da produção.

Na visão expressa por Abramovay (1992), a agricultura familiar não pode ser caracterizada como camponesa, "pois essa se encontra fortemente integrada ao mercado, sendo capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais".

Na concepção de Buainain et al. (2005), são considerados agricultores familiares aqueles produtores que trabalham de acordo com duas principais condições: "1) a direção

dos trabalhos realizados no estabelecimento deve ser feita pelo produtor rural, e 2) a mão de obra familiar utilizada deve ser superior à contratada". Nesse caso, observa-se que não necessariamente, toda a mão de obra é oriunda dos membros da família para ser considerado agricultor familiar atualmente. Tal característica mostra que os agricultores familiares podem inclusive gerar emprego, ainda que em quantidade reduzida.

No entendimento de Wanderley (1996), as transformações do chamado agricultor familiar moderno não produzem uma ruptura total e definitiva com as formas anteriores, produzindo, ao contrário, um agricultor portador de uma tradição camponesa, que lhe permite, precisamente, adaptar-se às novas exigências da sociedade.

A agricultura familiar no Brasil teve mais espaço nos debates na década de 90, apesar de ser praticada há muito mais tempo presente no país. Desse modo, Martins Silva e Mendes (2009, p. 28), ressaltam que:

> O aumento das discussões acerca da agricultura familiar, no decorrer da década de 1990, é atribuído a uma série de fatores, entre eles, destacam-se os problemas relacionados à grande concentração fundiária e a diversidade de situações apresentadas pelas regiões brasileiras, ao modelo de organização sociopolítico e econômico, reforçados por segmentos governamentais comprometidos com os interesses dos grandes proprietários, com os interesses internacionais e com o fortalecimento do movimento dos trabalhadores que lutam pelo direito de reconquistar a terra.

Para Wanderley (2004), "os agricultores familiares no Brasil, em sua grande maioria, possuem uma história camponesa e não correspondem a nenhuma invenção moderna produzida exclusivamente pela ação do Estado".

De acordo com o censo agropecuário do IBGE (2016) e os dados da Conab (2017), a agricultura familiar responde por 84,4% das propriedades agropecuárias como unidades de produção, apesar disso, a maior quantidade de capital concentra-se nas grandes propriedades do agronegócio[11], expressando o desequilíbrio e equidade na distribuição da renda.

Dessa forma urge que o Estado e os demais agentes, que atuam no Assentamento Itamarati, promovam políticas e ações no sentido de auxiliar o agricultor familiar ali assentado, no sentido de mitigar e resolver os gargalos na produção e comercialização dos produtos originados no assentamento, considerando a importância desse núcleo de pequenos produtores na oferta variada de alimentos como hortifrutigranjeiros, leite, carne, feijão, milho, soja, ovos entre outros produtos.

11. Eventualmente denominado por *agribusiness* – é um termo utilizado para fazer referência ao contexto socioespacial da produção agropecuária, incluindo todos os serviços, técnicas e equipamentos a ela relacionados, direta ou indiretamente."

A agricultura familiar é considerada uma unidade de produção agrícola que está intimamente ligada à família, a qual é responsável pela gestão, pelo uso da propriedade e pela eficiente aplicação dos fatores de produção (capital, terra e mão de obra).

Já na concepção de Nascimento e Bezerra (2017), de maneira geral, a agricultura familiar se caracteriza pelo trabalho realizado em prol da própria família que por sua vez possui uma porção de terra a ser cultivada. A esse respeito, Martins (1991, p. 54) declara:

> A propriedade familiar não é a propriedade que explora o trabalho de outrem; é propriedade direta de instrumento de trabalho por parte de quem trabalha. Não é propriedade capitalista, é propriedade do trabalhador. Seus resultados sociais são completamente distintos, porque neste caso a produção e reprodução das condições de vida dos trabalhadores não são reguladas pela necessidade de lucro do capital, porque não se trata de capital no sentido capitalista da palavra. O trabalhador e o lavrador não recebem lucro. Seus ganhos são ganhos de seu trabalho e do trabalho de sua família e não são ganhos de capital, exatamente porque esses ganhos não provêm da exploração de um capitalista sobre um trabalho expropriado dos instrumentos de trabalho.

A partir da classificação das propriedades do Assentamento Itamarati como agricultura familiar e com base nos debates na revisão bibliográfica dos termos agricultor familiar e camponês, tomou-se a decisão que doravante será adotada a denominação de agricultor familiar dada ao assentado.

Quanto à estrutura fundiária do município de Ponta Porã, demonstrada na Tabela 08, verifica-se a estratificação da classificação do número de propriedades no município, parametrizado pelo módulo fiscal equivalente a 35 ha. Salienta-se que o quantitativo de assentados no Itamarati não está computado na referida tabela, visto que não possuem o título definitivo da terra. Eles estariam estratificados na faixa de 0 a 0,5 módulos fiscais.

Segundo informações da administração da Subprefeitura do Assentamento, a posse definitiva dos lotes está prestes a acontecer, pois o INCRA demandou a atualização cadastral do assentado no sentido de liberar o documento de posse definitiva da terra, assim fará parte estratificada da estrutura fundiária do Município com uma área de 580.694,4242 hectares e 1.389 imóveis.

Módulos fiscais	Qtde. imóveis	Área (ha)
Mais de 0 a 0,5	187	1.939,8714
Mais de 0,5 a menos de 1	134	3.554,9409
De 1 a 2	186	9.502,2810
Mais de 2 a 3	139	12.295,1320
Mais de 3 a 4	106	12.955,7513
Mais de 4 a 5	73	11.372,9568
Mais de 5 a 6	72	13.912,4502
Mais de 6 a 10	172	47.509,5544
Mais de 10 a 15	94	41.385,5439
Mais de 15 a 20	49	30.120,7690
Mais de 20 a 50	122	130.939,7368
Mais de 50 a 100	29	69.921,5822
Mais de 100 a 200	11	48.702,5774
Mais de 200 a 400	3	25.905,3250
Mais de 600 MF	4	120.675,9519
Imóveis inconsistentes e excluídos	8	0,0000
T O T A I S	1.389	580.694,4242

Tabela 11 – ESTRUTURA FUNDIÁRIA DE PONTA PORÃ (2021)

Fonte: INCRA/CCIR (2021)

O PROCESSO DE ACESSO À TERRA VIA PROJETO DE REFORMA AGRÁRIA

Com base na posição de Cazella *et al*. (2009), a multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil é tomada como um novo olhar, permite a análise entre famílias rurais e territórios na dinâmica de produção social preservando as características peculiares do modo de vida das famílias na sua integridade e desprezando os aspectos puramente econômicos. Essa noção incorpora, por parte dos produtores, a preservação segura de bens públicos relacionados ao meio ambiente, a segurança alimentar e o patrimônio cultural.

Assim, de forma básica, essa multifuncionalidade abarca quatro níveis: as famílias rurais; o território; a sociedade e as políticas públicas. As pesquisas realizadas com as

famílias rurais no Brasil nos permitem analisar as diversas faces da multiplicidade de funções da agricultura familiar, localizadas e inseridas em determinados territórios, contribuindo para a incorporação desse recorte geográfico, atuando em redes[12] , na construção da sociedade que integra a dinâmica da produção nesse território.

Neste aspecto, as políticas públicas surgem com o objetivo de conferir legitimidade a multifuncionalidade da agricultura familiar, proporcionando o acesso à terra pelo assentamento dos produtores sem-terra bem como proporcionar recursos financeiros e não financeiros, no sentido de que o assentado possa atuar como uma unidade da agricultura familiar de produção de alimentos.

Esse movimento alcança a população dos produtores sem-terra, através de políticas públicas executadas pelo INCRA[13], na missão de promover a reforma agrária no Brasil, no assentar agricultores familiares sem-terra, com a infraestrutura necessária à efetividade do cultivo de alimentos para a sobrevivência familiar e gerar excedentes para venda e reforço da renda do Agricultor Familiar. Em suma, a partir de políticas públicas do Estado que atendem a agricultura familiar, expresso na reserva orçamentária para esse destino, com intuído de proporcionar a execução de tais políticas para assentar e para entregar a estrutura necessária à manutenção do homem sem-terra no campo.

Segundo o INCRA (2020), os assentamentos rurais têm características próprias nas unidades produtoras agrícolas, conhecidas como agricultura familiar, com produção independente entre elas. Os assentamentos devem ser implementados onde originalmente existia um latifúndio improdutivo com um único proprietário, considerando que a missão da política de reforma agrária no Brasil objetiva promover a equidade na distribuição da terra, mediante modificações e ajustes no regime de posse e de uso desses fatores de produção.

Nessa perspectiva, a reforma agrária deve observar os princípios da justiça social e desenvolvimento rural sustentável ou perene após a instalação do PA, além de estimular o aumento da produção e/ou produtividade, é o que retrata o estatuto da terra dada pela lei nº 4.504/64, parágrafo 1º:

> § 1º Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.

Em complemento o parágrafo 2º, da referida lei, explicita os conceitos de reforma

12. Relações coordenadas por ações dos atores interligados em escalas no meio espacial geográfico, onde facilitam as relações da oferta e demanda de produtos, principalmente dos pequenos produtores.
13. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é uma autarquia federal, cuja missão prioritária é executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional. Criado pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970, atualmente o INCRA está implantado em todo o território nacional por meio de 30 superintendências regionais.

agrária e política agrícola, assim descrito:

> § 2º Entende-se por Política Agrícola o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra, que se destinem a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhes o pleno emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do País.

Além dos assentamentos, o INCRA também reconhece os projetos ligados às ações dos governos estaduais e assegura o acesso a todos os benefícios das políticas da reforma agrária aos agricultores familiares locados nos assentamentos, essas unidades, conhecidas como parcelas, lotes ou glebas, é entregue a uma família sem condições econômicas para adquiri-las e manter um imóvel rural por outras vias.

A quantidade de glebas num assentamento depende da capacidade da terra para comportar e sustentar as famílias assentadas, sua área e localização de cada lote são determinados pelas condições do novo habitat onde será alocada a família. São preceitos que se aliam à avaliação das condições mínimas de produção e produtividade que o local oferece.

As regras de funcionamento de um assentamento passam pela instalação e entrega do lote ao assentado. O trabalhador rural se compromete a morar na parcela concedida, explorá-la para o sustento próprio, usando a mão de obra familiar com o agregado de 1 empregado, sendo-lhe assegurado o acesso a crédito, assistência técnica, infraestrutura e outros benefícios de apoio a se perpetuar no Assentamento.

Dessa forma, até receber o título definitivo da terra, os lotes ficam vinculados ao INCRA, portanto, sem o título de posse, os agricultores, os quais não poderão vender, alugar, doar, arrendar ou emprestar sua terra a terceiros. Salienta-se que os assentados pagam pela terra que recebem do INCRA, bem como, pelos créditos contratados.

As políticas de reforma agrária não se restringem à distribuição de terras, considerando que os assentamentos são dotados de infraestrutura básica necessária para a moradia, acesso à água, energia elétrica, saúde, transporte e educação entre outras. No propósito de ofertar as condições mínimas de bem-estar social ao assentado, incluindo-se a garantia do Estado em zelar pela segurança alimentar ao agricultor familiar, caso se constate vulnerabilidades e/ou risco alimentar e social do assentado.

Neste aspecto concentra-se um dos problemas da economia familiar[14], o buscar respostas e o auxílio público/privado para a tomada de decisão, mais assertiva possível dos problemas fundamentais da economia em qualquer modelo de produção com o objetivo

14. O que, quanto, como e para quem produzir, Nogami, 2005.

de atender as demandas no mercado que atua, na agricultura familiar, a produção de alimentos.

Os problemas da economia estão presentes na produção da agricultura familiar, em especial, na decisão que o produtor deverá tomar em relação do que pretende produzir, as quantidades, como fazer a produção, qual o destino dela e para quem se produz.

A produção deverá ser alinhada com as condições ambientais, recorte geográfico destinado à produção, nesse caso, o assentado possui uma área entre 14 e 24 hectares onde pretende produzir hortifrutigranjeiros, carne, leite, ovos, mel entre outros, em quantidades suficientes para atender a demanda dos consumidores.

Outra decisão está centrada no como produzir, que passa pelo apoio das instituições e organizações públicas e privadas para mitigar o problema da competitividade no mercado, ou seja, orientar o produtor das boas práticas e técnicas de produção, do acesso ao crédito e das formas de comercialização dos produtos.

Diante das dificuldades em competir no mercado, na eventual ausência assistencial ao produtor, esse fato poderá se configurar como um fator crítico para o sucesso da implantação do projeto de Assentamento, expresso na fixação do familiar na propriedade.

Na ação pública, há iniciativas de instituições de ensino na execução de projetos na área da conhecimento e da educação formal do assentado, porém, tais iniciativas não alcançam a totalidade do assentamento em função das peculiaridades do território, sua abrangência espacial e populacional, espraiadas em 50 mil hectares e 2.461 famílias. Neste contexto, os projetos são executados em determinados nichos que servem como exemplo a ser disseminado nos demais produtores e, assim com planejamento e organização se atinge o máximo de agricultores em busca do bem-estar socioeconômico das famílias assentadas.

Nesse mesmo viés de análise, na primeira fase de implementação do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), o INCRA investe em obras de infraestrutura dos assentamentos, com orientações rígidas quanto aos aspectos da lei que rege o tema. A criação do assentamento é feita por meio da publicação de uma portaria, na qual constam os dados do imóvel, a capacidade estimada de famílias, o nome do projeto de assentamento e os próximos passos que serão dados para sua implementação.

Os assentamentos podem ser divididos em dois grandes grupos:

I - Os criados por meio de obtenção de terras pelo INCRA, na forma tradicional, denominados Projetos de Assentamento (PAs), os quais incluem os ambientalmente diferenciados e o Projeto Descentralizado de Assentamento Sustentável (PDAS);

II - Os implementados por instituições governamentais e reconhecidos pelo

INCRA para acesso às políticas públicas do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

Os procedimentos técnicos e administrativos para a criação e reconhecimento legal dos assentamentos são amparados pela Norma de Execução DT nº 69/2008, alinhado com a legislação que parametriza e determina de forma inflexível aos assentados que os lotes, em hipótese alguma, podem ser vendidos, arrendados, alugados, emprestados ou cedidos para articulares, mesmo no regime de parceria ou associação para exploração desses lotes. Os assentados serão orientados sobre o acesso aos primeiros créditos produtivos no período da instalação do assentamento. Em seguida, o INCRA repassa esses créditos para investimento, diversificação e melhoria do processo produtivo, e orienta acerca da geração de renda incorporando o acesso ao crédito dentro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o mesmo dispõe de programas para a ampliação da produção, como o Terra Forte e o Terra Sol.

Nessas condições foram implementados os assentamentos no Mato Grosso do Sul, onde encontram-se inseridos os grupos do Assentamento Itamarati I e Itamarati II. Ainda, segundo dados do INCRA (2020), desde a década de 70, quando o Brasil deu início ao Programa Nacional de Reforma Agrária, foram assentadas 1.348.484 famílias e, destas, no estado de Mato Grosso do Sul, 9.347 Assentamentos foram criados, onde vivem 973.451 famílias, em uma área total correspondente a 87.978.041 hectares.

A CARACTERIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO ITAMARATI

O Assentamento está localizado a 45 km da sede do município de Ponta Porã e a 21 km da faixa de fronteira com o Paraguai. Conforme o levantamento de recursos naturais realizado pela equipe que elaborou o Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), a área apresenta um diagnóstico positivo quanto ao clima, vegetação, uso do solo e, principalmente, quanto aos recursos hídricos, pois está situada na bacia do rio Paraná, sendo limitado ao norte, pelo rio Dourados, ao sul, pelos córregos Tajerê e Santa Rita, e ao leste, pelos rios São João e Dourados. Essa localização garante um bom abastecimento de água, o que possibilitou à antiga Fazenda Itamarati a instalação de noventa unidades de irrigação do tipo pivô central, seja com unidades de captação direta nos mananciais ou mediante o represamento dos córregos de menor vazão.

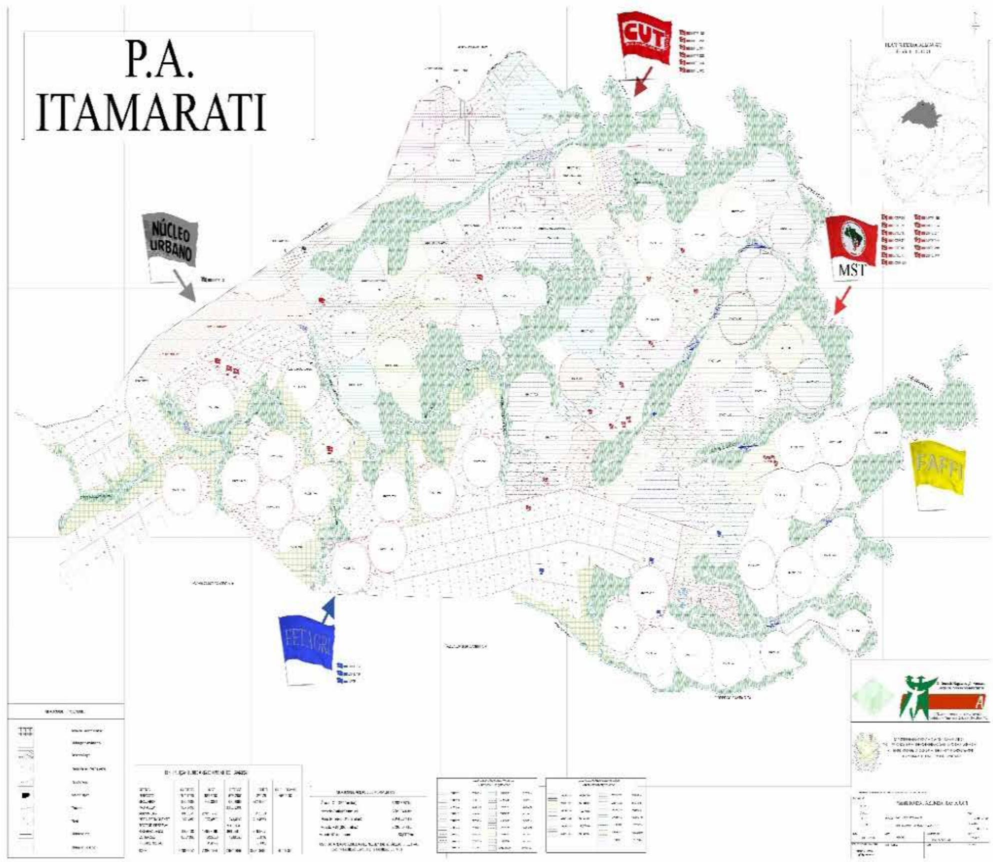
Quanto ao uso da terra, o Assentamento Itamarati, de acordo com o PDA (2002), registra solos altamente mecanizáveis e com grande capacidade de retenção de cargas, podendo ser utilizados para culturas anuais ou perenes, com algumas restrições. A lavoura

e a pastagem são os usos potenciais recomendados para o imóvel.

O Itamarati I possui área total de 25.072 hectares, a qual está distribuída em 7.232 ha irrigados pelo sistema de pivôs centrais, 6.568 ha de áreas de sequeiro, onde não há irrigação artificial, 4.321 ha de reserva legal, 918 ha destinados à área de preservação permanente e 6.033 hectares constituídos de pastagens plantadas. (INCRA/SEPROD/IDATERRA, 2003).

Os limites do Assentamento Itamarati I contam com a presença dos trilhos da Ferrovia Novoeste S.A, modal férreo desativado. A expectativa dos assentados, porém, é que no contexto de uma reestruturação da malha ferroviária brasileira, essa linha seja reativada, o que potencialmente aumentaria a produção, barateando os custos de transporte na produção do Assentamento.

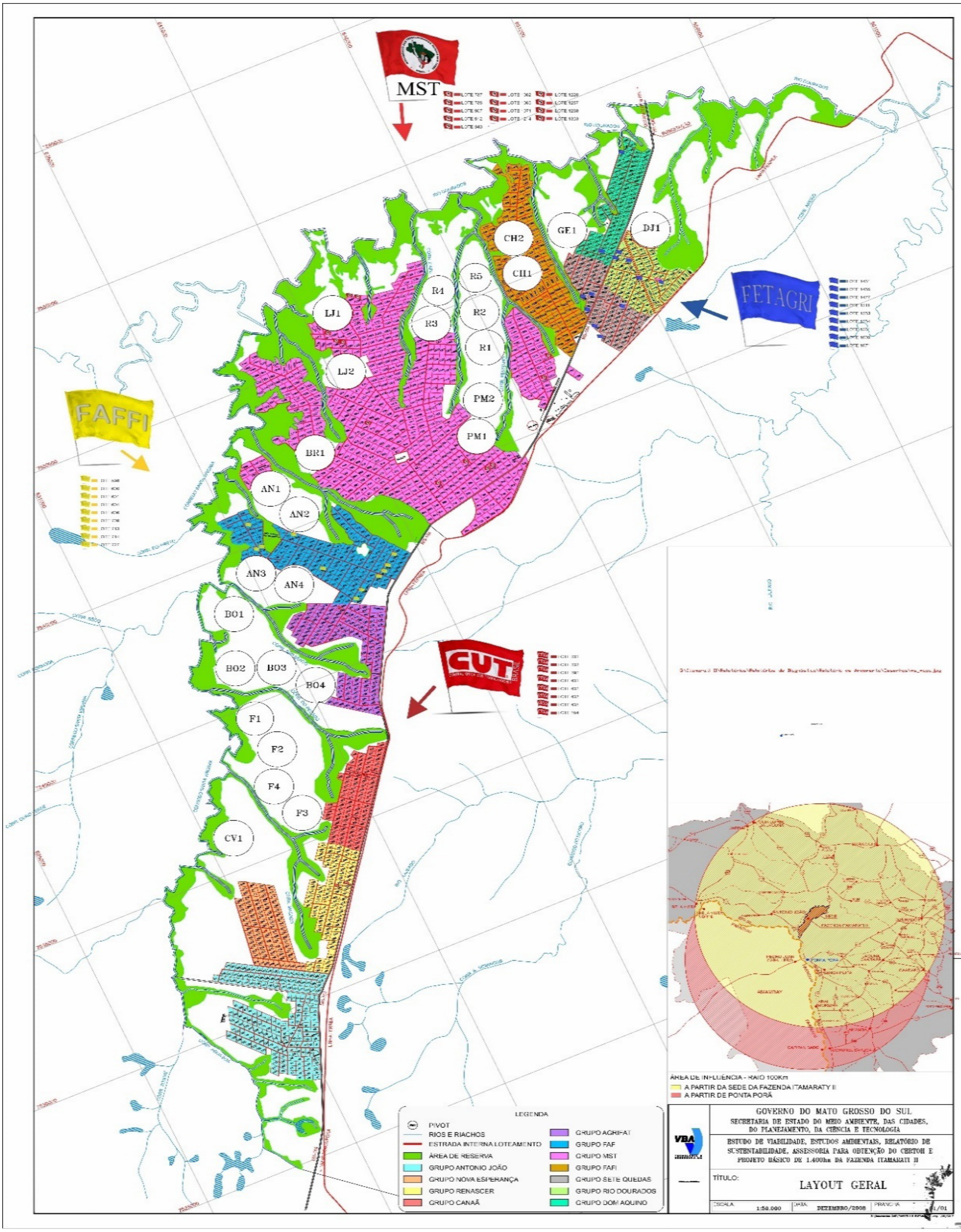
Quanto ao acesso rodoviário, a localização também é privilegiada, pois as estradas são pavimentadas. As famílias assentadas podem contar ainda com a rodovia MS 164 que juntamente com a ferrovia Novoeste delimita os Assentamentos Itamarati e Itamarati II. A referida rodovia se encontra em razoável estado de conservação, assegurando-lhes acesso rápido e relativamente seguro às sedes dos municípios de Ponta Porã, Antônio João e Dourados, que são os locais mais próximos e onde se realizam as trocas comerciais.



MAPA 3 – PROJETO DE ASSENTAMENTO ITAMARATI I[15]

Fonte: INCRA (2002)

15. No sentido de proporcionar mais qualidade na visualização dos detalhes no mapa, acesse: https://drive.google.com/file/d/1q7ia4j3-sH1v0H-cH141p6v0qqbF5rcA/view?usp=sharing



MAPA 4 – PROJETO DE ASSENTAMENTO ITAMARATI II[16]

Fonte: SEMAGRO (2008)

16. Para observar com detalhes o mapa acesse: https://drive.google.com/file/d/1bh_bW115-2cvDWuco0fdMc2IxH6puJ18/view?usp=sharing

Segundo Terra (2010), o latifúndio Fazenda Itamarati teve sua origem no mega latifúndio denominado Companhia Mate Laranjeira, o qual possuía 2 milhões de hectares. Esse empreendimento foi implementado por Tomaz Laranjeira, em dezembro de 1882, na fronteira do Brasil com o Paraguai. Laranjeira era um monopolista na produção de erva mate em terras brasileiras. Em contrapartida ao uso da terra a ele arrendada, Laranjeira assumia o compromisso de alocar pequenos produtores, colonos, com o intuito de ocupar e explorar o território com a criação de gado e a produção de erva mate.

Posteriormente, o poder econômico e político da Mate Laranjeira entra em decadência, de acordo com o relato de Terra (2010).

> [...] o seu poder político também começa a diminuir a partir de 1899, quando Manoel Murtinho não consegue eleger-se para o governo do estado. Estabeleceram-se correntes políticas que lutavam pró e contra novos arrendamentos das terras para a Companhia Laranjeira.

Com a mudança política no Mato Grosso do Sul, surgiram novos opositores à Mate Laranjeira, os quais possuíam informações sobre o controle de terras em território brasileiro. Além de outras acusações, a ervateira foi apontada como sonegadora de impostos. Entretanto, a Mate Laranjeira continuou buscando mais apoio e outras vantagens, mas sem sucesso, em função da aprovação da lei de sete de julho de 1934 que autorizava o estado de Mato Grosso a arrendar a área de um milhão de hectares de propriedade do Estado. (FIGUEIREDO, 1967 *apud* Terra, 2010).

Embora a Mate Laranjeira tenha perdido poder no meio político, ela deu continuidade às suas atividades extrativistas e de exploração da terra no Mato Grosso por 35 anos. O modelo de concessão para a ocupação territorial do Brasil foi responsável pela criação dos latifúndios tradicionais, no âmbito do desenvolvimento econômico do Brasil. Esse processo deu-se também no território sul-mato-grossense.

Em 1944, foi decretado o encerramento dos contratos de arrendamento da Companhia Mate Laranjeiras, fato que proporcionou a implantação da fazenda Itamarati, um projeto com o objetivo de revolucionar o sistema produtivo de *commodities*[17] agrícolas, antes ocupada pela Mate Laranjeira. Este processo foi liderado pelo empresário Olacyr Francisco de Moraes com a criação da fazenda Itamarati e nos anos 80, foi considerado o "Rei da Soja" como maior produtor individual de soja do mundo.

Segundo (Terra, 2010), a internacionalização da agricultura brasileira imprimiu na economia do Brasil algumas novas características, em particular, a especialização na criação de monoculturas, em substituição às policulturas. Isso viabilizou a consolidação dos

17. Produtos de origem agropecuária ou de extração mineral, em estado bruto ou pequeno grau de industrialização.

grandes capitalistas latifundiários na área rural, em detrimento da produção do campesino ou pequeno produtor rural, os quais praticavam a multicultura de alimentos para o consumo próprio. O agronegócio, por outro lado, mantém a produção extensiva em latifúndios de monoculturas de *commodities*, tais como soja e milho, com objetivo específico de atender o mercado externo.

Dessa forma, essa concentração de poder do agronegócio centraliza, exponencialmente, a propriedade da terra, o acesso ao crédito, aos insumos de última geração tecnológica, às tecnologias mais avançadas de máquinas e equipamentos para o cultivo.

Nesse processo se insere o território de Mato Grosso do Sul que, até a década de 1960, mantinha sua produção baseada na policultura, como denomina Terra (2010), e aliado a esse fato, suas boas condições edafoclimáticas, destaca-se a criação de gado.

No final da década de 1960, passou a vigorar a estratégia de ocupação territorial do Centro-Oeste do Brasil mediante a expansão da agricultura, principalmente com a produção de soja e milho, além dos interesses agroindustriais. Isso atraiu grandes contingentes de pequenos produtores de diversos locais do Brasil, especialmente do Rio Grande do Sul, em busca de novas oportunidades de crescimento e de alocação em áreas de grande extensão, propícias à produção agrícola.

Nessa perspectiva, Gelinski (2012), *apud* Terra (2010), contextualiza que o uso de novas tecnologias otimizam o uso da terra e da mão de obra na produção.

> As tecnologias na produção agrícola podem ser poupa terra ou poupa trabalho. Na primeira estão entre outras: o uso de fertilizantes e corretivos (calcário e gesso agrícola) que aumentam a produtividade, adequação nas densidades de plantio e na rotação de culturas. Na segunda está basicamente o uso de mecanização. A tecnologia quer seja a ligada a fatores quer seja a ligada à organização/gestão da propriedade pode ser uma alternativa à busca desenfreada por aumento de escala de operações, compras de outras áreas ou empreendimento. (GELINSKI, 2012, p. 3)

Da mesma forma, há outras tecnologias disponíveis para melhorar a produtividade como as variedades de semente de milho e soja, geneticamente modificadas, do milho híbrido, sementes transgênicas (milho Bt), novas raças de animais como a raça ovina, tipo carne, Dorper, além da raça tipo lã, merina australiana nos bovinos, encontra-se o gado holandês ou Jersey para produção de leite, caprino da raça Pardo Alpina e outros.

Ainda há a tecnologia de ponta e inovadora embarcada nas máquinas, equipamentos, veículos automotores, defensivos e fertilizantes agrícolas, na medicação animal, na formulação de rações em complementos, incorpora-se a tecnologia da informação inovando

os processos dentro e fora da porteira. Nas décadas de 60 e 70, houve uma evolução significativa da tecnologia empregada na formação, controle e colheita das culturas, principalmente de soja, trigo e milho, produtos de interesse da indústria agropastoril.

Nesse caso, foram adquiridos também 90 pivôs de irrigação que estavam na propriedade, dos quais somente 58, conforme dados de 2009, Terra (2010), estavam em funcionamento, irrigando 7.232 hectares na época.

Segundo informações da Subprefeitura do Itamarati (2021), o sistema de irrigação com 85 pivôs entregues aos produtores na implantação do assentamento, na implantação do assentamento, já estavam parcialmente degradados e ultrapassados na tecnologia, muitos foram saqueados, em que pese esses problemas, os custos para a manutenção eram altos para o nível de rendimentos nos lotes dos assentados, operados com energia elétrica, o funcionamento era praticamente descartado, pois, segundo os agricultores familiares, os benefícios não cobriam os custos fixos e variáveis, isso inviabiliza o uso da estrutura de irrigação por aspersão e assim, mesmo no sistema de parceria ou o arrendamento para o cultivo de grãos, as instalações foram aos poucos desativadas.



FIGURA 3 – PIVÔ DE ASPERSÃO NA FAZENDA ITAMARATI – 1989

Fonte: Eliane Nomura Ramos – Fazenda Itamarati 1989.

A estrutura da Fazenda Itamarati atraiu, de forma intensa, a comunidade científica de pesquisadores inovadores na área do agronegócio por conta das demandas ascendentes por *commodities* agrícolas, principalmente, soja e milho. Dessa forma, a fazenda foi instrumentalizada com laboratórios de última geração para análise de solo

e desenvolvimento de novas cultivares de trigo e soja. Os laboratórios ficaram sob a coordenação da Embrapa e da Universidade Federal de Viçosa – MG, trabalhando no desenvolvimento da cultivar colza[18], linho, beterraba açucareira, aveia preta, milho, feijão, arroz e o sorgo. (TERRA, 2010).

O Mato Grosso do Sul torna-se estratégico na incorporação de novas áreas, tanto pela sua posição geográficas quanto pelas características de relevo do terreno. Além disso, o solo era adequado ao cultivo de soja, milho, trigo, entre outras culturas. Trata-se da chamada "terra roxa", que segundo a Embrapa, é um solo não mineral, não hidromórficos[19], de tom avermelhado escuro, arroxeada, fruto da ação de intempéries sob rochas básicas e ultrabásicas, ricas em ferromagnesianos, com grande potencial de resposta às adubações, salienta-se que o solo da fazenda Itamarati também possuía essas características.

Terra (2010), ainda afirma que a reforma agrária se fez presente pela pressão e conveniências para assentar o sem-terra por diversas formas de prepotência são tratados "como se fossem solo e mato" e não como seres humanos. É compreensível que no mundo rural essas pessoas sejam desconhecidas, porém, além dessa característica da realidade social brasileira, a percepção sobre os assentamentos é marcada por mitificações instrumentalizadas no debate político sobre a questão agrária, e em particular, sobre reforma agrária.

Medeiros (2004), contextualiza que os trabalhos realizados com recursos para a infraestrutura, o desenvolvimento da produção e seus efeitos sobre o emprego e o comércio local repercutem sobre a vida econômica regional e sobre a percepção dos moradores em relação aos assentados.

Nesse aspecto, deve-se considerar algumas variáveis na dinâmica da produção do Assentamento como a análise para identificar a metodologia de comercialização. Na peculiaridade em produzir alimentos no Itamarati, por vezes perecíveis ou sem escala. Nos gargalos da logística da produção e comercialização, há como exemplo a manutenção das estradas vicinais, as dificuldades de acesso ao crédito rural oficial, via Pronaf, acesso à assistência técnica, bem como o acesso a infraestrutura da patrulha agrícola.

Outro ponto é a desigualdade no acesso a produtos e serviços públicos, quando o Agricultor Familiar reside distante da sede do Assentamento, as dificuldades de acesso aos produtos e serviços para a produção e comercialização se multiplicam e esse é um fato relevante a ser considerado para a formação do território de forma eficiente alinhada ao

18. Brassica napus L. FAMÍLIA: Brassicaceae. É uma planta desenvolvida do cruzamento espontâneo entre uma couve comum e uma couve rábano. A origem deste híbrido não é ainda bem conhecida, possivelmente na região mediterrânea.
19. Relativo a um solo que em condições naturais se encontra saturado por água, ou excesso de umidade, permanentemente ou em determinado período do ano.

dinamismo da produção da cadeia produtiva.

Mediante tais fatores, poder-se-á medir os níveis de progresso econômico e de conhecimento tecnológico acumulado e, dessa forma, identificar neste recorte a dinâmica da produção, no sentido centro-periferia. As transformações socioeconômicas deste novo território, as quais alteram os fluxos de troca, os níveis futuros de progresso econômico, a hierarquia urbano-regional e a própria dinâmica centro-periferia. (DINIZ, CROCCO, 2006).

Para a compreensão acerca da mutação do lugar antes denominado Fazenda Itamarati, é necessário lançar luz sobre esse novo espaço territorial. De acordo com Diniz e Crocco (2006), a regionalização do território para efeitos de políticas públicas tem sido um desafio constante. Por um lado, cada território, enquanto espaço social (construído), é um produto social, portando, em permanente mutação. A simples identificação do termo “região” pressupõe o reconhecimento do desenvolvimento no território, em decorrência das suas razões históricas, naturais, culturais, políticas e econômicas.

Assim, o novo território, oriundo da mutação da Fazenda Itamarati em Assentamento Itamarati, desapropriação em ação da nova Política de Reforma Agrária que segundo Terra (2009), ocorreu em função de um conjunto de fatos, entre eles os mais significativos foram a pressão dos movimentos sociais e o interesse do investidor Olacyr F de Moraes que endividado com o Banco Itaú entregou parte dos ativos da Fazenda ao Banco. Este fato contribuiu com o início do processo que culminou na implantação daquele que seria um dos maiores projetos de assentamento de sem-terra da América do Latina.

> [...] debate a parte, o fato é que em novembro de 2000 o governo federal adquire junto ao banco Itaú 25.100 ha das terras que haviam pertencido à Fazenda Itamarati, os quais foram repassados em maio de 2001 para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que deu início à implantação do Assentamento Itamarati onde foram assentadas 1.143 famílias e, posteriormente, em maio de 2004, o governo federal viria adquirir o restante da fazenda (24.900 ha) junto ao proprietário para a implantação do assentamento Itamarati II. (TERRA, 2009, p. 18)

Nesse contexto, o IBGE (2010) revela que o Assentamento Itamarati tem 15.805 habitantes, distribuídos por 50.127 hectares. Nesse território, 12.400 pessoas residem em agrovilas e 1.330 pessoas no núcleo urbano/sede do Assentamento. Da análise do contingente populacional, constata-se que a população do Itamarati tem uma população maior que algumas cidades da região como: Antônio João 8.208 habitantes; Aral Moreira com 10.251; Coronel Sapucaia 14.064; e Nioaque com 14.391.

No censo apurado pelo IBGE (2010), o agregado dos assentamentos de Ponta Porã corresponde a 21% da população do município e, segundo a Prefeitura Municipal (2020),

esses assentamentos, após a implantação do PA (2000), receberam aproximadamente, R$ 100 milhões aplicados em melhorias de maneira equitativa no Itamarati I e II. São recursos oriundos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar do Governo Federal.

Na perspectiva de auxiliar o executivo municipal na administração do Assentamento, foi criada, através da lei Complementar nº 07 de 26 de junho de 2009, a Subprefeitura no Itamarati, com objetivos de apoiar os agricultores familiares e aproximar a administração pública municipal do assentado, estratégia que auxilia a abrandar os problemas de distanciamento geográfico de 55 km entre o Assentamento e a cidade de Ponta Porã.

A Subprefeitura de Nova Itamarati[20], serve como unidade integradora, responsável pelo planejamento e execução de serviços no assentamento. A Subprefeitura também se justifica pelo fato de que a sede do Assentamento possui 350 residências, com suas demandas de infraestrutura como pavimentação das ruas, coleta de lixo, tratamento do esgoto, oferta de água potável, implantação de passeio de pedestres, iluminação pública, entre outras.

O Assentamento possui telefonia fixa e internet via rádio, embora, em alguns locais ela seja de baixa qualidade. Não há telefonia móvel e o acesso *à*s redes de televisão, ocorre via satélite. O Assentamento possui estruturas de processamento e armazenagem de aproximadamente 500 toneladas de grãos.

Esse parque é gerido pela Cooperativa de Agricultores Familiares do Itamarati (Cooperafi), criada a partir de debates entre diversos grupos do próprio Assentamento, incluindo a extinta Associação dos Agricultores Familiares da Itamarati (AAFI), instituição criada a partir da interlocução entre diversos movimentos sociais (MST, CUT, FAF, FAFI) e o INCRA. Entre os objetivos iniciais desse movimento estava a gestão para manutenção e melhorias do parque industrial, remanescente da fazenda e fruto na aquisição da fazenda Itamarati, constituída por silos, armazéns, balanças, escritórios e secadores de grãos.

No entanto, por questões legais, a Associação é impedida de representar os associados na comercialização da safra o que limita as ações e os resultados econômicos, restando somente a recepção, armazenagem e guarda dos produtos como instrumento de agregação de valor à produção dos assentados, porém a Associação também respondia pela conservação e manutenção da estrutura, processo inviável considerando que a renda da Associação era insuficiente para cobrir os custos operacionais e de manutenção do parque industrial.

20. Manteremos a forma de localização como assentamento Itamarati, embora, tenha sido elevado à Distrito de Itamarati.

Segundo o IBGE (2020), o Assentamento dista 55 km de Ponta Porã e usa como acesso à rodovia MS-164, sua estrutura interna conta com, aproximadamente, 680 km de estradas vicinais, onde trafegam mensalmente, aproximadamente, 1.600 motocicletas, 400 carroças e 1.500 veículos leves e pesados. Ao tratarmos da mobilidade urbana, há 08 linhas de ônibus que unem os mais diferentes municípios, São João, Ponta Porã, Maracaju, Dourados, Bela Vista, Jardim, Bonito e Campo Grande e transporta diariamente em média 450 pessoas. IBGE (2020)

Quanto ao atendimento à Saúde, conforme Projeto de Extensão de Diagnóstico Socioeconômico UEMS (2018), o sistema SUS atende em 05 postos de saúde em pontos estratégicos, na sede funciona 24 horas, todavia, sem atendimento aos feriados, pois o contingente de profissionais é insuficiente. A equipe de saúde disponível conta com uma ambulância para os serviços emergenciais e translado de pacientes para outras cidades.

Nas questões relacionadas à segurança, o Assentamento possui um pelotão da Polícia Militar, face ao número restrito de policiais, eventualmente as demandas com maior gravidade, perícia ou a presença da Polícia Civil são direcionadas à cidade de Ponta Porã. Nas margens MS-164, quando necessário há fiscalização da Polícia Federal e Polícia Rodoviária Estadual através do Departamento de Operações de Fronteira (DOF). Como reforço, por tratar-se de zona fronteiriça, a sede da tropa do Força de Segurança Nacional tem sua base no Assentamento.

Como componente estrutural, o INCRA transferiu alguns patrimônios para a Prefeitura de Ponta Porã, entre os quais o posto avançado do INCRA; a Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal (IAGRO), o posto avançado do Banco do Brasil, a sede da lotérica, o posto de combustíveis, a telefonia celular móvel, a rádio comunitária, a patrulha mecanizada para estradas e os postos de fiscalização do ICMS nos acessos do Assentamento.

Dessa forma, houve a transformação da então Fazenda Itamarati em Assentamento Itamarati com suas peculiaridades, necessidades de manutenção e melhorias integram as demandas dos produtores, no sentido de mitigar ou resolver os problemas inerentes a produção no assentamento Itamarati.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

Segundo Embrapa (2021), a política pública para a agricultura familiar teve início em 1995 com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). O objetivo do programa é fortalecer a agricultura familiar no financiamento subsidiado de serviços agropecuários e não agropecuários.

Esse programa, dentre outros, auxilia na produção diversificada da agropecuária nas propriedades familiares, possibilita o empreendedorismo por meio do processamento e agroindustrialização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar e atende às exigências mercadológicas e de adoção de práticas conservacionistas para uma produção ambiental, econômica e socialmente sustentável.

Assim, a Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, segundo a Embrapa (2021), é regulamentada pela lei n° 11.326, de 24 de julho de 2006, conhecida como a lei da agricultura familiar, nela se define a característica do agricultor familiar e empreendedor familiar rural, ou seja, aquele que pratica atividades no meio rural, que atende simultaneamente aos seguintes requisitos: não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

São considerados agricultores familiares os pequenos produtores rurais, povos e comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores. Dessa forma, a atividade da agricultura familiar é regulamentada pela referida lei 11.326/2006, sancionada no despacho do então presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva:

> COMO PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º Esta Lei estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.
>
> Art. 2º A formulação, gestão e execução da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais serão articuladas, em todas as fases de sua formulação e implementação, com a política agrícola, na forma da lei, e com as políticas voltadas para a reforma agrária.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011)

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 2º São também beneficiários desta Lei:

I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;

II - aquicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;

III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscadores;

IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente.

V - povos indígenas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput do art. 3º ; (Incluído pela Lei nº 12.512, de 2011)

VI - integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais que atendam simultaneamente aos incisos II, III e IV do caput do art. 3º . (Incluído pela Lei nº 12.512, de 2011)

§ 3º O Conselho Monetário Nacional - CMN pode estabelecer critérios e condições adicionais de enquadramento para fins de acesso às linhas de crédito destinadas aos agricultores familiares, de forma a contemplar as especificidades dos seus diferentes segmentos. (Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009)

§ 4º Podem ser criadas linhas de crédito destinadas às cooperativas e associações que atendam a percentuais mínimos de agricultores familiares em seu quadro de cooperados ou associados e de matéria-prima beneficiada, processada ou comercializada oriunda desses agricultores, conforme disposto pelo CMN. (Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009)

Art. 4º A Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais observará, dentre outros, os seguintes princípios:

I - descentralização;

II - sustentabilidade ambiental, social e econômica;

III - equidade na aplicação das políticas, respeitando os aspectos de gênero, geração e etnia;

IV - participação dos agricultores familiares na formulação e implementação da política nacional da agricultura familiar e empreendimento familiares rurais.

Art. 5º Para atingir seus objetivos, a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais promoverá o planejamento e a execução das ações, de forma a compatibilizar as seguintes áreas:

I - crédito e fundo de aval;

II - infraestrutura e serviços;

III - assistência técnica e extensão rural;

IV - pesquisa;

V - comercialização;

VI - seguro;

VII - habitação;

VIII - legislação sanitária, previdenciária, comercial e tributária;

IX - cooperativismo e associativismo;

X - educação, capacitação e profissionalização;

XI - negócios e serviços rurais não agrícolas;

XII - agroindustrialização.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que for necessário à sua aplicação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação .

Brasília, 24 de julho de 2006; 185º da Independência e 118º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, CASA CIVIL, 2021).

Nesse sentido, para auxiliar os objetivos do ser da agricultura familiar e, por consequência, ao assentado é necessário que o Estado inclua no orçamento público recursos para as políticas públicas que contemplem esta classe de produtores, os agricultores familiares, para tanto foi criada linha de crédito Pronaf, fato que segundo o Mapa (2020), no Plano Safra 2020-2021, o orçamento prevê o valor de R$ 33 bilhões reservados ao Pronaf para o custeio e investimento nas atividades da agricultura familiar.

O Pronaf recebe incentivos com taxas de juros diferenciadas, em 2021 ela oscilou entre 2,75% e 4% ao ano nas linhas para o custeio e comercialização. Nessa fonte há recursos orçados no valor de R$ 500 milhões para o financiamento de construções e/ou reformas residenciais dos produtores enquadrados no Pronaf, essa linha pretende atender, aproximadamente, 8 mil famílias.

Na edição do Plano Safra de 2020-2021, foi incluído recursos para os filhos residentes na propriedade dos pais e nesse caso podem usar o crédito como incentivo na sucessão familiar do campo, reforçando as políticas relacionadas a moradia no campo. Há ainda recursos nos programas Bioeconomia, Brasil-Sociobiodiversidade, Mais Alimentos, programa Garantia de Preços para a Agricultura Familiar, Residência Profissional Agrícola, programa de Aquisição de Alimento e Crédito Fundiário.

No âmbito das políticas sociais e previdenciárias, o beneficiário especial da previdência social e aposentadoria rural (Funrural) foram adequadas às normas da reforma previdenciária.

Outras políticas públicas foram mantidas e sujeitas às restrições orçamentárias, a exemplo do auxílio emergencial financeiro, o programa Minha Casa Minha Vida Rural, as cotas em escolas profissionalizantes (CEFET) e o Pronatec Campo.

A Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo (SEAF/Mapa) coordena várias políticas públicas para a agricultura familiar e o acesso a essas políticas e programas está disponibilizado no site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O agricultor familiar que demandar crédito através do Pronaf deverá apresentar a DAP[1] ativa, no entanto, além desse documento é necessário atender às exigências de cada linha de crédito do programa a serem observadas. Nesse aspecto, o MCR[2] determina as normas de acesso ao crédito rural e reserva um capítulo especial para o Pronaf.

De forma sintética, pode-se destacar algumas das principais Políticas Públicas vigentes de apoio à agricultura familiar.

Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER)

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural foi instituída pela lei 12.188/2010. Orientada pelo Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER), ela estabelece as diretrizes e metas para os serviços públicos de ATER no País. É coordenada pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER)

1. Declaração de Aptidão ao Pronaf.
2. O Manual de Crédito Rural (MCR) codifica as normas aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e aquelas divulgadas pelo Banco Central do Brasil relativas ao crédito rural, às quais devem subordinar-se os beneficiários e as instituições financeiras que operam no Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), sem prejuízo da observância da regulamentação e da legislação aplicáveis.

que elabora, anualmente, as ações de assistência técnica e extensão rural para cada Plano Safra da Agricultura Familiar.

Criada com o objetivo de atender apenas os agricultores familiares, a Política Nacional de ATER - PNATER foi concebida para atuar com visão ampliada de desenvolvimento sustentável; enfatizar novos enfoques metodológicos participativos, privilegiando o intercâmbio e construção do conhecimento; utilizar paradigma tecnológico pautado nos princípios da Agroecologia; respeito às diferentes identidades dos agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais; privilegiar o potencial endógeno das comunidades e territórios; resgatar e interagir com os conhecimentos dos agricultores familiares e demais povos e comunidades tradicionais; incluir enfoques de gênero, geração, raça e etnia nas orientações dos projetos e programas e; priorizar os públicos que historicamente foram os mais excluídos dos processos de desenvolvimento; entre outros.

No momento, a PNATER está sendo reformulada no intuito de absorver os pequenos e médios agricultores que não se enquadram no Pronaf e concentra-se em 3 eixos de atuação: Prestação de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER); formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural e; fomento à produção de tecnologias e de conhecimentos apropriados para a agricultura familiar.

Seguro da Agricultura Familiar (SEAF)

É uma ação exclusiva para os agricultores familiares que realizam financiamentos de custeio agrícola no Pronaf. O SEAF garante a cobertura total do financiamento, mais 65% da receita líquida esperada da família produtora que perder a safra em razão de fenômenos climáticos amparados pelo Seguro.

O Fundo de Garantia-Safra é uma ação do Pronaf de atendimento aos agricultores familiares do semiárido, no caso de perda de safra devido à seca. O Garantia-Safra foi instituído pela lei nº 10.420/2002 e alterado pela lei nº 10.700/2003, com o objetivo principal de possibilitar tranquilidade e segurança para o exercício da atividade agrícola no semiárido brasileiro.

Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM)

É uma importante ferramenta para diminuir oscilações na renda dos produtores rurais e assegurar uma remuneração mínima, atuando como balizadora da oferta de alimentos, incentivando ou desestimulando a produção e garantindo a regularidade do abastecimento nacional. A Conab atua no PGPM no Plano Agrícola do Governo com análises de mercado, avaliação da oferta e da demanda nacional e internacional, planos de abastecimento e na

Proposta de Preços Mínimos, documento tomado como base técnica para a discussão e definição dos Preços Mínimos entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), o Ministério da Economia (ME) e o Conselho Monetário Nacional (CMN).

Essa Política possui ainda uma modalidade com recorte específico para produtos extrativistas, denominada Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio). Essa modalidade objetiva fomentar a proteção ao meio ambiente, contribuir com a redução do desmatamento, como forma de minimizar os efeitos das mudanças climáticas, garantido renda às diversas populações extrativistas. Essas populações possuem formas próprias de organização social, que ocupam, usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, e utilizam conhecimentos, inovações e práticas que são transmitidos pela tradição.

Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF)

Consiste em apoiar os agricultores familiares que têm financiamento no âmbito do Pronaf, a indexação do financiamento a um preço de garantia igual ou próximo do custo de produção e nunca inferior ao estabelecido na Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM).

Terra Brasil – Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)

Oferece condições para que os agricultores sem acesso à terra ou com pouca terra possam comprar imóvel rural por meio de um financiamento. Além da terra, os recursos financiados podem ser utilizados na estruturação da propriedade e do projeto produtivo, na contratação de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e no que mais for necessário para que o agricultor desenvolva as suas atividades de forma independente e autônoma.

Selo Nacional da Agricultura Familiar (SENAF)

Identifica a origem e fornece as características dos produtos da agricultura familiar, visando fortalecê-la perante o público consumidor. O Selo é identificado com uma imagem específica, um código QR e um número de série. Cada produto tem sua própria numeração com validade do SENAF de dois anos, podendo ser renovado. É concedido às agroindústrias e cooperativas/associações portadoras da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). A gestão dos produtos e serviços da agricultura familiar que possuem o Selo é feita em plataforma web, a Vitrine da Agricultura Familiar, mantida pela Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo. Há 7 modalidades do Selo Nacional da Agricultura Familiar, os quais são: Senaf, Senaf Mulher, Senaf Juventude, Senaf Quilombola, Senaf Indígena,

Senaf Sociobiodiversidade e Senaf Empresas.

Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB)

É um programa interministerial do Governo Federal que objetiva a implementação de forma sustentável, da produção e uso do biodiesel, com enfoque na inclusão produtiva e na geração de emprego e renda. O Selo Combustível Social é um componente de identificação criado a partir do Decreto Nº 5.297, de 6 de dezembro de 2004, concedido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento aos produtores de biodiesel que cumprem os critérios descritos na Portaria nº 144, de 22 de julho de 2019. O Selo confere ao seu possuidor o caráter de promotor de inclusão produtiva dos agricultores familiares enquadrados no Pronaf.

Programa Brasil Mais Cooperativo

A Portaria nº 129, de 4 de julho de 2019 instituiu o programa de governo Brasil Mais Cooperativo, para apoiar o cooperativismo e o associativismo rurais brasileiros através da oferta de assistência especializada, da promoção da intercooperação, da formação técnica e da qualificação de processos de gestão, produção e comercialização nos mercados institucionais e privados.

Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

É um dos mais antigos programas sociais do governo federal e um dos maiores programas de alimentação do mundo. Instituído pela Resolução nº 26/2013, e complementado pelas Resoluções nº 04/2015 e nº 01/2017, o programa repassa para as secretarias de educação dos Estados e municípios e escolas federais, em torno de R$ 4,3 bilhões anualmente, voltados para a compra de alimentos saudáveis que respeitem a vocação agrícola local, os hábitos alimentares e as tradições locais. Assim, do total repassado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo, 30% (trinta por cento) deve ser utilizado exclusivamente nas aquisições de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar por meio de editais de chamada pública.

Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

Foi instituído pelo artigo 19 da lei nº 10.696 de 2 de julho de 2003. Destina-se à aquisição de alimentos diretamente da agricultura familiar, buscando o fortalecimento dos processos de comercialização de seus produtos a partir de dois grandes eixos, a saber:

I. a compra direta para doação simultânea às entidades da rede

socioassistencial, tais como: escolas, creches e asilos, visando garantir a segurança alimentar e nutricional deste público; e

II. apoio à formação de estoques e sua posterior comercialização no mercado. O PAA é voltado para famílias enquadradas no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Programa Bioeconomia Brasil Sociobiodiversidade

Esse programa criado pela Portaria nº 121, de 18 de junho de 2019, tem suas ações executadas por meio de chamadas públicas. Estrutura-se em cinco eixos temáticos:

I. Estruturação Produtiva das Cadeias do Extrativismo (Pró-Extrativismo);

II. Ervas Medicinais, Aromáticas, Condimentares, Azeites e Chás Especiais do Brasil;

III. Roteiros da Sociobiodiversidade;

IV. Potencialidades da Agrobiodiversidade Brasileira e

V. Energias Renováveis para a Agricultura Familiar.

Programa Residência Profissional Agrícola

O programa visa promover a qualificação de jovens estudantes e recém-egressos dos cursos de ciências agrárias e afins por meio de estágio ou residência. Ele promoverá o aprimoramento de conhecimentos e de habilidades por meio de treinamento intensivo profissional em serviço de uma ou mais áreas de conhecimento, com o intuito de especializar o futuro profissional para exercer a profissão e oferecer consultorias nas referidas áreas. É voltado para jovens com idades entre 15 e 29 anos, estudantes de nível médio ou superior e para egressos, desde que a conclusão do curso tenha ocorrido até 12 meses.

Os alunos residentes farão atividades práticas dentro das funções ligadas à respectiva formação profissional sob supervisão e acompanhamento de profissional técnico habilitado com formação na área de atuação.

Programa Ater Digital

O objetivo desse Programa é fortalecer o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (Sibrater), a fim de ampliar o alcance da atuação dos extensionistas em todas as regiões do Brasil, por meio da utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), ampliando o acesso dos agricultores a serviços modernos, ágeis e eficientes, aumentando a sua competitividade.

Este programa está pautado em 5 eixos de ação:

I. Organização e compartilhamento de informações/conhecimentos;

II. Modernização da Infraestrutura de Tecnologia de Informação (TI) das

instituições de ATER;

III. Compartilhamento e/ou desenvolvimento de sistemas/aplicativos;

IV. Capacitação dos extensionistas das Entidades de ATER Públicas para utilizarem os recursos móveis de Tecnologia da Informação;

V. Criação de Hub Piloto de Informação e Gestão Tecnológica para Agricultura Familiar.

Programa Rotas da Integração Nacional

As Rotas de Integração Nacional é uma estratégia de desenvolvimento regional e inclusão produtiva centrada em redes de APL[3] que visam propiciar a inovação, a diferenciação, a competitividade e a sustentabilidade dos empreendimentos associados às cadeias produtivas. As cadeias produtivas que compõem a rota atualmente são: açaí, fruticultura, peixe, mel, cacau, cordeiro, biodiversidade, economia circular, tecnologia da informação e comunicação.

Lamoso (2011, p. 114) contextualiza acerca das contradições a par do "Grande e Pequeno", nesse aspecto ao abordar-se o APL é aconselhável a reflexão do tema no contexto do arranjo e organização da produção no assentamento Itamarati:

> [...] é necessário aprofundar as pesquisa sobre o tema da infraestrutura e serviços públicos. A face do "pequeno" tem ganho expressão a partir de estudos sobre os Arranjos Produtivos Locais (APLs), a produção dos assentamentos rurais, as atividades que ainda não foram subordinadas pela incorporação do avanço técnico, mas necessitam da força de trabalho e dezenas de outras. Sobre essas iniciativas é possível dizer que fazem parte de um desenvolvimento territorial, pois mantém com o território uma relação de dependência e formam sobre ele uma base de aprendizagem, de experiência e de socialização de ganhos muito maior que o proporcionado pelos grandes empreendimentos.

Agroindústria Familiar

A Agroindústria Familiar tem enfrentado desafios em relação à legalidade para poder acessar os mercados. Porém, o Governo Federal apoia a implementação de ações para capacitar o agricultor familiar, inseri-lo e mantê-lo de forma competitiva no mercado. O Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) é o responsável por organizar as ações de vigilância e defesa sanitária dos animais e vegetais, sob a coordenação do Poder Público nas várias instâncias federativas e no âmbito de sua

3. Arranjos Produtivos Locais (APLs) são aglomerações de empresas e empreendimentos, localizados em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva, algum tipo de governança e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa.

competência é baseada na robustez e complexidade das legislações tributária, fiscal, ambiental e sanitária para proceder a regularização do setor.

Nesse contexto, a agricultura familiar se faz presente em todos os biomas do Brasil, tem características de grande diversidade de organização e resiliência em cada um dos cinco biomas brasileiros. Auxiliam na garantia da segurança alimentar e nutricional da população.

Ainda com relação as políticas públicas para a Agricultura Familiar, faze parte as diretrizes do Bacen, no MCR, que determinam as condições para o acesso a recursos para investimento e custeio aos produtores da agricultura familiar. Nesse caso, atinge as demandas dos produtores de assentamentos rurais. A política de crédito rural nas instruções normativas do Manual de Crédito Rural do Banco Central do Brasil estão alinhadas com a lei n° 11.326, de 24 de julho de 2006.

O MCR determina as linhas de crédito que contemplam a Agricultura Familiar, de acordo com o referido manual no item 10 p.4, o crédito ao agricultor familiar está estruturada da seguinte forma:

> 10 - PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF)
>
> 1 - Disposições Gerais
>
> 2 - Beneficiários
>
> 3 - Créditos para os Beneficiários do PNCF, do PNRA e do PCRF
>
> 4 - Créditos de Custeio
>
> 5 - Créditos de Investimento (Pronaf Mais Alimentos)
>
> 6 - Crédito de Investimento para Agregação de Renda (Pronaf Agroindústria)
>
> 7 - Crédito de Investimento para Sistemas Agroflorestais (Pronaf Floresta)
>
> 8 - Crédito de Investimento para Convivência com o Semiárido (Pronaf Semiárido)
>
> 9 - Crédito de Investimento para Mulheres (Pronaf Mulher)
>
> 10 - Crédito de Investimento para Jovens (Pronaf Jovem)
>
> 11- Crédito de Industrialização para Agroindústria Familiar (Pronaf Industrialização de Agroindústria Familiar)
>
> 12 - Crédito para Integralização de Cotas-Partes por Beneficiários do Pronaf Cooperativados (Pronaf Cotas Partes)
>
> 13 - Microcrédito Produtivo Rural (Grupo “B”)
>
> 14 - Crédito de Investimento para Agroecologia (Pronaf Agroecologia)
>
> 15 - Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF)

16 - Crédito de Investimento em Sistemas de Exploração Extrativistas, de Produtos da Sociobiodiversidade,

Energia Renovável e Sustentabilidade Ambiental (Pronaf Bioeconomia)

17 - Crédito Produtivo Orientado de Investimento (Pronaf Produtivo Orientado)

18 - Normas Transitórias. (BACEN – MCR, p.4)

De acordo com a atualização o item 10 do MCR, p.127-160, atualização 703 de 03.11.2021, o BACEN determina as diretrizes para atender às demandas de crédito da agricultura familiar que descrevemos abaixo a luz do referido Manual de Crédito Rural.

DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf [4]

Em relação à Declaração de Aptidão ao Pronaf, fundamental para acesso aos recursos oficiais que abarcam as linhas de crédito agropecuário do Pronaf, no Estado de Mato Grosso do Sul, a Agraer, entidade do executivo estadual, está entre as instituições habilitadas para emissão da DAP.

No campo, a DAP funciona como a identidade do agricultor familiar, ela permite o acesso das famílias agrícolas em pelo menos 15 diferentes políticas públicas como financiamentos (Pronaf), créditos da reforma agrária (assentamentos do Governo Federal), programa de habitação rural, certificações de produtos (selos), cursos profissionalizantes (Pronatec), comercialização de alimentos em escolas (merenda escolar), hospitais e instituições militares, entre outros.

Segundo a Agraer (2021), estima-se em mais de 5,1 milhões de DAPs ativas em todo o Brasil. No Mato Grosso do Sul, 18.153 agricultores familiares estão em posse do documento, enquanto 67 associações ou cooperativas fazem uso da DAP Jurídica.

A DAP é um documento essencial para acesso às linhas de crédito do Pronaf, caso do sistema de energia solar implantada no sítio da agricultora Salete, município de Ivinhema.

Embora ela tenha significância no contexto do acesso ao crédito na agricultura familiar, os números poderiam ser melhores se não fosse a falta de esclarecimento sobre o assunto por parte dos agricultores familiares.

De acordo com o gerente de Desenvolvimento Agrário e Abastecimento da Agraer, órgão vinculado a Semagro, há diferentes tipos de DAPs, oito no total, já incluindo as duas DAP’s Jurídicas que são emitidas para fins de associativismo ou agroindústria familiar.

O Estado do Mato Grosso do Sul tem o potencial de emitir pelo menos outras seis

4. Informações adaptadas de Aline Lira - Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural - Fotos: Agraer, Publicado por: Araquem Ibrahim Midon

mil DAPs. Segundo a Agraer, 2021, há espaço para emissão de mais 6 mil declarações, mas os principais obstáculos para aumentar o número de DAP's emitidas se relacionam à falta de conhecimento do direito de acesso ao documento ou problemas relacionados aos documentos pessoais: RG, CPF ou posse da terra.

O titular da Semagro, Jaime Verruck, reforça a importância do trabalho realizado pela Agência de Desenvolvimento para auxiliar os produtores da agricultura familiar, baseado no esforçado da Secretaria para assegurar a aplicação dos recursos disponíveis no Pronaf no Estado e esse trabalho de assessoramento executado pela Agraer é fundamental.

Tem direito ao documento os agricultores familiares tradicionais; pescadores artesanais; aquicultores; silvicultores; extrativistas; quilombolas; indígenas; assentados da reforma agrária e do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

A DAP é a porta de entrada do agricultor familiar às políticas públicas de incentivo à produção e geração de renda. O documento tem dados pessoais dos donos da terra, dados territoriais e produtivos do imóvel rural e da renda da família. Para acessar uma linha de crédito do Pronaf é imprescindível a DAP, pois nela consta informações que darão segurança jurídica para as transações de financiamentos. O documento é expedido aos agricultores familiares gratuitamente.

Há oito tipos de DAP's, seis são individuais e duas jurídicas. Dentro das individuais há quatro principais (A, A/C, B e A/F) e outras duas acessórias (DAP Jovem e DAP Mulher Agregada) que são sempre vinculadas à DAP Principal.

A DAP Jurídica pode ser concedida a três formas de organizações econômicas da agricultura familiar: cooperativas, associações e pequenas agroindústrias familiares.

"A DAP A ou A/C, são destinadas somente para assentados da Reforma Agrária ou dos beneficiários do Crédito Fundiário. Ainda há a DAP B que é para o público agrícola de renda bruta de até R$ 20 mil anual. A DAP A/F será emitida para agricultores familiares com renda anual superior a R$ 20 mil e de até R$ 360 mil.

Existe a condição de DAP assessória, trata-se daquela emitida para o jovem (DAP Jovem), destinada aos filhos de agricultores, entre 16 e 29 anos, e a DAP Mulher Agregada, direcionada às agricultoras que não são as titulares da terra, mas que vivem nas unidades familiares, como mães, tias, cunhadas ou noras. Lembrando que essas mulheres devem ter atividades produtivas independentes dos titulares da terra.

No caso da propriedade ser pertencente a um casal é importante frisar que a DAP não é da pessoa e sim da família, em função disso a DAP deve constar os nomes dos dois titulares. O documento possui validade de dois anos e em casos simples, onde o agricultor

não tenha problemas de documentos, a emissão é rápida.

Contudo, a emissão só não pode ser praticada dentro dos escritórios municipais da Agraer para DAP's do tipo A e A/C, já que essas são destinadas apenas aos agricultores familiares da Reforma Agrária e do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). Os agricultores da reforma agrária devem buscar o INCRA e as famílias do Crédito Fundiário devem ir ao atendimento da Unidade Técnica Estadual – UTE, que trata dos assuntos vinculados ao próprio programa.

Em 2016, uma parceria foi firmada entre o INCRA e o Governo do Estado e, desde então, a Agraer pode dar um atendimento suporte em relação à DAP, assim o agricultor pode solicitar o serviço de vistoria da Agraer que designará um técnico para fazer a inspeção no sítio e o levantamento dos documentos. Todas as informações serão repassadas ao INCRA.

Para garantir o acesso à DAP deve-se observar outros requisitos, como o número de empregados permanentes, que deve ser menor ou igual ao número de pessoas da família que desenvolvem atividades no sítio, o agricultor deve residir no imóvel ou bem próximo e o sítio deve ter até quatro módulos fiscais, todavia, o número de hectares de um módulo varia de município para município.

A emissão é feita sem custo e o documento é de uso exclusivo dos agricultores familiares, pessoas que atuam no campo em conjunto com a família. A DAP que comprova que o indivíduo é de fato um agricultor familiar.

Embora o universo de 16 modalidades de atendimento e programas disponibilizados à agricultura familiar, no Assentamento Itamarati foram executadas sete, incluindo as políticas e ações do executivo municipal, no entanto, deve-se considerar que algumas são adaptadas e outras não se ajustam ou não são prioridade nas demandas dos assentados.

POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL PARA AGRICULTURA FAMILIAR

Na composição estrutural da governança do estado de Mato Grosso do Sul há a Superintendência de Ciência e Tecnologia, Produção e Agricultura Familiar (SUPRAFA), sob supervisão de Rogério Thomitão Beretta, a qual tem as seguintes coordenadorias[5] de apoio à Superintendência:

5. Links de acesso as coordenadorias da SUPRAFA:
Coordenadoria de Ciência, Tecnologia e Inovação – COTEI
Coordenadoria de Agricultura Familiar – COAFA
Coordenadoria de Agricultura – COAGRI
Coordenadoria de Pecuária – COPEC
Centro de Monitoramento de Tempo, do Clima e dos Recursos Hídricos de Mato Grosso do Sul (CEMTEC)

- Coordenadoria de Ciência, Tecnologia e Inovação – COTEI;
- Coordenadoria de Agricultura Familiar – COAFA;
- Coordenadoria de Agricultura – COAGRI;
- Coordenadoria de Pecuária – COPEC e o
- Centro de Monitoramento de Tempo, do Clima e dos Recursos Hídricos de Mato Grosso do Sul (CEMTEC).

Nessa ótica, a Coordenadoria de Agricultura Familiar (COAFA) é o setor responsável por receber as demandas dos Agricultores Familiares, pesquisar, avaliar e criar as políticas públicas para a agricultura familiar no sentido de mitigar os problemas relacionados à tomada de decisão do produtor da agricultura familiar no sentido de decidir de forma assertiva do que, quanto, para quem e como produzir.

As demais coordenadorias estão a serviços de todos os produtores, inclusive os da agricultura familiar, que podem demandar e buscar soluções de problemas da produção que estejam no escopo de trabalho das referidas coordenadorias.

Na perspectiva de entender as políticas públicas do Estado de Mato Grosso do Sul para a agricultura familiar, em especial aos assentamentos, questionamos e transcrevemos a posição da Coordenadoria de Agricultura Familiar alinhada com as competências elencadas para o desenvolvimento das atividades da coordenadoria, dentre as quais:

> I - Propor políticas públicas de apoio ao desenvolvimento rural sustentável voltado para a agricultura familiar;
>
> II – Elaborar, apoiar, acompanhar e avaliar a execução de programas e projetos de interesse da agricultura familiar;
>
> III - Fomentar a constituição de Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS, em articulação com o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável - CEDRS, com o objetivo de subsidiar as implementação das políticas da agricultura familiar, no âmbito do Estado;
>
> IV – Propor, orientar e acompanhar as ações voltadas ao apoio logístico, suprimento de insumos, processos produtivos e alianças mercadológicas de apoio à agricultura familiar;
>
> V - Articular as relações do Estado com as entidades parceiras, comprometidas com o aperfeiçoamento das políticas públicas para a agricultura familiar;
>
> VI - Participar e dar apoio às Câmaras Setoriais correlacionadas à Agricultura Familiar;
>
> VII - Propor políticas de incentivo à organização socioeconômica e ao fortalecimento do associativismo e do cooperativismo, e articular ações voltadas à melhoria da produção, dos processos tecnológicos, agroindustriais e mercadológicos;

VIII - Planejar, organizar, coordenar, orientar e zelar pelo conteúdo dos assuntos relacionados à sua área de competência e adotar medidas para que estejam sempre atualizados nas ferramentas de comunicação disponibilizadas pela SEMAGRO;

IX - Coordenar, orientar e zelar para que os Gestores de Processos que lhe são subordinadas, desempenhem suas atribuições de forma integrada com os Programas e Projetos da Agricultura Familiar do Estado;

X - Buscar ações integradas com as demais unidades administrativas e de gerência operacional da SEMAGRO;

XI - Participar de reuniões, cursos, treinamentos, encontros, congressos, seminários e outros eventos voltados ao desenvolvimento profissional da sua área de competência;

XII - Executar outras atividades relacionadas com a sua área de competência.

No contexto da temática abordada e na perspectiva de se elucida como as políticas públicas do Estado de Mato Grosso do Sul interagem na dinâmica dos assentamentos, foi realizada uma entrevista com a COAFA e, para tanto, fora elencado quesitos pertinentes, que se passa a transcrever a posição do Estado/ Semagro, nas palavras da Coordenadora Me. Karla Nadai:

1. Quais ações proativas do Estado no sentido de criar instrumentos para apoiar o fomento e atender as demandas dos assentados?
2. Como se estabelece as relações com os convênios com a organização pública ou privada (IES, Sistema S [6]etc.)?
3. Há demanda dos Municípios com assentamentos para implantação de algum projeto desenvolvimentista nos assentamentos, ligados a produção e comercialização de alimentos?
4. Qual a metodologia para aproximar os projetos ao recurso público, por exemplo as emendas dos parlamentares?
5. Existem projetos ou programas em desenvolvimento ou em execução que podem auxiliar na fixação do assentado e explorar a terra alinhada com o princípio básico da desapropriação e alocação do sem-terra?
6. O Estado tem algum vínculo de pesquisa e estudo com os municípios no sentido de fomentar o desenvolvimento e crescimento socioeconômico do assentado?
7. O Estado possui algum instrumento, ação ou projeto de fomento à produção de alimentos com a perspectiva de aquisição, especificamente, da agricultura familiar?
8. Considerações finais e o seu posicionamento acerca de outros temas,

6. O Sistema “S” está composto de nove instituições prestadoras de serviços o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop); Serviço Social de Aprendizagem do Transporte (Senat); Serviço Social de Transporte (Sest) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). (AGÊNCIA BRASIL, 2022).

convergentes e não abordados na entrevista.

De acordo com o posicionamento da Semagro, o Governo trabalha de uma forma mais genérica, não existe nenhuma ação específica para o assentamento Itamarati, a Secretaria possuí várias ações nos assentamos, tanto em crédito fundiário para os assentamentos do INCRA, quanto para as aldeias indígenas e às comunidades quilombolas. A Coordenadora Me. Karla B. Ledesma de Nadai[7], esclarece:

> As nossas ações são equitativas, são iguais ou pelo menos tentamos atender todos de forma igualitária, tendo como foco a assistência técnica e extensão rural. Agraer é a nossa agência de assistência técnica vinculada à Semagro, atua diretamente dentro do Itamarati, inclusive tem um posto específico para este fim, frisando que são poucos os assentamentos com este tipo de atendimento exclusivo.
>
> Estamos na busca de atender por meio dos programas federais, naquilo que se pode destinar para o assentamento Itamarati, principalmente compras públicas, que hoje é o maior ferramenta de transferência de recurso para um produtor da agricultura familiar.
>
> A atuação se faz por meio do PAA estadual, programa de compra de alimentos na modalidade simultânea estadual, tenho PAA municipal também que atua em conjunto com o PNAE, temos a Conab no sistema do PAA e ainda o PAA compra institucional, só de PA nós temos 5 modalidades diferentes né aquelas que estão sob a responsabilidade do estado a gente atua dentro do Itamarati.
>
> Hoje nós temos um problema muito sério no Itamaraty que foge a nossa nosso controle foge da nossa área de atuação que são áreas arrendadas. Temos aproximadamente, porque não é um dado oficial, 70% das áreas do Itamarati arrendada para o cultivo de Soja, então fica muito difícil qualquer tipo de ação no assentamento, pois as nossas ações estão voltadas para as associações e para os produtores da agricultura familiar e não para atender sojicultor.
>
> Atualmente, 2021, o que tem dentro do Itamarati é sojicultor, reafirmo fica bem difícil a nossa atuação ali dentro. Posso falar é que a gente trabalha diretamente e com os poucos que ficaram na atividade de agricultor familiar efetivamente e existe um trabalho interessante lá dentro, pois a minha área e que eu gosto de trabalhar muito é dentro da agroecologia, sou mestre em agroecologia, há ali dentro um grupo que luta contra o sistema de cultivo extensivo como o da soja e permanecem resistentes, produzindo de forma agroecológica.
>
> Os resistentes e cultivam a terra como agricultor familiar, são atendidos por programas que privilegiam este tipo de atividade, da agricultura familiar. Tem prioridade da Secretaria e da Agraer. Ainda existe alguns que trabalham com leite, muito poucos se comparados no início, quando estava em atividade a Cooperativa de Leite do Itamarati, era muito forte, mas foi minguando porque

7. Coordenadora: Karla B. Ledesma de Nadai - Tel.: (67) 3318 5014
E-mail: kledesma@semagro.ms.gov.br . Disponível em: https://www.semagro.ms.gov.br/superintendencias/suprafa/coordenadoria-de-agricultura-familiar/. Acesso em 10 fev. 2022

o arrendamento é muito sedutor para o produtor.

No caso de arrendamento, ou a parceria, nomenclatura adotada pelos assentados, então abre-se a possibilidade de permanecer com a terra de ter uma renda razoável, ele permanece com a sede, local onde mora na agrovila, satisfaz aquela vontade de ter uma casinha, pequenas criações de galinha, horta, uma vaca de leite, uma pequena criação de suínos par ao consumo familiar, e não precisa viver da produção disso, um trabalho árduo como a da horticultura.

Neste caso o produtor tem uma renda certa, arrendamento, que ele pode contar é muito sedutor e estamos em discussão constante dentro da SEMAGRO a respeito desse tema, porque são lutas desleais a gente apresenta meio de mecanismos de trabalho andamento ele é meio de lucro de deter renda né então assim né fica complicado a gente a gente lutar com armas tão desiguais, infelizmente não é uma coisa que nos agrada, ter que falar sobre isso, porque mostra uma incompetência não só do Estado, mas como sistema como um todo.

Os trabalhos de outros assentamentos com realidades diferentes, graças a Deus é muito interessante principalmente em Itaquirai, uma outra região também de muitos assentados, assim como a região de Sidrolândia por mais que seja uma área de soja ela ainda não trabalha toda a área com soja quanto o Itamarati, onde temos muito sucesso nas ações dentro dos assentamentos, enfim é as nossas ações dentro sociedade.

A ideia de adquirir os pivôs para irrigação, foi na perspectiva do trabalho em associações, os chamados lotes comunitários, onde 120 hectares com dez famílias explorariam de forma comunitária, mas é uma utopia pois é um sistema falido, trabalho com a agricultura familiar a vários anos e trabalhei em vários lugares do Brasil, no Rio Grande do Norte, Pernambuco sempre com produtores da agricultura familiar e comunidades tradicionais, esta proposta não dá certo, então é um sistema falido e hoje a gente nem pratica esse tipo de assentamento porque realmente não funciona.

Quanto as parcerias e convênios com o sistema “S” Senar, Sescoop, Senai, Sebrae e Senac, na perspectiva de fomentar a assistência técnica dentro do assentamento, temos

Quanto a convênios com as bancadas do legislativo, temos sim uma bancada trabalhando incessantemente trazendo benefícios através da emendas parlamentares, inclusive estamos entregando várias patrulhas no Estado, fruto de convênios da Semagro com o Ministério da Agricultura nós estamos entregando uma patrulha mecanizada, formada por patrola, caçamba e caminhão para manutenção de estradas rurais, então todos os 79 municípios vão receber um ***kit*** completo de equipamento para fazer todo o trabalho de manutenção de estradas.

Hoje os municípios recebem recursos, mas não lembro se Ponta Porã especificamente recebeu, mas o prefeito de Ponta Porã é muito ativo e trabalha muito para levar benefícios ao assentamento Itamarati.

Recentemente instalamos em Aral Moreira uma despolpadora industrial para atender toda a região, inclusive o agricultor familiar do Itamarati. Eles têm a central de comercialização da agricultura familiar.

O Proinf que é um programa que atende as comunidades tradicionais indígenas nós estamos reformando toda parque de máquinas, porque um dos problemas que nós enfrentamos é que houve um grande repasse de máquinas e implementos, de resfriadores para leite, mas a associação não tem capacidade gerencial não tem como manter estes equipamentos.

Um equipamento como um trator tem manutenção diária, semanal, mensais, e semestrais e anuais para o bom desenvolvimento dessas máquinas, a gente sabe que isso não ocorre quando nós passamos essas máquinas às associações nos assentamentos ele é usado até a exaustão, quando quebra somos acionados para resolver o problema e receemos o pedido de uma nova máquina, como fosse um bem reciclável.

A gente tem muito problema em relação a isso, temos recebido muitos pedidos das prefeituras no sentido de reformar as máquinas, mas isso não é papel da prefeitura quando temos um termos de cessão de uso documento que usamos para repassar o bem às associações com orientações de manutenção e uso de combustível adequado.

Hoje temos um orçamento de R$ 4 milhões para reforme desses equipamentos, pois a gente tem conhecimento do problema e não podemos simplesmente dizer este problema é teu e eu não tenho como resolver.

Quanto a parceria com o sistema "S", temos uma parceria forte com o Senar, ele atua também com assistência técnica e o Sebrae atua dentro das prefeituras.

Quanto a evasão ou substituição do público inicialmente assentado, não há número preciso, mas sabe-se que há estes casos e certamente serão regularizados quando da habilitação para titulação do lote. O INCRA avalia se o novo usuário do lote tem as características e o perfil de produtor da agricultura familiar e a partir daí faz a regularização incluindo esta pessoa como assentado de fato, caso contrário será retomado o lote. Atualmente estamos trabalhando no Estado aproximadamente 78 mil produtores da agricultura familiar há 5 mil lotes no processo de retomada dos lotes.

No que se refere a convênios com as IES, temos com várias, dentre as quais a UEMS, UFGD, UFMS, temos também programas de fornecimento de bolsas para pesquisa e extensão que complementam o orçamento dessas instituições e atendem os assentados.

Além disso estamos trabalhando com o projeto Conecta MS, uma proposta de inclusão às redes mundiais de computadores levando o sinal de Internet aos assentamentos, comunidades indígenas e às comunidades quilombolas. No assentamento Itamarati está em processo de instalação já com uma torre em funcionamento.

O Assentado hoje não precisa ser associado para acesso ao PAA ou PNAE, depende da modalidade se o município trabalha com o PAA com comunidades

> formais terá que fazer parte da associação, no PAA Estadual nós atendemos o produtor individual com a DAP Ativa, individual. Já o PNAE tem as duas modalidades, os grupos formais e os grupos informais e o produtor individual. No caso tem-se que avaliar os critérios que há alguns casos de privilégio aos grupos formais.
>
> Quanto ao distrito de Nova Itamarati[8] (assentamento Itamarati) ser transformado em Município, a posição da Semagro é que no momento o movimento está esvaziado pela condição de que aproximadamente 70% das propriedades estão arrendadas, na mão de poucos, o para emancipação já esteve mais ativo. Há um movimento nacional em busca da redução no número de municípios, então nós da Secretaria vimos como muito distante da realidade esse processo da emancipação.

No contexto das políticas públicas, direcionadas para atender as demandas da agricultura familiar há outras organizações e institutos de pesquisa que auxiliam os assentados, orientando-os quanto ao destino dos recursos públicos que proporcionam benefícios quantitativos na formação do PIB regional, bem como auxiliando na melhoria da qualidade de vida dos residentes do assentamento Itamarati.

A Embrapa, no contexto enquanto empresa de pesquisa de referência nacional, recebe aportes de recursos públicos para investir em pesquisa na agropecuária e pauta sua atividade na integração da política pública à produção sustentável, método que contribui para o incremento da produção do agricultor familiar.

Nesse aspecto, trabalha no fomento da produção agroecologia com políticas que promovem a sustentabilidade e o fortalecimento da agricultura familiar. Dessa forma, os recursos são aplicados para atender e apoiar as demandas do assentado no que tange à produção/produtividade através da pesquisa no setor primário voltada às demandas do Estado, a temática relacionada ao desenvolvimento de novas tecnologias, nos setores da agropecuária e agroindústria (EMBRAPA, 2021).

Ainda com relação às políticas públicas, a maior parte dos programas e planos relacionados com a agricultura familiar, coordenados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e pela Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo (SEAF/MAPA), apresentam interações com as atividades da Embrapa voltadas a atender a inclusão socioprodutiva dos agricultores familiares.

A geração do conhecimento e a promoção de inovações é realizada por meio de portfólios de pesquisa, organizados por temas, inclusive estudos direcionados a produção da agricultura familiar. Sendo assim, destacam-se os portfólios de inovação na

8. O assentamento Itamarati foi elevado à categoria de Distrito, mas iremos, ao longo do trabalho, tratar como assentamento Itamarati.

agropecuária social e em sistemas de produção de base ecológica. O primeiro objetiva buscar soluções para problemas sociais e ambientais no contexto da multifuncionalidade e do desenvolvimento territorial, já o segundo aspecto trada da pesquisa focada na sustentabilidade econômica e ecológica da agricultura, por meio do uso racional dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis, contribuindo para a melhoria da saúde de produtores e consumidores.

Como fruto desses projetos de pesquisa são geradas soluções adequadas para a agricultura familiar, dentre as quais as tecnologias sociais, que são caracterizadas como tecnologias de baixo custo e que contribuem para a transformação social, seguindo princípios do cuidado ambiental, respeito cultural, solidariedade econômica e autogestão. Essas tecnologias, de caráter social, pretendem contribuir significativamente com a inclusão socioprodutiva de agricultores familiares.

Entre as principais contribuições recentes da Embrapa para o desenvolvimento rural e da agricultura familiar destacam-se as tecnologias e os serviços gerados que contribuíram significativamente para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, com destaque para os ODS[9] relacionados à erradicação da pobreza, da fome, das desigualdades e produção e consumo sustentável, visto que, por vezes o produtor familiar usa insumos disponíveis na propriedade ou no seu redor, mão de obra própria e multiplica materiais genéticos locais. A comercialização da produção é feita em circuitos curtos, com alguma prática agroecológica (EMBRAPA, 2021).

Nesse sentido, a Embrapa (2021) entende que a agricultura familiar tem contribuído para o aumento da biodiversidade através da intensificação do cultivo de produtos orgânicos, no manejo integrado da lavoura e pecuária, características que aproximam os interesses sociais aos interesses econômicos e abrem possibilidades de acesso a linhas de crédito para o financiamento de insumos e à orientação técnica no cultivo orgânico, o que proporciona ganhos em escala e em competitividade mercadológica.

Outra vinculação é a produção de serviços ecossistêmicos, a exemplo da produção de água, manutenção de espécies polinizadoras através do incentivo à produção de mel, o uso de resíduos no incremento da fertilidade do solo e na geração de biogás, além das boas práticas de combate à erosão do solo.

Quanto aos ganhos em escala, esses poderão ser adquiridos através dos produtos com selos de qualidade de origem, gourmet, orgânico e ecológico, pois atraem um público

9. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Em 2012, a Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para superar os maiores desafios do nosso tempo, cuidar do planeta e melhorar a vida de todos.

consumidor específico na demanda alimento saudável e com apelo à preservação da biodiversidade.

A Embrapa disponibiliza ainda uma diversidade de publicações em sua biblioteca virtual, programas de rádio e de TV relacionados ao tema da agricultura familiar, dentre elas estão as coleções 500 perguntas e 500 respostas; Coleção Plantar e a Coleção Agroindústria Familiar.

Na temática de segurança alimentar e alimentos seguros, a Embrapa, em conjunto com os demais atores da União dos Estados e dos Munícipios atendem às demandas de diversos Ministérios e programas de governo, sendo que os mais significativos é o atendimento às demandas da agricultura familiar e do Ministério da Cidadania, responsável pela gestão do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), um dos principais instrumentos de compras públicas para atender mais de 45 milhões de refeições/dia, também atendida em parte pela produção originada na agricultura familiar.

Quanto aos trabalhos desenvolvidos na Embrapa, destaca-se os cursos de capacitação promovidos e ofertados aos agricultores familiares. Segundo Christiane Congro Comas da Embrapa Agropecuária Oeste, as capacitações para agricultura familiar foram realizadas nos meses de novembro e dezembro de 2020 nas áreas de bovinocultura de leite, cultivo de mandioca e horticultura.

Para janeiro de 2022, estava previsto um treinamento em sistemas agroflorestais e foram ministrados de forma presencial seguido de orientações acerca dos protocolos de biossegurança devido a pandemia da COVID-19, salienta-se que os eventos se limitaram ao número máximo de 20 pessoas por curso.

Segundo o coordenador da Embrapa Agropecuária Oeste, Dr. Harley Nonato de Oliveira, as capacitações estavam planejadas para acontecer durante a Tecnofam/2020, evento adiado para 2022, a pretensão é fornecer o conhecimento no desenvolvimento de novas tecnologias aos agricultores familiares.

Para o Dr. Orismar Aparecido Espindola da Silva, supervisor do setor de implementação da Programação de Transferência de Tecnologia, a iniciativa objetiva capacitar pequenos produtores rurais da agricultura familiar e de comunidades indígenas visando a melhoria da atividade agropecuária, salienta que os temas dos cursos são definidos de acordo com as demandas das comunidades e complementa que, especificamente, em Dourados/MS, as capacitações abrangem o cultivo da mandioca e a produção sustentável do maracujá. A programação é realizada na sede da Embrapa Agropecuária Oeste e na Casa da

Esperança, ambas realizadas em 19 de novembro de 2021, com o público centrado na agricultura familiar de Juti – MS, assentamentos Guanabara, Sebastião Rosa da Paz, Santa Clara II, além da aldeia Jarara.

Foram abordados os temas da horticultura sustentável nos aspectos básicos do cultivo, no dia 25 de novembro de 2021, para os indígenas de Dourados, das aldeias Panambizinho, Jaguapiru e Bororó. No dia 30 de novembro de 2021, os produtores de leite de Dourados assistiram à capacitação sobre "Capim elefante BRS Capiaçu - Do plantio à abertura do silo".

Em Ponta Porã, os produtores de leite foram capacitados sobre "Capim elefante BRS Capiaçu - Do plantio à abertura do silo". Nos dia 17 de novembro de 2021 , no Assentamento Aba da Serra I; 23 de novembro de 2021em Itaquiraí e no dia 25 de novembro de 2021 foram capacitados os produtores do Assentamento Itamarati, nesse encontro foi também abordado o tema "silagens de milho e milheto".

Devido às demandas dos produtores de Itaquirai foi planejado a segunda rodada de capacitação a ser realizada em 10 de dezembro de 2021, para atender os produtores ausentes no primeiro evento, treinamento voltado para a bovinocultura de leite, além de palestra sobre consórcio milho-braquiária, acrescenta o chefe-adjunto de Transferência de Tecnologia da Embrapa Agropecuária Oeste.

Em Iguatemi, no dia 9 de dezembro de 2021, pesquisadores da Embrapa Agropecuária Oeste visitaram produtores do assentamento Nossa Senhora Auxiliadora onde realizarem capacitação sobre uso de forrageiras para bovinocultura de leite, foi feita uma reavaliação da atual produção e do uso do capim BRS Capiaçu, considerando-se que esta comunidade já havia recebido mudas deste capim anteriormente, e trabalham com essa variedade de capim elefante.

Outra novidade foi a abordagem do tema relacionado a SAF – Sistemas Agroflorestais a ser realizada no Assentamento Aba da Serra I, em Ponta Porã. Esse trabalho será viabilizado com a parceria do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR/MS); Sindicato Rural de Dourados/MS; Prefeituras Municipais de Dourados, Iguatemi, Itaquiraí, Juti e Ponta Porã; Agraer e conta ainda com recursos provenientes da emenda parlamentar do deputado federal Vander Loubet.

Segundo a Embrapa (2021), essas parcerias são fundamentais para a realização das capacitações e para que novos temas sejam identificados de forma a viabilizar outros treinamentos. Nesse contexto, a Embrapa, MAPA, Emater, Agraer[10], o sistema "S" (Senar,

10. A Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural tem como missão definir as políticas e a coordenação das atividades de assistência técnica, extensão rural, pesquisa e outros serviços ligados ao desenvolvimento e ao aprimo-

Senai, Sescoop, Sesi, e Senac), as IES, o Poder Público e o setor privado objetivam, como principal missão, o fomento e a massificação do conhecimento em toda a cadeia produtiva da agropecuária (setores primário, secundário e terciário) para que a produção e a comercialização se intensifiquem de forma segura e continua em busca do bem-estar socioeconômico dos agricultores familiares, salientando-se que o principal agente nesse processo é o próprio produtor com sua vontade e proatividade em cultivar os alimentos em quantidade, qualidade e com competitividade no mercado que deseja comercializar essa produção.

POLÍTICAS PÚBLICAS EXECUTADAS NO ASSENTAMENTO ITAMARATI

No contexto das políticas públicas, encontra-se as ações do setor público que são implementadas no assentamento Itamarati, dentre as quais destaca-se:

- Implantação de sistema de distribuição de água potável na sede do assentamento, convênio com a Sanesul;
- Projetos das IES Federais ou Estaduais. (Pesquisa e extensão e implantações de projetos de produção Frango Semi-Caipira e Biodigestores);
- Apresentação do projeto Comitiva BB Agro, política de crédito aos produtores da agricultura familiar;
- Organização das feiras livres, com a logística do transporte dos produtores, produtos, tendas e da publicidade acerca das atividades, datas, horários e locais da instalação das feiras;
- Projeto de aquisição de alimentos do PNAE e PAA, associações e cooperativas;
- Aquisição de máquinas e equipamentos para as patrulhas agrícolas para associações e cooperativas;
- Execução do Programa Luz para Todos.

O projeto de distribuição de água potável na sede do Assentamento Itamarati

No que se relaciona a temática políticas públicas, observa-se ações do poder público para mitigar a escassez de água potável no Assentamento, visto que, havia um déficit de 26,76% dos domicílios residenciais do Município sem a oferta de água potável, conforme tabela 05 desse trabalho. Nesse cenário, encontra-se incluso a sede do Assentamento

ramento, da agricultura e pecuária, destinadas aos produtores rurais, com prioridade para os agricultores familiares, agricultores tradicionais, assentados, indígenas, quilombolas, pescadores e aquicultores; Promover o Desenvolvimento Rural Sustentável em todo o Estado do Mato Grosso do Sul, a concepção e a proposição da política de reforma e desenvolvimento agrários, visando à regularização fundiária e aos projetos de assentamentos rurais, observadas as normas de preservação ambiental e os princípios do desenvolvimento sustentável.

Itamarati e, dessa forma, em 2018, o poder executivo de Ponta Porã, em parceria com a Sanesul, executou o projeto de fornecimento de água potável na Sede do Assentamento Itamarati.

Conforme o Governo do Estado[11] há um empenho para melhorar a qualidade de vida das pessoas, em função disso o governador Reinaldo Azambuja inaugurou, em 27.04.2018, o sistema de abastecimento de água da sede do Assentamento, onde investiu-se R$ 2,5 milhões e solucionou-se a oferta de água tratada para 2,5 mil cidadãos residentes na sede do Itamarati.



MAPA 5 – SEDE DO ASSENTAMENTO ITAMARATI

Fonte: Mapa Satélite do Brasil (gosur.com)

Nesse contexto, resolve-se um problema que já perdurava por 13 anos, ou seja, desde a fundação do assentamento em 2005, durante esse período a população recorria a poços de arrimo ou artesianos para a demanda de água potável. Considerando esse cenário houve a ação dos agentes públicos em busca da solução em face do crescimento da demanda e ajustando a inconformidades estruturais e sanitárias no fornecimento da água àquela parcela da população do Assentamento, traduzida na melhoria sanitária e da saúde pública. Essa ação foi fundamental para auferir ganhos socioambientais e qualidade

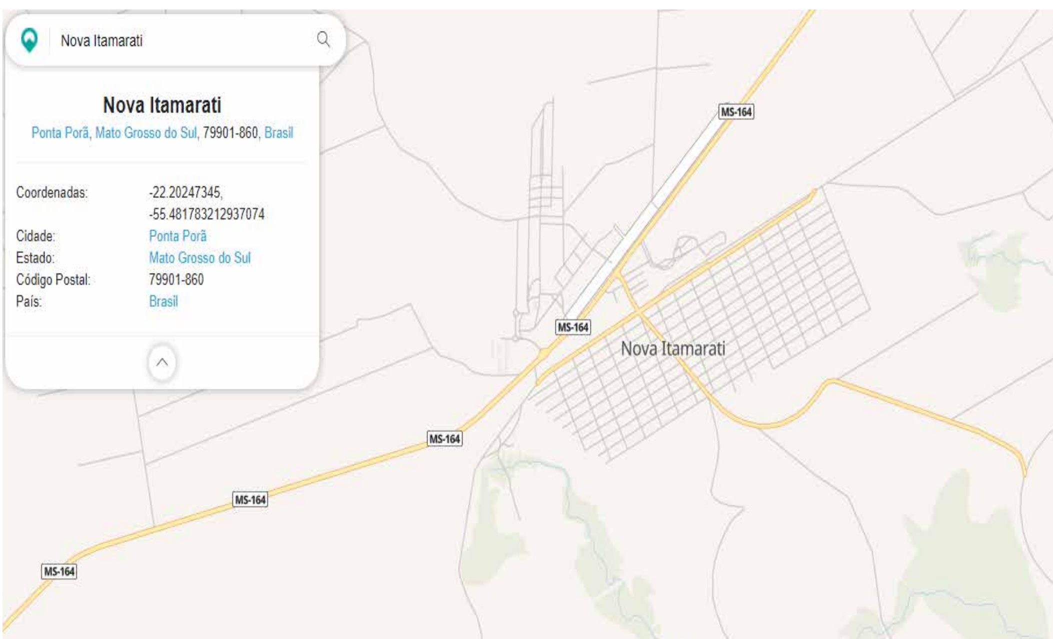
11. Governo de Mato Grosso do Sul. Disponível em: http://www.ms.gov.br/governo-de-ms-leva-agua-encanada-para--mais-de-duas-mil-pessoas-no-assentamento-itamarati/. Acesso em: 19 jul. 2021.

de vida dos residentes naquele núcleo.

Ainda, segundo declarações do prefeito Hélio Peluffo, o investimento possibilitou a captação, tratamento e distribuição de água de qualidade. “A água tratada passa a chegar para famílias que estão a mais de 50 quilômetros do centro de Ponta Porã”, destacou o prefeito. O Governador do Estado salienta que [...] é mais saúde para as pessoas [...].

A implantação do sistema de abastecimento conta com investimentos na construção de um reservatório com capacidade 300 mil litros de água, uma estação elevatória de água, uma unidade de tratamento e 32.055 metros de rede de distribuição de água com 738 ligações domiciliares.

No mapa 6, destaca-se a região geográfica do projeto de instalação da tubulação para água potável na sede do Assentamento Itamarati, a figura 5 demonstra o reservatório de água captada e tratada para a distribuição à população.



MAPA 6 – LOCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PROJETO ÁGUA POTÁVEL – Assentamento Itamarati

Fonte: Mapa Satélite do Brasil (gosur.com)



FIGURA 4 – RESERVATÓRIO SANESUL DE ÁGUA na sede do Assentamento Itamarati

Fonte: http://www.ms.gov.br. Foto de Chico Ribeiro, 2018

O fornecimento de água potável é essencial para a qualidade de vida das pessoas e pode funcionar como suporte na irrigação da produção residencial de pequeno porte, hortas e água aos animais domésticos.

Na análise dos números apreciados pelo IBGE, pode-se observar que 4.945 famílias dependem de poços de arrimo ou fontes d'agua para manutenção das suas necessidades hídricas, ou seja, 22,12% dos domicílios não têm acesso à água potável, consta-se que grande parte desse contingente está no assentamento Itamarati, visto que, nesse espaço moram 2.461 famílias.

Quanto à coleta de lixo, o índice é de 21,91%, portanto, pode-se considerar que os reflexos da formação do assentamento são significativas e exigirão do Poder Executivo Municipal ações pontuais como forma de mitigar tais problemas com a criação de políticas públicas nesse sentido.

As declarações de residentes na sede do Assentamento elucidam a importância da política pública para mitigar os problemas advindos da oferta de água e do tratamento de resíduos, lixo e esgoto. Dessa forma, é importante que a política pública seja espraiada para os demais núcleos do assentamento.

Assim, o Sr. Ivanildo, comerciante na sede do assentamento, contou que todos ali dependiam da água de poços. "Todo mundo se virava como pode. É o jeito".

A Sra. Elizandra, declara: “Precisava pegar água na casa vizinha para lavar o cabelo das clientes, aqui não chegava água, agora vai melhorar”.

Já a Sra. Rosenilda diz que a água encanada representa saúde para a população, que reside ha 6 anos na sede do assentamento e o problema da água do poço, contaminada, pode ser um vetor para se contrair doenças.

Para a Sra. Laide, mãe de três filhos, adolescentes, a sede do assentamento ganha muito com a disponibilidade da água de boa qualidade. “O bom é que agora temos água tratada, é mais saúde para mim e para meus filhos”.

Programa de Governo Luz para Todos

O programa do governo federal Luz para Todos, chega ao assentamento Itamarati em 2005, segundo a reportagem do jornal regional Dourados News, o programa inaugura, em Ponta Porã, as obras de eletrificação rural no Assentamento Itamarati I, no primeiro estágio, possui 24,5 mil hectares da antiga Fazenda Itamarati, fruto da aquisição feita com recursos públicos, pelo INCRA em 2002.

Com a conclusão das obras no Itamarati I, o número de domicílios rurais atendidos pelo programa Luz para Todos, em Mato Grosso do Sul, atinge 6.478, beneficiando, aproximadamente, 32 mil pessoas. Nessa fase, o Estado investiu R$ 5,5 milhões, fornecendo energia elétrica a 1.180 domicílios que consumiu 253 quilômetros de rede elétrica, 3.187 postes e 223 transformadores.

Além das novas instalações, o Programa regularizou a distribuição de energia para as 277 famílias que já moravam na fazenda e utilizavam a rede de distribuição elétrica da sede. A Enersul do grupo Energisa (2005), investiu R$ 1.7 milhão em serviços complementares com adequações na subestação, de 138 kV.

Em 2019, observa-se que a totalidade dos residentes do assentamento Itamarati I (PA) e Itamarati II, possuem a disponibilidade no fornecimento de energia elétrica Energisa, concessionária do Estado de Mato Grosso do Sul.

Instalação de Biodigestores no Assentamento Itamarati

No contexto da aplicação de melhorias, via políticas públicas das IES, se fazem presente no desenvolvimento do Assentamento Itamarati, seja através de projetos de extensão, em cursos de capacitação e/ou em projetos de pesquisa, todos com o objetivo de melhorar as condições relacionadas ao conhecimento e a coleta de dados para subsidiar novas propostas e projetos de política pública.

Nesse sentido, o do Núcleo de Agroecologia e Produção Orgânica da UFGD,

em parceria com a Emater/Minas Gerais, oferta capacitações e orientação técnica de aproveitamento de resíduos sólidos das propriedades, pocilgas, estábulos etc. Dessa forma, projetou-se a instalação de um biodigestor usando os resíduos sólidos ao agricultor familiar, Sr. José, criador de suínos no Assentamento.

A propriedade foi pioneira na execução do projeto, inovação tecnológica para a região, com uma unidade de produção de gás com o uso do resíduo das pocilgas. O biodigestor foi implantado e serve como exemplo e modelo a ser espraiada a todos produtores do Assentamento e redondeza que tenham interesse na instalação do sistema.

Essa construção foi projetada e executada pelo coordenador do Núcleo de Agroecologia da UFGD, Prof. Dr. Euclides Reuter de Oliveira, que se manifestou acerca do tema, em entrevista[12] para este trabalho:

> [...]eu vou te dar um exemplo no próprio Itamarati, porque meu lado político é péssimo e tenho dificuldade de acesso aos recursos das emendas parlamentares. É outra atividade que sou responsável, trata-se do Núcleo de Agroecologia e Produção Orgânica da UFGD. Dentro desse Núcleo uma das atividades é a construção de biodigestores, em 2019 eu fiz um curso com recursos do convênio com a Prefeitura de Ponta Porã, do CNPq em projeto do Núcleo de Agroecologia e recursos do PROEX/UFGD, montamos o curso de construção de biodigestores com duração de 7 dias, foi contemplado assentados de todo Mato Grosso do Sul, aproximadamente 20 pessoas, com conhecimento na construção civil. O objetivo foi de aprender a fazer o biodigestor e levar o conhecimento para comunidade do participante. Em 2021 no Estado de MS, há vários biodigestores sendo construídos com base nesse curso, inclusive no Itamarati. [...]

12. Entrevista disponível em: https://drive.google.com/file/d/1SuT4BpoOug8FZfP3ZJ1q5ZNjyfoeoAXv/view?usp=sharing



FOTO 1 - CONSTRUÇÃO DE BIODIGESTOR – Assentamento Itamarati – Sr Nelson[13]

Fonte: Dr. Euclides R de Oliveira

Acesso do agricultor familiar ao crédito rural

Na produção há premissas básicas dentre as quais o uso dos fatores de produção capital, terra e mão de obra, considerando que o assentado possui a terra e a mão de obra é a própria limitada à contratação de 1 empregado. Já o fator de produção capital, geralmente, é ofertado por terceiros, SFN (Sistema Financeiro Nacional), cooperativas, cerealistas, distribuidoras ou empresas que trabalham na captação de *commodities* agropecuárias *in natura*.

13. Construção da unidade biodigestor em outra propriedade do assentamento Itamarati com base no conhecimento adquirido na construção da unidade do Sr. Nelson.

ACESSO AO CRÉDITO RURAL		
TIPO	**Nº DO LOTE**	**LOCAL DO LOTE**
PRONAF.	258, 331, 334, 435.	CUT
OUTROS.		
SEM CRÉDITO RURAL	193, 333, 392, 431, 432, 433, 554.	
PRONAF.	601, 604, 714.	FAFI
OUTROS.		
SEM CRÉDITO RURAL	598, 600, 606, 709, 713, 727.	
PRONAF.	1477, 1561, 1605, 1671.	FETAGRI
OUTROS.	1511, 1553, 1554.	
SEM CRÉDITO RURAL	13, 19, 41, 1431, 1465.	
PRONAF.	34, 35, 36, 37, 88, 157, 158, 174, 288, 807, 812, 1214, 1220, 1287, 1288.	MST
OUTROS.	166, 244, 1071, 1303.	
SEM CRÉDITO RURAL	188, 241, 319, 787, 788, 940, 1062, 1063.	

Tabela 12 – ACESSO AO CRÉDITO RURAL – Produtores do Assentamento Itamarati

Fontes: Dados da pesquisa *in Loco*

Conforme a tabela 12, pode-se verificar que 23 produtores pesquisados representam 39,6% da amostra e têm acesso ao Pronaf, seja em linhas de custeio ou de investimentos.

Dos 2.461 agricultores familiares assentados, verificou-se que 975 produtores têm ou tiveram acesso a alguma linha de crédito Pronafiana.

Na pesquisa, 18 assentados ou 31% declaram que estão à margem do acesso ao crédito rural. Sendo assim, ao se projetar no universo de assentados do Itamarati, pode-se concluir que 763 agricultores familiares do Assentamento não têm qualquer tipo de financiamento da produção.

Ainda, avalia-se aqueles que fazem uso de outras formas de acesso ao financiamento da produção ou a linhas de investimento através de parcerias, indústrias da transformação do setor primário, cooperativas, barter, parceiros, cerealistas, entre outras.

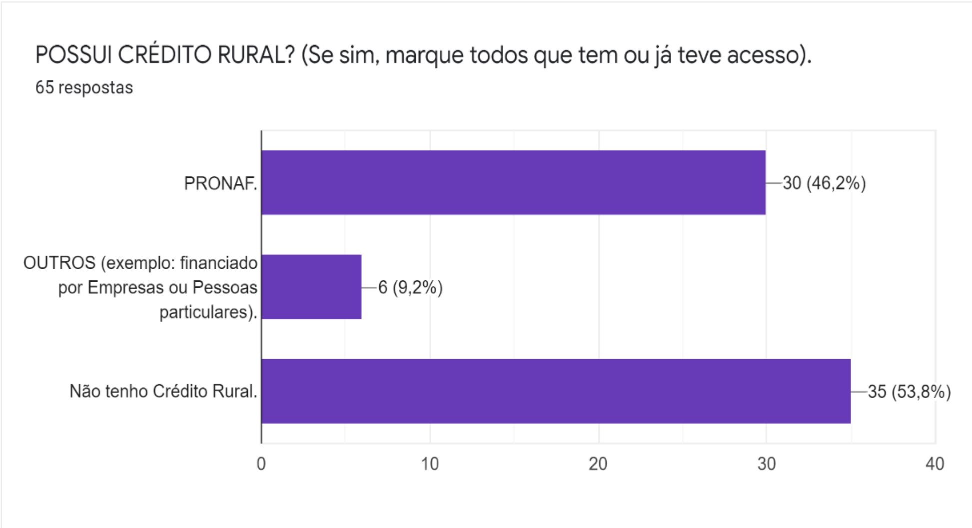


Gráfico 2 – ACESSO AO CRÉDITO RURAL OFICIAL – Pesquisa *in loco*

Fonte: Pesquisa de campo

Ao analisarmos o gráfico 2, constata-se os percentuais de respondentes na pesquisa *in loco* que acessaram ou possuem o crédito das linhas Pronaf se alteram saindo dos 39,6% para 46,2%. Dessa forma, pode-se mensurar que da amostra de 58 respondentes, 27 produtores tiveram ou possuem crédito rural Pronafiano, resultado dentro da margem de erro, daqueles que deixaram de responder há uma diferença de 4 produtores ou 6,8% dos respondentes. Do universo de respondentes, 53,8% declaram que não têm qualquer tipo de financiamento proveniente de políticas de crédito rural.

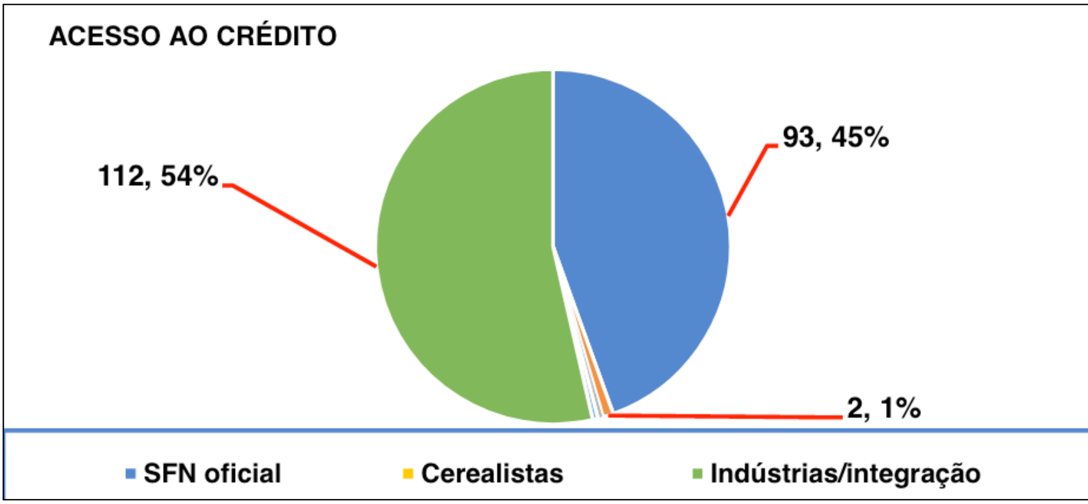


Gráfico 3 – ACESSO AO CRÉDITO RURAL OFICIAL – Pesquisa virtual

Fonte: Dados da pesquisa virtual.

Ao usarmos a mesma metodologia para os respondentes no sistema de coleta virtual, no gráfico 3, observa-se que 45% dos produtores pesquisados afirmam que têm ou tiveram acesso aos recursos do crédito rural proveniente do Pronaf, esses dados demonstram que não há discrepância nas respostas de ambos os modos de coletas, pois 55% estão à margem no acesso ao crédito rural.

Na questão do acesso ao crédito de indústrias, 54% dos assentados pesquisados na abordagem virtual declaram que são atendidos pelas indústrias ou integrações, créditos ofertados pelo agronegócio no cultivo da monocultura da agricultura extensiva, principalmente na produção dos lotes comunitários. Esses produtores, arrendatários, têm acesso a uma diversidade de linhas de crédito do crédito rural oficial, pelo enquadramento como médio ou grande produtor. Outra forma de financiamento é o barter, sistema de troca de insumos por produto colhido.

Os produtores da bacia do leite têm suas demandas atendidas pela indústria de Laticínios que capta o produto in natura no Assentamento geralmente, os agricultores familiares recebem benefícios para a produção de alimento, aquisição de ração, apoio na melhoria genética via inseminação artificial, incentivos e vantagens que substituem o financiamento ou investimento na produção.

Política de crédito para agricultura familiar no Assentamento Itamarati

Um dos principais fatores de produção é o capital financeiro, nesse contexto o

Banco do Brasil promoveu o lançamento do projeto Comitiva do Agro BB, na sede do Assentamento Itamarati, que apresenta todas as linhas de crédito disponíveis ao produtor rural. Na oportunidade, o prefeito de Ponta Porã, Hélio Peluffo, manifestou que o grande objetivo sempre está relacionado a fortalecer a agropecuária do Município, da produção à comercialização dos produtos originados nas 2.844 propriedades do município, das quais 2.196 são da agricultura familiar e dessas 784 possuem a DAP ativa, fundamental para acesso a recursos do Pronaf.

O secretário de Desenvolvimento Regional, Indústria, Comércio e Turismo de Ponta Porã, Caio Augusto César de Souza Moraes, que representou o prefeito Hélio Peluffo na solenidade, falou da importância da Comitiva Agro BB no Distrito de Nova Itamarati: “Estamos construindo parcerias que estão dando certo, junto com o Banco do Brasil, nós estamos oportunizando aos nossos produtores a facilidade a linhas de créditos. É muito importante o Banco do Brasil estar presente no Distrito de Nova Itamarati disponibilizando esses benefícios a agricultura familiar”.



FOTO 2 – COMITIVA AGRO BB – ASSENTAMENTO ITAMARATI

Fonte: Assessoria de comunicação da Prefeitura Municipal de Ponta Porã.

Na solenidade estava presente o gerente geral da agência do Banco do Brasil de Ponta Porã, Flávio Zocchi, que destacou os trabalhos da Comitiva Agro BB, observando

que o grande parceiro da agricultor familiar nos projetos de produção e investimento, sem dúvida é o Banco do Brasil, pois ele visa orientar acerca das linhas de crédito do Pronaf, bem como se candidatar ao acesso. A Comitiva do Agro tem como instrumento desmistificador as dificuldades e amarras administrativas da burocracia em acessar esse tipo de crédito, o Pronaf.

No pronunciamento do Sr. Vitor Carlos Neves, presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, a presença do Banco do Brasil no Assentamento Itamarati (distrito de Nova Itamarati) é importante no contexto da formação da produção dos assentados do Itamarati.

O gerente geral da Agência do Banco do Brasil se manifestou assim: “hoje muitos acham que é difícil acessar essas linhas de créditos e na verdade não é bem assim. O Banco do Brasil, junto com todos os parceiros está à disposição. O banco quer estar ao lado da agricultura familiar e ao lado de toda a agricultura”.



“É muito importante essa disponibilidade do banco do Brasil estar presente no Assentamento Itamarati, informando nossa população das linhas de créditos que atendem a agricultura familiar. É uma forma de fomentar o crédito e com isso alavancar a produtividade das famílias assentadas aqui no Itamarati e toda região de Ponta Porã. Muda muita coisa para todos, é mais uma grande conquista, temos que enaltecer o trabalho da Prefeitura de Ponta Porã, do prefeito Hélio Peluffo, através da secretaria de desenvolvimento, com o secretário Caio Augusto”, declarou. Vitor.

O presidente da Cooperafi, Altair Schlickmann, destaca a importância da comitiva Agro BB no assentamento Itamarati:

> “É muito importante quando o produtor tem o acesso a uma linha de crédito e o acompanhamento para que ele invista perfeitamente o crédito que pegou. Eu que já acessei a linha de crédito, posso dizer que me favoreceu bastante. Eu e minha família que trabalhamos com produção de leite e hortifruti”, declarou Schlickmann.



FOTO 3 – REUNIÃO DA COMITIVA AGRO BB – Assentamento Itamarati

Fonte: Assessoria de comunicação da Prefeitura Municipal de Ponta Porã

Prefeitura de Ponta Porã – Investimentos no fomento da agricultura familiar

Na perspectiva de fomentar e valorizar a produção da agricultura familiar no Assentamento, a Prefeitura Municipal promoveu, por demanda da associação dos produtores, a organização de feiras livres que funcionam de maneira cotidiana auxiliando o escoamento e a comercialização do excedente de produção de alimentos, hortigranjeiros, frutas, mel, embutidos, leite e seus derivados dentre outros, produtos não comercializados no PAA, PNAE e ou entregues ao sistema de Cooperativas do assentamento Itamarati.

A prefeitura de Ponta Porã tem um programa de aquisição de alimentos que adquiri alimentos para a Educação. No ano de 2020, a Prefeitura Municipal através da Secretaria Municipal de Educação utilizou 47% da sua verba para adquirir produtos da Agricultura Familiar produzidas em assentamentos, dentre os quais o Assentamento Itamarati/ Distrito Nova Itamarati, visto que é uma obrigatoriedade por lei, as aquisições de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar, devendo ser no mínimo 30% do gasto orçado para tal destino. Os gastos no ano de 2020 foram de R$ 695.185,31 do total de R$ 1.468.995,00. Dentre os produtos adquiridos estão o *kit* verde e polpa de frutas.

Os investimentos feitos na Agricultura Familiar visam estimular a geração de emprego e renda, destinar um local onde a produção possa ser oferecida. A Feira do Agricultor criada em 2018 serve para que os membros da Agricultura Familiar possam vender seus produtos

orgânicos diretamente ao consumidor e diariamente um ponto de Ponta Porã. Há uma programação semanal da feira da Associação Comunidade Solidária, montada na terça-feira, em frente ao Parque dos Ervais; na quarta-feira próximo do Fortis; na quinta-feira na Coophafronteira e na sexta-feira no Grande Marambaia, as feiras funcionam das 7:00 às 13:00 horas.

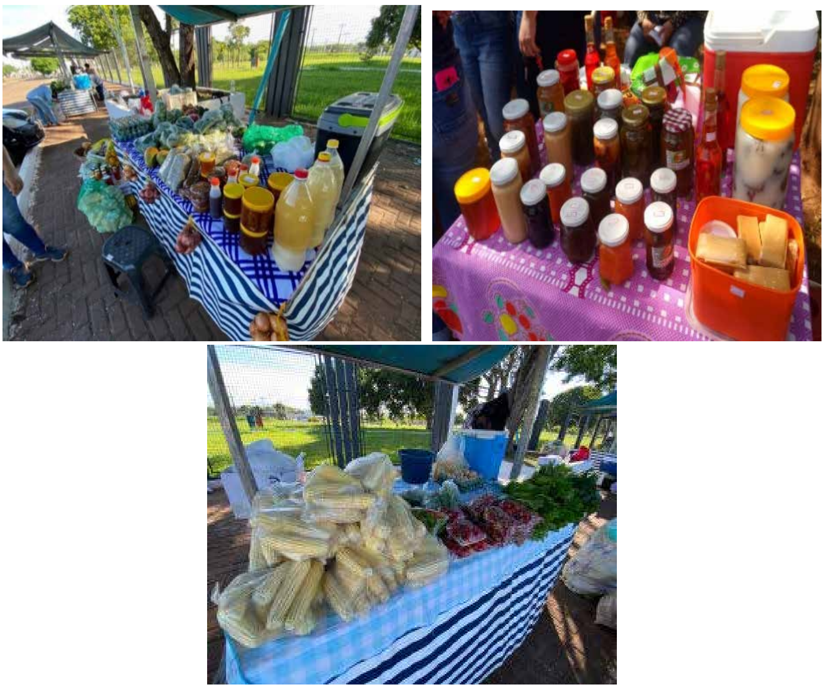


FOTO 4 – FEIRA LIVRE DA AGRICULTURA FAMILIAR EM PONTA PORÃ

Fonte: Comunicação social municipal – 12 de janeiro de 2021

Acesso à assistência técnica na agricultura familiar[14]

Na formação da produção encontra-se uma das premissas básicas que é a assistência técnica, fundamental para dar o suporte necessário ao agricultor familiar assentado na tomada de decisão que abarca os problemas fundamentais da economia e, em consequência, o próprio produtor rural assentado.

Nesse sentido, a pesquisa de campo descreve as condições da assistência técnica e extensão rural no Assentamento Itamarati, que segundo a OCB (2021), foi um dos principais temas abordados na comissão geral realizada pela Câmara dos Deputados para debater os desafios da agricultura familiar. A ação proposta pelo Deputado Federal

14. Fonte: OCB, 2021. Disponível em: https://rio.coop/2021/08/12/acesso-a-assistencia-tecnica-desafia-agricultura-familiar/ OCB.gov.br. Acesso em: 10 abr. 2022.

Heitor Schuch (RS), diretor da Frente Parlamentar do Cooperativismo (FRENCOOP), com a participação de representantes do Ministério da Agricultura, líderes, entidades e associações representativas do setor.

O coordenador do ramo agropecuário da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), João Prieto, fez uso da palavra e descreveu três pilares que a entidade considerava fundamental para que as políticas públicas voltadas à agricultura familiar tenham sucesso efetivo, o acesso ao crédito, ao seguro e à assistência técnica. De acordo com as especificidades desse público, o acesso ao mercado público e privado garante a competitividade do setor, um mercado cada vez mais concentrado.

E nesse arcabouço haveria não só a questão de manejo e transferência de tecnologia, mas também estaria embarcada toda a questão de inovação, que deve incluir os desafios de conectividade, pois, o produtor rural necessita do maior número de informação possível para que possa desempenhar suas funções de forma adequada", afirmou Prieto, que destaca os três pilares citados. Eles são potencializados e mais viáveis por meio do cooperativismo, considerando que o Brasil possui, aproximadamente, 1.200 cooperativas do setor do agronegócio e mais de mais de um milhão de cooperados. Uma particularidade importante é que 71,2% desses cooperados são agricultores familiares, isso demonstra a importância desse modelo de negócio e sua relevância no contexto da proposição e formulação de políticas públicas.

Prieto pontuou que 63,8% dos produtores rurais cooperados têm acesso à assistência técnica e extensão rural, enquanto a média Brasil é de aproximadamente 20%, essa é mais uma evidência de que o modelo cooperativo é mais eficiente para que o agricultor familiar possa acessar adequadamente as políticas públicas, consiga ser competitivo e agregue valor ao seu produto, bem como renda à sua família.

O secretário de agricultura familiar e cooperativismo do Ministério da Agricultura, César Halum, afirmou que a assistência técnica é um dos grandes desafios do momento, enfatiza ser de domínio público que a assistência técnica é fundamental para melhorar a produtividade e renda, porém, apenas 18% dos agricultores familiares brasileiros têm acesso à assistência técnica e ao se analisar o Norte e o Nordeste do Brasil esse número cai para 7%.

Segundo Halum, o estudo realizado pela Escola Superior de Agricultura Luiz Queiroz (Esalq), aponta que as famílias com assistência técnica possuem uma renda anual na propriedade de R$ 2 mil por hectare, enquanto aquelas sem assistência técnica atingem a renda anual de R$ 900,00 por hectare, dessa forma, a assistência técnica é um dos fatores

fundamentais para aumentar a produtividade dentro da propriedade.

Sendo assim, o apoio da base parlamentar e a criação e ampliação das políticas públicas são premissas para o que a agricultura familiar tenha acesso à assistência e, para tanto, o uso de reservas orçamentárias, com projeto de emendas parlamentares para esse fim podem mitigar a demanda por assistência técnica e garantir a execução de programas do governo plural e integrado.

ACESSO À ASSISTÊNCIA TÉCNICA		
PRESTADOR DA ASSISTÊNCIA	**Nº DO LOTE**	**LOCAL DO LOTE**
AGRAER.	193, 334, 431, 432, 433, 435,	CUT
SENAR.	331, 333.	
SESCOOP.		
SEBRAE.		
TÉCNICOS DA PREFEITURA MUNICIPAL.		
INSTITUIÇÕES DE ENSINO		
SENAC.		
INCRA.	554	
SEM ASSISTÊNCIA TÉCNICA	258, 392.	
AGRAER.	598, 600, 601, 714, 727.	FAFI
SENAR.		
SESCOOP.		
SEBRAE.		
TÉCNICOS DA PREFEITURA MUNICIPAL.		
INSTITUIÇÕES DE ENSINO - Produfertil	604.	
SENAC.		
INCRA.		
SEM ASSISTÊNCIA TÉCNICA	606, 709, 713.	
AGRAER.	19, 1431, 1465, 1477, 1561, 1671.	FETAGRI
SENAR.		
SESCOOP.		
SEBRAE.		
TÉCNICOS DA PREFEITURA MUNICIPAL.		
INSTITUIÇÕES DE ENSINO		
SENAC.		
INCRA.	1511, 1553, 1554, 1605.	
SEM ASSISTÊNCIA TÉCNICA	13, 41.	
AGRAER.	34, 35, 36, 37, 88, 157, 158, 174, 244, 288, 807, 812, 1062, 1063, 1287, 1303.	MST
SENAR.	787, 788	
SESCOOP.	166.	
SEBRAE.		
TÉCNICOS DA PREFEITURA MUNICIPAL.		
INSTITUIÇÕES DE ENSINO	1288.	
SENAC.		
INCRA.	319, 1071.	
SEM ASSISTÊNCIA TÉCNICA	188, 241, 940, 1214, 1220.	

Tabela 13 – ACESSO À ASSISTÊNCIA TÉCNICA – Lotes pesquisados in loco

Fonte: Dados da pesquisa, lotes com ou sem assistência técnica por comunidade.

Analisando-se a tabela 13, o acesso à assistência técnica tem se mostrado ao mesmo tempo acessível e contraditoriamente incipiente ao considerarmos que nos dados coletados na amostra das visitas *in loco*, a Agraer, segundo a Semagro (2021), possui uma equipe reduzida e com os mínimos recursos humanos e materiais para visitar as

propriedades, mesmo assim ainda atende mais de 50% da demanda por assistência técnica.

Nos relatos dos produtores pesquisados, mesmo os posicionamentos informais, há unanimidade de que a Agraer disponibilizou um técnico para o posto do Assentamento para atender a demanda de 2.461 assentados; que o técnico é extremamente solicito e procura atender a todas as demandas dos agricultores familiares, mas é impossível face às carências estruturais e de pessoal. Nessa situação, resta ao técnico o atendimento no escritório da sede.

No contexto do acesso à assistência técnica há uma diversidade de ofertantes, porém, os atendimentos são efetivados a partir da procura do produtor por assistência, seja na Agraer, no sistema "S", aos técnicos da Prefeitura, nas agropecuárias, cerealistas, cooperativas ou indústrias. Dessa forma, a exceção é o atendimento dos institutos e instituições de pesquisa e extensão como a UFGD, UEMS, IFMS, UFMS, Embrapa etc.

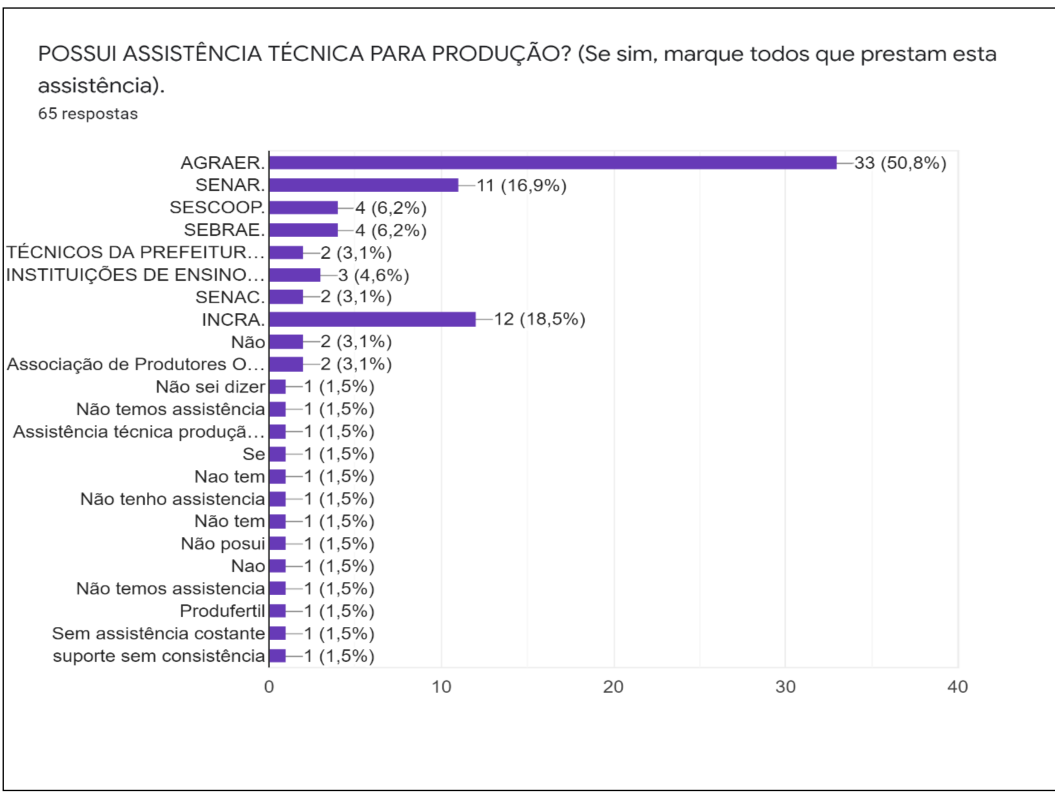


Gráfico 4 – ACESSO À ASSISTÊNCIA TÉCNICA – Pesquisa in loco

Fonte: Dados da pesquisa de campo – *In loco*.

Conforme a pesquisa de campo, *in loco*, pode-se constatar que 50,8% dos produtores pesquisados têm acesso à assistência técnica da Agraer, 18,50% do INCRA e 17,90% do Senar, já as demais organizações, institutos e agentes que prestam serviços de assistência técnica detém, em média, 4% dos produtores no universo pesquisado.

Ao projetar para a totalidade de agricultores familiares do Assentamento, pode-se afirmar que 1.250 produtores têm acesso à assistência técnica da Agraer, embora as limitações impostas pela insuficiência material e de recursos humanos da Instituição.

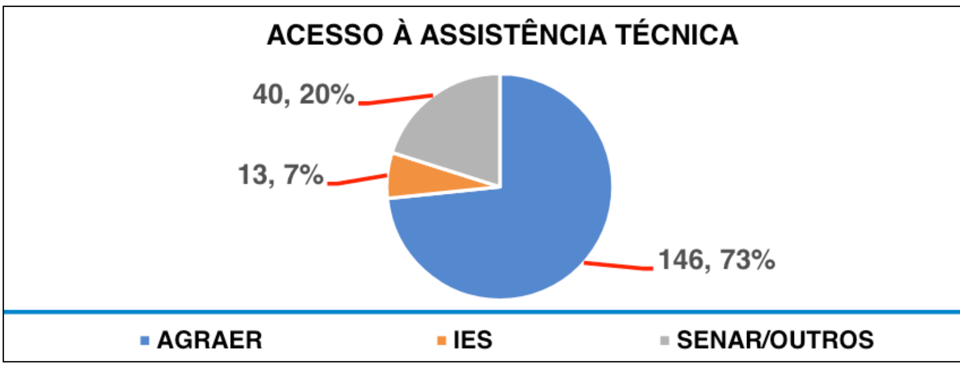


Gráfico 5 – ACESSO À ASSITÊNCIA TÉCNICA – Pesquisa virtual

Fonte: Dados da pesquisa – Virtual.

Na pesquisa virtual, observa-se que no universo dos respondentes, 73% têm assistência da Agraer e nessa situação constata-se que tanto na pesquisa *in loco* quanto a virtual os valores apurados são convergentes, pois, mais de 50% dos produtores declaram que são atendidos pela Agraer.

A posição dos produtores pesquisados é de insatisfação com a intensidade da assistência técnica no Assentamento, pois a demanda para assessorias, consultorias, orientações técnicas supera a oferta, nessa ótica deve-se considerar a abrangência territorial do Assentamento, 50 mil hectares, o que dificulta o apoio das organizações públicas e privadas.

Nesse sentido, percebe-se que as demandas superam a capacidade dos prestadores desses serviços e que a dinâmica da produção do Assentamento está em processo de formação e maturação.

Assistência técnica na produção do assentamento Itamarati

No contexto de aparelhar o assentamento com máquinas e equipamentos, essa ação será ineficaz se não vier acompanhada das orientações técnicas de uso eficiente,

como fazer a manutenção preventiva e, principalmente, como usá-los como forma de facilitar os trabalhos dentro da propriedade. A premissa do conhecimento se alicerça à necessidade da capacitação, da assistência técnica e da assessoria dos parceiros e conveniados para treinar os produtores no uso correto das patrulhas agrícolas, estando presente na política pública, que através do Poder Executivo Municipal firma os convênios e parcerias necessários para a capacitação do produtor.

Para realizar assistência e orientação técnica ao assentado do Itamarati há parcerias, convênios e acordos de apoio aos produtores das IES, da Subprefeitura do Assentamento Itamarati, da Agraer, da Embrapa, do Senar, da Semagro, do Sebrae, das Indústrias do setor privado, das Cooperativas, dentre outros. Essas, aliadas ao desejo do produtor e suas competências adquiridas ao longo da sua atividade na agricultura familiar, podem mitigar problemas de inconformidades ou desajustes na organização da produção no que tange às boas técnicas de produção (como produzir).

Ações do Senar no Assentamento Itamarati

Para auxiliar no fomento do crescimento e desenvolvimento da bacia leiteira e hortifruti do Assentamento, destacam-se as ações do Senar e do Sindicato Rural de Ponta Porã que, segundo Almeida et al. (2020), a CNA[15], 2021, em 13/04/2016, ampliaram a assistência técnica aos produtores familiares com projetos na área do conhecimento e capacitação gerencial da propriedade.

15. A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), representa os produtores rurais brasileiros de pequeno, médio e grande portes, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR).



FOTO 5 – SALA DE ORDENHA – ASSENTAMENTO ITAMARATI

Fonte: SENAR/MS (2016)

O Senar contextualiza que os assentados serão agraciados com investimentos e capacitações na administração rural de acordo com as demandas dos residentes no novo Distrito. O Senar, durante a Expoitã – Exposição Agropecuária da Agricultura Familiar/2016, apresentou o portfólio de cursos, bem como, cadastrou as cooperativas e associações, no sentido de organizar e avaliar a metodologia de atendimento da ATeG (Assistência Técnica e Gerencial).

Segundo Almeida et al. (2020), na avaliação do presidente do Sindicato Rural, a parceria firmada na comunidade possibilitará a criação de mão de obra qualificada para região e autonomia de produção para os produtores familiares. O Sindicato rural decidiu a execução dos trabalhos em conjunto com o Senar/MS com objetivo de levar conhecimento para o público rural de forma igualitária e atendendo as famílias que subsistem da atividade agropecuária, ou ainda, para trabalhadores interessados em aperfeiçoar os conhecimentos de manejo.

Já o produtor familiar Sebastião Cícero de Souza, um dos fundadores do núcleo Itamarati I, diz que chegou ao local há 4 anos, que se dedica à pequena produção pecuária e plantio de soja e milho irrigado, revela que estava desacreditado na melhoria da produtividade dos vizinhos até que confirmou os resultados do programa Mais Leite, uma

das vertentes de assistência técnica do Senar/MS.

O produtor Walter completou 12 anos no lote e se dedica a produção de hortifrutigranjeiros, fornecendo produtos para o PNAE e demonstra entusiasmo com as ações do Senar, faz planos para o futuro e embora já tenha participado de quatro cursos pretende integrar o projeto de piscicultura, pois, na sua visão, é uma alternativa para a produção do agricultor familiar.

Na avaliação do presidente da Associação Comunitária Agrícola da Nova Conquista, Antônio Dias, a assistência técnica do Senar é fundamental para os produtores que trabalham com a produção agropecuária na região, considerando que muitos produtores plantam sem o conhecimento das técnicas corretas de manejo do solo. Relata ainda, que na associação todos trabalham com hortifrutigranjeiros e estão satisfeitos com a oportunidade de ter acesso a assistência técnica e aumentar a produtividade.

A coordenadora dos programas de ATeG do SENAR/MS, Mariana Urt, enfatiza que o atendimento realizado no Itamarati cumpre o objetivo de auxiliar os produtores rurais a tecnificarem as atividades, garantindo melhor produtividade e lucro.

A metodologia de assistência técnica e gerencial desenvolvida pelo SENAR e aplicada pelos técnicos de campo com diagnóstico produtivo individualizado, planejamento estratégico, adequação tecnológica, capacitação profissional complementar e avaliação sistemática de resultados. Atualmente, atendem 30 produtores de leite e estamos finalizando a mobilização para iniciarmos o atendimento para mais 20 produtores de leite e outro com 20 produtores de hortifrutigranjeiros.

Na pesquisa, constata-se que as atividades do Senar são importantes no contexto da assistência técnica para a tomada de decisão do agricultor familiar, no entanto, após 4 anos da assinatura do convênio o trabalho do Senar no Assentamento Itamarati, ainda são tímidas e ínfimas frente à demanda, considerando que somente uma técnica em agropecuária foi contratada para executar os trabalhos de assessoria dentro do assentamento.

Os serviços disponibilizados pelo Senar tem origem nos planos de negócio do segmento rural, no entanto, a disponibilidade de um profissional no Assentamento Itamarati, dada a dimensão da demanda, acarreta limitação na capacidade de atendimento e conforme constatou-se na pesquisa em 2020, esse profissional atendia 20 produtores no universo de 2.461 agricultores familiares.

Dessa forma, pode-se afirmar que o trabalho do Senar, embora sendo fundamental no processo de aprendizagem e na administração das propriedades, torna-se um gargalo a ser transposto, uma demanda da gestão da Subprefeitura, seus técnicos e do próprio

Sindicato Rural.

Nessa situação, o Senar pauta sua atuação nas parcerias com o Sindicato Rural de Ponta Porã, e segundo a Famasul (2020), o Senar auxiliou o desenvolvimento de técnicas mais adequadas no cultivo de banana, do agricultor familiar Etelvino Boero, no Assentamento Itamarati.



FOTO 6 – PRODUÇÃO DE BANANA – ASSITÊNCIA SENAR

Fonte: Assessoria de Comunicação Sistema Famasul – Propriedade do Sr. Etelvino

O produtor Etelvino, no município de Ponta Porã, em dois anos com a assistência técnica e gerencial do Senar/MS, melhorou o manejo de sua plantação superando dificuldades como as pragas e aumentando a produção de banana. "Antes do Senar/MS era muito difícil, agora com conhecimento técnico a gente sabe como combater as pragas e conservar as plantas. Melhorou muito, sem comparação".

Com a propriedade localizada no Assentamento Itamarati e em pouco tempo, Etelvino, mudou o seu pensamento e não desistiu da produção no lote, planejando aumentar a área plantada de banana.

Uma das principais mudanças na propriedade foi na parte gerencial que conta com o apoio de seu filho. "Meu menino tem tudo anotado, levei amostra para fazer análise da terra, para fazer tudo de acordo com a orientação do Senar", concluiu o Sr. Etelvino.

Nesse aspecto, a atuação do Senar torna-se um importante instrumento de apoio

na gestão das propriedades, pois a assistência técnica em conjunto com a proatividade e a vontade do produtor poderá reverter o cenário de estagnação ou insuficiência no conhecimento. Embora se reconheça as dificuldades no setor de assistência técnica, não somente no Senar, mas no Sebrae, Embrapa, IES, Agraer e outros agentes que devem prover a gestão no sentido de apropriar verbas orçamentárias para atender as demandas dessas Instituições e assim promover o fomento na oferta da assistência técnica e melhorar as condições de produção.

Essas atuações e ações do Senar ajudam a tomada de decisão do agricultor familiar, que de forma racional, pode mitigar as perdas por erros estratégicos de produzir aquilo que não tem demanda ou produzir excedentes que não são absorvidos pelo público consumidor.

Um dos benefícios na presença do Senar é proporcionar ao agricultor familiar um cultivo observando as práticas de produção, com responsabilidade socioambiental e assim terá uma produção para atender as demandas do mercado em quantidade constante, com qualidade, gerando renda e bem-estar ao produtor e ao consumidor. Isso é fruto da dinâmica constante do processo produtivo apoiado por todos agentes e atores da produção no assentamento Itamarati.

Dessa forma, o como produzir se constitui numa das fases do processo produtivo na dinâmica da produção no Itamarati, considerando as fases ou processos na organização da produção, pois essas são integradas e dependentes entre si. Portanto, a decisão do que e quanto produzir depende do conhecimento e das habilidades do agricultor.

A fase decisória do como produzir depende do conhecimento no trato das culturas, no tempo adequado para implantá-la e no manejo durante o período de crescimento, maturação, colheita, armazenamento, transporte e comercialização do produto.

Nesse cenário, as instituições parceiras e conveniadas como o Senar, Sebrae, Semagro, Agraer, IES e demais atores e agentes públicos ou privados podem auxiliar na melhoria das competências e habilidades dos produtores em busca da eficiência de como produzir.

Estrutura – Patrulhas agrícolas para o assentado do Itamarati

Na questão do como produzir, o acesso as máquinas e equipamentos é uma premissa básica para a preparação da produção. Nesse sentido, a ausência da estrutura pode gerar impactos nas atividades com gargalos na produtividade da agropecuária.

A partir da demanda dos assentados foram criadas condições de aparelhamento das patrulhas agrícolas para auxiliar nas atividades produtivas dos lotes. Em 28 de janeiro de 2018 foi entregue mais um lote de equipamentos, adquirido via ação da Semagro em

conjunto com a Agraer.

Conforme Aline Lira, Agraer (2021), esses equipamentos atenderão, aproximadamente, 100 agricultores familiares como reforço nas atividades agrícolas com a chegada de uma patrulha mecanizada, avaliada em R$ 114.877,50, composta por um trator agrícola de 85 CV 4×4, uma grade aradora intermediária com 14 discos e uma calcareadeira.

Esse conjunto de máquinas é o resultado do trabalho do legislativo e do executivo estadual. A aquisição dos equipamentos foi viabilizada por meio de uma emenda federal da deputada Teresa Cristina, com contrapartida do Governo de Mato Grosso do Sul.

A patrulha representa a possibilidade de colheitas melhores nos lotes e uma economia de tempo e custos nas atividades com a locação de maquinário. Ainda, para o agricultor familiar a correção da acidez do solo, preparo de canteiros e transporte de madeira são alguns dos serviços agilizados com as máquinas. Segundo o Sr. Antônio: "A grade vira a terra para plantar, a calcareadeira corrige o solo com a aplicação de calcário, e o trator a gente pode puxar eucalipto, areia e outros serviços que exigem força".

Na manifestação de André Nogueira, presidente da Agraer, "a Agraer já presta atendimento dentro do assentamento Itamarati, inclusive, há um posto avançado para atendê-los. O assentamento fica a 50 km de Ponta Porã e ter uma base da agência auxilia nos trabalhos de assistência técnica. A patrulha mecanizada vem para contribuir, não apenas com o trabalho dos agricultores, como também com a assistência técnica dada por nossos servidores".

Já segundo o Sr. Antonio C. Melo *(in memoriam)*, "na Agraer sou bem atendido, mesmo que o assentamento seja formado por mais de 2.400 famílias e com as dificuldades do dia a dia. Acho que a patrulha vai ser uma grande ajuda".



FOTO 7 – PATRULHA AGRÍCOLA PARA O ASSENTAMENTO ITAMARATI

Fonte: João Prestes – Agraer e *Neia Maceno*

Em 3 de agosto de 2019, foi realizada a entrega de máquinas e equipamentos aos produtores rurais da agricultura familiar nos municípios de Amambai e Ponta Porã. Essa é uma ação de política pública de apoio à produção em razão da importância dos equipamentos na formação das culturas e na criação dos animais em pequenas propriedades, já que o produtor, isoladamente, não teria condições financeiras de adquiri-las e os altos custos inviabilizam sua aquisição, mesmo que através das linhas de crédito do Pronaf para investimentos.

Esse reforço para o trabalho dos produtores da agricultura familiar possui a ação do Estado de Mato Grosso do Sul, o qual repassou através da Semagro os recursos financeiros para adquirir quatro conjuntos de equipamentos e máquinas agrícolas, patrulhas mecanizadas, composta por um trator, rotoencanteirador, pá, roçadeira, terraceador, ensiladeira, batedeira, pulverizador, plantadeira e carreta.

Nessa solenidade, estiveram presentes em ato público de entrega oficial dos equipamentos e máquinas o secretário da Semagro Sr. Jaime Verruck que afirmou: "a

patrulha mecanizada é parte de uma estratégia para potencializar a produção dos pequenos agricultores que ainda contam com outros programas desenvolvidos pela pasta e oferecem assistência técnica a orientações em todas as fases da produção”. Segundo Jaime Verruck, “foram adquiridos mais de mil equipamentos, boa parte já está em poder dos produtores, servindo a sua finalidade. Além disso, temos os técnicos da Agraer para dar assistência e soma-se ao esforço para levar esses equipamentos até o campo”

Verruck salienta que é um ponto fundamental a comercialização dos produtos e para tanto, está sendo construído as centrais de comercialização, em parceria com os municípios que ajudam no transporte das mercadorias. As patrulhas mecanizadas foram compradas com recursos de emendas da bancada federal de Mato Grosso do Sul e contrapartida do Estado.

A DINÂMICA DA PRODUÇÃO NO ASSENTAMENTO ITAMARATI

ASPECTOS GERAIS DA DINÂMICA DA PRODUÇÃO

No estudo da dinâmica da produção no Assentamento Itamarati, quanto a organização produtiva (familiar, parceria familiar, parceria[1]), pode-se constatar que dos 65 produtores entrevistados[2] 47,7% optaram pela produção em parceria ou arrendamento do lote maior, comunitário. Os demais, 61,5% possuem a estrutura produtiva no modelo da agricultura familiar. No entanto, salienta-se que parte desses produtores, 9,2%, adotam a estratégia compartilhada com os dois modelos de produção, ou seja, com parceiros/arrendatários e ao mesmo tempo atuam como agricultores familiares.

MODELO DE PRODUÇÃO		
TIPO DE MODELO	**Nº DO LOTE**	**LOCAL DO LOTE**
FAMILIAR (01 empregado).	193, 333, 392, 431, 432, 433, 554	CUT
	598, 600, 604, 606, 714	FAFI
	13, 19, 37, 1465, 1477, 1511, 1553,1554, 1605, 1671	FETAGRI
	37, 88, 319, 787, 788, 807, 940, 1214, 1220, 1287.	MST
PARCERIA, FAMILIAR	334	CUT
	601	FAFI
	1431	FETAGRI
	166, 1071, 1303	MST
PARCERIA (lote comunitário).	258, 331, 435	CUT
	709, 713, 727	FAFI
	1561	FETAGRI
	34, 35, 36, 157, 158, 174, 188, 241, 244, 288, 812, 1062, 1063, 1288.	MST

Tabela 14 – MODELOS DE PRODUÇÃO – Lotes pesquisados

Fonte: Dados da pesquisa – *in loco*

1. Quanto ao modelo de produção familiar, ou unidade de produção familiar, é aquele da agricultura familiar, na qual utiliza somente 01 empregado para evitar o desenquadramento de agricultura familiar para a DAP e Pronaf. Já a Parceria ou arrendamento, refere-se ao modelo de produção adotada nos lotes comunitários.
2. Informações detalhadas na Tabelas nºs 1 e 2, apresentada na Introdução desta tese.

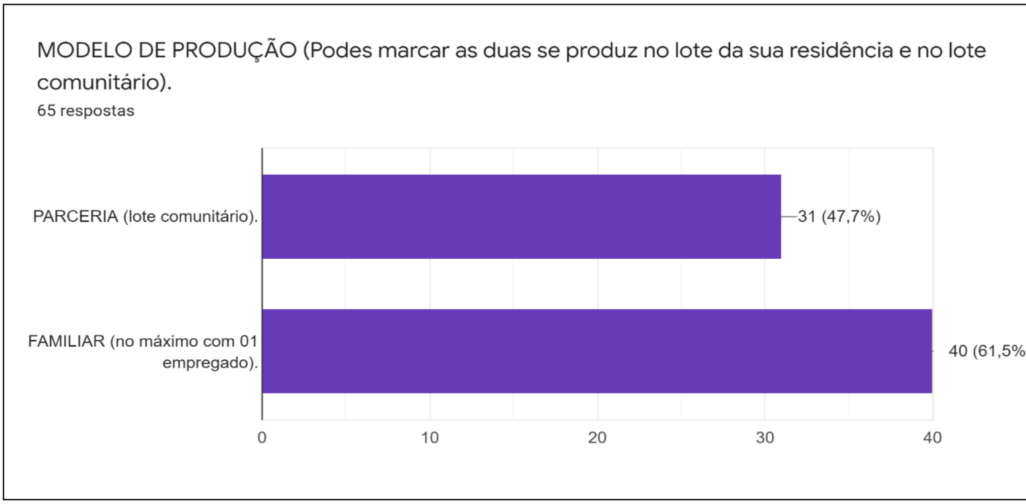


GRÁFICO 6 – MODELOS/TIPOS DE PRODUÇÃO – Pesquisa *in loco*

Fonte: Dados da pesquisa – *in loco*

Na pesquisa virtual, de 325 respondentes, não houve o questionamento do modelo de produção, portanto, nesse quesito restará prejudicado. Karla Nadai declara que 70% dos produtores de lotes comunitários arrendam ou possuem parcerias para o cultivo nesse local, no entanto, a pesquisa de campo *in loco* indica 47,7%.

Para Silva, a carência de políticas públicas que organizem a produção dos lotes comunitários contribui na tomada de decisão dos agricultores familiares em optar pela parceria/arrendamento do lote comunitário na geração de soja e milho no modelo de cultivo extensivo e em escala.

> Quando questionamos o A3 sobre planos de produção diferenciada, que ainda não foram produzidas no assentamento, ele expõe a ausência de estratégia do grupo coletivo e a dependência do setor de ***commodities***, pois "depender só basicamente de grãos é muito complicado, porque você depende do clima, se o clima é favorável ou não, e depende do preço, que quem controla, no caso a soja, não é nem aqui no Brasil, é a bolsa lá de Chicago". Sobre essa dependência, o assentado acredita que a organização coletiva precisa se esforçar para sair da dependência do crédito, até como uma questão de sobrevivência e reforçando a fala dita anteriormente "na verdade nós estamos transferindo renda do agricultor para as revendas e para as multinacionais", através dos custos de produção. Nesse sentido, é preciso criar formas próprias de custear a lavoura "[...] temos que dar um passo adiante da gente conseguir fazer o nosso próprio custeio, o nosso custo que poderia ser 130, 140 mil, esse ano vai ser 200, 210 mil. Então cria uma dependência que você sempre vai trabalhar para os outros" (Entrevista A3). Ressaltamos a existência da consciência entre os assentados entrevistados sobre a atual situação do

campesinato no Brasil, reconhecem os obstáculos que enfrentam tanto a nível estadual, nacional e mundial. (SILVA, 2018, p. 190).

Nessa situação, percebe-se a escassez de políticas que facilitem o acesso ao crédito, fato que induz o produtor a formar as parcerias ou arrendar sua área, entretanto, deve-se entender que a proposta inicial da formação do Assentamento inclui a aquisição dos pivôs de irrigação nos lotes comunitários e estes deveriam servir como auxílio na produção em condomínio ou associação das famílias assentadas nesses lotes. O arrendamento da terra a terceiros é uma das alternativas de sobrevivência do assentado, na perspectiva de manter a terras produtiva.

Com relação ao tipo de produção na pesquisa *in loco*, o objetivo foi identificar a origem dos produtos, se animal, vegetal ou ambos produzidos pelo assentado.

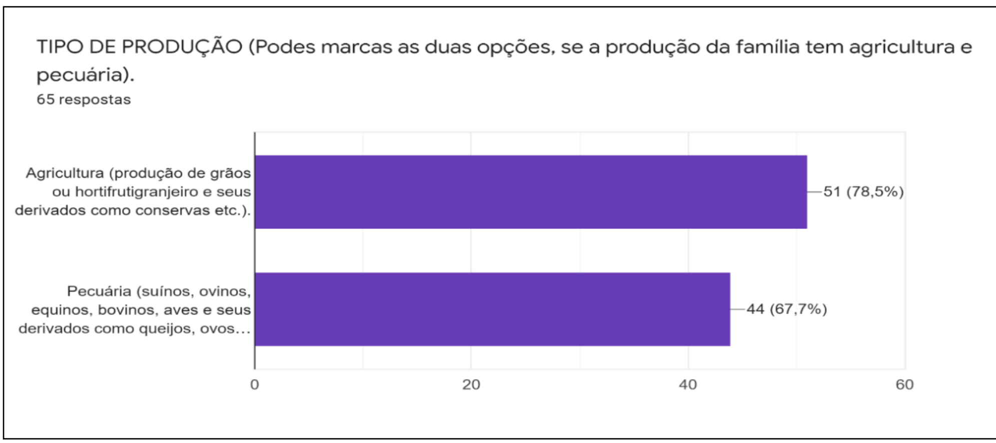


Gráfico 7 – TIPOS DE PRODUÇÃO – Pesquisa *in loco*

Fonte: Dados da pesquisa *in loco.*

A pesquisa *in loco* e o gráfico 7demonstram que 78,5% dos agricultores familiares do Assentamento trabalham com a agricultura. Salienta-se que 46,20% dos agricultores familiares produzem na agricultura e na pecuária.

TIPO DE PRODUÇÃO		
PRODUÇÃO	Nº DO LOTE	LOCAL DO LOTE
AGRICULTURA	331, 334, 431, 432, 433.	CUT
	714, 727.	FAFI
	19, 1554, 1605.	FETAGRI
	34, 35, 36, 37, 1063, 1288.	MST
PECUÁRIA	258, 392,435, 554.	CUT
	598, 600, 709, 713.	FAFI
	1477.	FETAGRI
	174, 241, 288, 807, 1287,	MST
AGRICULTURA E PECUÁRIA	193, 333.	CUT
	601, 604, 606.	FAFI
	13, 41, 1431, 1465, 1511,1553, 1561, 1671.	FETAGRI
	88, 157, 158, 166, 188, 244, 319, 787, 788, 812, 940, 1062, 1071, 1214, 1220, 1303	MST

Tabela 15 – TIPOS DE PRODUÇÃO – Lotes pesquisados *in loco*

Fonte: Dados da Pesquisa *in loco*

Na tabela 15, verifica-se a estratificação da pesquisa *in loco* que justifica a afirmativa na análise do gráfico 8, ou seja, 28 produtores pesquisados dedicam-se à agricultura e pecuária, ao passo que 14 produtores se dedicam somente à pecuária e 16 à agricultura.

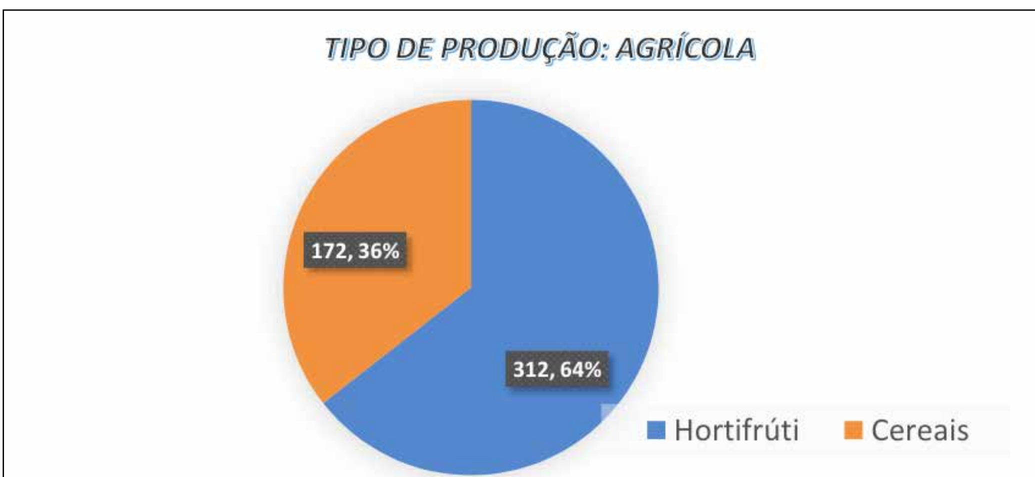


Gráfico 8 – PRODUÇÃO AGRÍCOLA – Pesquisa virtual

Fonte: dados da pesquisa virtual

Com relação à pesquisa virtual, indicada no gráfico 8, os dados do tipo de produção apresentam que dos 325 respondentes, 36% ou 172 agricultores familiares produzam

hortifrutigranjeiros e 312 ou 64% o sistema do cultivo de grãos.

Na projeção dos produtores que cultivam hortifruti e grãos, calcula-se que 32,9% dos agricultores familiares do Assentamento trabalham com ambas as culturas, ou seja, 808 agricultores do Assentamento.

Essa forma de análise proporciona a projeção no universo total de assentados, salienta-se que nesse grupo de 325 produtores que responderam aos quesitos da pesquisa, 159[3] ou 48,9% dos agricultores familiares cultivam hortifrutigranjeiros e grãos.

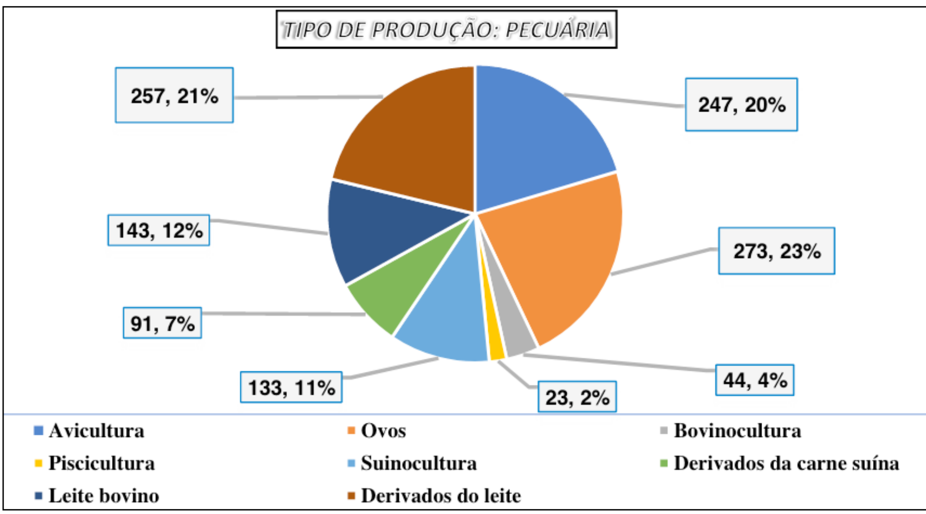


Gráfico 9 – COMPOSIÇÃO DA PRODUÇÃO PECUÁRIA – Pesquisa virtual

Fonte: Dados da pesquisa virtual

Na metodologia proposta na pesquisa virtual, verifica-se que na produção pecuária 21% do contingente são produtores de derivados de leite, 23% de ovos, 20% na suinocultura, 12% na avicultura, isso demonstra a aptidão do agricultor familiar na produção variada de alimentos, porém, com base nas visitas *in loco* e na pesquisa virtual identificou-se que a decisão do que produzir se reflete na necessidade de ofertar maior diversidade possível na perspectiva de se obter maiores resultados econômicos e rentabilizar da atividade.

3. Nessa análise, soma-se o total de respondentes, subtraindo-se o universo da pesquisa 325 produtores. Produtores de Hortifruti e grãos = 172 + 312 – 325 = *159*.

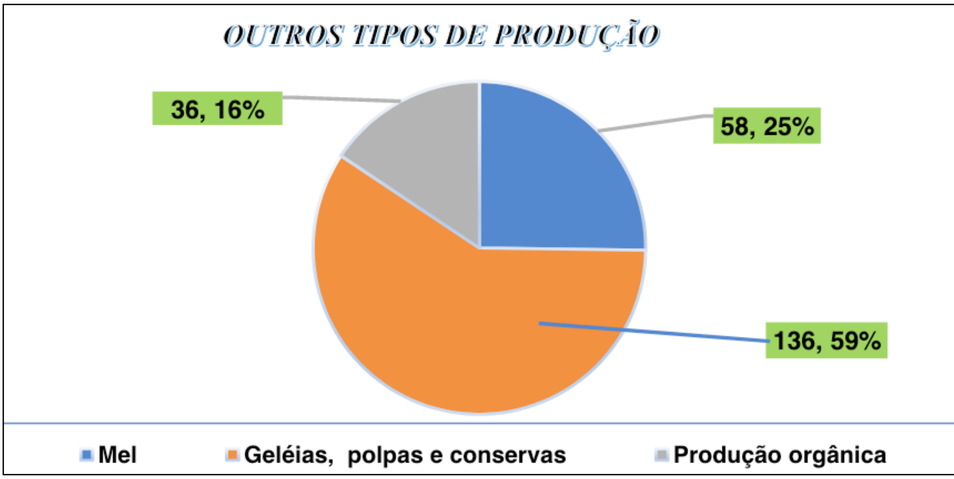


Gráfico 10 – OUTROS TIPOS DE PRODUÇÃO – Pesquisa virtual

Fonte: dados da pesquisa virtual

De acordo com a oferta de subprodutos, conforme a pesquisa virtual, gráfico 10, 59% dos produtores pesquisados produzem geleias, 25% mel e 16% trabalham com a produção orgânica de alimentos, nesse diagnóstico também podemos avaliar que os produtores usam como estratégia a diversificação na oferta dos produtos saudáveis com responsabilidade ambiental.

O produtor Sr. Nelson é um exemplo de produção e sustentabilidade, produz suínos, fabrica subprodutos e trabalha no destino adequado aos resíduos sólidos, na produção de biogás e biofertilizante no projeto do Dr. Euclides/UFGD.

Segundo o Dr. Euclides[4]: "os produtores ainda estão reticentes com relação à adesão aos projetos da produção orgânica o que é normal, pois alguns produtores observam o sucesso ou o insucesso do agricultor familiar aderente para decidir se adere à produção orgânica".

Essa situação se deve ao fato de que após a implantação do Assentamento há um período de adaptação e consolidação das estratégias, dos métodos de produção, escoamento e comercialização. Essa adaptação, por vezes, é morosa e leva alguns assentados desistirem do projeto pelas mais variadas causas como a distância do mercado consumidor e fornecedor, a ausência ou insuficiência de apoio financeiro, técnico. Alguns vendem ou arrendam os lotes mesmo à revelia da legislação[5].

4. Entrevista concedida e disponível na lista de *links* do anexo dessa obra.
5. Segundo a lei Nº 13.465, de 11 de julho de 2017, no artigo 18 parágrafo 1º que determina: § 1º Os títulos de domínio e a CDRU são inegociáveis pelo prazo de dez anos, contado da data de celebração do contrato de concessão de uso ou de outro instrumento equivalente, observado o disposto nessa Lei.

Na composição e metodologia da pesquisa *in loco*, buscou-se o refinamento da pesquisa com vistas a auxiliar na análise da perspectiva decisória acerca da produção e dos gargalos na produção dentro da propriedade, visto que o agricultor familiar decide os tipos de produtos que irá produzir.

O gráfico 11 demonstra quais são os produtos e suas participações em percentuais em relação ao número de produtores aderentes ao tipo de produto que oferta. Já a tabela 16 demonstra quais lotes foram visitados *in loco* indicando os respondentes.

Nessa composição se estabelece a decisão do que produzir, pois o agricultor familiar tem a responsabilidade de escolher qual produto será cultivado, seja de origem animal ou vegetal. No transcorrer das visitas, obteve-se informações que alguns produtores cultivam produtos que têm a demanda na cooperativa, outros na informalidade ou através das cerealistas, parceiros e distribuidores que indicam os produtos que têm procura conforme necessidade pontual, a exemplo do PNAE e PAA.

Há casos de demandas pelo fomento e apoio técnico aos produtores, exemplo do Laticínios Camby de Dourados, que ao receber ou perceber aumentos dos produtos lácteos passa a fomentar o aumento da produção com a captação de novos produtores ou estimula a produtividade por unidade produtora.

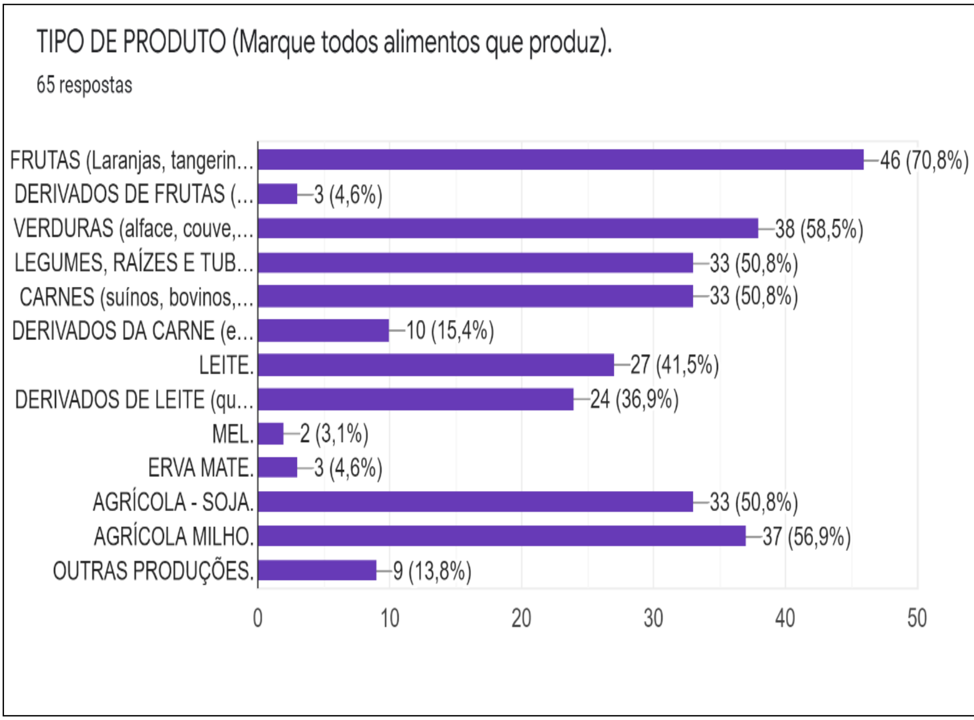


Gráfico 11 – TIPO DE PRODUTO – Pesquisa *in loco*

Fonte: Dados da pesquisa *in loco*.

Na apuração dos dados, constata-se que no universo da pesquisa 70,8% dos produtores cultivam frutas, 4,6% produzem derivados das frutas como geleias, polpas e compotas, 58,5% hortaliças, 50,8% legumes, raízes e tubérculos, 50,8% carne, 15,4% derivados da carne, 41,5% leite, 36,9% derivados do leite, 50,8% soja, 56,9% milho, 3,1% mel e 4,6% erva mate, isso demonstra a diversidade de alimentos.

Há ainda outras produções de pequeno porte e basicamente para consumo próprio que perfazem 13,8% do quantitativo de respondentes.

TIPO DE PRODUTO		
PRODUTO	Nº DO LOTE	LOCAL DO LOTE
HORTIFRÚTIGRANJEIROS, CARNES, LEITE e DERIVADOS. AGRÍCOLA - SOJA e MILHO.	193, 334, 392, 554	CUT
	601, 606, 714, 727.	FAFI
	13, 1431, 1465, 1511, 1553, 1561, 1605, 1671.	FETAGRI
	34, 35, 36, 37, 157, 158, 174, 188, 241, 244, 288, 319, 787, 788, 812, 940, 1062, 1063, 1071, 1214, 1220, 1288.	MST
HORTIFRÚTIGRANJEIROS, CARNES e ERVA MATE.	258	CUT
	604, 709, 713.	FAFI
	41.	FETAGRI
	166, 807, 1303.	MST
AGRÍCOLA - SOJA., AGRÍCOLA MILHO.	331	CUT
		FAFI
	19, 1554.	FETAGRI
		MST
HORTIFRÚTIGRANJEIROS DERIVADOS DE LEITE.	333	CUT
		FAFI
		FETAGRI
		MST
HORTIFRÚTIGRANJEIROS e MILHO	431, 432, 433., 435.	CUT
	598, 600,	FAFI
		FETAGRI
	88, 1287.	MST
HORTIFRÚTIGRANJEIROS, CARNES e MILHO.		CUT
		FAFI
	1477.	FETAGRI
		MST

Tabela 16 – TIPOS DE PRODUTOS por lote pesquisado

Fonte: Dados da pesquisa *in loco.*

De acordo com a estratificação da tabela 16, em conjunto com os dados do gráfico 11, verifica-se que a decisão do agricultor familiar, de forma empírica, é diversificada, visto que se constata a produção de vários produtos, nos setores de hortifruti, carnes, leite e seus subprodutos. Alia-se a esses itens a produção de mel, erva mate e grãos, principalmente milho e soja.

TIPO DE PRODUÇÃO.	Nº DE PRODUTORES
Frutas	1.742
Derivados de frutas	113
Verduras	1.439
Legumes, raízes e tubérculos	1.250
Carnes	1.250
Derivados de carnes	378
Leite	1.021
Derivados de leite	908
Soja	1.250
Milho	1.400
Mel	76
Erva mate	113
Outros produtos	339

Tabela 17 – PROJEÇÃO DA AMOSTRA PARA A PRODUÇÃO – Assentamento Itamarati

Fonte: Dados da pesquisa *in loco.*

Ao projetarmos os resultados da pesquisa *in loco* do total de produtores do assentamento Itamarati I e II conclui-se que em média 1.136 produtores cultivam hortifrutigranjeiros e/ou derivados; 1.628 produzem algum tipo de carne e seus derivados; 1.929 trabalham com a bacia leiteira produzindo leite *in natura* ou seus derivados; 1.250 plantam milho; 1.400 plantam a soja; 76 trabalham na produção de mel; 113 no cultivo da erva mate e 339 produtores declaram que produzem outros bens que estão ligados ao artesanato, flores, ou usam a terra como fonte de renda através de arrendamento.

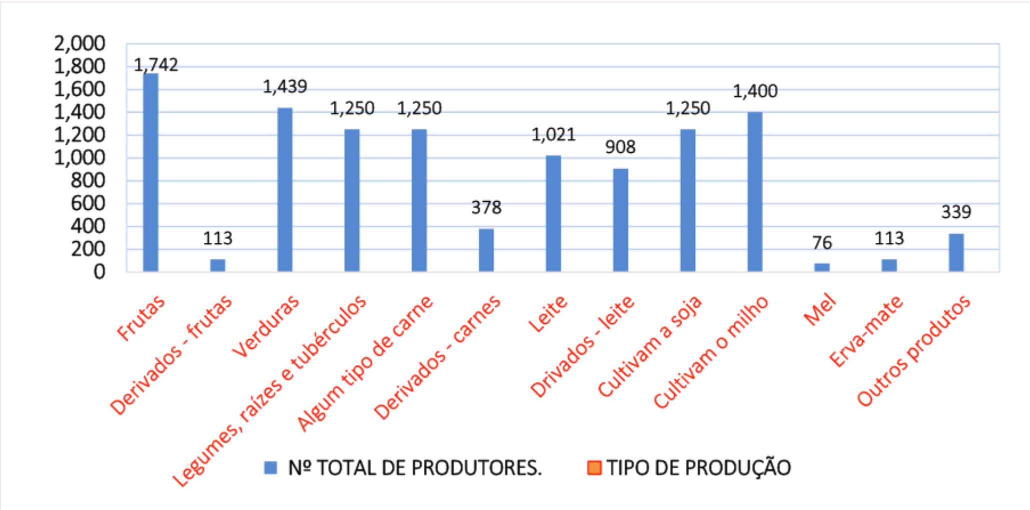


Gráfico 12 – PROJEÇÕES DA AMOSTRA PARA O ASSENTAMENTO ITAMARATI

(Por tipo de produto – Pesquisa *in loco*)

Fonte: Dados da pesquisa *in loco*

O gráfico 12 demonstra os quantitativos e os tipos de produtos originados no Assentamento, com base no indicador apurado na amostra pesquisada.

Nesse contexto, a produção no Assentamento contribui na formação do Produto Interno Bruto e, com viés de alta ou crescimento, demonstra que a dinâmica da produção otimiza o uso dos fatores de produção, capital, terra e mão de obra, que na plena alocação maximizam a riqueza, distribuição de renda e postos de trabalho, traduzidos no bem-estar socioeconômico do cidadão Nogami (2005).

Na perspectiva de entendermos a produção no Assentamento Itamarati, a formação estrutural e infraestrutura para escoamento dessa produção, é necessário a abordagem da teoria aliada a pesquisa de campo com fins de se identificar o que, quanto, como e a quem se destina a produção de alimentos, quais estratégias, formas de comercialização, os gargalos e as oportunidades de se agregar valor à produção.

O contexto da dinâmica da produção encontra os entendimentos de Nogami (2005), os problemas fundamentais da economia são princípios das práticas econômicas e têm moldado o cotidiano dos cidadãos, assim o conhecimento acerca do tema se faz necessário considerando a complexidade dos problemas sociais que interagem no mercado globalizado e altamente concorrencial em todos os aspectos, inclusive na demanda de alimentos com a produção sustentável e ecologicamente correta.

Não obstante, apesar das pessoas participarem das mais diferentes atividades econômicas, poucas possuem os conhecimentos teóricos necessários que lhes permitam analisar os problemas econômicos do cotidiano, essa é a principal razão de pesquisar e estudar a dinâmica da produção que proporciona um conjunto de conhecimentos que abarcam a produção do setor primário, no caso a produção no Assentamento Itamarati.

Nessa condição, uma economia tem como premissa básica a organização da produção que, no seu dinamismo, poderá refletir no bem-estar socioeconômico que segundo Nogami (2005), qualquer sociedade, seja ela um estado capitalista, comunista, socialista, uma ilha isolada no Pacífico ou até mesmo uma colmeia deve, de uma maneira ou outra, enfrentar três problemas econômicos básicos, fundamentais e interdependentes: o que, como e para quem produzir.

Nogami (2005), contextualiza que a lei da escassez não seria problema se os recursos fossem ilimitados e assim, na possibilidade de se produzir quantidades infinitas de qualquer bem ou se todas as necessidades humanas pudessem ser plenamente satisfeitas, certamente não faria diferença produzir uma quantidade excessiva de qualquer produto em particular, para isso é fundamental observar que há escassez de recursos utilizados para produzir, ou seja, o Capital a Terra e a Mão de Obra, escassas e finitas, embora haja desenvolvimento tecnológico capaz de mitigar a escassez e/ou otimizar a utilização dos fatores de produção já citados.

Dessa forma, tampouco haveria importância se a mão de obra e as matérias-primas fossem combinadas e utilizadas de forma pouco produtiva. Samuelson (1975, p. 20), destaca que “desde que todos pudessem ter tudo o que desejam não importaria a maneira pela qual os bens e as rendas fossem distribuídas entre diferentes indivíduos e famílias”. Não haveria bens econômicos, relativamente escassos e, dificilmente, haveria necessidade de se estudar a organização da produção e os impactos na economia ou como “economizar” em benefício da produção.

Segundo Samuelson (1975), o problema da escassez se faz presente em qualquer sociedade, seja ela rica ou pobre. Em alguns países desenvolvidos ela não é um problema tão grave como em nações pobres como Etiópia ou Somália, onde sequer as necessidades básicas da população são satisfeitas, mesmo assim, a escassez continua sendo um problema, uma vez que as aspirações por bens e serviços em geral superam a quantidade de bens e serviços produzidos ofertados à sociedade.

Quanto a formação do PIB de Ponta Porã, ele é formado com base na produção agropecuária, a qual faz parte a produção do Assentamento Itamarati com suas

características e peculiaridades, produzindo soja, milho, hortaliças, tubérculos, legumes, carnes de suíno, bovino, aves, peixe, leite e seus derivados, mel, geleias, embutidos de carne, conservas, frutas, entre outros em menor escala.

As soluções para os problemas centrais de uma sociedade são definidas em função do tipo de organização econômica vigente. Sandroni (1999, p. 435-436), conceitua organização como sendo um conjunto de relações de ordem estrutural (direção, planejamento, operação e controle) que mantém um empreendimento, neste caso, a produção primária da agricultura familiar do Assentamento em expansão, podemos dizer que em uma sociedade o significado da palavra organização não se altera, seja nas organizações comerciais ou produtoras de qualquer setor.

Nesse mesmo sentido, Pinto (2010), define a organização da produção agrícola como uma atividade econômica complexa, interpretada por atores e agentes de diferentes estilos e muito pessoais. Entre as tarefas estão a implantação de cultivares em condições ambientais ótimas de modo a maximizar rendimento em quantidade e qualidade, ou seja, a implantação de uma cultura deve seguir as orientações técnicas adequadas de acordo com o zoneamento agrícola da região informado pelo MAPA, de acordo com as peculiaridades regionais do Brasil.

Na concepção de Pinto (2010), o ato de cultivar é a arte de extrair do solo pela cultura e de modo mais ou menos permanente, o máximo de produção com um mínimo de despesas e esforço, uma atividade que visa a produção de bens, quer explorando a fertilidade do solo através do embrião vegetal, quer transformando em produtos vegetais e animais por intermédio das fases produtivas que passam pela decisão do agricultor, o que, para quem, como e quanto deve ser produzido.

Ele afirma que é um ato do homem levado a cabo primariamente com o intuito de produzir alimentos de forma direta ou indireta, proteínas vegetais ou animais, podendo ainda produzir energia limpa e alternativa como o biogás (produção de gás a partir de resíduos sólidos gerados nas propriedades) e outros materiais, mediante o uso controlado de vegetais e animais, com ética e o bem-estar dos animais aliado a produção com a preservação ambiental.

Nesse contexto, a agricultura brasileira se destaca no mercado mundial por sua capacidade de produção, produtividade, variedade e qualidade dos produtos originados na agropecuária, ofertada ao mercado consumidor do mundo, no entanto, para manter a rentabilidade na produção, as etapas do processo devem ser planejadas e executadas com eficiência e eficácia, no sentido de mitigar-se as perdas.

O agricultor familiar deve se manter alerta aos vários fatores que podem impactar no resultado da produção, da produtividade e do resultado econômico, nesse caso é essencial a qualificação e capacitação da mão de obra para executar as tarefas produtivas na propriedade de pequeno porte, considerando que o grande produtor possui condições mais favoráveis de acesso à capacitação e/ou na oferta de trabalhadores com as competências necessárias no manejo dos insumos, máquinas e equipamentos usados na produção.

Não menos importante, deve-se empregar na produção as tecnologias disponíveis ao alcance do agricultor familiar, visto que a tecnologia nos métodos produtivos favorece a produtividade com qualidade, que aliada a orientação técnica na implantação das culturas, sejam de origem animal ou vegetal. As orientações técnicas acerca das tendências climáticas, períodos de cultivo, raças, cultivares, entre outros fatores, são fundamentais no processo da produção, pois se não observadas podem gerar prejuízos irreversíveis para o produtor rural.

Considerando a extensão do território brasileiro e a variedade de produtos compatíveis com nosso solo, o calendário agrícola funciona como um guia para facilitar a vida do agricultor. A ferramenta ajuda na organização e no controle de datas e períodos mais condizentes com a região e o clima em que a produção está inserida. O planejamento é o primeiro passo em qualquer trabalho e na agricultura não poderia ser diferente. Para isso, o produtor deve observar tudo o que acontece ao seu redor, desde a necessidade da população até a sua capacidade de atender à demanda, não carece, por exemplo, plantar arroz em um local onde as temperaturas são excessivamente baixas ou altas, visto que as plantas não suportam tais características climáticas.

Nessa situação, o conhecimento da natureza externa deve influenciar diretamente na decisão de qual cultura tem que estar presente no solo daquele terreno, quão o tamanho da área de cultivo, a distância do produto ao centro de comercialização/distribuição e a adaptação das espécies vegetais também são critérios importantes a serem analisados. Esse discurso de Pinto (2010), é convergente com a complexidade das escolhas dos produtores a partir das decisões do que e como farão a produção, seja animal ou vegetal.

Ciente do que é possível fazer no seu sistema de produção e com orientação correta do manejo das máquinas, equipamentos, insumos e instrumentos, o produtor inicia a atividade produtiva de forma mais assertiva e com o auxílio do calendário agrícola o produtor tem o material necessário para levar a produção adiante, inclusive com informações valiosas a respeito de cada item a ser cultivado e responder aos questionamentos para a tomada de decisão, por exemplo: qual a melhor época para plantar mandioca? Qual a

data correta para a colheita do algodão? Quanto tempo leva do plantio à colheita de uma determinada cultura? São muitas informações do que plantar, das quantidades a serem produzidas, como fazer essa produção com vistas a mitigar os gargalos das etapas da produção, culminando com o questionamento de como fazer o escoamento da produção? e para quem se produz?

Esses questionamentos, se bem refletidos e acompanhados de uma decisão racional, poderão se transformar em alternativas para a organização da produção de forma adequada às necessidades dos agricultores familiares do Assentamento Itamarati.

Diante desses argumentos é premissa básica algumas observações na execução das decisões, sendo importante o atendimento da orientação técnica relacionada ao calendário agrícola brasileiro de cultivo, em função das peculiaridades de um território com características tropicais e ao mesmo tempo diverso nas condições climáticas e na formação do solo. Em função dessa diversidade os estudos e pesquisas realizadas sob gerenciamento do MAPA, em todo as regiões do país, segregou-se por região determinando o melhor período para cultivo de determinado alimento ou cultura, criou-se o calendário agrícola como um instrumento de gestão essencial na tomada de decisão do agricultor.

O calendário agrícola pode despertar o agricultor familiar do Assentamento Itamarati na perspectiva de migrar de tipo ou modelo de produção, do leite para o cultivo de grãos em parceira com o agronegócio, por exemplo. Essa decisão do produtor impacta no modelo de produção diversificada de produção, considerando que ingressará na monocultura em detrimento à produção diversificada de alimentos.

Cabe salientar que a produção de leite no Assentamento, no início da implantação, se apresentou como uma das opções factíveis de geração de renda contínua e mensal ao produtor, no entanto, a maturidade não se realizou e os produtores foram abandonando o projeto, assim, abriu-se outras possibilidades como a da adesão à produção de soja e milho.

Nesse sentido, Almeida *et al.* (2020), contextualiza que o impacto da monocultura na produção de leite no Assentamento Itamarati se deve basicamente a ocupação do espaço com o cultivo de soja e milho e, nesse processo, a centralização da terra e da renda em poucos produtores, iniciando o processo pelo arrendamento dos lotes comunitários a exemplo do que ocorreu no Grupo sete (Fetagri), com 32 famílias originadas de diversas regiões do Brasil, incluindo os brasiguaios[6], que produziam leite e migraram para o

6. Modo de se referir aos contingentes de brasileiros que migraram para a região de fronteira em território paraguaio a partir da década de 1950. Em síntese, o termo é apenas uma construção linguística que se faz pela composição dos termos brasileiro e paraguaio.

sistema de arrendamento/parceria com o agronegócio voltado à produção no sistema da monocultura.

Ainda Almeida *et. al*, 2020, credita a migração de cultura, nesse caso da produção de leite para a monocultura do grão, soja ou milho, principalmente no sistema de arrendamento/parceria com o agronegócio, baseado sistema que adota a monocultura como o cultivo de soja, milho, cana-de-açúcar, criação de boi de corte etc.

Diante disso, o estudo demonstrou o processo de transição que ocorreu no Grupo 7 da Fetagri, das 32 famílias do grupo assentadas em 2002, inicialmente, tinham a visão de trabalhar na produção de leite e, em função dessa decisão, foram sorteados com áreas maiores e fora do sorteio dos lotes comunitários, mesmo diante das adversidades do sem-terra com problemas de toda ordem na transição, as famílias escolherem uma forma de produção que mais lhe conviesse, situação que gera inquietação para entender as alternativas e tomar a melhor decisão. Depois de iniciar o processo de produção de leite, em cooperativismo, que motivos levaram os assentados deste grupo a deixar a produção de leite e se dedicar à lavoura expressa na produção da monocultura?

Essa mudança gera um conflito no entendimento do processo, visto que, o modo de produção da monocultura tecnicamente não é a mais indicada à pequena propriedade, considerando a sazonalidade dos períodos produtivos e que o modelo prioriza a produção para o mercado em detrimento ao sustento familiar.

De acordo com os resultados da pesquisa de campo, o processo de mudança do tipo de produção se intensifica a partir de 2011 quando os produtores, definitivamente, abandonam os projetos de produção de leite e migram para a parceria ou arrendamento para a produção de soja e milho.

No que se refere a mudança no modelo de produção do leite e seus derivados para o milho e a soja, afirma-se que os assentados estavam insatisfeitos com o resultado alcançado com a produção de leite, embora a decisão de produzir leite tenha sido tomada mediante debates, inclusive das quantidades, como e para que se produziria leite. A complexidade da decisão deveria alertar o Grupo 7 dos desafios que encontrariam, mesmo assim a decisão estava posta, produzir leite com base na afinidade e experiência dos próprios produtores.

No início da atividade, os assentados encontraram muitas dificuldades, pois o lugar não oferecia infraestrutura adequada, estradas em péssimas condições e havia falta de energia elétrica. Esses são fatores essenciais para a produção e armazenagem do produto, pois produtos perecíveis como o leite, ou se conservam resfriados ou a coleta deve ser diária. As estradas com deficiência na conservação, principalmente na época das águas

com excesso de chuva, aliado à falta de energia elétrica, em 2002, configuraram-se como gargalos na produção de leite no Assentamento Itamarati.

Diante disso, muitas famílias produziam queijo e outros subprodutos do leite para venda à revelia da fiscalização sanitária em Ponta Porã. Há relatos de que a venda não se efetivou e se fazia a troca, escambo, com vizinhos na perspectiva de atender outras demandas.

Outro problema enfrentado pelo produtor era a fiscalização na venda avulsa dos produtos, inclusive houve a situação da venda de leite *in natura* às famílias, nas padarias, lanchonetes, fábricas de sorvete, entre outras. Essa forma de comercialização denunciada pela fiscalização sanitária foi objeto de ação civil, investigação e apuração dos fatos pelo Ministério Público de Ponta Porã, denominado "problema do leite caneca". Na ação houve a proposta para reativar o Laticínio Municipal de Ponta Porã para solucionar o "leite caneca", nesse sentido, o Ministério Público convocou a Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, campus de Ponta Porã, para desenvolver um projeto com essa finalidade, o qual não teve continuidade, pois o projeto se demonstrou inviável economicamente.

Esse modelo de produção continuava a acarretar perdas ao produtor, ele perdia o produto para a fiscalização sanitária, pois estava com a armazenagem inadequada, sem origem comprovada e sem nota fiscal, ou seja, um produto de origem artesanal, sem cuidados fitossanitários com a consequente apreensão na fiscalização.

Ao finalizar, Almeida *et al*, (2020), relata que das 32 famílias, 13 continuam na atividade leiteira e/ou na criação de bovinocultura de corte, ainda relata que as famílias, desistentes da produção de leite, optaram pelo arrendamento/parceria em função das adversidades na atividade leiteira, como se manifesta a produtora Dias: "sou viúva e não posso continuar cuidando do gado, por isso achei mais fácil acabar com o gado e arrendar a terra para o cultivo da soja e milho". Outra diz que optou pela monocultura e que "prefere plantar, pois dá menos trabalho e tudo fica mais fácil por ser feito o trabalho com máquinas". Noutra manifestação: "vou ter mais tempo e posso tocar mais área que pego arrendada dos meus vizinhos e, assim, posso ter um lucro maior e melhorar a minha condição de vida".

Quando é realizada a pergunta de quem é a responsabilidade sobre o lote, alguns dizem que são parceiros das pessoas que plantam e usam o termo "parceria", pois fica mais fácil de conseguir negociar com as empresas e a maioria dos arrendatários recebem uma renda que varia entre dez e quinze sacas de soja pela safra das águas (verão) e a safrinha (milho) no inverno. Dessa maneira, muitos que arrendaram afirmam que a única

diferença é que a renda deixa de ser mensal e passa a ser semestral.

Outra situação que pode ser um problema é a evasão dos agricultores familiares e consequentemente a migração para a iniciativa privada na cidade, em busca de emprego e de renda complementar. Esse processo contribui para o aumento dos índices de desemprego e dos aumentos dos bolsões de pobreza no entorno da cidade.

Segundo Karla Nadai, estima-se que 70% dos lotes comunitários do Assentamento Itamarati, em 2020, estão arrendados para a monocultura, portanto não é uma exclusividade do Grupo 7 Pecuária/Fetagri.

Em síntese, 59% dos assentados do Grupo 7, Fetagri Pecuária, optaram pela monocultura no entendimento que poderiam gerar a renda suficiente para se manterem no Assentamento e dessa forma atingir o objetivo da conquista da terra e por uma condição de bem-estar socioeconômico da sua família. Os demais 41% continuaram a produção do leite em, pelo menos, uma parte do lote e assim promovem a diversificação da produção, aumentando a possibilidade de ganhos em escala de produção sem dependência da monocultura para sustento da família, bem como sua manutenção como produtor da agricultura familiar.

Nesse cenário, os assentados remanescentes na pecuária leiteira continuam reproduzindo seu modo de vida por meio da prática da agricultura familiar, na produção de alimentos para o autoconsumo e comercializando o excedente na tríade como modo terra-família-trabalho.

Ainda na temática do que e quanto produzir, a pesquisa demonstra a diversidade de métodos para realizar a produção no Assentamento Itamarati e na ausência da pesquisa de mercado para a comercialização dos produtos, o produtor utiliza-se dos serviços das cooperativas que oferecem ao produtor, associado e não associado, como a captação, processamento e comercialização. Isso é representado na execução de vários projetos que auxiliam o produtor no processo da entrega e comercialização dos produtos.

No quadro 2, apresentamos o resumo das etapas do trabalho com fins de elucidar as estratégias, formas e métodos adotados para a decisão do que e quanto será produzido, qual o destino da produção, para quem se produz, como se dará o escoamento e a comercialização, assim como, quais meios e estratégias para efetivamente produzir e atender as demandas de mercado. No mesmo sentido, apresentar-se-á os problemas nos processos da produção, escoamento e comercialização dos produtos originados no Assentamento, bem como, as possibilidades de se agregar valor à produção na promoção e fomento das instituições e organização públicas ou privadas.

Nesse aspecto, apresenta-se no quadro 2, a consolidação e estratificação dos dados do trabalho, como forma de otimizar a visualização dos resultados da projeção no contingente de 2.461 famílias de agricultores familiares assentados. Esses dados podem auxiliar a construção de projetos, programas, ações, bem como auxiliar na formação de políticas públicas e ações dos demais atores, na perspectiva de ofertar alternativas na dinâmica da produção do Assentamento Itamarati.

O quadro 2 demonstra o resumo dos resultados da pesquisa, esse demonstrativo foi a forma escolhida por facilitar a visão global em termos percentuais das fases da produção e os problemas fundamentais da economia, inseridos nos processos da dinâmica da produção do assentamento Itamarati, um olhar endógeno e exógeno.

AÇÕES DAS COOPERATIVAS NO ASSENTAMENTO ITAMARATI

A decisão do agricultor familiar do que pretende produzir e as quantidades a serem produzidas se inserem nas ações das cooperativas em parceria com os agentes de fomento no Assentamento, com o apoio do Executivo Municipal e, nesse contexto, podemos afirmar que é fundamental a implantação de projetos à luz das experiências vividas em outras regiões ou locais de assentados como forma de espelhamento para mitigar perdas de tempo nas avaliações individuais e prejuízos na decisão equivocada do que e quanto produzir.

Nesse sentido, está a oportunidade de adesão ao projeto de criação de frango semi-caipira, usando como exemplo a implantação do projeto na cidade de Naviraí – MS, dessa obra, salientando-se que o sistema de produção do frango semi-caipira será executado na Cooperai, que abriu um espaço de vendas no Assentamento.

A Cooperai faz a comercialização dos produtos dos associados que veremos ao longo do trabalho nas etapas da produção, escoamento e comercialização.

A Cooperafi atua na recepção de grãos para os cooperados e não cooperados, como é abordado nesse trabalho a cooperativa paralisou as operações na bacia leiteira.

PRODUÇÃO DE GRÃOS NO ASSENTAMENTO ITAMARATI

A tabela 18 apresenta a produção de grãos em sacas e estratificada por produtor no grupo visitado, como forma de ampliar a visão dos lotes/produtores abordados devidamente marcados nos mapas do assentamento Itamarati I e II disponibilizados, em *link* específico, para consultas acerca da amostra visitada.

PRODUÇÃO DE CEREAIS		
QUANTIDADE EM SACAS	**Nº DO LOTE**	**LOCAL DO LOTE**
De 10 a 100	193, 333, 392, 431, 432, 433, 435	CUT
De 101 a 500	258, 334, 554	
De 501 a 1.000		
De 1.000 a 2.500	331	
De 10 a 100	598, 600, 601, 604, 606, 709, 713, 714, 727	FAFI
De 101 a 500		
De 501 a 1.000		
De 1.000 a 2.500		
De 10 a 100	41, 1465, 1477, 1554, 1561, 1671	FETAGRI
De 101 a 500	13, 19,	
De 501 a 1.000	1511, 1553, 1605	
De 1.000 a 2.500	1431	
De 10 a 100	34, 35, 36, 37, 88, 157, 158, 174, 188, 288, 319, 807, 812, 940, 1063, 1214, 1220,1287.	MST
De 101 a 500	166, 241, 787, 788, 1288.	
De 501 a 1.000		
De 1.000 a 2.500	244, 1062, 1071, 1303.	

Tabela 18 – PRODUÇÃO AGRÍCOLA – GRÃOS[7] (2019 – 2020) – Pesquisa *in loco*

Fonte: Dados da pesquisa *in loco*

Na tabela 18 estão os lotes abordados nas visitas *in loco*, onde consta a produção média em volume de sacas e a localização do lote em questão. Quanto aos indicadores de produção por lote, observa-se no gráfico 22, que a produção de grãos assim se distribui: 67,7% dos entrevistados produzem até 100 sacas, 23,8% até 500 sacas e 10,3% acima de 2.500. Salienta-se que na mensuração acima de 2.500 sacas, ultrapassa a média da produtividade para a região e, portanto, foi descartada essa informação.

Em abordagens posteriores, evidenciou-se que o produtor se referia a produção total do lote comunitário de 120 hectares, cultivados com soja a produtividade média na região é de 62,8 sacas/hectare[8], o que leva a produção de 7.536 sacas, se distribuídas entre os 10 produtores do lote comunitário, o quantitativo de produção será de 753,6 sacas/produtor/ano.

7. Produção anual de soja e milho.
8. Outro índice importante foi o de produtividade, que alcançou 62,8 sacas/hectares na safra 2020/2021. Fonte: Ponta Porã Informa. Disponível em: https://www.pontaporainforma.com.br/ponta-pora-supera-media-estadual-em-area-plantada-para-o-cultivo-de-soja-e-caminha-para-ser-o-primeiro-em-produtividade-no-estado-de-ms/. Acesso em 10.01.2022.

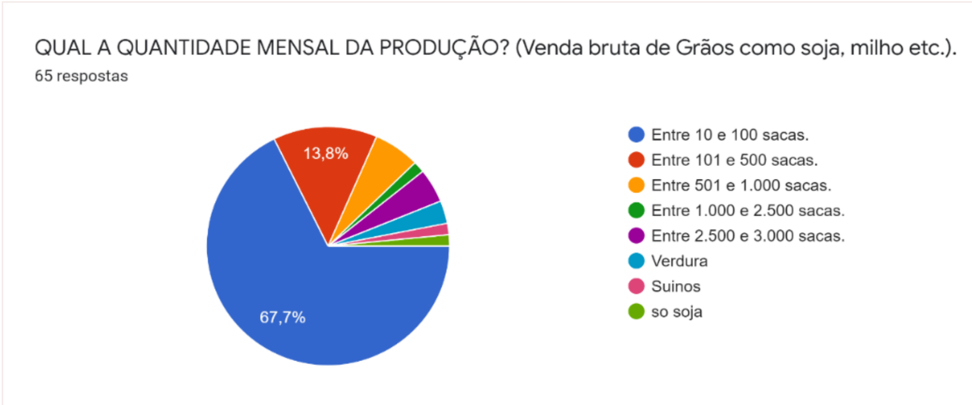


Gráfico 13 – PRODUÇÃO NO SEGMENTO GRÃOS NO ASSENTAMENTO ITAMARATI (2019 – 2020)

Fonte: Dados da pesquisa *in loco*

De acordo com metodologia adotada e com base no gráfico 13, pode-se projetar os números para o contingente total de assentados, ou seja, até 100 sacas por período produtivo totalizam 1.666 produtores ou 67.7% sobre os 2.461 assentados. No quantitativo de até 500 sacas, por período de cultivo, totalizam 340 produtores ou 23,8% sobre a totalidade dos 2.461 assentados.

Produção de soja orgânico no Assentamento Itamarati

A Embrapa[9], em 19.03.2021, publicou a atividade relacionada a transferência de tecnologia na produção orgânica de soja no Assentamento Itamarati.



Fonte: Ariovaldo Ciriaco[10]

A produção de soja orgânica constitui-se em uma nova etapa da produção para os assentados. Parceiros e apoiadores participaram das atividades de abertura da colheita, realizada no assentamento Itamarati. O cultivo de 14 hectares de soja, variedade BRS 511, pertence ao produtor Djones Marcos Ambrust.

Esse trabalho foi acompanhado pela Cooperafi e com o apoio técnico dos agrônomos Ariovaldo Ciriaco e Rogério Franchini, da Agraer, bem como conta com o suporte da equipe da Embrapa Agropecuária Oeste – Dourados/MS, que segundo o Sr. Djones:

9. Texto extraído e adaptado de Christiane Congro Comas (MTb 825/9/SC) Embrapa Agropecuária Oeste.
10. Equipe da Embrapa Agropecuária Oeste – Assessoria na colheita da soja orgânica.

> [...] desde novembro estou me dedicando a essa atividade, fazendo o manejo e usando controle biológico. Meu desafio de produzir grãos orgânicos foi iniciado com a cultura da soja ano passado. Mas, é uma grande satisfação chegar aqui na colheita, podendo produzir alimentos e ainda ajudar o meio ambiente, afirma que está satisfeito com os resultados e agradeceu o apoio das instituições envolvidas, informado "alguns companheiros, aqui do assentamento, estão animados com os resultados e estão dispostos a participar desse desafio também. As dificuldades existem, especialmente por se tratar da primeira experiência de cultivo de soja orgânica no assentamento, mas que foram superadas.

O agricultor familiar ressaltou a importância da dedicação diária no cuidado com a lavoura e explicou que a cultura exige muita mão de obra para a limpa da planta, mas os insetos foram bem controlados com o uso dos biológicos.

A Embrapa ressalta o interesse da instituição na continuidade do acompanhamento técnico dessa iniciativa e afirma que através dessa iniciativa pretende-se atualizar o sistema de produção de soja orgânica, já que houve alteração nos materiais genéticos disponíveis, nas doenças e pragas que atingem a cultura, pois a soja orgânica também é interessante devido ao valor pago, diferenciado em relação as demais variedades do grão.

O Diretor Executivo da Agraer contextualiza chamando atenção para o caráter histórico da iniciativa e acrescenta a importância de se colocar um produto diferenciado no mercado, cuja demanda por produtos orgânicos e que preservam a biodiversidade está em ascensão, além de benefícios para a preservação da qualidade do solo e dos recursos hídricos que recebem um quantidade menor de produtos químicos, favorecendo a microfauna do solo e a qualidade dos mananciais.

Da mesma forma, a Embrapa (2021) ressalta importância dessa iniciativa que vai contribuir com a melhoria da renda dos produtores no longo prazo, sendo um diferencial ao bem-estar das famílias assentadas.

Quanto ao cultivo de milho e aveia orgânicos, além da soja, é um processo que está se consolidando na região e que contribui com a diversificação da produção e com o meio ambiente. Na mesma ótica, tem-se que ter a noção de que a produção de grãos orgânicos em assentamento rural é um grande desafio, porém é uma excelente oportunidade para a Embrapa que pode atender as demandas da agricultura familiar e estar ainda mais próxima desses produtores.

Quanto ao manejo cultural da soja orgânica, no Assentamento Itamarati, foi antecedido por milho em plantio convencional, razão pela qual a soja é considerada em processo de transição para o sistema orgânico, mesmo cumprindo todas as normas para a

certificação orgânica, explica a Embrapa (2021), que o preparo da área foi realizado com grade pesada, subsolador e grade niveladora e a fertilização contou com mil quilos de organomineral farelado, aplicado a lanço e quinhentos quilos de organomineral aplicado no sulco de plantio.

Quanto a cultivar, optou-se por plantar a variedade BRS 511, cultivar de soja convencional, não transgênica, desenvolvida pela Embrapa em parceria com a Fundação Meridional, que alia alta produtividade com inovação. Trata-se de uma variedade que a apresenta resistência à ferrugem asiática (tecnologia Shield) e com bom potencial produtivo.

A lavoura não apresentou problemas sérios em seu desenvolvimento, ocorrendo alguma infestação de mancha-alvo em seu final, mas sem comprometer a produtividade da lavoura que foi compatível a média da região em sistemas de produção convencionais e no decorrer do ciclo da cultura foram utilizados produtos considerados de baixo custo, como as caldas bordalesa e sulfocálcica para prevenção e controle de doenças, além de produtos biológicos para prevenção e controle de doenças, solubilizante de fosfatos, promotor de crescimento e controle de pragas como lagartas, cigarrinhas, percevejo e mosca branca. A produção será vendida à empresa Argomil de Avaré/SP, que necessita de ingredientes orgânicos para formular ração para aves na produção de ovos orgânicos.

Quanto as perspectivas futuristas, a próxima safra de soja tem a previsão de cultivo de 100 ha de soja no sistema orgânico incluindo as áreas cultivadas com nos assentamentos de Ponta Porã e Sidrolândia. Segundo a Agraer (2020), a produtividade será entre 45 a 50 sacas por hectare, isso ocorre em função das peculiaridades que abarcam o cultivo do produto orgânico. Nesse sentido, a Embrapa Agropecuária Oeste continuará a subsidiar a assistência técnica, buscando soluções técnicas para eventuais problemas e explica, pois poderá recorrer tanto aos pesquisadores locais quanto a uma ampla rede de pesquisa disponível no Brasil.

A Embrapa Agropecuária Oeste acrescenta que a Unidade pretende realizar o levantamento de custos e a análise da viabilidade econômica do cultivo de soja orgânica, a partir dos dados fornecidos pelo produtor e assistência técnica para demonstrar a viabilidade e sucesso da atividade produtiva aos assentados no estado de Mato Grosso do Sul.

Na conclusão da apresentação das políticas públicas criadas na perspectiva de apoiar a produção do agricultor familiar.

PRODUÇÃO MENSAL DE HORTIFRUTIGRANJEIROS

Em relação à produção de hortifruti, frutas, legumes, hortaliças, tubérculos, temperos, os produtores, geralmente, são remunerados em dinheiro, mesmo que entreguem o produto nas cooperativas, comércio local, venda de forma autônoma ou em associações. A produção tem frequência diária, semanal, mensal, trimestral ou anual e remunera os fatores de produção Terra, Capital e Mão de Obra.

Nesse sentido, segundo Melo, o resultado socioeconômico pode receber benefícios adicionais e serem incorporados na produção da agricultura familiar a tecnologia disponível.

> A inovação tecnológica é importante na promoção do desenvolvimento econômico e as contribuições dos escritos de Schumpeter para a economia da inovação tecnológica. A inovação tecnológica se constitui em um dos mais importantes meios pelos quais diversas nações obtiveram impulsos para o seu desenvolvimento econômico e a inovação constitui uma ferramenta essencial para aumentar a produtividade e a competitividade das unidades produtoras, os indivíduos, atores ou agentes no processo produtivo, assim como para impulsionar o desenvolvimento econômico de regiões e países. (MELO, 2021, p.28)

A introdução da tecnologia na produção leva incremento à produtividade e, consequentemente, gera satisfação socioeconômica aos indivíduos, dentre os quais, consumidores, produtores e agentes que atuam de forma direta e indireta na dinâmica da produção no assentamento Itamarati.

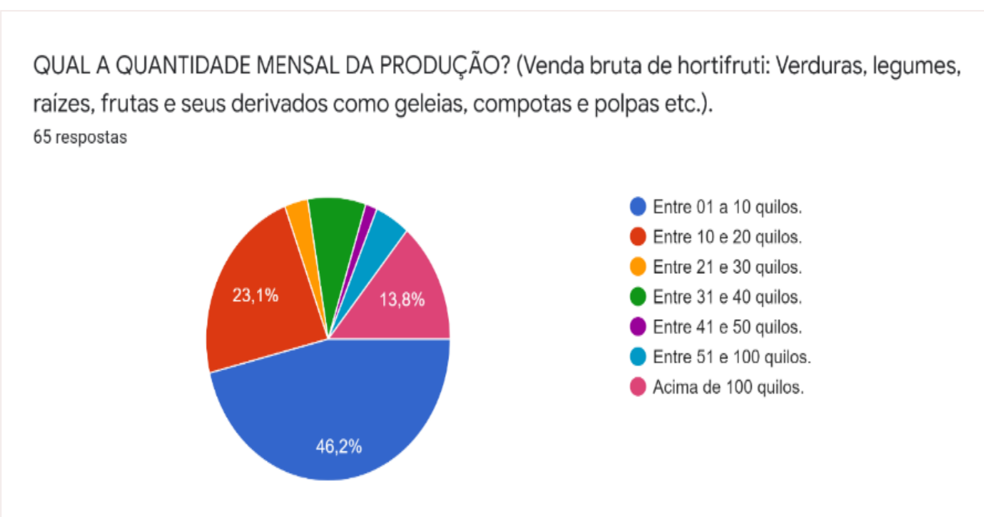


Gráfico 14 – PRODUÇÃO MENSAL DE HORTIFRÚTI E DERIVADOS NO ASSENTAMENTO ITAMARATI (2019/2020) - Pesquisa *in loco*

Fonte: Dados da pesquisa – *in loco*

De acordo com o demonstrado no gráfico 14, com as pesquisas, 95% dos produtores não usam tecnologias avançadas na produção, mesmo assim 46,2% dos agricultores familiares produzem até 10 kg por mês, 23,1% até 20 kg por mês e 13,8% acima de 100 kg de hortifruti.

PRODUÇÃO MENSAL DE HORTIFRÚTI E DERIVADOS		
QUANTIDADE EM Kgs.	**Nº DO LOTE**	**LOCAL DO LOTE**
Até 10	333, 392,	CUT
De 11 a 20	258, 334, 431, 432, 433, 435, 554.	
De 21 a 30		
De 31 a 40	193.	
De 41 a 50		
Acima de 51	331.	
Até 10	709, 713. 727.	FAFI
De 11 a 20	598, 600, 601,	
De 21 a 30		
De 31 a 40	606.	
De 41 a 50		
Acima de 51	604, 714.	
Até 10	19, 41, 1431, 1477, 1511, 1553, 1561, 1605.	FETAGRI
De 11 a 20	13, 1465, 1554.	
De 21 a 30		
De 31 a 40	1671	
De 41 a 50		
Acima de 51		
Até 10	34, 35, 36, 37, 174, 288, 319, 787, 788, 807, 812, 940, 1063, 1071, 1214, 1220, 1287.	MST
De 11 a 20	88, 1062, 1303.	
De 21 a 30	166, 1288.	
De 31 a 40	241.	
De 41 a 50	188.	
Acima de 51	157, 158, 244.	

Tabela 19 – PRODUÇÃO MENSAL DE HORTIFRÚTI E DERIVADOS – Por lote do Assentamento Itamarati (2019/2020) – Pesquisa *in loco*

Fonte: Dados da pesquisa *in loco*

A tabela 19 apresenta os lotes visitados e os quantitativos mensais produzidos em hortifruti e seus derivados. A produção majoritária se concentra em até 10 kg, no entanto, deve-se considerar que o peso do hortifruti é baixo e algumas categorias como alface, couve, portanto, são comercializadas por unidade, já o pimentão, o tomate e a cenoura

são vendidos por caixa.

PRODUÇÃO PECUÁRIA

Produção de Leite

De acordo com os dados da pesquisa de campo, destaca-se a produção de leite como uma alternativa ao produtor, em que pese as adversidades na produção em quantidades suficientes para facilitar a comercialização, a produção de leite persiste sendo um fator importante na composição da renda do assentado.

Nesse panorama, apesar da retração na produção, a baixa produtividade em algumas propriedades, a tabela 28 se destaca entre os respondentes da pesquisa do grupo MST, um polo importante na produção leiteira correspondendo a 46,5% dos respondentes ou 27 produtores do total de 58 abordagens. Quanto à produção, 81,5% dos agricultores familiares da cadeia produtiva do leite produzem entre 10 e 100 litros de leite/dia, número que demonstra a importância do segmento, embora a baixa produtividade por lote.

Diante dessa amostra, o Sr. Primo, extensionista do laticínio Camby, manifestou-se acerca do tema produção e produtividade ao indicar investimentos na assistência técnica e orientações estratégicas para aumentar a produção ou produtividade na captação e fomento junto aos assentados, no sentido de estimular a entrada de novos produtores no segmento produção de leite.

Essas estratégias podem promover o incremento da produtividade através da orientação sobre acasalamento do gado com viés na produção de leite e carne, por exemplo a raça cruzada Girolando[11].

A Camby salienta que trabalhará na assistência técnica para a formação de pasto perene com altos teores de proteína, tifton[12], silagem e ração para as propriedades reduzirem custos e aumentarem a produtividade dos animais e assim aumentar a produtividade, mais produção com o mesmo número de animais em lactação.

Na situação abordada pela assistência técnica da Camby, o Sr. Primo informa que estará focado no grupo 17 – MST. A tabela 29 indica que 85% dos produtores que responderam ao questionário produzem entre 10 e 100 litros de leite por dia, citado por

11. Raça de dupla-aptidão adaptada aos trópicos (produção de leite e de carne). Há a Girolando, mais conhecida e difundida no Brasil. A raça Girolando é uma raça sintética, bi mestiça, desenvolvida no Brasil a partir do cruzamento de Holandês com o Gir Leiteiro. Fonte: Embrapa (2021). Disponível em CT-98-Racas-e-tipos-de-cruzamentos.pdf (embrapa.br). Acesso em: 10.01.2022.
12. O tifton, gramínea do gênero Cynodon, foi desenvolvido com o objetivo de obtenção de alta produtividade e qualidade forrageira. Ótima opção para pastejo e para produção de feno. Pode ser plantado tanto em regiões frias, quanto quentes, de clima subtropical e tropical.
Fonte: https://rehagro.com.br/blog/pastagens-de-tifton/. Acesso em: 10.01.2022.

Karla Nadai em entrevista e por Silva (2018), referenciam a metodologia de trabalho em associação e cooperação e a divisão das tarefas no grupo 17/MST e, nesse cenário, segundo o extensionista do Camby, a empresa usará, estrategicamente, trabalhos de extensão nesse grupo a serviço de espraiar o modelo para os demais produtores de leite e na prospecção de novos produtores no Assentamento.

PRODUÇÃO PECUÁRIA - LEITE (*in natura*)		
QUANTIDADE (litros/dia)	**Nº DO LOTE**	**LOCAL DO LOTE**
De 10 a 100	193, 258, 334, 392, 431, 432, 433, 435, 554.	CUT
De 101 a 500	333.	
De 501 a 1000		
Acima de 1000	331.	
De 10 a 100	598, 600, 601, 604, 606, 713, 714, 727.	FAFI
De 101 a 500	709.	
De 501 a 1000		
Acima de 1000		
De 10 a 100	13, 19, 41, 1431, 1465, 1477, 1511, 1553, 1554, 1561, 1605.	FETAGRI
De 101 a 500	1671.	
De 501 a 1000		
Acima de 1000		
De 10 a 100	34, 35, 36, 37, 157, 158, 174, 188, 241, 288, 319, 787, 788, 807, 940, 1062, 1063, 1071, 1214, 1220, 1287, 1288.	MST
De 101 a 500	88, 812.	
De 501 a 1000	166, 1303.	
Acima de 1000	244	

Tabela 20 – PRODUÇÃO PECUÁRIA – SEGMENTO LEITE – Lotes pesquisados no Assentamento Itamarati (2019/2020)

Fonte: Dados da pesquisa *in loco*

Na tabela 20, estratifica-se os lotes visitados e respondentes no quesito relacionado à produção de leite, local da coleta amostral devidamente marcada no mapa do assentamento, disponível em *link* específico, vide lista no anexo desta obra.

O gráfico 15 demonstra a participação das propriedades em relação ao total da amostra na avaliação da produção de leite *in natura*. A produção de 10 a 100 litros/dia responde por 87,3% dos produtores, segundo o Sr. Primo, esse número está relacionado a nutrição dos animais, volume de alimentos com bom nível de nutrientes, ração complementar e à raça ou cruzamento dos animais. Será nessa condição e cenário que a Camby, em conjunto com os demais agentes da cadeia produtiva do leite, montará as estratégias com propostas e projetos de criação de políticas públicas em benefício da bacia leiteira do Assentamento.

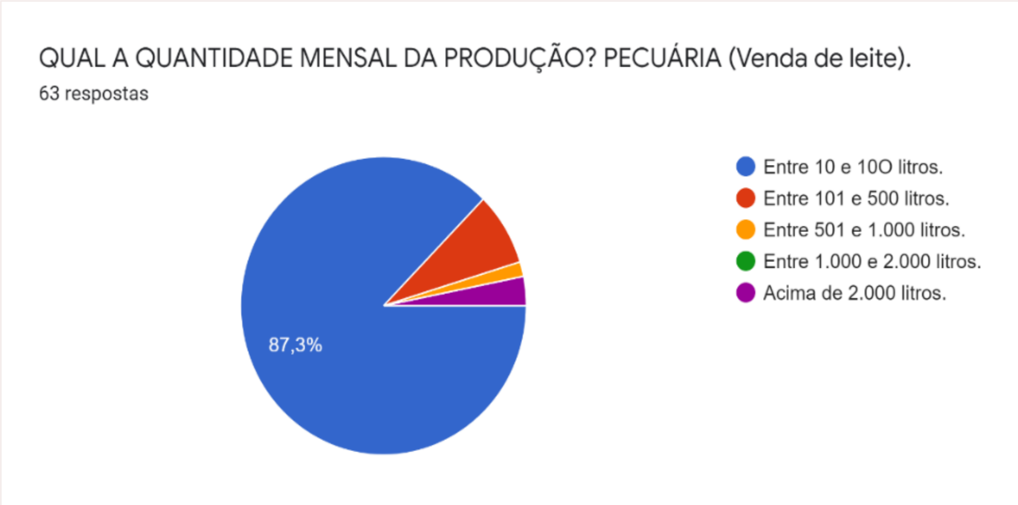


Gráfico 15 – PRODUÇÃO PECUÁRIA NO ASSENTAMENTO ITAMARATI (2019/2020) – Venda de leite *in natura*

Fonte: Dados da pesquisa *in loco*

Na projeção para o Assentamento, observa-se que os agricultores familiares produzem leite para consumo próprio e comercializam o excedente. Há 2.148 famílias produzindo abaixo de 100 litros/dia. Assim, é importante salientar que mais de 95% das propriedades visitadas produzem leite, seja para a venda in natura, consumo ou para a produção de subprodutos como doces, queijos, requeijão, entre outros.

Produção de leite – Integração com o laticínios Camby

Como alternativa na tomada de decisão, o mercado tem prospectado novos fornecedores de alimentos no Assentamento Itamarati e, para tanto, algumas ações das IES, do Sistema "S", Embrapa, Agraer, Semagro, Sanesul, o Sindicato Rural e a Prefeitura municipal de Ponta Porã têm se destacado como assessores na capacitação e orientação aos agricultores familiares no sentido de atender a demanda. Nesse ambiente está o trabalho de fomento do Laticínios Camby, prospectando, orientando, capacitando e prestando o serviço de assistência técnica na perspectiva de atrair novos produtores de leite e manter os já clientes.

Nesse sistema funciona a integração como uma alternativa ao agricultor familiar do Assentamento na tomada de decisão da produção. Dentre a oferta de assessoria do Laticínios Camby de Dourados – MS está a orientação voltada ao aumento da produção e produtividade no interior do lote, considerando que o escoamento e processamento será

responsabilidade do Laticínio que fará a coleta, industrialização e comercialização dos produtos.

No sentido de entender as estratégias comerciais do Laticínio Camby no Assentamento, entrevistamos os gestores e técnicos de campo e foi constatado que se trata de uma das empresas de fomento da produção de leite com fins de adquirir matéria-prima, leite *in natura*, e atender as demandas do Laticínio nas suas relações comerciais nesse território.

O Gerente de captação de matéria-prima, Sr. Primo, manifesta que a Laticínio Camby coleta, aproximadamente, 4 mil litros de leite *in natura* por dia no Assentamento. A média de produção é de 25 litros/propriedade/dia, média de 4 a 20 animais. Mesmo com a produção e a produtividade baixa, o Camby fornece assessoria aos produtores com capacitações e orientação na formação da dieta dos animais, nas estratégias de reprodução e acasalamento.

A orientação é no sentido de organizar a produção com objetivos de melhoria nos índices de produtividade e qualidade, ou seja, produzir mais e melhor com os mesmos meios e fatores de produção.

Segundo o Sr. Primo, é mais produtivo manter 05 animais com boa produção (média 20 litros/dia) que irão consumir a metade do alimento de 10 vacas que produzem em média 10 litros/dia. Nesse aspecto, o Laticínio tem trabalhado com os produtores do Assentamento considerando que 60% deles ainda tem este tipo de problema na produção, a manutenção de um rebanho com baixa produção.

Esse processo reduz o trabalho, otimiza a alimentação e abre espaço para aumentar o rebanho com produtividade média/alta de leite/dia/animal. Dessa forma, o Laticínio Camby trabalha no melhoramento genético com foco na produção de leite e carne, por exemplo, implantando a raça girolando no sistema de produção de leite no Assentamento.

Para melhorar as condições de produção, o Laticínio trabalha para mitigar os problemas como identificar inconformidades no processo produtivo, gargalos na produção, baixa quantidade e qualidade do leite. Considerando que a qualidade é baixa a indústria consome mais matéria-prima para produzir os subprodutos do leite como, por exemplo, na produção de queijos com leite de boa qualidade é consumido dez litros de leite in natura/kg de queijo, pois com o leite de baixa qualidade se gasta de 14 a 15 litros de leite para produzir um quilo de queijo.

No serviço de campo, a equipe de técnicos do Laticínio trabalha para melhorar as condições de produção dentro da propriedade, tanto em quantidade na oferta, quanto

em qualidade do leite coletado no Assentamento. Nesse processo, prospectam novos produtores e procuram manter os que estão na atividade da cadeia produtiva do leite, clientes e parceiros do Laticínio Camby. A Empresa fornece capacitação e orientação acerca das boas práticas produtivas para o melhoramento genético com cruzas adequadas a produção de leite e carne, bem como as questões ambientais e no bem-estar animal.

Essas orientações e capacitações, por vezes, são feitas em parceria com os demais agentes no Assentamento como o Senar, Agraer, IES, Prefeitura, entre outros, com objetivos definidos para que a indústria, o consumidor e o assentado atinjam suas metas, seja em consumir produtos de boa qualidade com competitividade no mercado, como para o produtor formar sua renda e o Laticínio na rentabilidade do negócio e assim contribuir para o crescimento e desenvolvimento do Assentamento. Isso será possível através do conhecimento adquirido para a competência necessária com fins de mitigar erros decisórios no que se deve produzir e a quantidade a ser produzida, visto que o ideal é dividir as atividades produtivas.

Nesse aspecto, o produtor irá receber as demandas do Laticínio, produzirá em quantidades com a qualidade solicitada pela indústria, receberá pagamento pelo produto. O Laticínio fará a coleta e processará o produto de acordo com as demandas do mercado consumidor, assim a cadeia produtiva se consolida com mais assertividade e eficiência, conclui o Sr. Primo.

Quanto à formação do rebanho no assentamento, o Sr. Primo diz que há problemas a serem sanados, considerando que alguns produtores compraram animais sem a devida organização da produção, sem a formação do alimento, fundamental na produção de leite, pois, o animal exige uma nutrição adequada para responder com produtividade de leite e produção de carne, reafirmando que uma má nutrição pode levar o animal ao óbito, casos comuns dentro no Assentamento. Essas perdas ocorridas por equívocos no manejo da propriedade e na tomada de decisão do que e quanto produzir, aliado a constância perda de renda e rendimento constituem-se em fatores desmotivadores e desmobilizadores. Gargalos que induzem parte dos produtores a migrar de um modelo de produção para o arrendamento da terra ou ainda desistindo definitivamente da produção. No caso específico do arrendamento, este também está à margem da lei.

Esse processo é multiplicado na comunidade de assentados e gera desconfiança e descrédito na produção, não somente ao agricultor familiar, mas espraiando para toda a cadeia produtiva do leite, inclusive alguns produtores, desistentes, influenciam outros a não adesão à produção de leite. Isso expulsa aqueles assentados que ainda tinham alguma

esperança na integração e parceria com o Laticínio Camby, outro gargalo na nossa visão empresarial, afirma o Sr. Primo. O conjunto desses fatores se constitui em estagnação e retração do crescimento e desenvolvimento do segmento leite na dinâmica da produção do assentamento.

Nesse contexto, o Sr. Primo aborda a questão das boas práticas de produção na cadeia produtiva do leite e constata que há agricultores familiares que desprezam as orientações e não participam das capacitações que poderiam ajudá-los a melhorar a produtividade. Eles perdem a oportunidade de aplicar as melhores técnicas na produção de leite, desconhecem técnicas básicas de nutrição dos animais fundamentais para o processo da produção de leite, reafirmando que "o bom alimento ingerido pela vaca é traduzido em resultado no resfriador de leite, ou seja, a nutrição adequada ofertada ao animal retorna em quantidade de leite. O produtor que espera uma máquina de produção de leite se equivoca na técnica adequada de produção". Há esse conflito entre as necessidades da indústria e a forma como os produtores entendem a atividade.

Nesse sentido, o bem-estar animal aliado a técnicas adequadas de manejo são o grande gargalo, assim as dificuldades em tratar o animal de forma adequada e fornecer um complemento alimentar, racionando-os durante a lactação é um fato determinante para que a vaca em lactação e idade reprodutiva responda em produtividade de leite e cumpra o ciclo reprodutivo por deficiência alimentar, completa o Sr. Primo.

Essa situação apresenta outro gargalo que é o problema na produção de leite. Somente 10% dos produtores do Laticínio Camby adotam as orientações de complementar a nutrição com uma ração balanceada e adequada ao nível de produção do animal e esses compõem o grupo de agricultores familiares que adotam as melhores práticas de acasalamento, como a inseminação artificial, método de reprodução do rebanho leiteiro, que pode melhorar a produtividade e produção de leite e carne no caso dos machos em recria ou das vacas em processo de descarte.

O cenário indica que a tomada de decisão quanto à produção torna mais eficiente o auxílio da assistência técnica, mesmo que seja através da integração, intermediários ou indústrias, considerando que a orientação ao agricultor familiar pode mitigar a erros e favorecer o crescimento e desenvolvimento da propriedade e facilitar o processo de escoamento da produção que está sob responsabilidade do laticínio Camby, entre as quais a prospecção de mercado, coleta do produto nas propriedades, armazenagem, processamento, embalagem e adequações sanitárias no processamento do leite coletado.



FOTO 8 – PRODUÇÃO DE LEITE – Assentamento Itamarati

Fonte: Acervo do autor

COOPERAFI no contexto da produção de leite *in natura*

Uma das alternativas para o agricultor familiar assentado no Itamarati é focar na produção em cooperação e nesse sentido abordamos a temática descrevendo as peculiaridades da criação de uma cooperativa, a Cooperafi, criada como solução para a produção de leite no Assentamento Itamarati.

Para Cardena et al. (2013), a cooperativa foi constituída com a finalidade de atuar como alternativa de ganho em escala de produção e como estratégia negocial barganhar melhores preços, visto que a negociação seria com o volume total dos produtores do Assentamento em detrimento às negociações individuais entre os atravessadores e os produtores assentados. Então, em março de 2010, alguns produtores se organizaram e criaram a Cooperafi.

A Cooperativa foi concebida de um projeto baseado nas demandas dos produtores de leite do Assentamento Itamarati. Há seis anos encerrou as atividades na cadeia produtiva do leite. A decadência tem seus motivos que descrevemos a seguir: nesse período, a partir de 2016, a Cooperativa opera na recepção, secagem, armazenagem e comercialização de grãos para 54 produtores associados e serviços para outros produtores de grãos, não associados, funcionando como uma cerealista. Na Figura 7, podemos observar a localização das instalações da Cooperativa.



FIGURA 5 – VISTA PANORÂMICA DAS INSTALAÇÕES DA COOPERAFI

Fonte Google Earth, 2021

A Semagro (2021), contextualiza que a experiência com o cooperativismo na cadeia produtiva de leite no Itamarati, inicialmente, foi positivo, mas o que desmotivou e desmobilizou o setor leiteiro foi a sequência de erros na organização da produção, como a aquisição de matrizes cruzadas sem aptidão leiteira e para produção de carne.

Um dos gargalos comentados pela Semagro (2021), no posicionamento da coordenadora Karla Nadai, é que os que cultivam a terra como agricultores familiares, sendo atendidos por programas que privilegiam esse tipo de atividade. Eles têm prioridade da Secretaria e da Agraer. "[...]ainda existem alguns que trabalham com leite, poucos se comparados ao início, quando estava em atividade a Cooperativa de Leite do Itamarati, era muito forte, mas foi minguando porque o arrendamento é muito sedutor para o produtor [...]".

Alinhado com essa contextualização, Cavalcante (2015), informa que a Cooperafi foi constituída com o desafio de liderar o processo de captação e comercialização de leite, surgiu a partir de discussões no âmbito da AAFI – Associação dos Agricultores Familiares do Itamarati - instituição criada a partir da articulação de diversos movimentos sociais (MST, CUT, FAF, FAFI) com participação do INCRA, entre os objetivos iniciais estava a gestão da infraestrutura remanescente da fazenda (silos, armazéns, secadores de grãos, etc.) e a atuação na comercialização da produção dos associados, entre os quais o principal produto o leite in natura.

A questão colocada nesse processo é que, em associação, não poderia funcionar e trabalhar toda a cadeia produtiva, em especial a comercialização, considerando a legalidade na prática e nesse sentido não poderia desempenhar seu papel de forma plena à medida que estava impedida de praticar atos de comércio em nome dos seus associados. Desse modo, a solução foi criar uma cooperativa para apoiar a produção e agregar valor a seus produtos, gerar a renda para a manutenção da infraestrutura necessária de apoio, como máquinas e equipamentos da cooperativa que seriam usados em comunidade.

A forte demanda pela atuação na comercialização decorreu da opção pela produção de leite como principal atividade a ser desenvolvida pelos produtores da AAFI, porém o mercado de leite na região era dominado por atravessadores acostumados a impor baixos preços aos produtores.

Assim, em 2010, foi criada a Cooperafi, que no seu ápice movimentou, em dois anos, o valor de R$ 2,9 milhões, resultado da comercialização de leite dos produtores associados, constituindo-se o principal negócio da Cooperativa. Sendo assim, a partir da atuação da Cooperativa houve um acréscimo de R$ 0,15 (quinze centavos) por litro de leite, correspondendo a 30% acima do valor até então pago pelos compradores autônomos que agiam no Assentamento, aumento baseado na sua atuação e no sucesso na produção de leite na região com um resultado significativo.

Em 2012, o valor de R$ 200 mil em sobras líquidas foi aplicado pela Cooperativa na recuperação parcial dos silos, atingidos por vendaval e parcialmente danificados. (CAVALCANTE, 2015 p. 73)

Cavalcante (2015), acrescenta que, apesar do grande volume de produção (com a comercialização de 10 mil litros de leite/dia, do fornecimento de insumos e defensivos aos produtores na sua loja agropecuária e da associação ativa de aproximadamente 450 agricultores familiares que entregavam sua produção diariamente, houve problemas relacionados à baixa qualidade do leite produzido, pela ineficiência na fiscalização sanitária na produção e deficiências na assistência técnica, acumulando problemas na gestão administrativa da Cooperativa. Em 2014, a Cooperafi encerrou as atividades na bacia leiteira e todas as atividades complementares, inclusive o fechamento da loja veterinária e de insumos.

Diante desses fatos, em 2016, a cooperativa estava com 10% do quadro associativo ativo, ou seja, 54 associados e realizava somente prestação de serviços na secagem, limpeza e armazenagem de grãos, tanto para associados quanto para não associados.

Segundo relatos dos diretores da Cooperativa, a produção dos associados não

chegava a 15% do total processado, mas a justificativa para tal situação, em primeiro lugar, era a grande capacidade da sua estrutura, porém os associados produzem apenas para subsistência e/ou outros produtos diferentes daqueles processados pela Cooperativa.

A escassez de recursos financeiros e materiais para este tipo de cultivo faz com que os assentados busquem parcerias e/ou façam o arrendamento do seu lote. Na condição de arrendatário, segundo levantamento desta pesquisa, encontram-se 47,7% dos lotes comunitários.

A gestão atual da Cooperafi está prospectando no mercado institucional uma alternativa para comercialização dos produtos de seus associados, funcionado como incentivo ao desenvolvimento da produção, embora os associados da cooperativa produzem com o objetivo principal de subsistência e nesse sentido a baixa regularidade dos projetos e a difícil gestão da produção tem se mostrado como desafio a ser superado.

Ainda acerca da temática Cooperafi, Cardena et al. (2013) contextualiza que a ideia da formação da cooperativa foi demandada pelos assentados em 2006, no entanto, sempre acompanhada das dificuldades de aglutinar os produtores em torno do cooperativismo. Como principais obstáculos, segundo as lideranças, estava a falta de interesse por parte dos assentados, aliado ao descaso dos órgãos governamentais e as dificuldades de acesso à assistência técnica para suporte na implantação da cooperativa.

Aliado a esses fatos junta-se às adversidades e a ausência de vínculos para a comercialização com alguma indústria que coletasse o leite produzido

Cardena et al. (2013), contextualiza que antes da criação da cooperativa, a empresa laticínios Camby recolhia a produção dos assentados e, segundo informações dos produtores, o recolhimento do leite era realizado de forma desorganizada. A higiene dos equipamentos para armazenagem e mensuração da quantidade coletada eram precários, dessa forma, alguns produtores declararam que no momento da quantificação, peso/ litros de leite, eles tinham a sensação de estar perdendo produção, considerando que a metodologia adotada pela empresa na coleta apresentava discrepância, ou seja, o valor quantitativo da Camby era menor daquele apurado pelo produtor.

No agregado dos problemas, havia a questão do valor pago por litro de leite ao agricultor familiar, que variava de produtor para produtor, alguns alegavam ter recebido R$ 0,40/litro, outros R$ 0,30/litro, essas diferenças serviam como justificativa para desistir ou não entrar na cadeia produtiva do leite, inclusive alguns produtores manifestaram a preocupação da centralização na coleta do leite em uma empresa, monopsônio[13]. Nessa

13. Na estrutura de mercado em que há o monopsônio é que existem vários produtores, ofertando e vendendo o mesmo produto. No entanto, há apenas um comprador para consumir essa oferta.

situação, a inexistência concorrencial na compra dos produtos, o agricultor se torna refém do mercado, na tendência na queda dos preços ou do preço de compra ser arbitrado pelo comprador, fatos que podem estimular a deserção de produtores enfraquecendo a atividade no assentamento.

Nas entrevistas, percebeu-se que havia consenso entre os produtores que a Empresa coletora do leite ofertava o preço que melhor lhe conviesse descartando qualquer tipo de negociação com preços referenciados, por exemplo no Conseleite-MS/Famasul[14]. Na visão dos produtores, esse foi um dos principais motivos causadores da desistência e saída da cadeia do leite por parte dos agricultores familiares, considera-se unânime a opinião dos entrevistados na questão que o preço do produto não cobria os custos de produção, tampouco gerava sobras/resultados à Cooperafi.

Diante desse fato, alguns produtores reclamaram com a empresa do valor pago e com efeito imediato o Laticínio ajustava o preço do litro de leite, porém, no curto prazo voltavam à política dos preços de compra abaixo do mercado e dos custos de produção, fato que gerou descontentamento dos assentados.

Aliado a esses fatores, outro gargalo foi a ineficiência na assistência técnica do Governo Estadual, Municipal e da coleta do produto, pois segundo os produtores havia apenas oito técnicos do Estado/Município para atender todo o assentamento. Segundo a coordenadora Karla Nadai, as ações da Semagro são equitativas, iguais ou pelo menos tentam atender todos de forma igualitária, com o foco na assistência técnica e extensão rural. “A Agraer é a nossa agência de assistência técnica vinculada à Semagro e atua diretamente dentro do Itamarati, inclusive tem um posto específico para este fim, frisando que são poucos os assentamentos com este tipo de atendimento exclusivo [...]”. Karla ainda informa que a Agraer mantém um posto de atendimento no Assentamento, mas o quadro é reduzido de técnicos, portanto, insuficiente para atender às demandas dos agricultores familiares.

14. O Conselho Paritário de Produtores e Indústrias de Leite em Mato Grosso do Sul (Conseleite) tem como objetivo auxiliar na organização da cadeia produtiva e na valorização do produto.



FIGURA 6 – VISTA PANORÂMICA DOS ARMAZÉNS DA COOPERAFI

Fonte: Google Earth, 2021

Segundo Cardena et al. (2013), foram instaladas as Centrais de Coleta de Produto (CCP) para o produto leite *in natura* em vários locais do Assentamento, pontos de arrecadação de leite aparelhados com resfriadores comunitários para a armazenagem e conservação do produto, preservando a qualidade e as boas práticas de higiene que o leite requer. Existem trinta pontos de arrecadação de leite ao longo do assentamento, oito deles instalados com o apoio da financeiro da Eletrobrás. É uma estrutura que auxilia a logística do Laticínio e, principalmente, do produtor que não necessita investir nesse tipo de equipamento no lote. Essa estratégia é importante, porque evita o trânsito de longas distâncias com o produto, o que aumentaria o custo e, ao mesmo tempo, mitigaria os problemas na qualidade do leite.

Essa estratégia de instalar os resfriadores comunitários demonstra-se eficiente, visto que alguns produtores têm seus lotes distantes em até 50 km da sede do Assentamento e sem um veículo para entregar acabaria por afastar o produtor da cadeia do leite.

Cardena et al. (2013), informa que a Cooperafi ofertava alguns benefícios ao produtor como técnicos para assistência com uma veterinária contratada pela Cooperativa e vantagens na aquisição de insumos como ração, sal mineral, adubo, sementes, calcário etc. Esse atendimento era feito sem burocracia e com vantagens nos preços, apoio na produção que auxilia de forma significativa nos resultados e na produtividade da propriedade dos agricultores familiares produtores de leite assentados e associados da Cooperativa.

A cooperativa era parceira da Conseleite/MS, uma associação civil regida por estatuto e regulamentos próprios, formado pelo mesmo número de representantes dos produtores rurais e industriais com o objetivo da busca de soluções conjuntas e alinhadas aos interesses de ambas as partes. Nesse sentido, os produtores rurais e as indústrias debatem os problemas comuns na cadeia produtiva do leite em benefício da construção de soluções convergente e que atendam os interesses delas por meio de uma relação mútua de confiança que visa uma maior clareza no estabelecimento de preços de referência para a matéria-prima leite.

Entre as atividades da Conseleite/MS está a construção de uma referência de preços que se pretende adotar com vistas a promover equidade ao produtor e à indústria, a fim de que ambos tenham resultados econômicos na atividade, considerando volume e qualidade do leite.

Mensalmente, são divulgadas as resoluções dos preços referenciais para o leite entregue no mês anterior e a projeção de preços para o próximo período. Essa referência de preço do leite permite à Cooperativa ou ao produtor individual o uso desse parâmetro de valores em benefício dos negócios com o mercado demandante dessa matéria-prima.

O valor pago pela Cooperafi ao produtor associado era definido mensalmente pelo Conseleite e, geralmente, é reduzido no período da seca. A cooperativa trabalha pagando o valor estabelecido do Conseleite com um adicional de 5%.

Em 2013, segundo Cardena et.al, os produtores trabalham de maneira mais organizada em função das ações de trabalhos de campo da Cooperativa, em capacitações e orientações promovidas pela cooperativa. Eles alegaram que o método de trabalho que a cooperativa aplica melhorou a sua situação criando possibilidades de ter um valor considerado justo pago pelo produto, esse é o principal motivo para a constituição da cooperativa, com a manifestação positiva dos produtores dos serviços prestados por ela.

As razões e argumentos citados pelos produtores pesquisados são por uma avaliação positiva da cooperativa, em 2010, é que a qualidade do produto melhorou com a cooperativa e os produtores passaram a produzir leite apenas por ter um CCP próximo a sua propriedade, passando a ter assim uma renda adicional, considerando que produzem outros alimentos. Como ponto negativo está na insuficiência de recursos humanos para prestar assistência técnica aos produtores principalmente no período de seca ou de vazio forrageiro.

A Cooperativa firmou convênio com a Embrapa em 2014, isso proporcionou a análise de solo trazendo informações acerca das carências nutricionais dele, bem como orientando

os produtores dos cuidados corretivos no sentido de proporcionar produção e incremento da produtividade. Dentre as orientações da Embrapa estava a correção do solo com vista a produção de pastagem e silagem para os animais produtores, principalmente, de leite.

Na análise da evolução da produção e/ou produtividade, pode-se verificar que nos meses de 2012 a produção não apresenta alterações significativas, porém em 2013, já se pode perceber que há diferença na valorização do leite devido à queda da produção, natural, considerando que o pico produtivo, de outubro a janeiro de cada ano, período de alimentação farta e que os animais estão procriando.

Ainda na avaliação de Cardena et al (2013), embora existam dificuldades apresentadas pelos produtores nos vazios forrageiros ou em épocas de seca, onde reduz a qualidade e quantidade de alimento ofertado aos animais, isso impacta na produção, produtividade e qualidade do leite, gerando insatisfação ao produtor. Esse sem alternativa tem que adquirir ração complementar para alimentação, onerando os custos de produção. Um dos gargalos que podem ter desestimulado a produção de leite e a continuidade da cooperativa também passa pela carência de meios, como irrigação e a produção de silagens para enfrentar a adversidade do vazio forrageiro ou escassez hídrica. Salienta-se que não foi somente a escassez de irrigação, mas a falta de máquinas e equipamentos para fazer as lavouras de pasto ou de silagem e que o custo para terceirizar essa atividade é muito alto e absorve praticamente toda rentabilidade da atividade leiteira.

Outro fato que gerou insatisfação foi a falta de oportunidade para a realização de inseminação artificial e melhorar a raça, através do cruzamento das raças dos animais, com vista a incrementar a produção leiteira e de carne dos animais para descarte. Muitos dos produtores gostariam de ter a oportunidade de aumentar o número de animais, porém não tem recursos técnicos e financeiros para melhorar o rebanho pela inseminação artificial. De forma pontual, no ano de 2011, alguns produtores se organizaram e pagaram o curso de inseminação.

Não menos importante a outra carência reclamada pelos Associados, foi a burocracia para a aquisição da documentação como o DAP, um documento classificado de difícil acesso por parte do INCRA, necessário e fundamental para o acesso ao crédito rural na linha do Pronaf.

Outro gargalo que se juntou aos demais problemas e que contribuiu para o encerramento das atividades da Cooperativa no segmento leite foi a dificuldade na comunicação entre os produtores com a cooperativa, classificado como deficitária, com reuniões e encontros esporádicos, um distanciamento dos funcionários da Cooperativa

com baixo índice de visita *in loco* na propriedade do associado, para dar orientações e assistência técnica. Segundo Cardena et al. (2013), "quando se realizam reuniões pouca coisa ou quase nada era decidido, pois a adesão ao chamado nas reuniões tinha grande evasão dos produtores", sendo esse outro fator que contribuiu para ruir a estrutura, ou seja, o distanciamento da Cooperativa dos associados, aliado à falta de consenso nas decisões.

Cardena et al. (2013), apresentou um estudo no quadro 1 com os pontos fracos e fortes, as ameaças e as oportunidades no diagnóstico realizado em 2013 na Cooperafi. Nesse quadro pode-se constatar que para cada ponto forte ou avaliação interna tem uma oportunidade no mercado ou na avaliação externa. Na mesma ótica, nos pontos fracos na avaliação interna tem-se ameaças na avaliação externa, isso na mesma proporção no mercado que atua.

Exemplificando, o item 1 enquadra-se como ponto forte na melhoria da produção com apoio veterinário ofertado pela cooperativa, nesse caso surge a oportunidade da implantação do programa Balde Cheio com várias vantagens ao produtor como a produção e a produtividade com qualidade.

Já como ponto fraco no item 1 está a falta de estrutura para alimento do rebanho em época de seca, então para correção deveria ter a ação do produtor com a Cooperativa no sentido de armazenar silagem para não comprometer a produção e amenizar o vazio forrageiro.

Análise Interna		**Análise Externa**	
Pontos Fortes	**Pontos Fracos**	**Oportunidades**	**Ameaças**
1. Melhoria na produção através do apoio técnico e veterinário da cooperativa; 2. Pagamento justo pela produção; 3. Obtenção de recursos financeiros através do Pronaf; 4. Parceria com empresas fornecedoras de insumos através da cooperativa.	1. Falta de estrutura para alimento do rebanho em época de seca; 2. Impossibilidade da realização de inseminação para aumento do rebanho; 3. Falta de comunicação com os outros produtores e com os gestores da cooperativa; 4. Burocracia na obtenção do financiamento pelo Pronaf.	1. Implantação do Programa Balde Cheio; 2. Maior articulação com entidades parceiras (órgãos apoiadores da agricultura familiar, órgãos públicos e com o Banco do Brasil) 3. Parceria com a BR Foods (principal cliente) e Embrapa (análise do solo).	1. Estiagem, a falta de chuva pode comprometer a produção; 2. Elevação nos preços dos insumos.

Quadro 1 – DIAGNÓSTICO DA PRODUÇÃO DE LEITE DA COOPERAFI

Fonte: Dados da pesquisa/Cardena *et al.* (2013)

Assim, podemos construir os cenários em todos os indicadores de pontos forte e fracos, oportunidades e ameaças como estratégia da montagem dos planos para solucionar os problemas ou mitigá-los, porém, nesse contexto, percebe-se que a Cooperativa não usou essa técnica ou não a conhecia, essa deficiência na gestão pode ter contribuído para o insucesso do empreendimento na cadeia do leite.

Diante de toda a contextualização abordada por Cardena et al. (2013), mesmo com todo esforço para constituir a Cooperafi, a estrutura posta para a cooperativa perenizar foi insuficiente, não teve a oportunidade de tempo adequado para a maturação considerando que 6 anos não foram suficientes para se firmar no mercado da cadeia produtiva do leite *in natura*, nesse sentido, os gargalos não foram solucionados e se perdeu força e espaço na produção de leite em cooperação, pois em 2015 tinha somente 54 associados de um contingente inicial de 450 produtores.

Salienta-se que a coleta do leite, Laticínios Camby, está ativa no Assentamento em 2020. Segundo o Sr. Primo, gerente de captação da empresa, a coleta diária é de aproximadamente 4 mil litros diários, de 150 produtores do assentamento Itamarati, entretanto persistem alguns gargalos remanescentes da Cooperafi como a produção de pasto e silagem para nutrição animal, uso inadequado do acasalamento reprodutivo, baixa produtividade na produção de leite e de carne em função da nutrição insuficiente ou ineficaz.

Quanto às técnicas de acasalamento na reprodução, a minoria dos produtores que entregam o leite na Camby faz o uso da inseminação artificial. Em 2021, segundo a Camby, a estatística demonstra que 10% usam a inseminação artificial como técnica de reprodução, os demais 90% ainda adotam a monta natural, método que pode gerar riscos de consanguinidade.

A produção de leite in natura está entre a variedade de produtos originados no Assentamento e se destaca a oportunidade de integração no Laticínios Camby. Esse modelo proporciona ao agricultor familiar focar-se na produção, já que o escoamento, a industrialização e a comercialização são de responsabilidade do integrador.

No contexto do que produzir, as quantidades e sua diversidade na produção demonstram-se algumas atividades culturais como a produção de milho para o consumo próprio e para alimentação dos animais na propriedade.



Fonte: Registro do Autor [15]

No intuito de produzir e comercializar, o assentado faz as escolhas do que produzir e suas quantidades com base nas habilidades do conhecimento adquirido ao longo das atividades como agricultor familiar.

Na troca de experiências com outros produtores, eles podem produzir de forma minimamente organizada no sentido de mitigar os problemas da produção ou comercialização dos produtos, assim se comporta a produção em pequena escala na cadeia produtiva da aquicultura, leite, carne e hortifrúti, ao considerar-se que a produção é inconstante e pequena há alternativas de comercialização nas cooperativas, ajustar contrato com a Camby para coleta do leite, formar parcerias ou arrendar o lote comunitário para produção de milho ou soja. Salientando-se que a produção de hortifruti poderá ser integrada no modelo implantado pela Prefeitura de Ponta Porã, onde a comercialização se dá por meio da montagem das feiras livres.

Dessa forma, há necessidade de capacitar os agricultores familiares e fornecer as condições mínimas para formação da produção, ou seja, como produzir. O próximo tema a ser abordado agrega premissas básicas na perspectiva de efetivar a produção com produtividade, quantidade e qualidade que o mercado consumidor deseja e possa adquirir.

Produção de subprodutos do leite

Na produção do leite *in natura* observou-se que inúmeros produtores mantêm a cultura e tradição de produzir cremes, doces, queijos e derivados do leite. Isso acontece por vários motivos, entre eles, as dificuldades na produção em escala, armazenagem e escoamento do leite *in natura.*

15. Lavoura de milho – Claudemir

PRODUÇÃO PECUÁRIA - SUBPRODUTO DO LEITE		
QUANTIDADE EM KGS.	Nº DO LOTE	LOCAL DO LOTE
Até 10	193, 258, 333, 392, 431, 432, 433, 554.	CUT
De 11 a 50	334.	
De 51 a 100	435.	
Acima de 100	331.	
Até 10	598, 600, 601, 604, 606, 709, 713, 714, 727.	FAFI
De 11 a 50		
De 51 a 100		
Acima de 100		
Até 10	13, 19, 1431, 1477, 1511, 1553, 1554, 1561, 1605, 1671.	FETAGRI
De 11 a 50	41, 1465.	
De 51 a 100		
Acima de 100		
Até 10	34, 35, 36, 37, 88, 157, 158, 174, 241, 288, 319, 812, 940, 1062, 1063, 1071, 1214,1220, 1287,	MST
De 11 a 50	787, 788, 807, 1288.	
De 51 a 100	166, 188, 1303.	
Acima de 100	244.	

Tabela 21 – PRODUÇÃO PECUÁRIA SUBPRODUTOS DO LEITE Lotes pesquisados no Assentamento Itamarati

Fonte: Dados da pesquisa *in loco*

Da análise da produção do subproduto leite e conforme a tabela 21, no indicativo das propriedades visitas *in loco*, constata-se que 81% dos respondentes produzem até 10 kg/mês de subproduto do leite.



Gráfico 16 – PRODUÇÃO PECUÁRIA NO ASSENTAMENTO ITAMARATI (2019/202) – Subproduto do leite

Fonte: Dados da pesquisa *in loco*

No sentido da continuidade da metodologia proposta para a projeção dos indicadores no total de assentados, pode-se destacar no gráfico 16, que dentre os 58 produtos respondentes, 81% produzem subprodutos do leite no quantitativo de até 10 kg/mês; 11,1% produzem até 50 kg/mês.

Da mesma forma, pode-se constatar que a produtividade e produção estão aquém das possibilidades produtivas, sendo necessárias ações para solucionar os gargalos na produção dentro e fora da porteira. Problemas como a nutrição e racionamento complementar aos animais, melhorias no cruzamento e na raça do rebanho, direcionadas para a aptidão na produção de leite e carne, melhorias das estradas vicinais, treinamento e capacitação, introdução de novas tecnologias e controle na qualidade do produto são ações necessárias para o crescimento da bacia leiteira no assentamento.

PRODUÇÃO PECUÁRIA – CARNES

O segmento pecuário, na produção do Assentamento, é significativo ao se considerar o volume diversificado de produtos ofertados por esse setor, com reflexos na composição da renda das famílias. Observa-se essa oferta a partir da tabela 22 e gráfico 17.

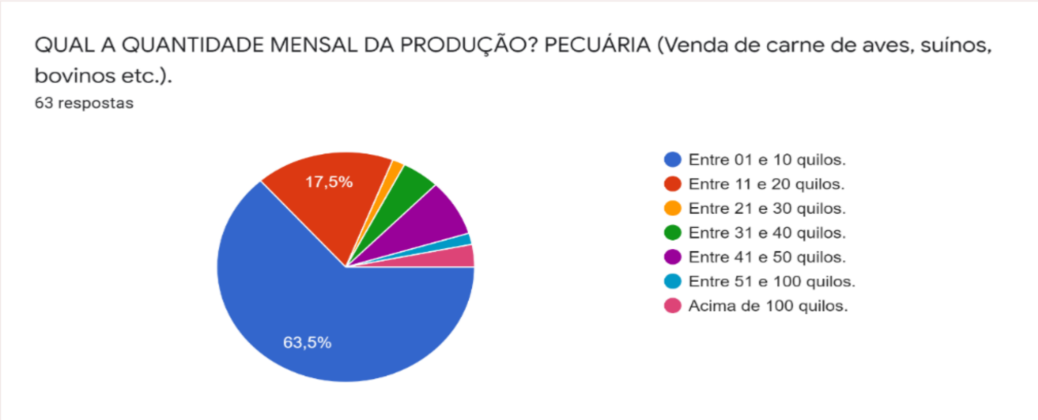


Gráfico 17 – PRODUÇÃO MENSAL PECUÁRIA NO ASSENTAMENTO ITAMARATI (2019 – 2020) – Venda de carnes

Fonte: Dados da pesquisa *in loco*.

São produzidas carnes de origem bovina, ovina, caprina, aves e suínos, 63,5% dos entrevistados produzem até 10kg, dentre os 58 respondentes, e 17,5% produzem até 20 kg/mês.

PRODUÇÃO PECUÁRIA - CARNES		
QUANTIDADE EM KGS	Nº DO LOTE	LOCAL DO LOTE
Entre 00 e 10	333, 392, 431, 432, 433.	CUT
Entre 11 e 20	258, 334, 554.	
Entre 21 e 30		
Entre 31 e 40	193, 435.	
Entre 41 e 50		
Entre 50 e 100	331.	
Entre 00 e 10	601, 604, 709, 713, 714, 727.	FAFI
Entre 11 e 20	598, 600, 606.	
Entre 21 e 30		
Entre 31 e 40		
Entre 41 e 50		
Entre 50 e 100		
Entre 00 e 10	13, 19, 1431, 1465, 1511, 1553, 1554, 1561, 1605.	FETAGRI
Entre 11 e 20	1477.	
Entre 21 e 30		
Entre 31 e 40	41.	
Entre 41 e 50	1671.	
Entre 50 e 100		
Entre 00 e 10	34, 35, 36, 37, 88, 157, 158, 174, 288, 319, 807, 812, 940, 1063, 1214, 1220.	MST
Entre 11 e 20	166, 1062, 1071, 1288.	
Entre 21 e 30	241.	
Entre 31 e 40	1303	
Entre 41 e 50	188, 787, 788, 1287.	
Entre 50 e 100	244	

Tabela 22 – PRODUÇÃO PECUÁRIA – CARNES – Lotes pesquisados (2019 – 2020)

Fonte: Dados da pesquisa *in loco*

A tabela 22 demonstra os lotes visitados em seus respectivos grupos. Salienta-se que 81% dos agricultores familiares pesquisados produzem e vendem até 20 kg de carne por mês, independentemente do tipo, se suína, bovina, ovina ou de aves.

Produção de frango semi-caipira – Cooperai e ITCP/UFMS

A ação conjunta da ITCP/UFMS e a Prefeitura de Ponta Porã proporcionou a implantação do projeto da produção de frango semi-caipira, uma alternativa ao agricultor familiar. As fases de escoamento, processamento e comercialização são de responsabilidade da Cooperai, com a função de distribuir os insumos necessários para a produção na propriedade.

O produtor estará integrado à cadeia produtiva da produção de frango semi-caipira organizada para atender as demandas em quantidade com qualidade, dentro das normas sanitárias de produção e comercialização dos produtos agropecuários. Nessa composição,

a Cooperativa irá fornecer o suporte técnico em todas as fases de produção do frango semi-caipira.

Com a implantação do projeto frango semi-caipira, abre-se alternativas na geração de renda ao assentado associado da Cooperai, processo que auxilia na fixação e na permanência do agricultor familiar no novo território e no cumprimento um dos objetivos da reforma agrária, assentar e manter o agricultor familiar onde foi locado, inclusive na sucessão familiar.

A cooperativa funciona como instrumento de apoio ao produtor, mitigando os gargalos e problemas advindos da distribuição dos insumos para a produção, na coleta das aves prontas para o abate e, especialmente, na comercialização.

Essa forma de produção organizada do frango semi-caipira surge como solução aos problemas da agricultura familiar que, por vezes, é feita sem planejamento para a produção e escoamento dos produtos. Nesse contexto, constatou-se, na pesquisa, que há produtores que desconhecem os métodos de cálculos dos custos, gargalo que a assistência técnica dessa cadeia produtiva resolve com capacitação e orientação ao produtor. Essas situações contribuem para a geração de receita ao assentado.

A ausência do planejamento da produção prejudica a comercialização dos produtos. Os equívocos na oferta do produto se constituem em mais um desafio para o agricultor familiar e como ele atua no mercado de alimentos altamente competitivo esse problema poderá se tornar fundamental para desmotivação e desistência das atividades, transferindo a propriedade a terceiros ou arrendando as terras para o cultivo de soja ou milho. Essa situação já existente em 47,7% das propriedades em lotes comunitários[16].

A produção de frango semi-caipira exige pequenas áreas de terra e nesse caso os 4 hectares do assentado residente em agrovila são suficientes para implantar o projeto, desse modo, torna-se mais uma opção para gerar renda complementar ao arrendamento do lote comunitário.

Os rendimentos com o arrendamento, origem na parceria do lote comunitário, minimizam a escassez de renda para o assentado, considerando-se que o valor calculado de renda pela utilização dos oito hectares arrendados geraram, em 2018, uma renda anual de R$ 7.504,00 ou R$ 625,00/mês, na razão de 14 sacas de soja por hectare e no valor médio de R$ 67,00 a saca de 60 kg.

Diante desses fatos, o sistema cooperativista surge como uma alternativa para

16. Composto por uma agrovila com a infraestrutura arranjada no fracionamento de lotes de 04 hectares onde o assentado fixa sua residência a outra fração, 8 hectares, constituem uma parte do lote comunitário em média 120 hectares equipada, na implantação do assentamento, com sistema de irrigação por aspersão, pivô de irrigação.

o produtor e se destaca a proatividade nas atividades da Cooperai na prospecção de parcerias com a Prefeitura de Ponta Porã e com as Instituições de Ensino Superior para a promoção na produção em escala com qualidade no Assentamento Itamarati. Dessa forma, a cadeia produtiva se estabelece, pois terá a produção do alimento e a colocação no mercado de forma facilitada por parcerias formadas da produção à comercialização dos produtos entregues à cooperativa. Nesse caso, o frango semi-caipira produzido é destinado aos programas do PNAE e PAA, havendo excedente de produção a Cooperai realiza a comercialização no comércio local e regional.

A cooperativa funciona como mediador nas relações da cadeia produtiva de alimentos e agrega valor à produção com o incremento na formação da renda do agricultor familiar.

A produção de frango semi-caipira objetiva trabalhar prospectando 52 produtores e a partir do sucesso do projeto poderá atrair outros produtores do Assentamento. Nesse sentido, a Cooperai se coloca na condição de protagonista na prospecção e captação de cooperados, dos 183 sócios ativos, 486 são agricultores familiares matriculados na constituição da cooperativa.

O contingente de assentados, 2.461 na implantação dos Assentamento Itamarati I e II, estão constantemente sendo abordados para integrarem-se à cooperativa, mas esse desafio de atrair novos cooperados é cercado de muita resistência da comunidade assentada, muito pela situação passada nas experiências malsucedidas no cooperativismo da produção de leite. Para exemplificar, no transcorrer da pesquisa, em 2018, na implantação do projeto do frango semi-caipira ficou evidente o distanciamento e a desconfiança nas reuniões de motivação à adesão ao projeto e ao cooperativismo.

Embora a ITCP/UFMS coordene um grupo inicial de 52 agricultores familiares aderentes ao projeto, efetivamente como pioneiros no processo produtivo do frango semi-caipira estão trinta agricultores familiares, mas o objetivo é ampliar o projeto e viabilizar a implantação do frigorífico na Cooperai, ele será estratégico para a sustentabilidade econômica da atividade. Segundo a Subprefeitura (2018), a previsão para a instalação do frigorífico era para o ano de 2020.

O ponto de equilíbrio na produção de aves prontas para o abate estava prevista para dezembro/2019 e até se atingir o objetivo será necessário, como aprendizado, ações nos processos de produção e abate na propriedade com o acompanhamento e treinamento da Agraer – MS.

A cooperativa possui desafios e responsabilidades para aglutinar, motivar e capacitar os agricultores familiares com fins de gerir com eficiência a produção. Dessa forma, tornar-

se um fator fundamental a implantação do projeto frango semi-caipira na diversificação da produção para atender o mercado de forma contínua, em escala, com qualidade e gerando renda ao assentado.

Na perspectiva de ampliar as alternativas de produção e de incremento na renda ao agricultor familiar no Assentamento Itamarati, com base nos estudos e expectativas relacionadas a demanda por produtos saudáveis, a UFMS através da Incubadora Tecnológica de Cooperativas propôs o convênio com a Prefeitura de Ponta Porã para auxiliar a Cooperai[17] na execução do projeto de produção de frango semi-caipira no assentamento Itamarati, com base no projeto da Coopaju[18] de Naviraí – MS, em franca produção, inclusive com um frigorífico próprio para abate e ganhos em escala na comercialização pela verticalização desse processo.

Nesse contexto, em 28 de junho de 2012, foi inaugurado o mini abatedouro de Frango Semi-caipira, no assentamento Juncal, um desejo da AMAJU[19], cooperadas na Coopaju. O projeto de produzir o frango semi-caipira como diferencial mercadológico, surgiu em 2007, através do interesse de um grupo de mulheres assentadas e contou com o apoio na elaboração do projeto da ITCP/UFMS[20].

A Agraer acompanhou o trabalho desde o início, elaborando o projeto financeiro com recursos do PRONAF Mulher, na oferta de treinamento e assistência ao grupo, em parceria com e a vigilância sanitária municipal, objetivando aprender técnicas de criação e manuseio durante o abate para estimular o associativismo.

Quanto a implantação da infraestrutura, a Prefeitura Municipal colaborou com grande parte do material para a construção da edificação com material, já a mão de obra foi no sistema de mutirão dos cooperados e associados. Quanto aos recursos para implantação do sistema dentro da porteira[21], como a aquisição de materiais para construção dos galpões criatórios, dos piquetes, equipamentos, bem como a aquisição dos pintinhos e ração, foram repassados pelo Banco do Brasil, via crédito rural para investimento e custeio da produção.

Após o esforço dos produtores e a sua persistência, o grupo conseguiu um caminhão, furgão refrigerado, com capacidade para 4 toneladas, adquirido com recursos repassado do MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário no valor de R$ 148 mil, contemplado em projeto desenvolvido e demandado pela Agraer – Naviraí em parceria com a gerência Municipal de Desenvolvimento Econômico.

17. Cooperativa dos Produtores do Assentamento Itamarati – Ponta Porã – MS.
18. Cooperativa dos Produtores do Assentamento Juncal.
19. Associação das Mulheres da Juncal.
20. Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
21. Processos executados no interior da propriedade.

De acordo com a presidente da Associação da AMAJU, Maria Pereira Lima da Silva,

> "A participação de todos estes órgãos e entidades foram fundamentais para o sucesso do projeto, além da união do grupo, vencendo várias etapas até chegar à construção e montagem do Abatedouro." Atualmente o produto é comercializado no mercado local e para o Programa Federal PAA e PNAE, é diferenciado e de qualidade indiscutível, a capacidade instalada hoje, é de 500 frango dia". (AGRAER, 2021)

Dessa perspectiva e para demonstrar o sucesso do projeto piloto implantado na Coopaju, o Campus da UFMS/Naviraí, em 29/11/2019, promoveu o 1º Encontro de Produtores de Frango Caipira do Estado de Mato Grosso do Sul.



FOTO 9 – I ENCONTRO DE PRODUTORES DE FRANGO CAIPIRA – MS

Fonte: UFMS – Mara Machado

Segundo a Sra. Mara Machado, o encontro foi promovido pela parceria entre a ITCP/UFMS, sob coordenação da técnica Dalva Mirian Coura Aveiro e a Prefeitura Municipal de Naviraí, onde participaram, aproximadamente 500 pessoas, oriundas de 13 municípios do estado de Mato Grosso do Sul, entre os participantes estavam produtores, servidores, acadêmicos e comunidade em geral.

O Evento contou com a presença do Institutos de pesquisa e extensão da Embrapa, representantes do MAPA, Agraer, técnicos da ITCP/UFMS e professores do Campus de Naviraí, que apresentaram a proposta de rede de produção de frango caipira no Cone Sul de Mato Grosso do Sul, assim a coordenadora Dalva Mirian Coura Aveiro falou sobre a implantação de um frigorífico com aves que passará pelo Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Sisbi-Poa).

> "Nós vamos implantar em Naviraí o primeiro frigorífico de aves Sisbi, com selo único de identificação que a gente vai poder comercializar para todo o Brasil, que vai atender mais de 120 produtores com a escala de produção de 77.00

> mil aves por mês em 36 meses", acrescentou a Coordenadora.

Na avaliação do diretor do campus de Naviraí, Daniel Henrique Lopes,

> "O Encontro foi surpreendente, tanto pela dimensão da estrutura montada para a sua realização, quanto pela quantidade de participantes e municípios representados. Todos os presentes ficaram bastante impressionados, positivamente, com o que vivenciaram. Para nós, do campus de Naviraí da UFMS, foi uma satisfação participar da organização e receber o evento, ação que muito nos orgulha, pois permite cumprir a nossa função de fazer parcerias com a comunidade externa e caminhar lado a lado com a sociedade", comentou Daniel Lopes.

Para o prefeito de Naviraí, José Izauri de Macedo:

> "A reunião dos produtores, neste primeiro Encontro, é resultado de algo muito tranquilo que temos tratado, tendo em vista nosso histórico de parcerias com a UFMS em projetos anteriores e que deveriam ser resgatados. Frente a isso, após diálogo, conseguimos formalizar esse novo convênio que visa ao desenvolvimento, à geração de empregos e que trará muitos benefícios para nosso município e para a agricultura familiar", explicou.

Na perspectiva de espraiar o projeto para o assentamento Itamarati, como estratégia de motivação à adesão dos associados da Cooperai, em 2018, a prefeitura de Ponta Porã movimenta-se com o objetivo de acelerar o processo de implantação do Projeto da ITCP/UFMS no assentamento Itamarati.

Inicialmente, com o objetivo de organizar a produção de frango e incrementar a geração de emprego e renda, o prefeito Hélio Peluffo recebeu a coordenadora do projeto de Incubadoras em Cooperativas, professora Miriam Aveiro, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul no sentido de executar e ampliar o processo no Assentamento Itamarati.

Nesse sentido, conclui-se pelo cadastramento das famílias participantes do projeto, processo iniciado em fevereiro de 2019 de forma efetiva. A Prefeitura e a UFMS firmaram a parceria no sentido de estimular e direcionar a cadeia produtiva do frango semi-caipira na Cooperai.

As famílias integrantes do programa de geração de renda e fomento à economia local estiveram reunidas com gestores da UFMS e o prefeito do Município oficializou a retomada das ações no Município com a parceria no compromisso de acordo com a assinatura do convênio firmado entre as partes, a UFMS, Prefeitura, Cooperai e os Agricultores Familiares cadastrados.

Dentre as metas estabelecidas, estão a retomada da organização da cadeia produtiva e estímulo à produção incluindo as técnicas e treinamentos para o manejo, abate e comercialização, com a devida supervisão da coordenadoria de cooperativas da

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. De acordo com a Coordenadora Miriam Aveiro, em novembro de 2018, será concluído o cadastramento das famílias e até a primeira quinzena de dezembro do mesmo ano, toda a primeira etapa de conclusão do projeto será oficialmente lançado e os trabalhos de campo terão início em fevereiro de 2019.

Esse desenvolvimento do processo associativo na produção primária é um projeto de extensão da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, prestadora de serviços necessários para o início, desenvolvimento e/ou reciclagens de cooperativas ou grupos de trabalho associativo, denominados de Empreendimentos de Economia Solidaria (EES). O Projeto se desenvolve na linha de extensão universitária que disponibiliza um núcleo básico interdisciplinar formado pelo quadro docente, acadêmico e técnico, buscando socializar o conhecimento da Universidade junto aos setores populares.

As famílias produtoras terão assistência técnica para produção na cadeia econômica do frango como forma de geração de trabalho e renda, organizando essa cadeia com a capacitação dos cooperados e empreendedores através de curso de qualificação de forma continuada.

O prefeito Hélio Peluffo destacou o empenho da prefeitura desde o primeiro momento em que o projeto foi colocado em discussão:

> Desde que recebemos o projeto colocamos nossa preocupação e desejo que a atividade fosse retomada o quanto antes, visando apoiar e auxiliar diretamente as famílias na produção e comercialização do frango, um importante incremento econômico na geração de renda.

A professora e coordenadora da Incubadora de Cooperativas da UFMS, Miriam Aveiro falou da satisfação em retomar o programa que até 2012 atendeu as famílias cooperadas, gerando renda contínua:

> Esse é um mecanismo forte para garantir fonte de renda às famílias e fico muito feliz pelo apoio e aporte do prefeito Hélio Peluffo nesse trabalho que ora está sendo reiniciado", enfatizou a professora. O professor e pró-reitor de Extensão da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Marcelo Fernandes Pereira destacou a importância da parceria entre prefeitura e a universidade.

Dentre as metas a serem atingidas dentro da cadeia produtiva do frango no assentamento Itamarati está a produção de carne com qualidade, considerando que a carne de frango é um dos alimentos mais presentes na dieta do brasileiro, devido a sua qualidade nutricional, facilidade de preparo, disponibilidade e custo, garantindo a nutrição saudável. Em média, segundo Embrapa (2021), cada brasileiro consome 43 kg de carne frango por ano, in natura e nas mais variadas formas de processamento, inteiro, em

pedaços, salsichas, alimentos prontos, dentre outros.

A cadeia produtiva do frango de corte agrega setores desde o produtor de grãos e as fábricas de rações, os transportadores, os abatedouros e frigoríficos até o segmento de equipamentos, medicamentos, distribuição e o consumidor final. A eficiência dessa cadeia é que tem permitido ao Brasil estar classificado como terceiro país como produtor mundial, ostentando o 1º lugar como exportador de carne de frango, pois atende a demanda de 150 países com qualidade e segurança na produção desse produto, a carne de frango brasileira, com eficiência de produção. (MAPA, 2018).

A proposta de início de alojamento das aves está prevista em junho de 2019 e a comercialização será direcionada para merenda escolar (PNAE) Conab (PAA) e mercado local. Nesse sentido, o subprefeito do assentamento Itamarati Daniel Valdez enfatizou o importante cenário vislumbrando na economia local com a retomada do processo de apoio à produção aviária na localidade. Fato que proporciona novas perspectivas, inclusive de novos gêneros de produção, no objetivo de reduzir as carências no núcleo rural do assentamento, em especial aqueles mais distantes da sede do Assentamento. Esse processo, segundo Valdez, fomente o desenvolvimento econômico, sustentável no Assentamento e consequentemente do Município.

Para o presidente da Cooperai, Antonio Coinete Melo, *in memoriam*, o programa de produção aviária incentiva e orienta a comercialização, evidentemente que está alinhado com os anseios da comunidade do Itamarati que está ou será aderente a esse processo de criação do frango semi-caipira.

Registro fotográfico, acervo da ITCP/UFMS, das instalações e alojamentos do criatório de frango semi-caipira de algumas propriedades aderentes, registro nas vistas de campo da ITCP/UFMS no assentamento Itamarati.







FOTO 10 – REGISTROS FOTOGRÁFICOS – Visita de campo da ITCP/UFMS (2018)

Fonte: ITCP/UFMS[22]

Contemplando a contextualização da execução do projeto de produção de frango semi-caipira, transcreve-se a entrevista concedida pela Coordenadora da Incubadora Tecnológica de Cooperativa Populares da UFMS, professora Dalva Mirian Coura Aveiro, Coordenadora do projeto no assentamento Itamarati.

> "O projeto foi demandado pelos produtores familiares, que conhecendo a proposta do projeto piloto em Naviraí (assentamento JUNCAL), buscaram a Incubadora Tecnológica de Cooperativas da UFMS para que replicassem no assentamento, a criação de frango caipira. Quanto aos objetivos eram de fomentar a organização coletiva como ferramenta eficaz em prol da escala de produção para uma produção continuada e gerar trabalho e renda.
>
> No que se refere as experiência adquiridas, optamos por um diagnóstico rápido participativo: definindo os cultivos existentes, sua comercialização e quais as propostas produtivas de interesse; a construção de espaço de diálogo para construção das regras do coletivo, das oficinas de formação. Na abordagem rotineira da importância de fornecer produtos de forma sistemática e permanente para identificar o qual o grau de conhecimento necessário para a produção e como garantir a assistência técnica eficiente, presente e contínua, e quais necessidades de Infraestrutura e conhecimento da logística são necessários para se chegar ao mercado pretendido, fluxo de caixa, composição de preços, legislação específica aliada ao desafio de produzir e comercializar o produto.
>
> Quanto ao apoio da Cooperai no início, sim, houve colaboração da Cooperativa, na mobilização dos produtores e cedência do espaço de formação.
>
> Para efetivação da proposta de projeto houve a celebração de contrato e formalizado um termo de cooperação entre a UFMS e a prefeitura, nesse instrumento havia o compromisso financeiro, o ressarcimento dos valores investidos pela UFMS em transporte e diárias (média R$ 1.000,00 mensais) e bolsas acadêmicas (10) R$ 4.000,00, totalizando a liberação de 5 mil reais

22. *Link* para o acesso ao acervo fotográfico:
https://drive.google.com/drive/folders/1djp-rEVzKlgyJXD7ygLp-OU284FuSdMg?usp=sharing

mensais em 24 meses de projeto.

No início do projeto tivemos a adesão de 120 famílias, sem conflitos e adversidades iniciais, mas após a organização do coletivo, cadastro dos produtores no IAGRO e produção do primeiro lote, houve interferência da Cooperativa no sentido de ampliar a produção (limitada pelo fato de ausência de abatedouro), e na alteração do projeto arquitetônico do abatedouro, descaracterizando o projeto original quando da execução da obra. Com essas interferências, houve divisão no grupo. Parte queria manter as regras técnicas da UFMS e parte apoiou a decisão de continuar o projeto com a Cooperativa e buscando o apoio de uma outra IES - Instituição de Ensino Superior, também executora de projetos no assentamento.

Tivemos o apoio da IAGRO e da Agraer para execução e apoio técnico.

No que se refere a adesão dos produtores, esta é celebrada com contrato para aquisição dos pintainhos, compra de ração e medicamentos e entrega do frango para o abate, por ser produtos de origem animal, a legislação é específica e exige que os galpões de alojamentos devam estar registrados, bem como as aves que chegam, ter um registro que autoriza a criação no período específico. Como Cooperativa, existe um cronograma de produção, definindo períodos e números de aves a serem alojadas por cada produtor, respeitando os diversos momentos da comercialização.

Com relação a entrega de insumos e das aves, pintainhos, a Cooperativa faz a entrega das aves e ração, de acordo com o cronograma de produção em cada período.

A entrega dos animais prontos para o abate serão entregues na Cooperativa, responsável pela entrega nos pontos de recebimento conforme contratos realizados. Após processado o abate o produto será destinado a merenda escolar através do PNAE, CONAB por meio do PAA e mercado local.

Atualmente o projeto está estagnado, pois com a ingerência da Cooperativa, que não aceitou as orientações do veterinário responsável tecnicamente pelo projeto (dezembro 2018), ficou pendente um debate maior para solução do conflito, que não aconteceu por conta da pandemia. Como a situação de pandemia perdura sem definição, a UFMS solicitou o encerramento do termo de cooperação.

Quanto ao atingir as metas e os objetivos , digo que de certa forma foi atingido os objetivos, pois a etapa de organização e formação teve êxito. A produção piloto demonstrou que os produtores apropriaram do conhecimento e o aplicaram na produção. A vistoria do IAGRO confirmou como satisfatório o primeiro lote produzido.

Após esta experiência, vamos buscar criar um ambiente mais protegido, com a elaboração de uma proposta de trabalho que permita a aplicação do conhecimento na íntegra, com clareza de atribuições e se possível, com financiamento externo, criando um espaço de independência e autonomia."
Dalva Mirian Coura Aveiro, dez.2021.

Essa entrevista proporcionou elucidar as questões da reativação do projeto de produção de frango semi-caipira no assentamento Itamarati e suas adversidades na condução do processo de implantação na perspectiva de continuidade e adesão dos produtores do Assentamento e dessa forma, fortalecer o segmento da produção de frango semi-caipira.

A Produção de Suínos em ciclo completo – Estudo de caso

A suinocultura, na propriedade do Sr Nelson, é uma solução para os gargalos que determinadas atividades oferecem, principalmente quando há necessidade da intervenção da indústria para verticalizar a produção. Nesse aspecto, o Sr. Nelson, com seu conhecimento viabilizou a suinocultura na propriedade, a exemplo dos produtores que aderiram no projeto de produção do frango semi-caipira. Dessa forma, é possível tomar as decisões com fins a atender e mitigar os problemas fundamentais da organização econômica da produção em todos os ciclos com benefícios ao produtor e ao consumidor, considerando a exclusão do intermediário nos processos que oneram o preço dos produtos ao consumidor final.

Ao abordar os problemas na organização econômica da produção no qual o produtor toma todas as decisões de organizar a produção em todas as fases, o caso da suinocultura implantada na propriedade do Sr Nelson, pioneiro no assentamento Itamarati, egresso do Paraguai, com conhecimento na produção de suínos onde incorporou as experiências e o conhecimento.

Com base no conhecimento, ele destaca que no início foi difícil tomar a decisão de acampar a beira da estrada na perspectiva de ser assentado pelo INCRA. No seu depoimento, explicita que soube dos movimentos populares no Mato Grosso do Sul pelos meios de comunicação e viajou para tomar ciência. Em contato com o MST fez sua inscrição no movimento e mudou-se para o acampamento próximo a fazenda Itamarati.

O Sr. Nelson fez a gestão para o seu lote ser próximo ao da filha, agricultora brasiguaia e, dessa forma, foi assentado, o que viabilizou estrategicamente o plantio de milho para o consumo na suinocultura e assim o projeto foi idealizado e executado em todas as fases da produção suína.

A propriedade tem apoio e assistência técnica do Senar e da Agraer, adquirindo novos conhecimentos e técnicas de produção, processamento, armazenagem e comercialização da produção, fornecendo para o comércio local, no PAA, PNAE. O excedente é comercializado diretamente com o consumidor na sua propriedade.

Quanto à fabricação da ração, o Sr. Nelson usa o lote da sua filha, parceria na produção de suínos, para cultivar as lavouras de milho para consumo próprio na formulação

da ração. No intervalo de plantio do milho cultiva a soja como meio de auferir lucros na sua comercialização e, assim, obter recursos para aquisição dos insumos para atender à suinocultura. Alguns produtos são adquiridos de terceiros como farelo de soja, núcleos, sal, medicamentos e demais insumos para fabricação da ração ou para o processamento, armazenagem e transporte da carne suína *in natura* ou processada na propriedade. O resultado econômico da comercialização da carne e subprodutos é reinvestida em melhorias da família e em produtos para o bem-estar animal.

Segundo o Sr Nelson, o local ainda necessita de melhorias em todos os setores, mas ao longo dos últimos dez anos, ele tem investido somente recursos próprios em função da burocracia na concessão do crédito ao agricultor familiar contextualizando que: “o acesso ao crédito oficial é difícil para nós que não temos o título definitivo da terra”.

É nesse ambiente que os projetos das IES, o trabalho da Subprefeitura, do Senar e do Sebrae ganham destaque no sentido de melhorar a dinâmica da produção no Assentamento, através das capacitações e orientações técnicas.




FOTO 11 – SUINOCULTURA – Ciclo completo – SR. NELSON[23]

Fonte: Registro Fotográfico do dia de campo – Faculdade de Agronomia – MAGSUL – Ponta Porã (2018)

Para o Sr Nelson, a produção de suínos deixa um subproduto, os resíduos sólidos, que podem ser utilizados na adubação de culturas, porém, os dejetos, pelo volume gerado na sua propriedade passaram a ser um problema e ele passou a prospectar formas de solucionar ou mitigar. Dessa forma, o Sr. Nelson recebeu a proposta do Prof. Dr. Euclides Reuter de Oliveira (docente da UFGD) para implantar o projeto de utilização de resíduos sólidos da suinocultura, ingressando no projeto de produção de biogás da UFGD em

23. Para acesso ao acervo completo: https://drive.google.com/drive/folders/1UtMc3sV9k3mufDtuGtQqqntYPCNCx-DaX?usp=sharing

parceria com a Emater/Minas Gerais.



FOTO 12 – CONSTRUÇÃO DE BIODIGESTOR – SR. NELSON

Fonte: Dr. Euclides R. de Oliveira.

Na produção de suínos um dos problemas é a contaminação ambiental e os projetos de extensão da UFGD trabalham com essa temática. A exemplo das demais ações realizadas pela extensão da UFGD nos assentamentos de Mato Grosso do Sul[24], o prof. Dr. Euclides R. Oliveira destaca o projeto de biodigestor nas propriedades como fonte de biofertilizante para a agricultura orgânica, projeto em expansão e implantado no Assentamento Itamarati, conforme detalha em entrevista concedida nos trabalhos de campo, link disponível no anexo deste trabalho.

O Sr Nelson reafirma sua característica de produtor da agricultura familiar e no exercício da produção, naquilo que sabe fazer se sente realizado e feliz por ter alcançado seus objetivos na propriedade: "um sonho que se torna realidade, de brasiguaio a produtor rural em solo brasileiro para colaborar com a formação da riqueza no município de Ponta Porã".

Essa realização proporcionou a sua família condições iniciais para o desenvolvimento da atividade da suinocultura atendendo as orientações éticas do bem-estar. Esses apoios e as parcerias público/privadas oportunizam outras ações, tais como: a execução de projetos de pesquisa ou extensão aliado a implantação de outras orientações e das boas práticas de manipulação de alimentos, reafirmando que tem o apoio em todas as etapas do corpo técnico do Senar, Sebrae, Subprefeitura do Assentamento Itamarati, Agraer, Emater/MG e das IES, parceiras que desenvolvem trabalhos de pesquisa ou extensão no Assentamento Itamarati.

Nesse viés, a pesquisa e extensão das IES tem contribuído na multiplicação

24. A Extensão Universitária no Assentamento Areias, Nioaque/MS: diálogos transformando pessoas, saberes e processos de produção. https://doi.org/10.30612/re-ufgd.v6i12.10731. Produção orgânica. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/realizacao/article/view/10731. Acesso em fev. 2022.

do conhecimento aos produtores das mais diversas áreas do conhecimento como na administração rural, economia, contabilidade, direito, geografia, veterinária, agronomia, zootecnia entre outras. Destaca-se os cuidados com o meio ambiente durante o processo produtivo considerando os impactos negativos que a produção do agronegócio pode imputar aos agricultores familiares.

As pesquisas e as análises indicam que é factível produzir sem agressão à natureza, especialmente a produção da agricultura familiar. Nessa perspectiva, a escala comercial do agronegócio tem se demonstrado um desafio aos agricultores familiares que fazem divisa com essas propriedades.

Na propriedade do Sr. Nelson, esse método de produzir com sustentabilidade é uma preocupação, inclusive ao cultivar soja e milho no lote da filha onde adota práticas para amenizar os impactos do uso inadequado de agrotóxicos e contextualiza: "havendo bom senso e vontade do agronegócio, pode-se usar o químico com o mínimo de dano aos outros vizinhos".

Nesse contexto, um dos principais gargalos na produção de suínos, os resíduos sólidos, foram solucionados com a implantação do projeto de Biogás, como destaque está a produção suinícola do Sr. Nelson, produção eficiente, com foco em todas as fases da produção, desde a produção do alimento balanceado, reprodução, terminação, industrialização e comercialização dos produtos.

Na visão do produtor, o conhecimento adquirido na prática da produção de carne suína é restrito à produção interna e as fases como a comercialização foram ajustadas ao longo do processo de adaptação das demandas no sentido de escoar de forma mais adequada da produção originada na sua propriedade. Salienta que foi difícil o processo de aprendizagem e tomada de decisão que abarca o escoamento e comercialização dos seus produtos.

No que tange ao escoamento da produção, a pesquisa demonstra a insatisfação dos produtores com a precariedade das estradas vicinais do Assentamento. O poder público tem investido na recuperação e manutenção das estradas, no entanto, mostra-se insuficiente e incipiente, visto que, são ações localizadas e atendidas a partir da demanda e solicitação dos produtores. Assim, constata-se que não há políticas públicas para sanear de forma definitiva o problema, prejudicando a dinâmica no escoamento e comercialização da produção, com impacto direto no resultado da produção.



Figura 7 – ESTRADAS VICINAIS NO ASSENTAMENTO ITAMARATI

Fonte: Google – Estradas do assentamento Itamarati

O jornal Conesul News destaca a ação da Prefeitura nos Assentamentos da região, salientando a insuficiência da gestão pública em promover a manutenção corretiva e definitiva do problema e segundo o presidente da Cooperai, as ações se complementam, pois os postos de recebimento serão eficientes com as estradas em boas condições de trafegabilidade.



PONTA PORÃ - Governo Municipal recupera estradas nos assentamentos 19 maio 2014 - 07h45
Por Assessoria de Comunicação

Fonte: Foto de Lucho Rocha

> O Governo do prefeito Ludimar Novais (PPS - 2013/2016), através da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo e Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, está desenvolvendo trabalho de recuperação das estradas que demandam aos assentamentos rurais de Ponta Porã. A meta é atender todas as regiões, assegurando boas condições para escoamento

> da produção agropecuária.
>
> De acordo com o secretário municipal de Obras e Urbanismo, João Batista Sandri, nesta semana os trabalhos ficaram concentrados na região do Assentamento Nova Era. "O trabalho é no sentido de fazer a conformação e cascalhamento, fazendo bigode e saída d'água para evitar acúmulo no leito da pista".
>
> Já o secretário de Agricultura, André Cardinal, disse que mais de dois quilômetros de via já tinham sido reparados, inclusive eliminando um atoleiro na cabeceira da ponte, o que vinha dificultando a entrada dos veículos e até oferecendo riscos de acidentes. "Indicamos os pontos críticos para a Secretaria de Obras e em conjunto realizamos um trabalho na ponte sobre o rio Dourado, na divisa entre o Assentamento Nova Era e o Itamarati e estamos dando continuidade à recuperação das estradas. Serão cerca de 15 quilômetros que passarão por manutenção", ressalta.
>
> O secretário João Sandri, por sua vez, disse que a determinação do prefeito Ludimar Novais é para que os assentamentos e toda a zona rural sejam atendidos. "Pelo nosso cronograma de trabalho os próximos assentamentos a receberem melhorias nas estradas são o Aba da Serra e Boa Vista", destaca.
>
> Segundo Sandri, o município está trabalhando nos assentamentos com quatro caminhões basculantes, pá-carregadeira, motoniveladora e retroescavadeira. "Nossa meta é fazer a manutenção, corrigindo os estragos provocados pelas últimas chuvas. Importante ressaltar que todo o trabalho que estamos desenvolvendo é determinado pelo prefeito Ludimar e conta com apoio do secretário municipal de Agricultura e Abastecimento, André Cardinal".

Na perspectiva de atingir o maior número de produtores, além das abordagens em reuniões, das entrevistas e das pesquisas bibliográficas, foi adotado como meio auxiliar de pesquisa o público estudantil do ensino médio da escola estadual do Itamarati, um contingente de 800 alunos e filhos de produtores, que aplicaram os questionários nas propriedades dos pais onde obteve-se o êxito de 325 respondentes. Aliado a essa estratégia foram visitados, *in loco,* no período de 2018 a 2019, 58 produtores, pesquisa interrompida pelo advento da COVID-19.

Esse material foi analisado por região, de acordo com o recorte geográfico objeto da pesquisa, para diagnosticarmos e compreendermos as decisões dos modelos produtivos e as formas comerciais adotadas pelos assentados, como forma de se identificar a existência na convergência das demandas dos produtores e as políticas públicas aplicadas nesse território

Em que pese as adversidades impostas à agricultura familiar no escoamento da produção, os produtores assentados são resilientes a fim manter-se na atividade. Na pesquisa identificou-se que os produtores do Assentamento Itamarati, por vezes, tomam

as decisões de forma individual, mas alinhados às necessidades de cultivar a terra e prospectar formas de escoar os produtos originados nas propriedades.

Produção de ovos de galinha – comercialização mensal

Na pesquisa *in loco,* constatou-se a diversificação, dentre as quais a oferta de ovos de galinha na composição da cesta de produtos com origem no Itamarati. Essa produção agrega valor na criação da galinha caipira ao se considerar a geração de excedentes comercializados, otimizando os canais de venda, o que reduz os custos totais com a comercialização, seja em cooperativas, associações ou no comércio local.

A tabela 23 e o gráfico 18 demonstram com detalhes os lotes pesquisados, o volume de venda. Cabe salientar que é uma prática das famílias assentadas a produção de galinha como fonte de proteína animal e em consequência a produção de ovos contribui na formação de renda através dos excedentes de produção, além do uso como insumo para outros produções como a fabricação de pão caseiro, outra atividade complementar de renda do agricultor familiar.

PECUÁRIA - PRODUÇÃO MENSAL DE OVOS DE GALINHA		
QUANTIDADE EM DÚZIAS.	Nº DO LOTE	LOCAL DO LOTE
Até 10	193, 258, 333, 392, 431, 432, 433, 435, 554.	CUT
De 11 a 20	334.	
De 21 a 30		
De 31 a 40		
De 41 a 50		
Acima de 51	331.	
Até 10	604, 606, 709, 713, 714, 727	FAFI
De 11 a 20	598, 600.	
De 21 a 30	601.	
De 31 a 40		
De 41 a 50		
Acima de 51		
Até 10	13, 19, 41, 1431, 1477, 1511, 1553, 1554, 1561, 1671.	FETAGRI
De 11 a 20	1465, 1605.	
De 21 a 30		
De 31 a 40		
De 41 a 50		
Acima de 51		
Até 10	34, 35, 36, 37, 88, 157, 158, 174, 241, 288, 319, 807, 812, 940, 1062, 1063, 1071, 1214, 1220, 1287.	MST
De 11 a 20	188	
De 21 a 30	166, 1288.	
De 31 a 40	1303.	
De 41 a 50	787, 788,	
Acima de 51	244.	

Tabela 23 – LOTES COM PRODUÇÃO DE OVOS DE GALINHA NO ASSENTAMENTO ITAMARATI

Fonte: Dados da pesquisa *in loco* (2019/2020)

Na tabela 23 está estratificado os pesquisados e sua localização marcada no mapa, bem como, verifica-se que 27 famílias ou 46,5% dos produtores ofertam até 10 dúzias por mês e 02 produtores do universo de 58 ofertam acima de 51 dúzias, esses são agricultores familiares que se dedicam a produção de ovos e fazem uso das raças de aves com essa aptidão.

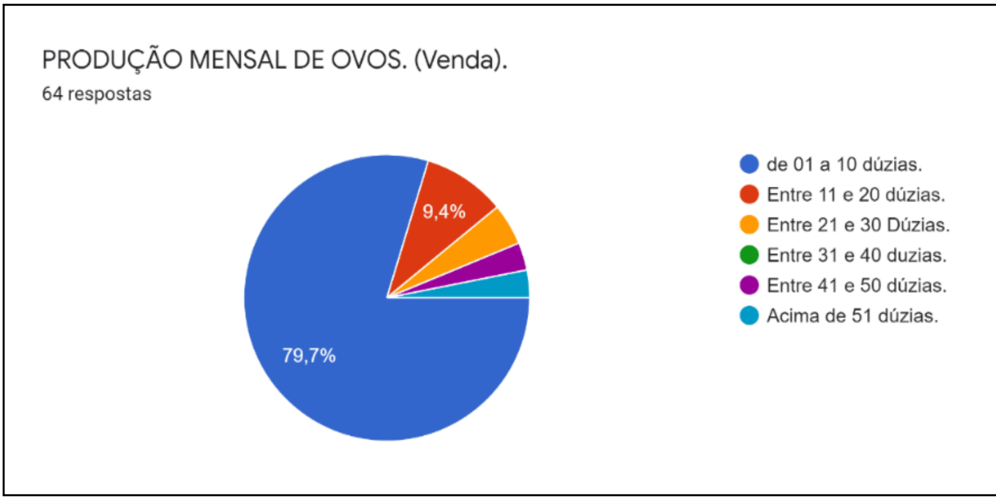


Gráfico 18 – COMERCIALIZAÇÃO MENSAL DE OVOS DE GALINHA NO ASSENTAMENTO ITAMARATI

Fonte: Dados da pesquisa in loco (2019/2020)

Quanto ao gráfico 18, pode-se concluir que 79,7% dos produtores pesquisados, 58 respondentes, ofertam até 10 dúzias, ao projetarmos para a totalidade dos assentados teremos 1.961 produtores ofertando essa quantidade; 2 produtores dentre os 58 e 3,5% produzem acima de 50 dúzias.

GARGALOS OU PROBLEMAS NA PRODUÇÃO

Passaremos a avaliar os gargalos da produção e a tabela 24 aborda as questões adversas impostas ao produtor rural no processo decisório que envolve a tipagem e as quantidades do que será cultivado.

GARGALOS OU DIFICULDADES NA PRODUÇÃO		
TIPO	Nº DO LOTE	LOCAL DO LOTE
Infraestrutura estradas, distância do mercado.	193, 331, 431, 432, 433, 435.	CUT
Distância do mercado fornecedor.	258, 554.	
Acesso a assistência técnica.	392.	
Falta de incentivo do poder público.	333, 334.	
Infraestrutura estradas, distância do mercado.	604, 709.	FAFI
Falta de incentivo do poder público.	601, 606, 727.	
Limitação estrutural - máquinas e equipamentos.	713.	
Dificuldades no acesso ao crédito rural.	714.	
Falta de orientação na decisão do que, quanto, para quem e como produzir.	598, 600.	
Infraestrutura estradas, distância do mercado.	13, 1554, 1561, 1605, 1671.	FETAGRI
Distância do mercado fornecedor.	19.	
Acesso a assistência técnica.	1465.	
Falta de incentivo do poder público.	41, 1477, 1511, 1553.	
Falta de orientação na decisão do que, quanto, para quem e como produzir.	1431.	
Infraestrutura estradas, distância do mercado.	34, 35, 36, 37, 88, 157, 158, 166, 174, 188, 241, 244, 288, 319, 787, 788, 807, 812, 940, 1220, 1287, 1288.	MST
Dificuldades no acesso ao crédito rural.	1062, 1063, 1071, 1214, 1303.	

Tabela 24 – GARGALOS NA PRODUÇÃO DO ASSENTAMENTO – Pesquisa *in loco*

Fonte: Dados da pesquisa *in loco* (2019/2020)

A infraestrutura, a distância dos mercados consumidor e o fornecedor de insumos se destacam como principal dificuldade entre os agricultores familiares pesquisados, dos 58 respondentes, 35 ou 60,3% declararam que esse tipo de problema é prioritário e um fator decisivo a ser considerado no processo de decisão do que produzir e suas quantidades por tipo de produto.

Quanto ao acesso à assistência técnica, dos 58 produtores pesquisados 5 produtores, ou 8,6% dos respondentes, declaram que a assistência é insuficiente, portanto, é um gargalo a ser equalizado considerando a importância desse serviço na formação da produção e escoamento dos produtos. Nessa situação, a subprefeitura do Itamarati e a Me. Karla Nadai, entrevistada[25], comungam da mesma opinião, a oferta do serviço de

25. Link para acesso: https://drive.google.com/file/d/1bj5HzIV85O5E79ov635afMK_fV2axU7l/view?usp=sharing

assistência técnica é incipiente e insuficiente, dessa forma, torna-se uma premissa a solução do problema estrutural acerca da oferta de recursos humanos e materiais necessários para atender os 2.461 agricultores familiares assentados no Itamarati, visto que, em 2018, há 03 técnicos destinados a atender as demandas de assistência técnica dos agricultores familiares assentados.

Em que pese a importância de organizar e estruturar a oferta de assistência técnica aos assentados, ao projetarmos no universo total verifica-se que 8,61% ou 212 produtores estão insatisfeitos com a assistência técnica no Assentamento. Salienta-se que na pesquisa o sentimento é que, havendo necessidade de assistência, deve-se dirigir à sede do Assentamento e recorrer a Agraer, Senar, Sebrae, cooperativas, parceiros, distribuidores, indústrias e IES, que são organizações dispostas a resolver ou mitigar tais problemas.

Desse modo, estamos tratando da demanda invertida, geralmente os técnicos, pesquisadores e os demais agentes que atuam no segmento e prestam alguma forma de assistência técnica recebem as solicitações de orientação, capacitação ou acompanhamento dentro da propriedade.

Outra questão que preocupa os assentados é a forma de tratamento do poder público, segundo a pesquisa fica evidenciado que a Prefeitura é insuficiente nas ações, nas execuções de políticas para o Assentamento, na proatividade e agilidade na solução das demandas.

Na pesquisa, verifica-se que 9 produtores dos 58 pesquisados *in loco*, 15,5%, demonstram-se insatisfeitos e percebem que o ato de assentar os sem-terra e resolver a demanda da organização social pela terra é tratada como ponto de chegada, considerando que o Estado se exime na promoção de ações proativas e contínuas até a fixação do homem no campo. Para esses produtores o Estado deveria tratar o ato de desapropriar ou comprar as terras para os PA – Projetos de Reforma Agrária[26] como ponto de partida e, nesse caso, prover ações, projetos de políticas públicas municipais e estaduais com metodologias de realizar, de fato e de direito, todo o processo de adquirir, estruturar, assentar, manter e auxiliar na viabilidade socioeconômica do assentado.

Projetando-se para o contingente total de produtores assentados, pode-se trabalhar com 381 agricultores familiares que não concordam com as ações do Estado na relação com o agricultor familiar assentado, pós-instalação do Assentamento.

26. A Reforma Agrária é o conjunto de medidas conduzidas pelo Poder Público a fim de promover a distribuição de terras entre trabalhadores rurais mediante alterações no regime de posse e uso, atendendo aos princípios de justiça social e aumento da produtividade, conforme preconiza a Lei nº 4.504/64 (Estatuto da Terra). Fonte: INCRA (2022). Disponível em: https://antigo.incra.gov.br/pt/reforma-agraria.html#:~:text=A%20Reforma%20Agr%C3%A1ria%20%C3%A9%20o,64%20(Estatuto%20da%20Terra). Acesso em: 20 fev. 2022.

O acesso ao crédito rural e à assistência técnica foi tratado em um bloco à parte dada a relevância e importância desses fatores no contexto da formação da produção. Quanto ao acesso às patrulhas agrícolas coletivas, somente 1 produtor se manifestou insatisfeito com as dificuldades de acesso.

Quanto à organização da produção, 3 produtores dos 58 respondentes, 5,2%, reclamaram que no assentamento não há organização da produção, estando insatisfeitos com o planejamento. Esse contingente de 5,2%, se projetado aos 2.461 assentados, pode-se mensurar que há 128 produtores com esse tipo de problema, gargalos nos processos produtivos no assentamento Itamarati.

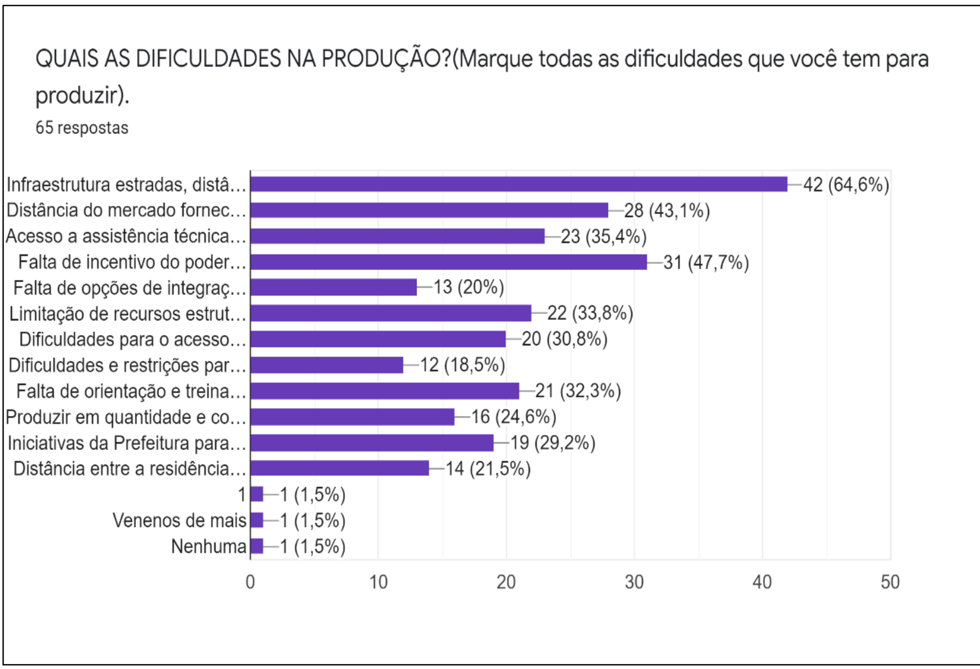


Gráfico 19 – GARGALOS NA PRODUÇÃO – Pesquisa *in loco*

Fonte: Dados da pesquisa *in loco.*

Na pesquisa *in loco*, ao analisar os percentuais projetados no universo abordado, constatamos que o gráfico 19 apresenta que 42 dos produtores declararam que o problema mais significante é a questão do escoamento da produção relacionado a estradas e ao distanciamento dos mercados.

Quanto a ausência do poder Municipal, o índice é 47,7% dos agricultores familiares insatisfeitos, pois demonstram que o Estado realmente trata o processo de assentar como

ponto de chegada, quando deveria dar sequência no processo e auxiliar o produtor em todas as suas demandas como forma de mitigar ou resolver os problemas, tratando como ponto de partida.

Nesse diagnóstico juntam-se outros problemas, não menos importantes, que devem receber a atenção dos agentes públicos e privados, sem desprezar a problemática da manutenção das estradas e a participação do Estado nos processos pós-instalação do Assentamento. Para tanto, estratificamos na tabela 20, os demais gargalos e as devidas projeções nos 2.461 produtores assentados.

Portanto, pode-se analisar a projeção dos gargalos identificados na pesquisa *in loco* no total de Assentados em benefício de se verificar a abrangência dos problemas relacionados com a produção no Assentamento Itamarati, elencar prioridades, subsidiar os projetos de políticas públicas, fomentar parcerias e o que mais for necessário para resolver ou abrandar os gargalos que impactam no desenvolvimento da produção dos assentados. Conforme apresentado na tabela 24, a mobilidade interna é deficiente para 64% dos agricultores familiares.

O período das chuvas é uma adversidade a ser transposta e combatida através das políticas públicas para a manutenção dessas estradas, pois, com as chuvas, a mobilidade no Assentamento, independente de veículo que se utilize para trafegar, se torna um problema no escoamento da produção.

Nesse quadro, agrega-se às dificuldades de acesso ao crédito para 15,5% dos produtores pesquisados *in loco,* o acesso às linhas de crédito rural oficiais são burocráticas e apresentam alguma dificuldade de acesso para os agricultores familiares. Segundo o vice-presidente da Riscala Fadel Junior, sempre há essa preocupação do planejamento para a próxima safra, embora existam inúmeras modalidades de crédito, incluída a opção de financiamento via sistema Barter.

Segundo COOCAM (2018), o contrato de Barter é uma alternativa para garantir a safra com agilidade nas negociações, a cooperativa oferece serviço de troca de insumos por parte da produção. O contrato de Barter é uma permuta utilizada pela Cooperativa/ Agropecuária junto aos seus cooperados, firmado antes do plantio, é uma alternativa aos produtores rurais que fogem de alguns tramites burocráticos. O pagamento é realizado com o próprio produto após a colheita da safra financiada.

Nesse contexto, pode-se considerar que o sistema Barter é uma opção de financiamento na qual o produtor poderá prospectar para além do sistema cooperativista, mas também nos demais agentes que atuam na produção agropecuária, como as

cerealistas, agropecuárias, distribuidoras e até mesmo com empresas que atuam no mercado brasileiro.

Nesse modelo de financiamento pode-se incluir o agricultor familiar assentado no Itamarati como forma de mitigar as adversidades impostas ao pequeno produtor que tem necessidades e demandas financeiras para formação da produção dentro da propriedade. Em contrapartida, haverá a retenção de parte dos resultados para formação de capital para o pagamento do financiamento à organização financiadora que pode recorrer a recursos públicos que atendem às políticas de acesso ao crédito no Sistema Financeiro Nacional, por exemplo, linhas de crédito do BNDES[27].

Ao analisarmos os gargalos da produção, a escassez e as adversidades de acesso ao crédito, segundo a pesquisa de campo e na retórica do assentado, percebe-se que o capital financeiro é um dos principais fatores de produção na formação de bens nas propriedades. Nesse sentido, o gráfico 20 demonstra que entre 19% e 27% dos assentados têm algum problema de acesso ao crédito, seja na constituição das garantias fidejussórias (aval, fiança), seja nas garantias reais (hipoteca ou alienação fiduciária), fatores que se constituem como gargalos na produção.

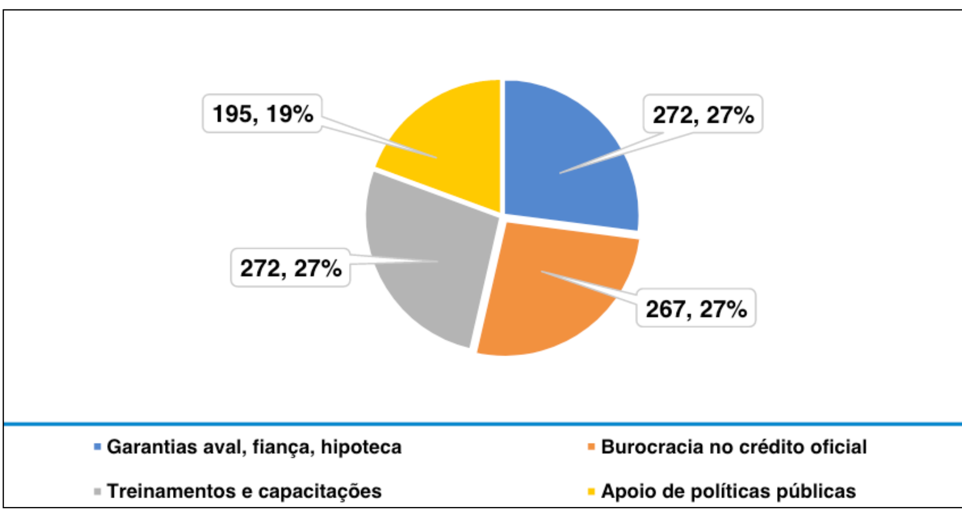


Gráfico 20 – GARGALOS NO ACESSO AO CRÉDITO – Pesquisa virtual

Fonte: Dados da pesquisa virtual

Na pesquisa virtual, 24,3% dos produtores estão sem acesso ao crédito e 27% reclamam da burocracia para se ter acesso ao crédito oficial. Nos resultados da pesquisa

27. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e social.

in loco, 15,5% dos produtores respondentes têm dificuldades e amarras para acessar o crédito rural no SFN – Sistema Financeiro Nacional. Nessa ótica, tem-se a média de 20,5% dos produtores pesquisados indicando problemas como a burocracia e exigência de garantias[28] para o acesso ao crédito.

Nessa configuração, pode-se projetar o quantitativo de Assentados que têm dificuldade para contrair o financiamento da produção, 504 agricultores familiares ou 20,5% estão à margem do crédito e/ou insatisfeitos nesse quesito, quantitativo de produtores que expõe os entraves no processo de acesso aos recursos oficiais de financiamento.

Essas adversidades ficam por conta de algumas questões pontuais que se verificam na pesquisa como a dificuldade de demonstrar a viabilidade econômica do projeto, assim como incluir as garantias. Observa-se que 30,8 estão de alguma forma à margem do acesso de crédito oficial, Pronaf, para o financiamento do custeio das culturas ou para investimentos na infraestrutura[29] e estruturas[30] na propriedade.

Esses produtores, com suas limitações financeiras, declaram como um dos principais gargalos as dificuldades para o acesso às linhas de crédito oficial considerando que o capital financeiro está entre um dos fatores essenciais para a consolidação da produção com eficiência e eficácia.

Para melhor entendimento a tabela 25 que consolida os gargalos expostos pelos pesquisados, ou seja, problemas que se avolumam na medida que o Estado não age no sentido de resolver as questões urgentes e prioritárias.

28. As garantias, por vezes, é a hipoteca, nesse caso, o crédito fica inviabilizado, pois o produtor não possui o título definitivo da terra.

29. Estrutura que serve de base para uma o desenvolvimento de algo.

30. Modo que se apresenta um determinado trabalho, intelectual ou organizacional; seria o corpo do trabalho segundo o grau de importância. Fonte: Estrutura (dicionarioinformal.com.br). Acesso em: mar. 2022.

GARGALOS/PROBLEMAS	RESULTADO DA AMOSTRA (% de insatisfeitos)	*Nº DE ASSENTADOS* INSATISFEITOS
Estradas deficientes	64,6	38
Presença ínfima do poder municipal	47,7	28
Distância do mercado fornecedor	43,1	25
Sem acesso à assistência técnica	35,4	21
Limitação de acesso às estruturas – Patrulha agrícola	33,8	20
Falta de orientação e treinamento	32,3	19
Dificuldades no acesso ao crédito rural oficial	30,8	18
Iniciativas do Município no fomento para implantar indústrias no Assentamento	29,2	17
Produzir em quantidade, qualidade e de forma contínua	24,6	14
Distância da residência do Assentado do lote comunitário, dificulta produzir animais e hortifrutigranjeiros	21,5	13
Falta de opções de integração com a indústria (Produção em escala em aviários, ovos, suínos etc.)	20	12
Dificuldades e restrições para ingressar e participar de Cooperativa ou de Associação	18,5	11
Uso de defensivos próximos no lote da agrovila	1,5	1
Outros ou nenhum problema na produção	1,5	1

Tabela 25 – PROJEÇÕES DOS GARGALOS DA PRODUÇÃO – Pesquisa *in loco*

Fonte: Dados da pesquisa *in loco*

Nesse cenário, verifica-se que há demandas urgentes que precedem o planejamento da organização da produção com foco na solução dos problemas fundamentais da economia para mitigar e resolver os problemas dentro e fora da propriedade, com vistas a proporcionar ao agricultor familiar condições dignas na produção e escoamento dessa

produção.

A COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

A comercialização da produção do agricultor familiar em feira livre

O uso do espaço público utilizado na instalação das feiras livres como alternativa da comercialização de produção do agricultor familiar assentado não fica condicionado ao atendimento da demanda dos assentados do Itamarati, estando aberto a todos produtores da agricultura familiar de Ponta Porã.

O modelo de venda através da feira livre, dos agricultores familiares, teve início nas associações de produtores do Assentamento Itamarati em 2022. A feira está equipada com a infraestrutura necessária para atender as demandas dos produtores, que inclui ônibus adaptado para transporte dos produtos, tendas e expositores. A instalação da feira é planejada incluindo a logística de coleta dos produtos e transporte dos produtores de acordo com as datas e horários de funcionamento.

O canal de venda feira livre demonstra que 20% dos produtores recorrem a esse sistema para escoar a produção. De forma escalonada os produtores participam das feiras considerando que devem preparar a produção e informar aos gestores do processo para a agenda do dia da participação.

Nos trabalhos de campo, evidencia-se ainda a existência de vantagens aos produtores e aos consumidores nesse tipo de comercialização, pois elimina os atravessadores, distribuidores ou intermediários na cadeia produtiva, que abarca a produção nos Assentamentos. Isso proporciona um adicional na formação da renda do produtor, além de incremento na competitividade dos preços.

A vantagem para o consumidor está na oportunidade de acessar diretamente os produtos originados no Assentamento, verificar a qualidade e adquirir produtos com preços competitivos frente ao mercado concorrencial, vantagens econômicos e o bem-estar à sua família no consumo de produtos regionais e diferenciados na forma de cultivo, a exemplo da produção de orgânicos.

A política pública municipal foi fundamental na implantação do modelo feira livre com a disponibilização da infraestrutura básica, tendas, ônibus adaptados para transporte de pessoas e produtos. Essa ação era para atender o movimento da Associação das Mulheres Produtoras do Assentamento Itamarati inicialmente e com fins de comercializar a produção ou o excedente produzido daqueles assentados que produzem sem analisar as condições

e os problemas fundamentais da economia e da organização da produção.

Nessa situação, surge a forma de comercialização de produtos com origem no Assentamento, as feiras livres organizadas pela Prefeitura de Ponta Porã. Essa alternativa comercial é fruto das demandas dos produtores que cultivavam e não tinham condições mínimas estruturais para prospectar mercado para seus produtos, muitos manifestam que a produção se perdia no lote e, por vezes, eram destinados como ração para os animais da propriedade. Salienta-se que os assentados produzem todo tipo de alimento possível de venda na feira, tais como hortifruti, ovos, conservas, embutidos, queijos, doces, mel, agregando-se o artesanato.




FOTO 13 – REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES PRODUTORAS

Fonte: Registro do autor (2019)

As fotografias demonstram alguns produtos originados na agricultura familiar do Assentamento Itamarati e comercializados nas feiras organizadas com o apoio da Subprefeitura.

Após as primeiras feiras da Associação das Mulheres Produtoras do Assentamento Itamarati em 2018, outros produtores aderiram ao modelo, fato que exigiu reformulações estruturais, para tanto a Prefeitura adquiriu e adaptou um ônibus de acordo com as necessidades do transporte de mercadorias e produtores para instalação da feira em Ponta Porã, salienta-se que o apoio da política pública foi fundamental para o sucesso do projeto.

A feira funciona três vezes por semana nos locais previamente determinados e divulgados pela Assessoria de Comunicação da Prefeitura. Nessa melhoria o Executivo Municipal contribui de forma significativa no escoamento da produção dos agricultores familiares assentados no Itamarati, gargalo mitigado na comercialização dos alimentos hortifruti e seus derivados diretamente ao consumidor final, agregando renda às famílias. Essa forma de comercializar os excedentes ou a própria produção torna-se uma alternativa

no escoamento dos produtos excedentes da venda aos PAA e PNAE.



FOTO 14 – FEIRA LIVRE DA ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES

Fonte: Registro do Autor (2019)

Anexo a feira, abriu-se um espaço especial para comercialização dos produtos de origem orgânica em franca expansão na produção do Assentamento, trabalho executado pela Associação Comunidade Solidária.

Segundo a assessoria de comunicação da Prefeitura Municipal (2020), a comercialização nas feira livre, em 2020, configura-se como uma excelente opção aos pequenos agricultores do Itamarati mesmo que a Secretaria Municipal de Educação tenha destinado 47% do orçamento para adquirir produtos da Agricultura Familiar, ou seja, 17% acima do determinado pela lei. Dessa forma, as aquisições de alimentos originados na produção do Assentamento em 2020 têm destaque para a cesta verde e das polpas de frutas.

Essas ações objetivam estimular a geração de renda ao produtor e contribuir na comercialização da produção ofertada pelos Assentados.

No que tange à organização das feiras, os agricultores atendem em locais previamente agendados. Os lugares mantêm a rotina de funcionamento, ou seja, na terça é montada no Parque dos Ervais; na quarta próximo ao Fortis, na quinta na Coophafronteira e na sexta no Grande Marambaia, funcionando das 7h às 13h.

De acordo com a Assessoria de Comunicação Social da Prefeitura de Ponta Porã, em 21 de agosto de 2019 foi inaugurada a nova Feira do Agricultor Familiar com uma nova estrutura na linha internacional de Ponta Porã, essa se constitui em um espaço destinado aos pequenos produtores do Município no sentido de ofertar a produção dos agricultores familiares à população Ponta-Poranense.



FOTO 15 – FEIRA LIVRE DA AGRICULTURA FAMILIAR – Nova estrutura

Fonte: Assessoria de Comunicação social da Prefeitura Municipal de Ponta Porã.

A Feira do Produtor funcionará todos os sábados na linha internacional de Ponta Porã e de forma itinerante nos bairros do município durante a semana. Os bairros de Marambaia, Coophafronteira e Vila Áurea serão os primeiros locais a receber esse benefício, porém a ideia é que o projeto se espraie e atenda os demais bairros da cidade.

Nesse contexto, a tomada de decisão em todas as fases da organização da produção se farão presentes da produção ao escoamento, considerando que elas estão de alguma forma interligadas direta ou indiretamente nas decisões do agricultor familiar no sentido de atender aos objetivos na dinâmica da produção no Assentamento Itamarati. Esse fato pressupõe premissas básicas, ou seja, a plena alocação dos fatores de produção, terra, capital e mão de obra, que aliada a eficiente aplicação dos meios de produção, tecnologia, máquinas, equipamentos, energia, assistência técnica e insumos básicos.

Outro sistema de produção é composto pela formação de parceria ou arrendamento da área para se estabelecer a produção de animal ou vegetal, sendo que nos lotes comunitários, esse sistema é uma realidade embora não se tenha o título definitivo.

O aluguel/arrendamento da terra se estabelece em função do desacordo entre os assentados em lote comunitário para o uso em associação daquele espaço, não restando alternativa senão a parceria ou arrendamento do lote comunitário. Esse modelo também

proporciona ao assentado receber pelo aluguel/arrendamento da terra sem se preocupar com a demanda ou oferta do produto cultivado no seu quinhão de terra.

Nesse sentido, o agricultor familiar exclui ciclos na organização da produção, na alocação para armazenagem e na logística em todos os níveis, assim como máquinas, equipamentos e insumos para produzir e escoar a produção.

Outra forma de organizar a produção está em aglutinar todas as fases da produção com proposta de solução dos problemas fundamentais da economia, de forma que o produtor exerça em todas as fases com eficiência, a exemplo da produção de suínos na propriedade do Sr. Nelson.

Na expectativa de exemplificar, o Sr. Nelson aglutina todas as fases da produção na suinocultura. Segundo Fernandes (2018), existem diferentes tipos de sistemas de produção, do sistema de criação intensivo de suínos confinados (SISCON), sistema dividido em 3 segmentos: UPL (Unidade de Produção de Leitão), UC (Unidade de Creche) e UT (Unidade de Terminação), sendo que a UPL – Unidade de Produção de Leitão é o responsável pela unidade do setor de reprodução, maternidade e desmame dos leitões, sendo que o período que o leitão fica na UPL depois de nascer, ocorre entre 21 até 28 dias.

A gestação do suíno tem duração aproximada de 114 dias e o processo funciona da seguinte maneira: as fêmeas são transferidas de 5 a 7 dias antes da data prevista do parto para o setor de maternidade para se adaptarem ao ambiente. Após o nascimento deve-se realizar os cuidados com os recém-nascidos, como a limpeza da boca, nariz e corpo para retirar as membranas fetais, ainda se necessário irá auxiliar o leitão na primeira mamada para certificar que ele ingeriu o colostro para reforçar as defesas do organismo do animal, pois o colostro é a fonte de imunoglobulinas ativas para adquirir a sua imunidade passiva.

Na UC – Unidade de Creche, o responsável faz os primeiros cuidados do animal, os leitões entram após o desmame com 8 Kg e permanecem por 42 dias até atingir média mínima de 20 Kg cada, o suíno sai da creche com idade média de 64 dias de vida. O peso de desmame influencia diretamente o seu desempenho nas fases futuras, ou seja, leitões desmamados mais pesados apresentam um melhor desempenho na creche, consequentemente um maior crescimento. Deve-se evitar a mistura de mais de três leitegadas diferentes em um lote devido às questões de conflito, porém, para minimizar os fatores de estresse e o surgimento de comportamentos estereotipados[31],uma alternativa é o enriquecimento ambiental com palhas ou correntes a fim de proporcionar um ambiente

31. A estereotipia é definida como uma sequência relativamente invariável e repetida de movimentos, sem função aparente. Isto é comumente observado em animais em jaulas individuais em zoológicos, que caminham de um lado para outro da jaula, fazendo sempre o mesmo percurso em longos períodos.

mais adequado para o animal expressar o seu comportamento, visando o bem-estar animal.

Essas são práticas na criação que objetivam amenizar o estresse sobre o lote e facilitar a adaptação do leitão ao sistema de creche, pois as boas práticas nessa etapa dizem que os animais devem ser manejados de forma calma e separados em lote por sexo ou peso, isso mitiga as questões de hierarquia entre os grupos e garante uma maior uniformidade do lote. Já nas primeiras duas semanas, deve ocorrer um controle rigoroso da temperatura devido à ausência da porca, temperatura essa que deverá ficar entre 26 e 30ºC, controlada através do manejo de cortinas, aquecedor com campânulas[32] ou lâmpadas. O manejo de cortinas é essencial para manutenção do conforto térmico animal e a renovação do ar. Todas estas práticas interferem no desempenho e peso final do animal.

Na UT – Unidade de Terminação, ocorre a terminação sendo responsável por engordar o animal e compreende a saída dos suínos da creche até a fase de abate, com peso vivo (PV) final entre 100/120 Kg. Os suínos entram na terminação com média de idade de 63 dias e saem após 114 dias de alojamento. A terminação é dividida em duas fases: recria onde os nutrientes absorvidos são destinados para o seu crescimento e a deposição de carne magra; terminação até atingirem o peso de abate.

Para garantir um manejo sanitário adequado, as baias devem ser limpas diariamente a seco e ser realizada a raspagem. Isso visa a sanidade e o bem-estar dos animais.

Em todos as diferentes fases de criação é aconselhável implantar medidas de biosseguridade[33], manejos profiláticos e práticas de bem-estar animal, com essas providências se garante a qualidade do produto e a segurança dos alimentos. Isso mitiga problemas na produção de suínos e garante a eficiência e a segurança do alimento desse processo de produção através da rastreabilidade da cadeia produtiva.

Baseado nos fundamentos da criação de suínos detalhado por Fernandes, (2018), demonstra-se a seguir o sistema de criação do Sr Nelson, agricultor familiar, pioneiro na implantação do Assentamento Itamarati. Por falta de opção e baseado no seu conhecimento empírico na suinocultura, ele implantou no seu lote o sistema de criação intensivo de suínos confinados (SISCON) dividido em 3 segmentos: a UPL, UC e a U.

Agregado ao sistema, a propriedade do Sr. Nelson está equipada com um mini frigorífico que proporciona o abate, processamento, armazenagem dos produtos e fornece o suporte necessário para a montagem das estratégias comerciais, porém há

32. É uma resistência elétrica refletora utilizada para aquecimento de animais em criação, podendo alcançar até 40°C, tipicamente utilizada na suinocultura e avicultura para aquecer aves e suínos em fase inicial de desenvolvimento.
33. Em granjas de suínos consiste em medidas para evitar a entrada e propagação de doenças no rebanho. As principais medidas são o isolamento da granja, distância segura, possíveis focos de vetores, além de cercamento da propriedade.

consciência que há ajustes a serem promovidos no processo de produção, industrialização e comercialização dos produtos com origem na suinocultura da sua propriedade.

Nesse aspecto haverá modernização e ajustes nos processos da produção de carne suína com a perspectiva de integrar outros produtores na cadeia produtiva e terceirizar alguns processo como a fabricação da ração, embora tenha certificação e autorização da Secretaria de Vigilância Sanitária de Ponta Porã para produção do suíno rústico semiconfinado ou caipira[34].

TIPO DE COMERCIALIZAÇÃO		
TIPO	Nº DO LOTE	LOCAL DO LOTE
PRODUÇÃO PARA CONSUMO PRÓPRIO.	433	CUT
PRODUZ PARA CONSUMO E VENDA DAS SOBRAS.	193, 333	
VENDA DAS SOBRAS DA PRODUÇÃO POR CONTA PRÓPRIA.		
VENDE EM COOPERATIVA.	331, 334, 435,	
VENDE A PRODUÇÃO ATRAVÉS DE ASSOCIAÇÃO.	258, 554, 392, 431, 432	
VENDE EM FEIRAS LIVRES, DA PREFEITURA MUNICIPAL.		
OUTROS MODELOS DE VENDA DA PRODUÇÃO.		
PRODUÇÃO PARA CONSUMO PRÓPRIO.		FAFI
PRODUZ PARA CONSUMO E VENDA DAS SOBRAS.	598, 600.	
VENDA DAS SOBRAS DA PRODUÇÃO POR CONTA PRÓPRIA.		
VENDE EM COOPERATIVA.	601, 604, 606.	
VENDE A PRODUÇÃO ATRAVÉS DE ASSOCIAÇÃO.	713, 727.	
VENDE EM FEIRAS LIVRES, DA PREFEITURA MUNICIPAL.		
OUTROS MODELOS DE VENDA DA PRODUÇÃO.	709, 714.	
PRODUÇÃO PARA CONSUMO PRÓPRIO.		FETAGRI
PRODUZ PARA CONSUMO E VENDA DAS SOBRAS.		
VENDA DAS SOBRAS DA PRODUÇÃO POR CONTA PRÓPRIA.		
VENDE EM COOPERATIVA.	13, 19, 1465, 1477, 1561.	
VENDE A PRODUÇÃO ATRAVÉS DE ASSOCIAÇÃO.	1554.	
VENDE EM FEIRAS LIVRES, DA PREFEITURA MUNICIPAL.		
OUTROS MODELOS DE VENDA DA PRODUÇÃO.	41, 1431, 1511, 1553, 1605.	
PRODUÇÃO PARA CONSUMO PRÓPRIO.	36, 37.	MST
PRODUZ PARA CONSUMO E VENDA DAS SOBRAS.		
VENDA DAS SOBRAS DA PRODUÇÃO POR CONTA PRÓPRIA.		
VENDE EM COOPERATIVA.	88, 157, 158, 166, 174, 188, 244, 288, 319, 807, 812, 1071, 1214, 1220, 1288, 1303.	
VENDE A PRODUÇÃO ATRAVÉS DE ASSOCIAÇÃO.	34, 35, 241, 787, 788, 940, 1062, 1063, 1287.	
VENDE EM FEIRAS LIVRES, DA PREFEITURA MUNICIPAL.		
OUTROS MODELOS DE VENDA DA PRODUÇÃO.		

Tabela 26 – TIPO DE COMERCIALIZAÇÃO – Lotes visitados

Fonte: Dados da pesquisa *in loco*

34. Fonte: Emater – Criação de Porco Caipira. Disponível em: https://www.emater.mg.gov.br/doc/intranet/upload/MATERIAL_TECNICO/cria%C3%A7%C3%A3o%20de%20porco%20caipira.pdf. Acesso em: 20 dez. 2020.
Ceepro - Apostila de Suinocultura. Disponível em: http://www.ceepro.com.br/wp-content/uploads/2020/02/Apostila--Su%C3%ADnos-Completa-2020.pdf.
Acesso em: 20 dez.2020.

O cenário encontrado na pesquisa *in loco*, com 58 produtores, oportuniza a estratificação e avaliação dos resultados demonstrados na tabela 26 dos lotes visitados no transcorrer da pesquisa de campo.

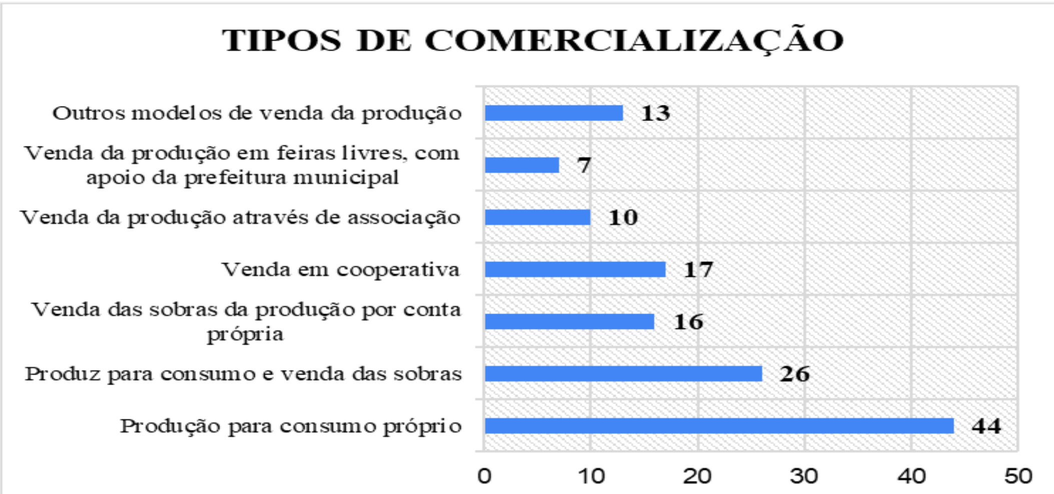


Gráfico 21 – TIPO/MODELO DE COMERCIALIZAÇÃO – Pesquisa *in loco*

Fonte: Dados da pesquisa *in loco.*

Na composição do tipo de comercialização, no gráfico 21, identifica-se que do universo de 58 produtores pesquisados, 47,7% dos produtores cultivam para o consumo próprio. Observa-se ainda que o excedente da produção é comercializado como forma de complemento da renda das famílias, 40% dos produtores vendem excedentes, sendo que 24,6% vendem as sobras.

No que se refere aos canais comerciais, verificou-se na pesquisa *in loco,* que 26,2% entregam nas cooperativas, 15,4% vendem em associação, 10,8% comercializam os produtos nas feiras livres e 20% usam outros meios de venda da produção.

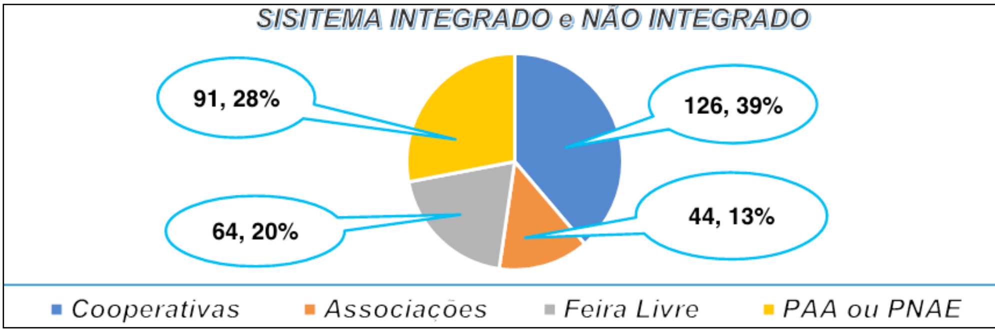


Gráfico 22 – SISTEMAS DE ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO – Pesquisa virtual

Fonte: Dados da pesquisa virtual

Na estratificação dos dados relacionados ao escoamento da produção observa-se, gráfico 22, o resultado da avaliação dos sistemas integrados e não integrados que fornecem suporte ao produtor na aproximação do mercado consumidor.

Na pesquisa virtual, 39% dos agricultores familiares usam as cooperativas na comercialização dos seus produtos, projetando-se para o universo do assentamento obtemos o resultado de 960 produtores.

No sistema de associação, o resultado da amostra apresenta que 28% dos produtores fazem uso desse sistema e na projeção para o Assentamento apura-se o quantitativo de 689 produtores.

Quando à venda nas feiras livres, 20% dos produtores usam esse meio de venda, projetando ao contingente de assentados 492 produtores. Quanto às vendas ao PAA e PNAE 13% dos produtores são aderentes, projetando nos 2.461 assentados, obtém-se o número 320 produtores que usam ou podem usar as feiras livres como meio de comercialização dos produtos.

Assim, torna-se uma premissa básica a atuação dos agentes públicos e privados no sistema de comercialização dos produtos originados no Assentamento em busca da solução de eventuais problemas ou gargalos no escoamento e/ou venda da produção da agricultura familiar.

Espaço Cooperai – Feira da Agricultura Familiar

Alinhada com as ações da Prefeitura e com o objetivo de promover a comercialização dos produtos da agricultura familiar, a Cooperai inaugurou um espaço específico na Sede do Assentamento em 08.11.2021, essa ação proporciona a oferta dos produtos que a Cooperativa recebe dos produtores associados e não associados.

No evento de Inauguração estava presente o coordenador do posto da Agraer no Itamarati, o Vice-Prefeito de Ponta Porã Eduardo Campos representando o Prefeito Hélio Pellufo Filho, os responsáveis pela merenda escolar no Município, o presidente da cooperativa Cooperai Márcio Azarias David, os produtores de alimentos orgânicos Palmira Pires e Evaristo Rodrigues da Silva e outros cidadãos residentes na sede do Assentamento.

A Cooperativa vinha desenvolvendo essa ação há 08 anos, comercializando os produtos da Agricultura Familiar na liderança da produtora Palmira. A Cooperativa e seus 150 cooperados realizaram reformas e adequações do local, aquisição de equipamentos como expositores e refrigeradores de produtos hortifrutigranjeiro, mel, iogurtes e produtos processados e embalados na própria Cooperativa para melhor atender os consumidores.

Os cooperados usam os programas PNAE e PAA, e na formação da loja da Cooperai adquirem uma nova opção de venda para sua produção, observando que os produtos são comercializados sem a introdução de atravessadores, ou seja, direto do produtor ao consumidor com preços competitivos e qualidade diferenciada, ofertando ao consumidor a opção de aquisição dos produtos valorizando o produtor e oportunizando os residentes do núcleo urbano do Assentamento Itamarati.

A Agraer auxilia a Cooperativa oferecendo consultoria técnica aos cooperados, emissão de DAP jurídica para a cooperativa necessário para a Cooperai participar das políticas públicas na aquisição de alimento pelo PAA e PNAE e através do Programa PROVE – Programa de Verticalização da Pequena Produção Agropecuária. A Cooperai recebe ainda auxílio na confecção de código de barras e rótulos para comercialização dos seus produtos.



FOTO 16 – CENTRO DE VENDAS – COOPERAI

Fonte: Sandra de Fátima – Escritório da Agraer – Assentamento Itamarati

Como apoio às vendas, a Cooperai possui um espaço junto a sede da cooperativa que segundo a produtora Sra. Palmira ressalta[35] “a ideia inicial foi da associação de mulheres do assentamento onde procuraram capacitações com o Sebrae que ministrou os cursos de produção e aproveitamento para revenda dos excedentes, receberam a certificação e organizaram a produção de forma a ter variedade na oferta em quantidades, qualidade e constância na oferta”.

As produtoras se associaram a Cooperai, importante no contexto da comercialização

35. Link para acesso à entrevista completa: https://drive.google.com/file/d/1DwmAxJlgWlmYY7fHbduHtaaZrwxuHBDX/view?usp=sharing

dos produtos, através da loja da cooperativa. Essa é uma solução estratégica para comercializar a produção de 36 agricultoras familiares. A Loja não tem estrutura para atender o quadro total de associados da cooperativa de aproximadamente trezentos produtores. Nesse cenário, a Cooperativa seleciona os produtores e organiza o que deve produzir para abastecer a loja, assim cada produtor cultiva um produto para diversificar a oferta de produtos. Salientando-se que a cooperativa firma constantemente contratos de transferência de conhecimento com as IES e a assistência técnica da Agraer constituem-se como pontos importantes no contexto da produção e comercialização.

Segundo a Sra. Palmira (2019).

> A decisão do que produzir e comercializar é nossa, visto que, decidimos quais produtos vendemos aqui na loja, são os produtores que cultivam produtos orgânicos e inorgânicos, *in natura* e processados, como queijos, leite, ovos, geleias, mel, doces, hortifrutigranjeiros, carnes de frango, suíno, embutidos (linguiças, salames, presuntos, defumados, copas etc.), vinhos, sucos, iogurtes, artesanato, entre outros produtos de origem da produção da agricultura familiar, controladas e fiscalizadas pela vigilância sanitária municipal.



A loja funciona no anexo à Cooperai, porém segundo a Sra. Palmira existe o projeto de ampliar o ambiente de venda em mais três locais de venda sendo às margens da MS-164 na Cidade de Ponta Porã e na sede do Assentamento, o que poderá aglutinar outros produtos e agricultores familiares no processo de oferta e comercialização de produtos de outros produtores. A cooperativa poderá receber e comercializar essa produção, assim "atenderemos um número maior de produtores, visto que, diariamente há procura para oferta e mais produtos", completa a Sra. Palmira (2019).

De acordo com o planejamento foi inaugurado o espaço da feira livre da Cooperai na sede do Assentamento.

Entre as ações da Cooperai está o incentivo na produção diversificada de alimentos, visto que a comercialização é feita diretamente ao consumidor da cidade e no atendimento às demandas do PAA e PNAE. A produção de hortifruti, fundamental na diversidade de

produtos, expresso na produção dos agricultores familiares José Bombarda, Elaine, Rosa do Carmo e Jair, que se dedicam exclusivamente à produção de hortaliças, legumes, frutas e tubérculos entregues integralmente na Cooperai.



FOTO 17 – PRODUÇÃO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS – José Bombarda

Fonte: Registro do Autor

GARGALOS NA COMERCIALIZAÇÃO – PESQUISA VIRTUAL

De acordo com um dos objetivos do estudo, o de identificar gargalos no processo de comercialização originados na decisão do que e para quem produzir na sua causa/efeito é refletida no escoamento ou na venda dos produtos. Outra questão relacionada ao gargalo na comercialização é a dificuldade de apuração do custo da produção, pois o custo se configura como referência para precificar o valor de venda do produto, margens de contribuição e rentabilidade, além de auxiliar no processo de análise de mercado. Na mesma percepção, identificou-se que o produtor tem muita dificuldade no conhecimento da demanda do mercado dos produtos que oferta no mercado.

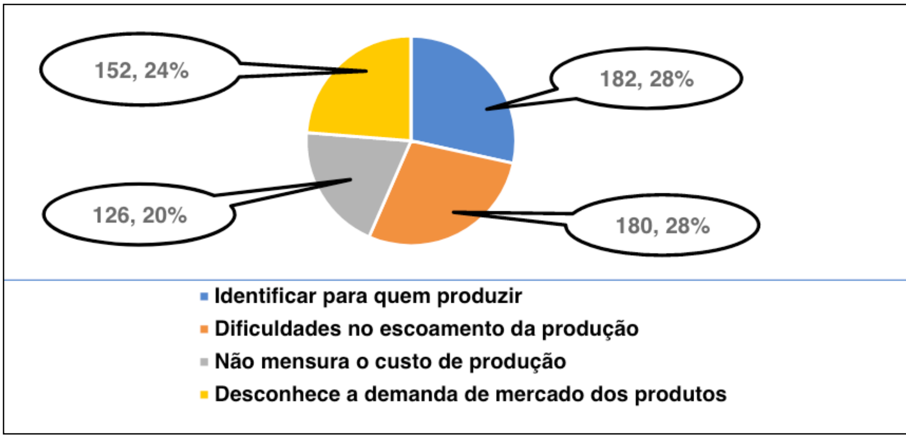


Gráfico 23 – GARGALOS NA COMERCIALIZAÇÃO – Pesquisa virtual

Fonte: Dados da pesquisa virtual

Ao analisarmos os dados da pesquisa virtual no gráfico 23 chega-se à conclusão que as dificuldades em identificar para quem produzir e situações adversas no escoamento/ venda da produção correspondem a 28% dos produtores com problema em identificar o que produzir e como escoar a produção.

Outro gargalo identificado na pesquisa se refere às dificuldades de conhecimento da demanda ou procura de mercado, fator essencial para a tomada de decisão ***do que produzir*** e ***suas quantidades*** a serem ofertadas. Neste item estão 24% dos produtores e ao projetar para o Assentamento, apura-se, a quantidade de 591 produtores com esse tipo de gargalo na comercialização.

No contexto da margem de resultado e da competitividade em preço, está a formação do preço de custo da produção, pois é a partir desse valor que se determina o preço de venda geralmente analisando em conjunto as condições da concorrência no nicho de mercado que atua, nesse item 20% dos respondentes se declaram incompetentes para apurar o preço do custo da mercadoria a ser vendida.

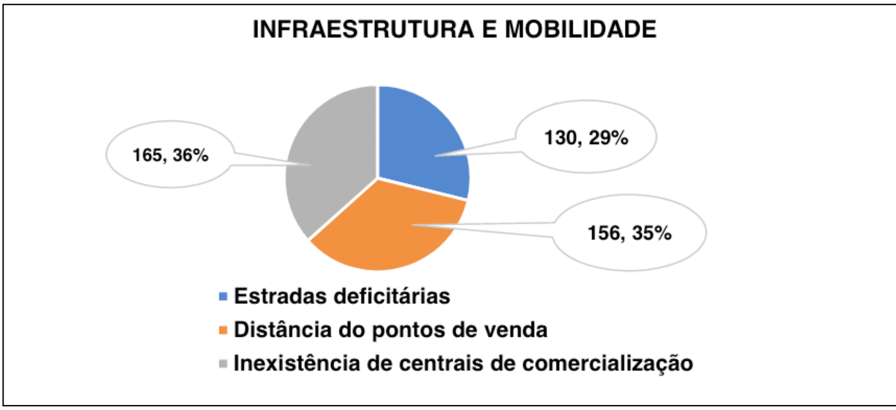


Gráfico 24 – GARGALOS NA COMERCIALIZAÇÃO – Pesquisa virtual

Fonte: Dados da pesquisa virtual

Os gargalos relacionados à infraestrutura e as condições da mobilidade nas estradas vicinais do Assentamento, gráfico 24, demonstra que na prospecção da venda autônoma, sem parceiros ou integradores, há dificuldades impostas aos produtores.

No quesito distanciamento do público consumidor ou dos pontos de venda, 35% dos produtores pesquisados declaram que há dificuldade no distanciamento dos mercados fornecedor e consumidor e 36% demandam alguma estrutura para mitigar o distanciamento dos mercados e as condições de trafegabilidade das estradas.

Na metodologia da pesquisa efetuada *in loco* abordou-se 58 produtores e foi constatado que nas condições mercadológicas, oferta e demanda, o produtor pode se deparar com dificuldades para identificar o nicho de consumidores do produto, prazo, quantidade, qualidade e frequência de oferta. De acordo com a pesquisa de campo, destaca-se as principais dificuldades na comercialização objetivando oferecer ao setor público ou privado alternativas de mitigar ou resolver esta problemática.

DIFICULDADES OU GARGALOS NA COMERCIALIZAÇÃO		
TIPO	**Nº DO LOTE**	**LOCAL DO LOTE**
Identificar o mercado consumidor.	258, 331, 333, 334, 392, 431, 432, 433, 554.	CUT
Acesso aos meios de comercialização (Cooperativas, Feiras, Associações, PAA e PNAE	193, 435.	
Identificar o mercado consumidor.	601, 606, 709, 713.	FAFI
Acesso aos meios de comercialização (Cooperativas, Feiras, Associações, PAA e PNAE	598, 600, 604.	
Auxilio e treinamento na formação dos preços dos produtos.	727.	
Produção em escala contínua para atender à demanda em quantidade com qualidade.	714.	
Identificar o mercado consumidor.	19, 41, 1511, 1553, 1554, 1671.	FETAGRI
Acesso aos meios de comercialização (Cooperativas, Feiras, Associações, PAA e PNAE	13, 1477	
Auxilio e treinamento na formação dos preços dos produtos.	1431, 1605.	
Produção em escala contínua para atender à demanda em quantidade com qualidade.	1465, 1561.	
Identificar o mercado consumidor.	37, 88, 157, 158, 174, 188, 241, 244, 288, 787, 788, 807, 940, 1214, 1220, 1287, 1288, 1303.	MST
Acesso aos meios de comercialização (Cooperativas, Feiras, Associações, PAA e PNAE	166, 319, 1071.	
Transporte dos dos produtos para venda e a distância do consumidor.	34, 35, 36.	
Produção em escala contínua para atender à demanda em quantidade com qualidade.	812, 1062, 1063.	

Tabela 27 – GARGALOS NA COMERCIALIZAÇÃO – Tipo, nº de lote e local

Fonte: Dados da pesquisa *in loco*

A tabela 27 auxilia no diagnóstico acerca dos problemas na comercialização dos produtos originados no Assentamento. A dificuldade de identificar o mercado consumidor apresenta-se como um dos principais problemas do produtor, pois de 58 respondentes, 37 produtores ou 63,8% têm esse tipo de gargalo.

Para 10 produtores, 5,8%, há dificuldades ao acesso dos meios de comercialização com cooperativas, PAA, PNAE e associações, os demais quesitos se resumem a 3 produtores ou 5% dos pesquisados.

Nesse contexto, a identificação do mercado consumidor, segundo os produtores, é o gargalo mais complexo, geralmente define-se com base em informação de terceiros, cooperativas, distribuidores, vizinhos, entre outros. Essa informação serve como parâmetro decisório, pois é um indicativo do que o mercado está procurando.

Os meios de comercialização estão ligados de forma direta ou indireta à aplicação dos fatores de produção, até mesmo na informalidade do conhecimento do mercado consumidor. Os produtores declaram que é um processo natural considerando que a

produção no Assentamento está em processo de organização e na medida do avanço desse processo o produtor poderá se dedicar exclusivamente à produção na propriedade.

Todo processo comercial possui variáveis de alta volatilidade do mercado local, regional, nacional e até mesmo com reflexos da economia mundial. Nesse aspecto, considera-se que o Brasil sofre as influências do mercado internacional que se refletem na produção da agricultura familiar e podem influenciar no resultado da produção e na formação da renda do produtor assentado.

Na composição do custo a insuficiência do conhecimento do produtor fica evidenciada quando ele vai compor o preço de venda, resolver essa questão ou capacitar os produtores é fundamental para o sucesso do empreendimento.

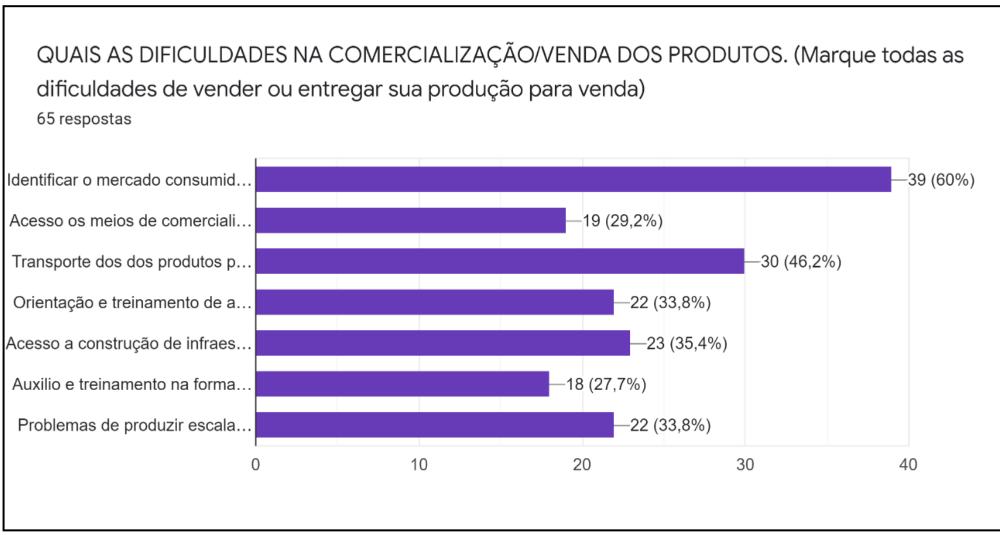


Gráfico 25 – GARGALOS NA COMERCIALIZAÇÃO – Pesquisa *in loco*

Fonte: Dados da pesquisa *in loco*

Com a finalidade de se estratificar, com base nos dados do gráfico 25, foi utilizada a metodologia adotada na apresentação dos resultados da pesquisa da produção e pode-se constatar que para 60% dos entrevistados o principal problema na comercialização é a identificação do mercado consumidor, já 46,2% declaram que têm problema no transporte dos produtos.

Nas questões problemáticas arroladas como gargalos pelos produtores, identifica-se que em média 31,9% dos entrevistados possuem problemas ou gargalos nos seguintes quesitos:

- no acesso aos meios de comercialização;
- na orientação, treinamentos e a gestão administrativa da propriedade voltada

para resultados;

- no acesso a linhas de crédito ou programas e projetos que possam auxiliar o produtor a produzir com mais tecnologia, melhorar a produtividade e obterem competitividade;
- no acesso a projetos de treinamentos sobre administração dos custos e formação de preço dentro da porteira
- na produção contínua com qualidade competitividade e em escala que o mercado demanda.

GARGALOS/PROBLEMAS	RESULTADO DA AMOSTRA. (% de insatisfeitos)	PROJEÇÃO DE ASSENTADOS. (nº de insatisfeitos)
Identificar o mercado consumidor (para quem produzir)	60	1.477
Transporte dos produtos para venda, distância do mercado consumidor	46,2	1.137
Acesso a melhorias para aumentar a produtividade e competitividade	35,4	871
Orientação e treinamento sobre administração e gerar resultados socioeconômicos.	33,8	832
Problemas na escala e continuidade na produção	33,8	832
Acesso os meios de comercialização (Cooperativas, Feiras, Associações, PAA ou PNAE)	29,2	719
Auxílio e treinamento na formação dos preços dos produtos	27,7	682

Tabela 28 – PROJEÇÃO DOS GARGALOS DA COMERCIALIZAÇÃO – Pesquisa *in loco* – Base 2.461 agricultores familiares

Fonte: Dados da pesquisa *in Loco*

As projeções dos indicadores da pesquisa *in loco*, tabela 28, como forma de mensurar e avaliar os impactos na comercialização ao considerar que a totalidade dos assentados possui um tipo de problema abordado, tem a finalidade de expandir a reflexão da análise, bem como, servir como um ferramenta de planejamento, gestão e de criação de políticas públicas e ações no sentido de resolver tais problemas ou mitigar os problemas no escoamento e comercialização dos produtos.

O indicador construído na base pesquisada fornece a informação do quantitativo projetado no contingente total de agricultores familiares assentados no sentido de auxiliar

na criação de políticas públicas e ações corretivas.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Na análise dos resultados aborda-se o tema acerca das características da produção no recorte geográfico objeto da pesquisa incluindo os estudos de campo e a coletânea de informações bibliográficas, dentre as quais as condições remuneratórias da produção, o faturamento mensal das propriedades, a área explorada e as quantidades produzidas originadas no Assentamento.

O subcapítulo 3.11 apresenta o resumo da pesquisa e a sua análise proporciona o resgate do objetivo do trabalho e a imersão nos dados estratificados proporciona a reflexão acerca dos gargalos identificados no transcorrer da execução do projeto da pesquisa com a problemática que, em tese, o estado trata o processo do assentamento de sem-terra como um ponto de chegada o que corrobora na criação de gargalos na produção, distribuição e comercialização da produção do Assentamento, constatados no transcorrer do trabalho.

Produção quantitativa no assentamento

Quanto a avaliação dos números da produção, precede a análise da a estratégias do agricultor familiar na negociação da remuneração da produção, aparte a comercialização com as cooperativas, distribuidores, parceiros e nas vendas autônomas, é unânime que a remuneração é à vista (em dinheiro); no sistema Barter há o desconto em produto da quantidade adiantada para financiar o custeio do cultivo; no sistema de integração poderá ser abatido o valor da produção nos produtos ou valores retirados pelo parceiro para abater do saldo devedor em produtos, para cumprir com passivos contraídos ou ainda pode compensar os valores em passivos com as cooperativas, cerealistas, indústrias, entre outros.

Na tabela 29 e gráfico 26, pode-se constatar que na condição de parceria ou arrendamento está dividida em receber em dinheiro ou em produto depositado em cooperativa ou cerealista, assim, evidencia-se que dos respondentes da pesquisa *in loco*, 63,1% ou 41 produtores responderam que recebem a título de remuneração o grão e a seu tempo toma a decisão de vender aos consumidores. Nesse contexto, poderá optar em esperar a valorização do produto ou vender parcelado de acordo com suas necessidades individuais e as oportunidades de mercado.

Os demais produtores, 46,2%, negociaram suas parcerias e arrendamentos no sentido de receberem em dinheiro, pois procuram a proteção da oscilação de preço no

mercado. A negociação da remuneração que é recebida à vista abre outras possibilidades para cumprir com compromissos assumidos e investir o excedente de acordo com a necessidade do produtor representada em investimentos na propriedade, ou seja, investir no lote de 4 hectares da agrovila onde reside.

PRODUÇÃO EM LOTE COMUNITÁRIO		
TIPO DE REMUNERAÇÃO	**Nº DO LOTE**	**LOCAL DO LOTE**
EM GRÃOS	193, 333, 431, 432, 433,	CUT
EM DINHEIRO	258, 331, 334, 392, 435, 554.	
EM GRÃOS	598, 600, 604, 606, 709, 713, 727.	FAFI
EM DINHEIRO	601, 714.	
EM GRÃOS	13, 19, 1477, 1605.	FETAGRI
EM DINHEIRO	41, 1431, 1465, 1511, 1553, 1554, 1561, 1671.	
EM GRÃOS	34, 35, 36, 37, 88, 188, 787, 788, 807, 812, 1062, 1063, 1214, 1220, 1288.	MST
EM DINHEIRO	157, 158, 166, 174, 241, 244, 288, 319, 940, 1071, 1287, 1303.	

Tabela 29 – REMUNERAÇÃO DA PRODUÇÃO – LOTES COMUNITÁRIOS – Pesquisa *in loco*

Fonte: Dados da Pesquisa *in loco*

A situação que leva o agricultor familiar a optar pelo arrendamento ou a formação de parcerias se apresenta na ausência de acordo entre os assentados em lote comunitário para a exploração em associação. Nesse caso, o arrendatário explora a produção de soja, milho ou outra *commodity* vegetal.

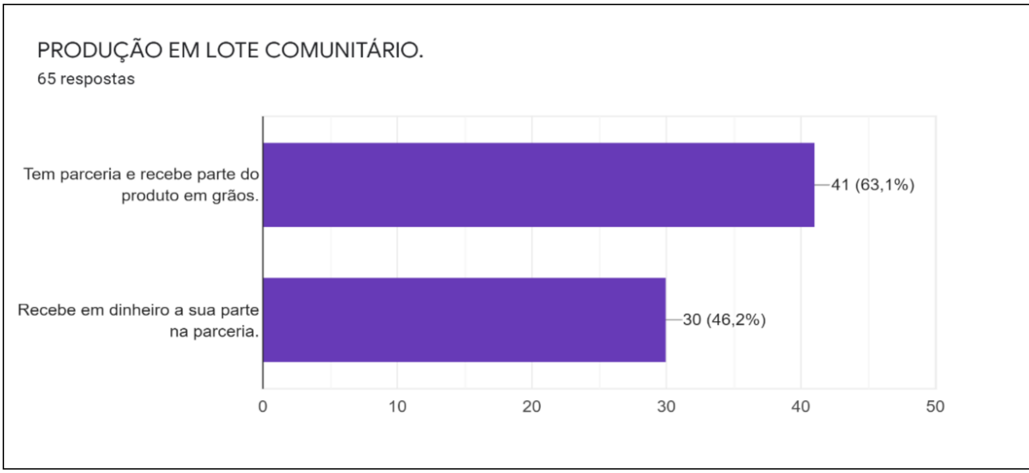


Gráfico 26 – REMUNERAÇÃO DA PRODUÇÃO EM LOTE COMUNITÁRIO – Pesquisa *in loco*

Fonte: Dados da pesquisa *in loco*

O gráfico 26 demonstra que do público pesquisado *in loco* 63,1% dos assentados possuem parcerias e recebem o produto físico como forma de pagamento, ficando à sua responsabilidade o faturamento da produção a que tem direito. Outra forma de negociação é o recebimento em espécie (moeda corrente do Brasil, em reais), 46,2% declaram que recebem dessa forma.

Projetando os dados ao contingente de produtores que arrendam os lotes, 47,7% dos produtores arrendam os lotes comunitários e de acordo com os dados obtidos, conforme o indicador, 63,1% aplicado em 85 lotes comunitários indicam que 54 lotes recebem como remuneração o produto colhido. Os demais 31 optaram por receber em dinheiro.

A dinâmica da produção do Assentamento se apresenta em duas frentes: os resultados, os não mensurados na produção representada pelo consumo e manutenção familiar e a outra parte que fora comercializada na forma de excedentes, assim pode-se enquadrar as sobras da produção para comercialização como produção marginal. Salienta-se que há produtores que se dedicam em produzir um determinado produto com foco exclusivo para a venda, sendo o consumo mínimo.

Dessa maneira, analisa-se os dados que formam o resultado nas propriedades com base nas respostas dos entrevistados ou pesquisados, levando em consideração que 10% deles se demonstram tímidos ou receosos em fornecer informação do faturamento, sendo assim excluídos do processo de coleta.

A tabela 32 demonstra que 36 produtores, 62%, têm faturamento mensal de até R$

1.000,00; 08 produtores, 10%, recebem entre R$ 1.000,00 e R$ 3.000,00 e 03 produtores, 5%, faturam acima de R$ 3.000,00.

Esses resultados podem gerar o consumo de outros bens e serviços, além de proporcionar o bem-estar do assentado e acabar por contribuir para o crescimento (PIB) local.

No gráfico 27, encontra-se a estratificação indicando o percentual da participação na faixa de até R$ 1.000,00 de faturamento, 78,5% das propriedades; Já na renda até R$ 2.000,00 o percentual é de 12,3%. Quanto aos demais produtores não vamos analisar, pois identificamos que vários são reticentes em fornecer a informação.

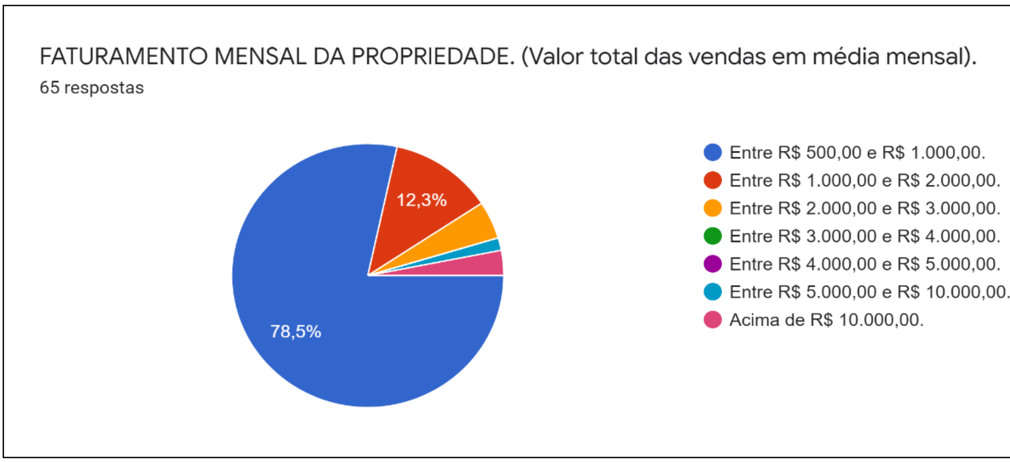


Gráfico 27 – FATURAMENTO MENSAL DA PROPRIEDADE pesquisa *in loco*

Fonte: Dados da pesquisa *in loco*

Na metodologia adotada projetando para o universo total de assentados, 2.461, 78,5% faturam até R$1.000,00/mês; 12,3% faturam mensalmente entre R$ 1.000,00 até R$ 2.000,00.

Ao analisarmos a dinâmica produtiva do Assentamento, ressalta-se que embora não esteja segregada o valor bruto da produção, ela se faz presente na composição do PIB[36] de Ponta Porã considerando que a produção ou parte dela é comercializada de alguma forma.

36. Corresponde à soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade.

FATURAMENTO MENSAL DA PROPRIEDADE		
VALORES EM REAIS	Nº DO LOTE	LOCAL DO LOTE
500 a 1.000	258, 334, 392, 431, 432, 433, 435, 554.	CUT
1.000 a 2.000	193.	
2.000 a 3.000	333.	
3.000 a 4.000		
5.000 a 10.000		
Acima de 10.000	331.	
500 a 1.000	598, 600, 601, 606, 709, 713, 714, 727.	FAFI
1.000 a 2.000	604.	
2.000 a 3.000		
3.000 a 4.000		
5.000 a 10.000		
Acima de 10.000		
500 a 1.000	13, 19, 41, 1465, 1477, 1511, 1553, 1554, 1561, 1605, 1671.	FETAGRI
1.000 a 2.000		
2.000 a 3.000		
3.000 a 4.000		
5.000 a 10.000	1431.	
Acima de 10.000		
500 a 1.000	34, 35, 36, 37, 157, 158, 174, 188, 241, 319, 787, 788, 807, 812, 940, 1063, 1071, 1214, 1220, 1287.	MST
1.000 a 2.000	88, 288, 1062, 1288.	
2.000 a 3.000	166	
3.000 a 4.000	1303.	
5.000 a 10.000		
Acima de 10.000	244	

Tabela 30 – RESULTADOS – FATURAMENTO MENSAL – Lotes pesquisados

Fonte: Dados da pesquisa *in loco*

Nessa condição, é conveniente a demonstração e avaliação evolutiva do PIB Municipal, pois os valores brutos da produção do Assentamento contribuem para a formação da riqueza regional demonstrada no período estudado. Segundo o IBGE (2021), no censo de 2000, o contingente populacional do município de Ponta Porã era de 54.383 habitantes, desses 6.533 residiam na zona rural do município, já no censo de 2010 essa população saltou para 62.067 pessoas, sendo 15.805 residentes na zona rural.

Diante dessa configuração populacional, em 10 anos a população cresceu em termos absolutos em 7.684 habitantes, com reflexo no crescimento de residentes na zona rural com o adicional de 9.272 habitantes, conforme estratificado na tabela 4 p. 32 desse trabalho.

Segundo o IBGE (2020), o PIB de Ponta Porã no ano base 2002 foi de R$ 430.035 mil, apurado a preços de mercado corrente. Em 2014 apresentou a cifra de R$ 2.263

milhões, ou seja, ocorreu um crescimento de 426,45% no período de dez anos ou 14,84% a.a. No ano de 2019, o PIB foi de R$ 3.219 milhões, um crescimento de 42,24% no período de 05 anos ou 7,30% a.a.

Ao avaliarmos o aumento da população constata-se que as demandas por produtos e serviços crescem na mesma proporção, a procura por saúde, segurança, educação, trabalho entre outros fomenta o crescimento regional com ganhos em escala, considerando o contingente adicional de 9.272 pessoas, instaladas no interior do Município, inclui o Assentamento Itamarati. Essa nova conjuntura contribui para a alavancagem do PIB regional e consequentemente na geração de novas demandas e ofertas, prosperando a região como um todo.

Nessa perspectiva, o resultado da produção bruta do Assentamento Itamarati faz parte da composição do PIB de Ponta Porã, embora não esteja segregado no valor total do PIB do Município. Segundo a Subprefeitura do Itamarati (2020) o valor exato da contribuição na formação do PIB somente será possível após a entrega dos títulos definitivos da terra ao assentado.

No recorte temporal de 2014 até 2018, considerando que, segundo a Instrução Normativa 99 do INCRA, o período de 10 anos é suficiente para o assentado se fixar e estabelecer a rotina na produção, assim como para a entrega definitiva do título da terra.

Esse recorte temporal se configurou porque o Assentamento foi implantado no período de 2002 a 2004 e segundo Karla Nadai, o processo de assentar uma família leva 8 anos aproximadamente, tempo necessário para atingir a maturação, consistência na produção e nos resultados econômicos.

Esses fatos justificam a entrega do título de propriedade após esse período de adaptação do assentado, prazo previsto na legislação da reforma agrária, lei 8.629/93, assim como nos artigos 18 e 21 da Constituição Federal e na Instrução Normativa (IN) nº 99, de 30 de dezembro de 2019, do INCRA.

A IN afirma a condição de que o lote é pessoal e o título de domínio é inegociável pelo prazo de 10 anos e se atendidas as cláusulas resolutivas. (Essa IN está postada no anexo 3 que servirá para aprofundamento acerca do tema).

Portanto, procede-se a avaliação da produção agrícola que aborda a área colhida no espaço temporal de 2014 a 2018, na tabela 31, das principais cultivares produzidas no município de Ponta Porã.

PRODUTOS/ANO	2014	2015(1)	2016(1)	2017	2018
Algodão Herbáceo	-	...	...	...	...
Amendoim	90	50	...	...	...
Arroz	-	...	...	...	...
Aveia	10.000	10.000	5.000	5.000	5.000
Banana	5	...	...	...	...
Café	12	12	12	5	5
Cana-de-açúcar	35.483	34.802	39.579	41.597	39.774
Centeio	-	...	100	...	...
Erva Mate	70	...	70	70	30
Feijão	1.800	1.200	...	500	570
Girassol	30	...	...	...	...
Laranja	8	8	8	8	4
Limão	-	-	-	-	4
Mamão	-	-	-	-	4
Mandioca	330	600	390	250	200
Maracujá	5	...	...	10	-
Melancia	25	...	25	25	25
Milho	134.000	142.000	129.000	140.300	160.300
Soja	176.000	192.000	199.000	211.000	215.000
Sorgo	54	...	...	...	...
Tomate	10	10	10	10	5
Trigo	3.000	3.000	6.000	6.000	6.000
Uva	5	----	----	1	----

(1) Dados preliminares, posição março 2016.

Tabela 31 – PRODUÇÃO AGRÍCOLA EM PONTA PORÃ – Área colhida (em hectares) Período de 2014 – 2018

Fonte: SEMAGRO (2021)

Na análise do período de 2014 para 2018, percebe-se que houve a migração do cultivo de aveia para o cultivo de milho e soja. Quanto à produção da agricultura familiar, comparando os dados de 2014 e 2018, verifica-se que o cultivo de amendoim reduziu a posição a zero; a erva mate reduziu em 57,7%; o feijão reduziu em 68,3%; a laranja reduziu em 50%; o limão e mamão apresentaram um cultivo novo de 4 hectares; a produção de mandioca reduziu 33,3%; o plantio de tomate reduziu em 50% e a cultura de uva apresentou zero na área colhida.

Nesse sentido, lembramos que a área de produção no Assentamento está incluída na apuração censitária de 2006 conduzida e apurada pelo IBGE e estratificada pela Semagro, (2021), considerando que há agricultores que plantam soja, milho, aveia e outras cultivares de forma individual ou em parceria, principalmente nos lotes comunitários[37], recortes de 120 hectares reunindo grupos de 10 assentados.

Em suma, de acordo com Semagro (2021), a área cultivada e colhida na estratificação da tabela 31 evidência a redução da área colhida nas culturas de amendoim, banana, café, erva mate, feijão, laranja, mandioca, maracujá, melancia, tomate e uva, período de 2014 a 2018, apresentando uma retração na área plantada de 1.513 hectares.

Nessa mesma ótica, o cultivo de soja, milho e cana-de-açúcar aumentou de 2014 para 2018, de 345.483 hectares para 414.774 hectares, uma evolução de 69.291 hectares, reflexo da redução da área de criação de gado para incremento nas lavouras de milho, soja e cana-de-açúcar. Cultivo extensivo que ocorreu em detrimento ao cultivo de outros alimentos de origem na agricultura familiar, evidenciada na retração na produção de lã, leite, mel e do bicho da seda.

Diante desse cenário pode-se verificar que a agricultura do Assentamento é diversificada, composta por hortifrutigranjeiros, aves, suínos, leite, mel, soja, milho, aveia, entre outras culturas e em que pese a ausência na segregação da produção do Assentamento, considerando que esse território é um distrito do município de Ponta Porã. Essa produção é parte integrante do PIB Municipal, fato que, segundo a Subprefeitura, poderá sofrer alterações e mensurar a produção do Assentamento a partir da titulação de posse definitiva dos lotes.

Quanto ao fato da posse definitiva do lote, o processo está em andamento e mesmo que em dezembro de 2020 não se tenha a mensuração dos dados da produção, isso não significa a inexistência de produção, bem ao contrário, nota-se que há produção diversificada de alimentos assim como a comercialização do excedente.

Com a entrega definitiva da posse da terra poder-se-á mensurar a área colhida e a produção de alimentos como: tubérculos, frutas, grãos, hortaliças, carnes, ovos, mel, leite, entre outros produtos e subprodutos derivados da produção primária e fabricados pela agricultura familiar do Assentamento (SEMAGRO, 2021).

37. São lotes onde o Assentado no Itamarati, recebe um lote de 01 a 04 hectares na agrovila e outro lote para produção em comunidade naqueles recortes onde estavam implantados os pivôs de irrigação.

PRODUTOS/ ANO	2014	2015[(1)]	2016[(1)]	2017	2018
Algodão Herbáceo	-	-	...	...	...
Amendoim	82	113	...	...	...
Arroz	-	-	...	...	...
Aveia	4.920	15.000	10.500	6.000	5.000
Banana	-	25	...	...	...
Café	12	8	10	5	3
Cana-de-açúcar	2.646.987	2.534.144	2.935.591	2.812.481	2.632.986
Centeio	1.080	-	60	...	...
Erva Mate	750	840	840	420	300
Feijão	5.904	2.400	...	600	410
Girassol	-	36	...	...	...
Laranja	-	80	80	80	40
Limão	-	-	-	-	16
Mamão	-	-	-	-	100
Mandioca	20.000	6.450	5.850	3.750	3.000
Maracujá	-	50	...	100	-
Melancia	-	650	250	250	250
Milho	591.000	723.600	425.700	757.980	481.500
Soja	432.090	579.600	618.360	694.200	774.000
Sorgo	-	162	...	...	...
Tomate	90	250	350	350	115
Trigo	1.800	6.300	15.120	10.800	9.000
Uva	-	40	...	5	...

Tabela 32 – PRODUÇÃO AGRÍCOLA EM PONTA PORÃ (2014 – 2018) – Em toneladas

Dados preliminares, posição março 2016. Fonte: SEMAGRO (2021)

Da análise dos dados constata-se que há uma produção relevante de cana-de-açúcar que se mantém em 2016, 2017 e 2018, estabelecendo o volume médio de 2,71 milhões de toneladas colhidas na área de 38.247 hectares colhidos, conforme tabela 32.

Outros produtos que se destacam na produção agrícola do município é a soja, posto que ela é responsável por 774 mil toneladas colhidas em 215 mil hectares cultivados e o milho que representou 481,5 mil toneladas colhidas em 160 mil hectares, safra de 2018.

Nessa conjuntura produtiva, a produção de cana-de-açúcar tem se mantido nos mesmo patamares, conforme verificado nas tabelas 32 e 33,.Verifica-se a retração na produção das cultivares algodão herbáceo, amendoim, centeio, feijão, mandioca, maracujá, melancia, tomate e uva, um contraditório na produção, pois ao se considerar que ao assentar as 2.461 agricultores familiares, de forma empírica, haverá uma perspectiva no incremento

da produção de alimentos dessas origens. Nessa situação denota-se que há dinamismo na produção, os agricultores familiares têm suas demandas dentro da propriedade que serão atendidas a partir da produção e comercialização eficiente na cadeia produtiva, mesmo na ausência de meios de coleta da informação, estratificação, mensuração e publicação dessa produção pelos motivos expostos nas conclusões analíticas do quadro 2.

No que se refere à produção pecuária, tema abordado a partir da tabela 34, mensurado em quantitativos e o tipo de criação mensurada em cabeças/mil e nos rebanhos mais significativos em termos da geração de valor agregado, lã, couro, ovos etc.

ESPECIFICAÇÃO	2014	2015	2016	2017	2018
Bovinos	156.650	153.615	154.000	145.765	140.600
Suínos	16.200	15.105	16.464	20.000	20.450
Equinos	4.390	4.341	10.390	4.000	6.000
Ovinos	17.505	17.689	14.948	7.000	9.100
Aves (1)	252	255	228	200	204

Tabela 33 – PRODUÇÃO PECUÁRIA EM PONTA PORÃ – Principais Rebanhos Período de 2014 – 2018 (em mil cabeças)

(galinhas, galos, frangos (as) e pintainhos) Fonte: SEMAGRO (2021)

A tabela 33 apresenta uma redução em 2018 frente a 2014 do volume de cabeças de bovinos, redução de 10,24%, a mesma redução se verificou no rebanho de ovinos, menos 48,01% e em aves, uma redução de 19,04%.

A quantidade de suínos aumentou em 26,23%, nesse mesmo período, assim como ocorreu com os equinos, aumento de 36,67%. Dessa forma, constata-se que as oscilações se devem às condições de mercado na demanda que, por vezes, influenciam na oferta. Nesse caso, a criação de bovino reduziu em 16.050 cabeças, evidenciando a perda de espaço da criação extensiva de gado para a expansão agrícola evidenciada na tabela 33, enquanto a cultura da soja aumenta sua área em 39 mil hectares, o milho 26,3 mil hectares e o cultivo da cana-de-açúcar 4,29 mil hectares, variação ocorrida de 2014 para 2018.

Segundo a Secretaria da Agricultura de Ponta Porã (2021) a produção do Assentamento Itamarati está inclusa na apuração dos resultados da produção do Município, embora se desconheça a participação da produção do Assentamento nessa mensuração, visto que, não existe a segregação quando da apuração e mensuração dos dados colhidos pelo IBGE.

Na tabela 33, verifica-se o incremento de 26,23% na quantidade de suínos saindo

de 16,2 para 20,4 mil cabeças no mesmo período analisado, 2014/2018. Já o número de ovinos e a produção de aves apresenta redução de 48,01 e 19,04% respectivamente.

PRODUTO	2014	2015	2016	2017	2018
Lã (*kg*)	4.500	4.400	4.000	2.500	2.300
Leite (*mil litros*)	6.459	6.926	5.500	6.000	5.498
Mel de Abelhas (*kg*)	6.000	3.000	1.000	5.000	1.540
Ovos de Galinha (*mil dúzias*)	114	115	140	150	236
Casulo do bicho da seda (*kg)*	2.550	3.602	2.765	-	1.207

Tabela 34 – PRODUÇÃO PECUÁRIA – PRINCIPAIS PRODUTOS – PONTA PORÃ Período de 2014 – 2018

Fonte: SEMAGRO (2021)

Ao analisarmos a produção pecuária de Ponta Porã, demonstrada na tabela 34, constata-se a retração na produção de lã em 48,88%, reflexo proporcional na redução do rebanho no período analisado.

Na produção de leite, embora exista produção no Assentamento a coletada pelo laticínios Camby de Dourados – MS, não se evidencia evolução, pois em 2014 eram produzidos 6.459 mil litros contra 5.498 mil litros, o que corresponde a uma redução de 14,87%.

A produção de mel retraiu em 74,33% (2014 para 2018), e a produção de casulo do bicho da seda 52,66%. Já a produção de ovos cresceu 107,01%, ou seja, partiu de 114 mil dúzias em 2015 para 236 mil dúzias em 2018, nessa mensuração está inclusa a produção do Assentamento.

SÍNTESE DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES

A produção agrícola na área total do assentamento é composta por 50.127 mil hectares, dos quais 39,5 mil hectares são considerados terras produtivas, nesse sentido a área disponível para agricultura corresponde a 48,71% para a cultura do soja. Segundo a Semagro (2021), na safra 2009/2010, foram produzidas e colhidas 1 milhão de sacas de soja, embora aproximadamente 400 mil sacas ficassem à margem da contabilidade para a produção do Assentamento, já que foram escoadas para cidades vizinhas.

Nesse contexto, pode-se avaliar que o produtor rural assentado no Itamarati produz e contribui para a composição do PIB, retratado no quantitativo em volume de produção e resultados econômicos. Nesse quadro, é perceptível que a dinâmica da produção no

assentamento movimenta-se de acordo com as demandas do mercado, fato gerador e impactante na oferta de alimentos diversificados na formação da cesta de produtos da agricultura familiar comercializados pelos produtores do Assentamento Itamarati.

A demonstração estratificada nas tabelas 2, 2/1 e 2/2 acerca dos resultados do trabalho de campo agregada as pesquisas virtual e *in loco* totalizam 383 agricultores familiares pesquisados, correspondente a 15,56% do contingente total assentado. Observa-se nesse universo que a população do município cresceu segundo o IBGE (2021) em 27,84% nos últimos 10 anos, comparação do censo de 2010 e 2020.

RESUMO E RESULTADOS CONSOLIDADOS DA DINÂMICA DA PRODUÇAO NO ASSENTAMENTO ITAMARATI.		
CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO.		
POPULAÇÃO MUNICIPAL		
ANO	**TOTAL**	**RURAL**
2000	*60.916*	*6.533*
2010	*77.872*	*15.805*
PIB (R$ 1.000)	**VALORES**	**PIB DO ASSENTAMENTO**
2010	*R$ 1.050.414*	*Não segregado*
2018	*R$ 3.062.095*	*Não segregado*
PIB - PER CAPITA (R$ 1,00)	**VALORES**	
2014	*R$ 24.529*	*Não segregado*
2018	*R$ 33.619*	*Não segregado*
ESTRUTURA FUNDIÁRIA (Módulos fiscais - 35 ha).	***2021***	
	Nº de propriedades	
de 0,1 a 0,5	187	
de 6 a 10	172	
de 20 a 50	122	
de 50 a 100	29	
de 100 a 200	11	
de 200 a 400	3	
Acima de 600	4	
UNIVERSO DA PESQUISA	**PROCENTAGEM**	**GRUPO**
58 produtores *in loco* e 325 produtores na pesquisa virtual.	36,9%	MST
	16,9%	FETAGFRI
	13,8%	CUT
	13,8%	FAFI
	18,6%	DEMAIS

Quadro 2 – SÍNTESE DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

Fonte: Dados da pesquisa (continua)

Quanto a evolução do PIB per capita, evidencia-se o crescimento de 37,05% no mesmo período analisado. Esses são fatos que corroboram na percepção de que a alavancagem do contingente populacional e o PIB cresceram na mesma proporção e isso pode nos

conduzir a avaliar que a transformação da fazenda Itamarati no Assentamento Itamarati manteve um crescimento. Os números são significativos em que pese o encerramento das atividades produtivas da fazenda Itamarati como produtora de *Commodities* vegetais e animais em escala para a implantação do Assentamento Itamarati. Na análise percebe-se que não houve alteração da estrutura fundiária, visto que os Assentados não possuem o título definitivo do lote.

RESUMO E RESULTADOS CONSOLIDADOS DA DINÂMICA DA PRODUÇAO NO ASSENTAMENTO ITAMARATI.		
MODELOS DE PRODUÇÃO	**PORCENTAGEM**	**Nº DE LOTES PESQUISADOS**
Agricultura familiar - com um funcionário.	61,5	234
Parceria/arrendamento - Lote Comunitário.	47,7	183
Parceria/ arrendamento e agricultura familair.	9,2	35
O QUE PRODUZIR		
TIPOS DE PRODUÇÃO	**PORCENTAGEM**	**Nº DE LOTES PESQUISADOS**
Agricultura em geral	78,5	300
Pecuária em geral	67,7	259
Agropecuária - Agricultura e pecuária	46,2	177
TIPO DE PRODUTO		
AGRÍCOLA	**PORCENTAGEM**	**Nº DE LOTES PESQUISADOS**
Frutas	70,8	300
Derivados de frutas	4,6	18
verduras	58,5	224
Legumes	50,8	195
Milho	56,9	218
Soja	50,8	195
Erva mate	4,6	18
PECUÁRIA	**PORCENTAGEM**	**Nº DE LOTES PESQUISADOS**
Carnes	50,8	195
Derivados de carnes	15,4	59
Leite	41,5	159
Derivados de leite	36,9	141
Mel	3,1	12
Outras produções	13,8	53
Obs: O quantitativo total é superior a 100%, pois há produtores que trabalham com vários produtos.		
COMO PRODUZIR		
ACESSO À ASSITÊNCIA TÉCNICA	**PORCENTAGEM**	**Nº DE LOTES PESQUISADOS**
Agraer	50,8	195
Incra	18,5	71
Senar	16,9	65
IES	4,6	18
Técnicos da Prefeitura	3,1	12
Outras instituições e organizações.	6,1	23
ACESSO AO CRÉDITO RURAL	**PORCENTAGEM**	**Nº DE LOTES PESQUISADOS**
Pronaf	46,2	177
Sem crédito	53,8	206
Outros	9,2	35
GARGALOS NA PRODUÇÃO		
TIPO DE PROBLEMA OU GARGALO NA PRODUÇÃO	**PORCENTAGEM**	**Nº DE LOTES PESQUISADOS**
Infraestrutura do assentamento deficitária.	64,6	247
Ausência de incentivos públicos na produção.	47,7	183
Distânciamento do mercado.	43,1	165
Acesso à assistência - proatividade dos agentes.	35,4	136
Limitação no acesso às estruturas - Patrulha agrícola.	33,8	129
Falta de treinamento e orientação técnica.	32,3	124
Falta de proatividade da Prefeitura em auxilia o Assentado.	29,2	112
Dificuldade de produzir de forma constante e em escala.	24,6	94
Distância da residência e a Sede ou Cidade Ponta Porã.	21,5	82
Falta de opções integradoras, indústria - produtor.	20,0	77
Impacto do defensivo usado pelo vizinho/lindeiro.	1,5	6
Obs.: a totalização está acima de 100%, pois há produtores com mais 1 problema.		

RESUMO E RESULTADOS CONSOLIDADOS DA DINÂMICA DA PRODUCAO NO ASSENTAMENTO ITAMARATI.		
PARA QUEM PRODUZIR		
SISTEMA DE ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO	**PORCENTAGEM**	**Nº DE LOTES PESQUISADOS**
Cooperativas	39	149
PAA ou PNAE	28	107
Feiras livres	20	77
Associações	13	50
TIPO DE COMERCIALIZAÇÃO	**PORCENTAGEM**	**Nº DE LOTES PESQUISADOS**
Produção para o consumo próprio.	67,7	259
Produção para consumo e venda do excedente.	40,0	153
Venda ou entrega às cooperativas.	26,2	100
Venda autonoma do excedente.	24,6	94
Outros modelos de venda.	20,0	77
Venda da produção através de associação de produtores.	15,4	59
Venda da produção em feiras livres.	10,8	41
GARGALOS OU PROBLEMAS NA COMERCIALIZAÇÃO.		
TIPO PROBLEMA OU GARGALO NA COMERCIALIZAÇÃO	**PORCENTAGEM**	**Nº DE LOTES PESQUISADOS**
Identificar o mercado consumidor.	60,0	230
Transporte dos produtos para venda.	46,2	177
Dificuldades para melhorar as estruturas dentro da porteira.	35,4	136
Falta de orientação/treinamento na gestão administrativa volta para resultados.	33,8	129
Produção em escala contínua - falta de orientação técnica.	33,8	129
Acesso aos meios para comercialização (Cooperativas, associações).	29,2	112
Falta terinamento para o conhecimento na formação do preço.	27,7	106
REMUNERAÇÃO DA PRODUÇÃO EM LOTES COMUNITÁRIOS	**PORCENTAGEM**	**Nº DE LOTES PESQUISADOS**
Sistema de parceria ou arrendamento e recebe em produto físico.	63,1	242
Recebe em dinheiro a conversão do produto em reais na colheita.	46,2	177
Remunerção mista, em produto e em moeda corrente nacional.	9,3	36
PRODUÇÃO MENSAL DE HORTIFRUTI - Quantitativo em quilos/mês	**PORCENTAGEM**	**Nº DE LOTES PESQUISADOS**
Entre 01 e 10	46,2	177
Entre 10 e 20	23,1	88
Acima de 100	13,8	53
PRODUÇÃO DE CEREAIS - Quantitativo em sacas	**PORCENTAGEM**	**Nº DE LOTES PESQUISADOS**
Entre 10 e 100	67,6	259
Entre 101 e 500	13,8	53
De 500 a 1000	6,2	24
Demais e desconsideradas, mensuradas pelo total dos 120 ha.	12,4	47
PRODUÇÃO DE CARNES E DERIVADOS- Quantitativo em quilos/mês	**PORCENTAGEM**	**Nº DE LOTES PESQUISADOS**
Entre 01 e 10	63,5	243
Entre 11 e 20	17,5	67
Acima de 20	19,0	73
PRODUÇÃO DE LEITE - Litros/mês	**PORCENTAGEM**	**Nº DE LOTES PESQUISADOS**
Entre 10 e 100	87,3	334
Entre 101 e 500	7,9	30
Acima de 500	4,8	18
PRODUÇÃO DE DERIVADOS DE LEITE - Quantitativo em quilo/mês	**PORCENTAGEM**	**Nº DE LOTES PESQUISADOS**
Entre 01 e 10	81,0	310
Entre 11 e 50	11,1	43
Acima de 50	7,9	30
PRODUÇÃO DE OVOS DE GALINHA - Quantitativo em dúzias/mês	**PORCENTAGEM**	**Nº DE LOTES PESQUISADOS**
Entre 01 e 10	79,7	305
Entre 11 e 20	9,4	36
Entre 21 e 30	4,7	18
Acima de 30	6,2	24
RENDIMENTO DAS PROPRIEDADES - Faturamento líquido em reais/mês	**PORCENTAGEM**	**Nº DE LOTES PESQUISADOS**
Até 1.000,00	78,5	301
Entre 1.000,00 e 2.000,00	12,3	47
Entre 2.000,00 e 3.000,00	4,6	18
Acima de 3.000,00	4,6	18

Quadro 2 – SÍNTESE DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS (continuação)

Fonte: Dados da pesquisa

No quadro 2/1, constata-se que os modelos de produção se concentram na produção familiar e as parcerias/arrendamentos dos lotes comunitários correspondem a 47,7% das propriedades usadas basicamente no cultivo extensivo de milho e soja. A pesquisa contata que 61,5% dos assentados possuem as características da agricultura familiar.

No que se refere aos tipos de produção, observa-se que a produção está diversificada e 46,2% ofertam produtos agrícolas e pecuários. Nesse aspecto, destaca-se que 70,8% produzem frutas, 58,5% hortaliças, 50,8% carnes e 41,5% leite. Agregado a esse fato, há os produtores de grãos, seja para comercialização, para consumo próprio ou para alimentação dos animais, declaram-se produtores de soja 50,8% e de milho 56,9%. Nessa situação estão inclusos os lotes comunitários que produzem, basicamente, *commodities* vegetais, milho ou soja.

A pesquisa demonstra que há gargalos na produção e escoamento dos produtos provocados por condições ambientais adversos na estrutura e infraestrutura, na oferta de recursos humanos e materiais para se atender com eficiência as demandas dos produtos nesses quesitos. Dessa forma, identificou-se as dificuldades de acesso à assistência *técnica*, embora 50,8% declarem que recebem a assistência da Agraer,. No entanto, há deficiência no atendimento considerando a escassez de recursos financeiros e humanos para o atendimento efetivo nas propriedades, há um técnico da Agraer locado sede do Assentamento, fato que restringe o atendimento personalizado e no ambiente da propriedade do Assentado.

Os demais ofertantes de assistência técnica se restringem ao atendimento selecionado e direcionado de acordo com os objetivos de cada instituição ou organização, pública ou privada, fato que reduz a assistência de forma mais efetiva, abrangente e eficientemente nas demandas dos produtores. Dessa forma, reafirma-se a insuficiência do Estado no provimento de políticas públicas para abrandar a escassez na oferta de assistência técnica, fundamental no processo produtivo.

Nesse contexto, mesmo que o fator de produção capital seja fundamental para a concretização da produção, a pesquisa demonstrou que 53,8% dos respondentes estão à margem do Pronaf, considerando que há produtores sem a DAP e os demais, por opção, não acessam as linhas de crédito oficial por insegurança de financiar a produção com os gargalos já apontados aliado a insegurança na comercialização com resultados suficientes para quitar o financiamento com sobras para remunerar os demais fatores de produção.

Diante dessa situação, torna-se uma premissa básica a ação *pública e privada* no sentido de criar políticas direcionadas a solucionar os problemas de acesso ao crédito para

a produção, bem como, os gargalos na comercialização como forma de gerar o resultado econômico aos agentes e atores do sistema produtivo a que pertence o assentado.

No rol dos gargalos apontados, um dos mais significativos está na infraestrutura das estradas vicinais do Assentamento onde 64,6% dos produtores se dizem insatisfeitos face as dificuldades de tráfego, principalmente em ocasiões de precipitação pluviométrica no Assentamento Itamarati. Essa condição agrava as atividades e o planejamento da Subprefeitura nos trabalhos de conservação das estradas do Assentamento.

As estradas vicinais do município apresentam as mesmas características e na mesma proporção as demandas pela solução dos problemas se acumulam e superam a capacidade operacional da Prefeitura de atender, visto que, *há escassez de recursos materiais e humanos*. Como agravante está o fato que no município de Ponta Porã *há* 15 assentamentos em 57.500 hectares, isso inviabiliza a eficiência na recuperação das estradas, construídas sobre uma base arenosa com baixa presença de cascalho ou pedregulho, componentes que facilitariam a manutenção e o tráfego em momentos de intensas chuvas.

Em complemento na análise acerca da amplitude do Assentamento Itamarati, encontra-se o acesso ao mercado consumidor e fornecedor que em épocas de chuva esse gargalo se intensifica pela dificuldade na mobilidade. Esse problema foi visualizado em 43,1% do público pesquisado, especialmente aqueles agricultores familiares locados nos pontos mais distantes da Sede do Assentamento, j*á* 47,7% demonstram sua insatisfação na insuficiência de incentivos públicos para a produção do Assentamento, esse índice está ligado principalmente a ineficiência do poder público em promover melhorias nas estruturas e infraestruturas no interior do Assentamento, acesso à assistência técnica e parcerias com a iniciativa privada no sentido de verticalizar a produção.

Quanto ao sistema de escoamento da produção identifica-se como referência as cooperativas, pois 39% dos assentados se declaram associados. Entre aqueles que comercializam com o PAA e o PNAE estão 28% dos pesquisados, já 20% dos respondentes comercializam em feiras livres e 13% comercializam os produtos via associações de produtores. Na pesquisa verifica-se que os Agricultores Familiares produzem *à* revelia da demanda de mercado, assim na colheita passam a ofertar sua produção de forma aleatória no mercado consumidor em geral.

Para efetivar o escoamento da produção, 29,2% usam como meio o sistema de associação na perspectiva de ofertar em escala e com continuidade para manter as feiras livres em funcionamento de acordo com o cronograma de montagem na cidade de Ponta

Porã. Quanto a comercialização via os programas PAA e PNAE, esses *são processos*s centralizados nas cooperativas face sua metodologia de aquisição e controle que o poder público deve manter sobre o sistema.

Ao analisar a tipologia comercial destaca-se que 67,7% dos produtores cultivam para o consumo próprio e 40% declaram que a produção é destinada ao consumo familiar, havendo excedente vendem de acordo com as conveniências e demandas mercadológicas.

Dos produtos destinados à venda, 26,2% dos produtores são comercializados via cooperativa, 24,6% fazem a venda de forma independente, autônoma e 26,2% vendem através de associação e feiras livre, os demais agricultores familiares fazem a venda de outras formas, como por exemplo em escambo ou por demanda direta do consumidor.

Assim, como na produção a comercialização também apresenta gargalos e constatou-se que 60% dos produtores declaram que t*ê*m dificuldade de identificar o mercado consumidor, 46,2% apresentam dificuldades no transporte dos produtos, 35,4% declaram que há dificuldade estrutural na propriedade, 33,8% estão insatisfeitos com o acesso à assistência técnica e produção contínua, já 29,2% se dizem marginalizados ao acesso de meios de comercialização como cooperativa, associações, PPA e PNAE.

Nesse contexto, os gargalos no escoamento da produção se alinham aos problemas da produção, ou seja, acesso à assistência técnica, treinamentos, orientações para a tomada de decisão do que produzir e a partir da identificação para quem se está produzindo. São problemas que se acumulam no interior e exterior da propriedade, identifica-se que as ações do Estado e das organizações privadas são insuficientes e incipientes no sentido de apresentar as soluções necessárias para os problemas da organização da produção no assentamento.

A organização da produção, o auxílio e parceria no escoamento dos produtos podem contribuir para a melhoria da dinâmica e das características atuais da produção no Assentamento com reflexos no aumento da produção, produtividade, qualidade dos produtos e consequentemente do faturamento da propriedade. A pesquisa demonstra que em média 78,5% dos produtores não superam R$ 1.000,00 líquidos por mês. Para 12,3% a renda líquida não supera os R$ 2.000,00 líquidos por mês e somente 4,6% declaram que a renda líquida supera o valor mensal líquido de R$ 2.000,00.

Diante desse diagnóstico, conclui-se uma etapa avaliativa que abarca o período de março de 2018 a fevereiro de 2022 e o estudo acerca das características da produção do Assentamento Itamarati, em hipótese alguma se esgota a temática pesquisada, pois a dinâmica da produção é ativa, volátil aos movimentos da economia, situações que

modificam as características da produção do Assentamento.

O panorama, modelos e estratégias devem ser modulados para que os processos na tomada de decisão por parte do agricultor familiar estejam alinhados com a produção de bens e com os resultado socioeconômico, isso possibilita possam mitigar os prejuízos relativos a equívocos nas próprias decisões do produtor.

Nesse aspecto, é importante que a tríade Estado, Assentados e as Organizações mantenham boas relações no mercado para proporcionar um fluxo contínuo no objetivo de sanar ou abrandar os problemas na cadeia produtiva que, por vezes, são variáveis incontroláveis.

Desse modo, uma das alternativas observadas na pesquisa é a produção ser vinculada através de contratos de parceria ou integração com a indústria, cooperativas, comércio varejista e distribuidores, exemplo dos produtores de leite do Assentamento que direcionam o produto, leite *in natura*, ao laticínio Camby, um modelo de integração com destino da produção. A integração ou no modelo autônomo as quantidades a serem produzidas geralmente são projetadas e executadas de acordo com os fatores e meios de produção disponíveis na propriedade.

Nesse contexto e alinhado com os gargalos do destino dos produtos, identificou-se a indústria de fecularia de Ponta Porã que processa a mandioca. Em entrevista o diretor executivo da Empresa declarou ter investido em máquinas, equipamentos, treinamentos e prospecção para a produção de mandioca no Assentamento Itamarati.

O Projeto ficou estagnado pela baixa adesão, tendo como causa o fator tempo de produção. Em fevereiro de 2020, a Indústria fechou um contrato para importar a matéria prima, mandioca semiprocessada do Paraguai, distrito de Amambai, local fronteiriço com Ponta Porã.

Nesse aspecto, nota-se que não há organização da produção e as IES, institutos e organizações privadas de pesquisa ou extensão poderiam contribuir de forma significativa na organização da produção, apesar de terem objetivos distintos, elas trabalham de forma a atender os objetivos e demonstrar aos assentados as formas mais eficientes de produzir e escoar a produção através de projetos direcionados a esse fim, orientando e prestando as assessorias e consultorias no sentido de promover e fomentar a produção e a produtividade com resultados socioeconômicos.

Segundo o Dr. Euclides[38], alguns agricultores familiares oferecem resistências na abordagem para adesão aos projetos ou programas disponibilizados aos produtores

38. Acesso à entrevista: https://drive.google.com/file/d/1SuT4BpoOug8FZfP3ZJ1q5ZNjyfoeoAXv/view?usp=sharing

assentados, que a política pública não terá eficiência se os produtores não desejam ou estão desmotivados para a adesão às propostas de pesquisa e extensão.

Os projetos e programas colocados à disposição dos assentados objetivam a capacitação do produtor para melhorar as condições produtivas otimizando os meios e os fatores de produção disponíveis.

Nesse contexto, o objetivo é agregar valor à produção com projetos voltados a diagnosticar os gargalos nas propriedades, a partir da demanda invertida, ou seja, aquela abordagem proativa do pesquisador ou assessor presente na propriedade.

Na estrutura ofertada pelo Estado observa-se, em algumas situações, a insuficiência no quadro técnico e orçamentário para o atendimento das demandas, como exemplo, no posto da Agraer da Sede do Assentamento há 1 técnico, o Senar alocou 1 técnico para atender 20 produtores no universo de 2.461 assentados. Nesse sentido, a Subprefeitura está demandando junto ao poder público a formação de um quadro de técnicos condizente com a demanda dos produtores.

No que tange à assistência técnica, é uma premissa a intervenção do Estado no sentido de proporcionar o acesso ao serviço, assim pode-se mitigar uma série de problemas na produção e escoamento e com planejamentos eficientes vislumbrar a organização da produção no Assentamento, assim os produtores estariam assistidos e orientados no como produzir e escoar seus produtos.

A produtora Sra. Celina manifestou em entrevista o desejo de aumentar a produção e a produtividade de tomate através da construção de estufas, plasticultura, porém, o projeto se tornou inviável pela escassez de recursos financeiros aliado ao fato de que o excesso de produção poderia pressionar a baixa dos preços, isso em função da ausência de informação de mercado, gargalo abordado na dificuldade de identificar o mercado consumidor.

Na perspectiva de solução do problema, poder-se-ia intervir no sentido de que as Instituições de Ensino promovessem cursos de capacitação para a criação de projetos de estudo de mercado e de viabilidade econômica, ações complementares e necessárias para a organização da produção.

Diante da análise dos gargalos da produção, na visão dos produtores, a solução para a produção passa pela entrega do título definitivo da terra. Karla Nadai (2021)[39] afirma:

> O produtor está ansioso para obter o título definitivo, pois proporcionará alternativas que melhoram as condições da produção no Assentamento, tais como, o acesso ao crédito, modelos de produção, integrações e parcerias, fatos que motivam o agricultor familiar, felizes e realizados ao receber o título definitivo de um bem.

39. Acesso para a entrevista: https://drive.google.com/file/d/1bj5HzIV85O5E79ov635afMK_fV2axU7l/view?usp=sharing

Para acesso ao título definitivo da terra, a IN 99 do INCRA estipula um prazo de 10 anos de assentado. No assentamento Itamarati esse prazo vence no ano de 2022 e 2024.

Os assentados receberão o título definitivo da terra, isso poderá agilizar a solução das suas demandas através de projetos da Subprefeitura, da Secretaria do Desenvolvimento Regional e da Secretaria da Agricultura, adotando a demanda invertida[40], para atender os produtores na propriedade.

Nesse sentido, será otimizado o atendimento da Agraer, Senar, Sebrae, IES e demais agentes que habitam o território do Assentamento com suas demandas de estudos científicos e/ou comerciais. Essa é uma proposta de solução com fins de mitigar os problemas e os gargalos no atendimento e na assistência técnica prestada aos assentados, considerando-se que, na proposta de demanda invertida, os projetos e programas serão criados de acordo com as demandas dos assentados e a adesão/ proatividade, sendo que a vontade do agricultor familiar assentado será proporcional a dos agentes envolvidos nas ações.

A política pública educacional se faz presente e com a aplicação de recursos públicos direcionados as IES Federais e Estadual, UFGD, UFMS e UEMS, para executar os projetos de forma a atender as demandas sendo que o Assentamento nesse processo, porém há casos que os projetos de extensão tem baixa adesão. Conforme a manifestação na entrevista com o Dr. Euclides (2021):

> Na minha visão, as propostas de projetos de extensão ou pesquisa devem objetivar o atendimento aos grupos de produtores com afinidade naquilo que está se propondo trabalhar, em paralelo a Prefeitura com ações via políticas públicas, nos eventos, fenômenos e fatos de sua responsabilidade enquanto ente público em busca de soluções dos problemas ou gargalos no processo da produção, escoamento e comercialização dos produtos do Assentamento, como por exemplo a manutenção das estradas vicinais do Assentamento, um das maiores demandas identificadas no processo investigativo deste trabalho.

Aliado as ações das IES e das organizações de pesquisa e extensão, o poder público deve promover políticas como estratégia para atrair investidores privados com intuito de agregar valor no produto e assim verticalizar a produção, além de integrar o produtor na cadeia produtiva do setor primário com garantias na comercialização do produto gerado no assentamento.

O setor secundário da economia poderá contribuir com a oferta de assistência técnica e na remuneração dos fatores de produção, capital e mão de obra do produtor,

40. Significa inverter o processo de atendimento, atender o agricultor familiar na propriedade, em 2020 o produtor procurar a assistência técnica na Agraer, na cooperativa ou na Subprefeitura.

a fim de prover a integração em prol do desenvolvimento e crescimento econômico do Assentamento.

Nesse entendimento, a iniciativa pública e/ou privada poderá introduzir novas tecnologias de produção e comercialização, proporcionar a reformulação e a participação das cooperativas no sistema, criar projetos para instalação de entrepostos de recebimento dos produtos no interior do Assentamento e atuar de forma significativa na produção e escoamento dos produtos. Esse tipo de ação poderá mitigar alguns problemas relacionados ao produzir e perder essa produção por insuficiência na estrutura da propriedade e/ou na infraestrutura externa.

Na mesma análise e reflexão, o poder público poderá intervir para atrair sistemas de integração e verticalização da produção, parques industriais que fomentam a produção de *commodities*, animal ou vegetal, na perspectiva de promover a fixação do homem no campo e o bem-estar socioeconômico regional, que pese a visão da alienação do agricultor familiar pelo capitalismo, conforme posicionamento do Sr. José, assentado do grupo CUT Renovação II.

> [...] tendo condições e resultado socioeconômico para mim e minha família, não me interessa o modelo de produção, quero ficar aqui e os meus filhos irão me suceder, o pior já passei, como acampado à beira da estrada, agora o sonho se realiza em parte e falta a viabilidade econômica para a minha família ficar aqui. A gente está preocupado em produzir mais e melhor com menos recursos, estou preocupado com a assistência técnica, com acesso ao crédito e a orientação e assistência aqui na propriedade, até para diminuir os desvios dos recursos e que eu possa produzir aquilo que decidi plantar ou criar.

Em complemento, o Sr. José (2018) contextualiza que sente o abandono dos produtores, aqueles que foram assentados distantes da sede do Assentamento, pois demandam assistência à produção, saúde, educação, e mobilidade, que por vezes são atendidas parcialmente ou não atendidas. Salienta que não tem acesso aos serviços da patrulha agrícola no grupo, importante item na implantação dos processos de qualquer cultivo agrícola, considerando a distância de 20 km da sede do Assentamento e a 30 km de Ponta Porã.

Nessa condição e sem uma alternativa, somente resta-lhe arrendar do lote comunitário por R$ 600,00 ao mês, recurso que complementa a renda da família composta pela aposentadoria, salário do filho e da venda dos excedentes do consumo familiar originados na produção de 04 hectares da agrovila CUT – Renovação II, onde reside

(entrevista de 2018)[41].

Assim sendo, com vistas a auxiliar a tomada de decisão do produtor no tipo de produto a cultivar, suas quantidades, para quem se produz e como deve ser a produção de forma eficiente, ou seja, otimizar o uso dos fatores de produção, capital, terra e mão de obra, com a finalidade de maximizar o bem-estar socioeconômico expresso na rentabilidade, renda e riqueza ao assentado e da sociedade em geral, é fundamental organizar a produção e conciliar o desejo do agricultor familiar com as demandas do consumidor e de mercado, essa assessoria organizacional poderá planejar o atendimento dos grupos ou nichos de produção e ser atendido pelo Senar, Agraer, IES ou por outras prestadoras de serviço à agropecuária.

Nesse entendimento, a demanda invertida poderá ser uma solução ao problemas da escassez na oferta de assistência técnica nas propriedade, pois a proatividade dos prestadores dos serviços com visitas *in loco* e na identificação dos gargalos da produção com base em diagnósticos, podem auxiliar na tomada de decisão do que, para quem produzir, como se fará o escoamento e quais serão as estratégias de escoamento dos produtos, seus custos e suas margens de contribuição nos resultados. Dessa forma, poder-se-á abrandar os problemas internos das propriedades a partir da assistência técnica.

Quanto a estrutura para implantar esse tipo de atendimento deverá ser pautado e administrado pelos agentes que atuam na extensão, pesquisa e assistência técnica no Assentamento. Diante dessa estrutura conciliadora, dos desejos de produção da agricultura familiar com a demanda, é necessário alinhar a oferta à demanda de forma organizada e com o mínimo de perda ao produtor e ao consumidor.

Outra carência identificada é a dificuldade em preparar o público jovem do Assentamento para a sucessão familiar. O sentimento é que o distanciamento do centro estudantil, IFMS/Ponta Porã, UEMS, UFMS, UFGD, Magsul, entre outras, dificultam a preparação técnica bem como a conscientização do jovem de que a produção, como agricultor familiar, dará sustento a renda e bem-estar futura à sua família. Nas declarações dos produtores, identificou-se que parte da força de trabalho da família tem vínculo empregatício com empresas da cidade de Ponta Porã.

Esse problema pode ser solucionado com ações a partir da organização da sociedade representada pela tríade: Estado, IES, assentados. Considerando que a formação pedagógica do assentado e seus familiares, em especial o público jovem, é um fator importante na sequência do PA – Itamarati, a ciência econômica, administração de

41. Entrevista disponível em: https://drive.google.com/file/d/1bi6E8TDRUkROOKhmuJRj9FWQ7Y4bY992/view?usp=sharing

empresas, agronomia, veterinária, técnico em agropecuária, contabilidade, zootecnia, direito, são alguns cursos que podem auxiliar na administração da propriedade, bem como, na dinâmica da produção a partir da decisão, com maturidade e racionalidade do produtor.

Conforme a pesquisa e a contextualização analítica do tema acerca do dinamismo da produção no assentamento Itamarati, pode-se concluir que o Assentamento tem viabilidade socioeconômica, ele atende às necessidades e objetivos da aplicação do recurso público na aquisição e instalação do PA Itamarati I e II. Segundo Terra (2009), a fazenda Itamarati era produtiva e o Assentamento continua produtivo, contribuindo na oferta de alimentos diversificados e na formação de PIB Regional.

Diante desse cenário, pode-se concluir que os números originados na pesquisa em termos de crescimento populacional e da evolução do PIB Per Capita demostra que a econômica do recorte geográfico objeto da pesquisa evolui de forma satisfatória na oferta de alimentos diversificados com origem no assentamento como o leite e seus derivados, a carne suína e de aves e seus derivados, ovos, hortifrutigranjeiros, mel, artesanato, entre outros.

Nesse aspecto, o fluxo circular da economia regional está ativo e contribui na oferta e demanda de produtos e serviços de forma a propiciar crescimento e desenvolvimento socioeconômico do objeto de estudo.

Na pesquisa foi constatado que a percepção do público entrevistado converge para esse entendimento considerando que a diversificação da produção e os resultados podem melhorar se o Estado e a iniciativa privada proverem políticas públicas e ações necessárias para a evolução do desenvolvimento da região e que essas estejam alinhadas com as demandas dos agricultores familiares assentados no Itamarati.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o propósito de alinhar o entendimento acerca do trabalho com base na retomada do objetivo de diagnosticar a dinâmica da produção e apontar as características da produção no Assentamento Itamarati, pode-se concluir que a missão do INCRA jamais poderá restringir-se as ações de coordenar as políticas públicas para a reforma agrária, incluindo o orçamento público para executar os PAs e assim desapropriar ou adquirir terras para assentar os agricultores familiares sem-terra. Os atos de adquirir as terras, selecionar os sem-terra, construir as estruturas e infraestruturas, enfim a execução do PA não pode ser tratada como ponto de chegada.

Essa afirmação se consolida como verdade, pois com base no diagnóstico dos gargalos e adversidades que são impostos, os sem-terra após serem locados nos lotes, por vezes, sentem-se abondados pelo Estado pela ineficiência em fazer a sua parte atinente a atender as demandas básicas para a concretização da produção nos lotes onde foram assentados.

Nessa situação, de acordo com o diagnóstico da pesquisa de campo, destaca-se como gargalo e torna o processo de assentar como ponto de partida:

- A deficiente e ineficaz oferta de assistência técnica, considerando que há 03 técnicos para atender 2.461 famílias Assentados;
- Dificuldades no acesso ao crédito rural oficial, linhas do PRONAF, dentre elas o excesso de burocracia, a exigência de garantias reais e fidejussórias em grupos de produtores, dificuldades para emissão da DAP, situações que poderiam ser mitigadas com ações pontuais do Estado como a criação de política pública de crédito mais abrangente aos Assentados;
- Problemas na mobilidade interna do assentamento, estradas vicinais degradadas e a impossibilidade de tráfego em dias de chuva intensa;
- Ausência de políticas públicas que privilegiem e incentivem a formação de um parque industrial próximo ao Assentamento para promover a verticalização da produção através das indústrias de transformação da matéria prima gerada no assentamento e modelos integradores da cadeia produtiva;
- Insuficiência na estrutura interna do Assentamento, ausência de alternativas para depósito e escoamento da produção na forma de postos de recebimento para as distribuidoras e cooperativas que atuam no Assentamento;
- Ausência de uma política organizacional da produção de forma unificar e determinar o que e quanto de produto deve ser produzido.
- Inexistência de estudos mercadológicos com objetivo de identificar as demandas por alimentos originados no Assentamento com certificações e habilitação

para atingir outros mercados, interno e externo;

- Ausência de políticas públicas para capacitação do gerenciamento interno da propriedade, inúmeros produtores produzem de forma empírica, ou seja, sem conhecimento do mercado, dos custos de produção e da concorrência na oferta dos seus produtos.

Assim, não somente a execução do PA, mas o planejamento de ações pontuais que contemplem a solução dos gargalos diagnosticados são premissas básicas a serem consideradas para o sucesso na aplicação da política pública para a reforma agrária. Considerando que o sem-terra não tem recursos materiais e financeiros para trocar o acampamento à beira da estrada e no mês seguinte produzir no lote que foi assentado. Nessa situação a produção é insuficiente para a manutenção familiar e a geração de excedentes para comercialização e dessa forma auxiliar na formação recursos para outras despesas e investimentos necessários no novo território onde foi assentado.

Esse auxílio na fixação do sem-terra nesse novo espaço pode abrandar ou solucionar os problemas fundamentais da economia no que tange a decisão do que produzir, quanto produzir e para quem produzir. Essas decisões quando assertivas e racionais promovem resultados que se refletem no bem-estar da sociedade. Nessa perspectiva, o processo de execução do PA deve ser tratado como ponto de partida, desprezando a situação diagnosticada que o Estado tratou o PA Itamarati I e II como ponto de chegada.

O agricultor familiar tem suas demandas e algumas não dependem do seu conhecimento e/ou proatividade para execução como, por exemplo, o acesso à assistência técnica, às patrulhas agrícolas, às linhas do Pronaf, às infraestruturas (de energia elétrica, água potável e estradas vicinais), os quais são fatores importantes na produção, escoamento e comercialização dos produtos originados na agricultura familiar do Assentamento, pelo contrário esses são deveres do Estado.

Quanto ao fator terra, o produtor recebe a outorga do uso do lote onde foi assentado e esse modelo impacta na aquisição de crédito para a produção. Quanto ao fator mão de obra, esse é realizado pelo próprio produtor sendo facultado a aquisição de 1 empregado.

O capital é fundamental na formação da produção, esse poderá ser na forma de financiamento, com recursos próprios ou de terceiros e, portanto, a tomada de decisão que abarca os problemas fundamentais da economia, são decisões que podem se traduzir em lucro ou prejuízo ao produtor, nesse caso o prejuízo se estabelecerá mediante decisões baseadas na emoção em detrimento às decisões racionais, tomadas e executadas pelo produtor.

Para acesso a recursos do PRONAF, depende do enquadramento, da DAP e

do projeto de produção ou investimento que demonstre viabilidade econômica para encaminhamento dos ao Sistema Financeiro Nacional. Salienta-se que há outras formas de financiamento ofertadas pelo setor privado como por exemplo o sistema Barter, porém de difícil acesso em função de que o assentado não possui o título de propriedade definitivo do lote.

Nesse contexto, a escassez do capital, a insuficiência no atendimento à assistência técnica, a infraestrutura inadequada, a inércia dos agentes envolvidos nos processos de formação do Assentamento, inclusive, a ausência dos movimentos sociais após a implantação do assentamento e o descaso do poder público, constituem-se em fatores críticos para o sucesso dos Projetos de Assentamento Itamarati I e II.

O Estado como gestor da política pública deve ajustar as inconformidades na essência dos problemas abordados nesta obra para que seja promovida equidade, não somente do acesso à terra, mas ao conjunto das demandas subsequentes à implantação do Assentamento.

Dessa forma, a insuficiência de ações dos agentes que atuam no assentamento para mitigar os problemas no pós-assentamento, manter-se-á a situação atual, diagnosticada na pesquisa de campo, expressa na inexistência da organização da produção, da insuficiência na estrutura para atendimento às demandas de assistência técnica ao produtor e dos gargalos identificados na pesquisa e já apresentados.

Sendo assim, deve-se prover ações no sentido de inverter a sistemática e criar dispositivos que possam atender as demandas de forma proativa, que as organizações se antecipem aos problemas e que criem diagnósticos para a solução na propriedade.

Nessa ótica, tratando o processo de assentar como ponto de partida evitar-se-á a desilusão daquele projeto de vida do sem-terra, em ter um quinhão de terra culminando com a evasão do assentado na expressão do arrendamento, venda ou abandono, com o agravante de que esse processo já é percebido em algumas propriedades, repassadas a terceiros ou abandonadas.

Ao finalizar o estudo das características da produção no Assentamento Itamarati, no intuito de averiguar os gargalos na produção, escoamento e comercialização, bem como, das possibilidades de agregar valor na produção, identificamos algumas premissas para o sucesso do PA - Itamarati I e II dentre as quais, a assistência técnica, logística adequada e acesso ao crédito. Dessa forma, foram construídos os objetivos da pesquisa e estudo a partir da análise geográfica onde está inserido o Assentamento.

Diante dessa narrativa, o tema não se esgota considerando que o homem assentado

no Itamarati tem suas demandas; o Estado é insuficiente para o atendimento na totalidade das demandas, o que se observa como ideal para a eficiente dinâmica da produção. Nesse contexto, a nova estrutura demanda novos projetos de investimentos públicos e/ou privados com vista a atender as necessidades socioeconômicas nesse novo território que se constitui na formação do PA Itamarati I e II.

Podemos vislumbrar o crescimento e desenvolvimento do Assentamento Itamarati acima do estabelecido, desde que se mitigue os riscos inerentes ao êxodo do assentado desalentado pelos problemas e adversidades advindas da dinâmica da produção, que o abandono do sonho de acesso à terra é um risco a ser vigiado, pesquisado e estudado com informações acerca dos problemas na produção e comercialização, com projetos voltados às soluções dos gargalos no sentido de agregar valor à produção da agricultura familiar.

O desejável na construção do desenvolvimento e crescimento da região estudada está centrada na proatividade dos atores e agentes para uma dinâmica da produção menos volátil aos movimentos do mercado e constante na originação de produtos do Assentamento para o engrandecimento regional com justiça e paz socioeconômica.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC,1992.

AGÊNCIA BRASIL. **O Sistema S.** Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-09/agencia-brasil-explica-o-que-e-o-sistema-s. Acesso em: 12. Abr. 2022.

AGRAER – Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural. **Inauguração da feira livre da agricultura familiar em Ponta Porã.** Disponível em: https://www.agraer.ms.gov.br/a-agraer-participa-da-inauguracao-da-feira-da-agricultura-familiar-em-ponta-pora/ . Acesso em: dez. 2021.

______. **DAP**. Disponível em: http://www.agraer.ms.gov.br/dap-entenda-o-que-e-e-como-serve-esse-importante-documento-da-agricultura-familiar-2/. Acesso em: dez. 2021.

______. **Gestores da AG Agraer RAER conhecem a estrutura da Cooperativa de Produtores do Assentamento Itamarati – Cooperai.** Disponível em: https://www.agraer.ms.gov.br/gestores-da-agraer-conhecem-a-estrutura-da-cooperativa-de-produtores-do-assentamento-itamarati-cooperai/. Acesso em: fev. 2021.

ALMEIDA. Denise Camilo de *et al*. **O Impacto da Monocultura da Soja na Agricultura Camponesa: um estudo sobre as mudanças na produção de leite no assentamento Itamarati I – FETAGRI/MS.** REVISTA GEONORTE, V.11, N.37, p.57-77, 2020. (ISSN 2237-1419)DOI: 10.21170/geonorte.2020.V.11.N.37.57.77.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Quantidade de valor de contratos PRONAF por município**. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/r/micrrural/?path=conteudo%2FMDCR%2FReports%2FqvcMunicipio.rdl&nome=Quantidade%20e%20Valor%20dos%20Contratos%20por%20Munic%C3%ADpio&exibeparametros=true&botoesExportar=true . Acesso em: jan. 2019.

______. **MCR – Manual de Crédito Rural**. Disponível em: Banco Central do Brasil (bcb.gov.br). Acesso em: dez. 2021.

BRASIL ESCOLA. **Feiras Livres:** suas Origens e Relações de Consumo. Disponível em: https://meuartigo.brasilescola.uol.com.br/administracao/feiras-livres-suas-origens-relacoes-consumo.htm. Acesso em: mar. 2022.

______. O que é estrutura fundiária? Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-estrutura-fundiaria.htm. Acessado em: fev. 2022.

BRITO, A. R. MARTINS, R. C. VIEIRA, R. M. SANTOS, M. A. **Capital social e desenvolvimento endógeno no assentamento Itamarati II em Ponta Porã.** In: VIII Seminário Internacional sobre desenvolvimento regional, 2017, Santa Cruz do Sul. Anais. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2017. p. 1-22.

BUAINAIN, A. M.; GUANZIROLI, C.; SOUSA FILHO, H.; BÁNKUTI, F. I.; **Peculiaridades Regionais da Agricultura Familiar Brasileira**. In SOUZA FILHO, H.

CAVALCANTE, David Frederik da Silva. **Cooperativismo e construção coletiva: estudo a partir de duas cooperativas de produtores do assentamento Itamarati, Ponta Porã-MS**. 2015. xiv, 122 f., il. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural)—Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

CARDENA, Diego Emmanuel Cabrera et. al. **Cooperativismo:** DESAFIOS DOS PRODUTORES DE LEITE DO ASSENTAMENTO ITAMARATI DE PONTA PORÃ-**MS.** Disponível em Anais *on line* UEMS 6º ECAECO set. 2013

CNA BRASIL. **Assistência técnica SENAR**. Disponível em: https://www.cnabrasil.org.br/noticias/bons-frutos-com-assistencia-tecnica-e-gerencial-do-senar-ms-produtor-de-banana-melhora-manejo-e-ja-planeja-ampliar-area. Acesso em: fev. 2021.

COMUNICAÇÃO CONESUL NEWS. **Governo Municipal recupera as estradas nos assentamentos**. Disponível em: https://www.conesulnews.com.br/cidade/governo-municipal-recupera-estradas-nos-assentamentos/110720/. Acesso em: 16 abr. 2021.

CONSELEITE MS. **Conselho paritário de produtores e indústrias de leite de Mato Grosso do Sul**. Disponível em: http://sistemafamasul.com.br/conseleitems/. Acesso em: fev. 2021.

COOCAM. Cooperativa Agropecuária Camponovense. **Contrato de Barter é uma alternativa para garantir a safra.** Disponível em: http://www.coocam.com.br/noticias_detalhes.php?id=370 . Acesso em: 10 fev.2022

DINIZ, C. C., GROCCO M.A. **Economia regional e urbana.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

DOURADOS NEWS. **Luz para Todos chega ao Assentamento Itamarati I**. Disponível em: https://www.douradosnews.com.br/noticias/luz-para-todos-chega-ao-assentamento-itamarati-i-29513b7c19f4f6dfeeb24/242029/. Acesso em: 14 abr. 2021.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Terra Roxa**. Disponível em: https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Agencia16/AG01/arvore/AG01_98_10112005101957.html. Acesso em: mai. 2020.

______. **Políticas Públicas**. Disponível em: www.embrapa.br/tema-agricultura-familiar/politicas-publicas. Acesso em: dez. 2021.

_____. **Agência Embrapa de Informação Tecnológica - Zoneamento agrícola**. Disponível em: https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/cana-de-acucar/arvore/CONTAG01_64_22122006154840.html . Acesso em: fev. 2021.

______. **Carne de aves**. Disponível em: https://www.embrapa.br/qualidade-da-carne/carne-de-aves#:~:text= s%20etc . Acesso em: 15.04.2022.

FAMASUL. **A Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul**. Disponível em http://portal.sistemafamasul.com.br/institucional/. Acesso em: out. 2017.

BRASILESCOLA. **Feiras Livres:** Suas Origens e Relações de Consumo. Disponível em: https://meuartigo.brasilescola.uol.com.br/administracao/feiras-livres-suas-origens-relacoes-consumo.htm. Acesso em: mar. 2022.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos Socio territoriais e Movimentos Socioespaciais:** contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais**.** Revista Nera – Ano 8, N. 6 – janeiro/junho de 2005 – ISSN 1806-6755.

______. **Um nome para modernizar o sistema de Latifúndio.** Maio 2006. Disponível em: http://www.unesp.br/aci/jornal/211/supled.php . Acesso em: jan. 2019.

FERNANDES, Michele. **Granter - Fases na criação de suínos**. Disponível em: https://granter.com.br/as-fases-da-criacao-de-suinos/. Michele Fernandes, 2018. Acesso em: fev. 2022.

GOOGLE. **Estradas do assentamento Itamarati – MS**. Disponível em: estradas do Assentamento Itamarati MS - Pesquisa Google. Acesso em: 16 abr. 2021.

GOVERNO DE MATO GROSSO DO SUL. **Revitalização de Estradas no assentamento Itamarati.** Disponível em: http://www.ms.gov.br/estado-restaura-as-ms-164-e-ms-384-vias-de-escoamento-e-integracao-da-fronteira/. Acesso em: 28.02.2020.

GOVERNO FEDERAL. Palacio do Planalto. **DECRETO Nº 9.311, DE 15 DE MARÇO DE 2018**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9311.htm . Acesso em jan. 2021

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2016**. Disponível em: https://censos.ibge.gov.br/agro/2016/. Acesso em 04 jan. 2019.

______. **Organização do Território Geociências**. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/2227-np-malhas/15774-malhas.html?edicao=15892. Acesso em nov. 2019.

______.**Cidades Ponta Porã – MS.** Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/ponta-pora/panorama. Acesso em: 03 maio. 2020.

______.PIB – **Produto Interno Bruto**. Disponível em: Produto Interno Bruto - PIB IBGE. Acesso em: 10 dez. 2021.

______.PIB. **Biblioteca IBGE – Edições anteriores: 199-2002**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv5968.pdf. Acesso em: 10 dez. 2021.

INCRA Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **INCRA/RN promove palestra sobre novas regras para emissão de DAP**. Disponível em: http://www.INCRA.gov.br/noticias/INCRArn-promove-palestra-sobre-novas-regras-para-emissao-de-dap. Acesso em: 20 jan. 2019.

______. **Legislação Agrária. Leis nº 4.504 e nº 4.947**. Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%204.947-1966?OpenDocument **.** Acesso em: abr. 2020.

______. P**alestra sobre novas regras para emissão de DAP**. Disponível em: http://www.INCRA.gov.br/noticias/INCRArn-promove-palestra-sobre-novas-regras-para-emissao-de-dap. Acesso em: abr. 2019.

______. **INCRA promove mutirão para atender famílias de assentamentos em Ponta Porã.** Disponível em: https://www.jd1noticias.com/agronegocio/INCRA-promove-mutirao-para-atender-familias-de-assentamentos-em-ponta/99518/. Acesso em: 20. fev. 2022.

______.**Instrução Normativa nº 99 de 30 de dezembro de 2019**. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-99-de-30-de-dezembro-de-2019-236098411. Acesso em: 20 fev. 2022.

______. **Painel dos Assentamentos - INCRA.** Disponível em: https://painel.INCRA.gov.br/sistemas/index.php. Acesso em: fev. 2022.

A CRÍTICA. **Agricultores do assentamento Itamarati recebem contratos de crédito e primeiros títulos definitivos**. Disponível em: https://www.acritica.net/editorias/economia/agricultores-do-assentamento-itamarati-recebem-contratos-de-credito-e/577979/. Acesso em: fev. 2021.

LAMOSO, Lisandra Pereira. Território e dinâmica econômica. In: VIDEIRA, Sandra Lúcia; COSTA, Pierre Alves, FAJARDO, Sérgio (Orgs.). **Geografia Econômica**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2011, p. 109-123.

MAIS SOJA. **Contrato de Barter é uma alternativa para garantir a safra.** Disponível em: https://maissoja.com.br/contrato-de-barter-e-uma-alternativa-para-garantir-a-safra/. Acesso em: fev. 2021.

MAPA. **Agricultura Familiar Plano Safra 2021/2022**. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/agricultura-familiar-tem-19-mais-recursos-no-plano-safra-2021-2022/AgriculturFamiliarPlanoSafra20212022.pdf/view. Acesso em: 10 fev. 2022.

MARTINS, G. B. **Produção familiar e Crédito Rural em Ibiporã – PR.** Londrina, 2006.

MARTINS SILVA, J. MENDES, E. P. P. **Agricultura Familiar no Brasil: a comunidade Cruzeiro dos Martírios – município de Catalão - GO.** Disponível em: http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaagricola/23.pdf. Acesso em: dez. 2018.

MELO, Daniel Gonzaga de. **Inovação Tecnológica:** Uma revisão da abordagem shumpeteriana e neoschumpeteriana acerca do progresso técnico. Disponível em: INOVAÇÃO TECNOLÓGICA: Uma revisão da abordagem shumpeteriana e neoschumpeteriana acerca do progresso técnico (uol.com.br). Acesso em: 19 dez. 2021.

MEPF/INCRA - MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO DA POLÍTICA FUNDIÁRIA/INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Programa Lumiar**. Brasília, DF: MEPF/ INCRA, 1996.

NASCIMENTO, A. H do; BEZERRA, J. A. **Uma experiência do Pronaf A no alto oeste potiguar:** O Assentamento S**ítio** Coito**.** Geografia, Londrina, v. 26. n. 2. p. 78 – 97, jul./dez, 2017.

OCB. **Organização das Cooperativas do Brasil**, disponível em:

http://www.ocb.org.br/SITE/ocb/index.asp Acesso em: ago. 2017.

______. **Mundocoop:** acesso à assistência técnica desafia agricultura familiar. Disponível em: https://www.mundocoop.com.br/agrocoop/acesso-a-assistencia-tecnica-desafia-agricultura-familiar.html. Acesso em: mar/2022.

OCBMS. **Organização das Cooperativas do Estado de Mato Grosso do Sul**. Disponível em: http://www.ocbms.coop.br/. Acesso em: out. 2017.

OLIVEIRA, J; OLIVEIRA, G. C; ALEM, D; AZEVEDO, E. I. **A agricultura familiar e crédito rural: Análise das liberações dos recursos do PRONAF no estado da Bahia no período 2003-2012**. XI ENCONTRO DE ECONOMIA BAIANA – SET. 2015. 586-605.

PINTO, Pedro PY. **Sistemas de produção TY - CHAP AU.** São Paulo: T1 - Organização da produção agrícola ER, 2010.

PONTA PORÃ NEWS. **Comitiva agro BB.** Disponível em: https://pontapora.ms.gov.br/v2/prefeitura-de-ponta-pora-participa-de-lancamento-de-comitiva-agro-bb/ . Acesso em: 15 dez. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ. Disponível em: https://pontapora.ms.gov.br/v2/prefeitura-e-ufms-aceleram-projeto-de-cadeia-produtiva-no-distrito-de-itamarati/ . Acesso em: 01 mar. 2020.

PRESIDENCIA DA REPÚBLICA – **Casa Civil**. Disponível em: planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm . Acesso em: 15 dez. 2021.

REALIZAÇÃO. **Entrevista do ano de 2019 - Prof. Dr. Euclides Reuter de Oliveira** DOI10.30612/re-ufgd. RealiZação v6i12.10843. p. 147–160. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/realizacao/issue/view/399/161. Acesso em: 10 fev. 2022

PASSOS, Carlos Roberto Martins; NOGAMI, Otto. **Princípios de Economia**. 5. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

SAMUELSON, Paul. **Introdução à Análise Econômica**. 8. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1975. v. 1 e 2.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. 2. ed. São Paulo: Best Seller, 1999.

SEMAGRO – **Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar. Disponível em:** https://www.semagro.ms.gov.br/. Acessado em: fev. 2021.

SENAR – Sistema Nacional de Aprendizagem Rural . **Notícias parceria Sindicato Rural e SENAR** – texto de Assessoria de Comunicação do Sistema Famasul/ *www.senarms.org.br.* Disponível em: https://www.cnabrasil.org.br/noticias/parceria-do-sindicato-de-ponta-por%C3%A3-e-senar-ms-amplia-assist%C3%AAncia-t%C3%A9cnica-em-assentamento. Acesso em: jan.2021.

SILVA, Daiane Alencar Da. **As políticas de reforma agrária:** desdobramentos no Assentamento Itamarati em Ponta Porã/ MS. 2018. 253p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, Dourados, 2018.

SILVA, F. F. **Distribuição de crédito para a agricultura familiar:** Um estudo do PRONAF a partir de um indicador de desenvolvimento rural. 2006. 250 f. Dissertações (Mestrado em economia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

SCHUMPETER, J. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

TERRA, A. **Reforma Agrária por conveniência e/ou por pressão?** Assentamento Itamarati em Ponta Porã – MS: "O pivô da questão"**.** 2009. 327 f. Tese (Doutorado em Geografia) - UNESP, Presidente Prudente.

______. **O Assentamento Itamarati no contexto dos megaempreendimentos em território sul-mato-grossense**. Revista Campo e Território: *revista de geografia agrária, v. 5, n. 9, p. 166-202, fev., 2010*

UFMS. Campos Naviraí – Ms. Disponível em: https://www.ufms.br/primeiro-encontro-de-produtores-de-frango-caipira-do-estado-e-realizado-no-campus-de-navirai/. Acesso em: 15 dez. 2021.

WANDERLEY, M. de N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro.** XX encontro anual da ANPOCS. Gt 17. Processos sociais agrários. Caxambu, MG. Out. 1996.

______. **Agricultura familiar e campesinato:** rupturas e continuidade**.** CPDA/UFRRJ – RJ, 2004.

ANEXOS

ANEXO 1 - LISTA DE *LINKS* DO BANCO DE DADOS DA PESQUISA DE CAMPO

TEMA	LINK
Entrevista com a Dra. Daiane Alencar da Silva	https://drive.google.com/file/d/10ywNnDXsC2ccWVC06HeccLiQyB8VPy19/view?usp=sharing
Entrevista com o Dr. Ademir Terra	https://drive.google.com/file/d/1zZcXZX-LOcY_XG9wEz6U2DNLqCgavKZ1/view?usp=sharing
Entrevista com o Dr. Euclides Reuter de Oliveira	https://drive.google.com/file/d/1SuT4BpoOug8FZfP3ZJ1q5ZNjyfoeoAXv/view?usp=sharing
Entrevista com ITCP/UFMS	https://docs.google.com/document/d/10Gp_svYUaOW0GWLY2SbfK2MiFrkuin51/edit?usp=sharing&ouid=102331979734234207477&rtpof=true&sd=true
Entrevista na Revista Realização – UFGD – Projetos de Extensão, p. 148	Vista do v. 6 n. 12 (2019) (ufgd.edu.br)
Entrevista com a SEMAGRO – Karla Nadai, Coordenadora de Agricultura Familiar	https://drive.google.com/file/d/16Kvjhc5Y-Bldha7k66lJljP65m3BRnsu/view?usp=sharing https://drive.google.com/file/d/1bj5HzIV85O5E79ov635afMK_fV2axU7l/view?usp=sharing
Entrevista com o Sr. Antônio Presidente da Cooperai	https://drive.google.com/file/d/1cIJShsmAbD-8-vBUv9UYq1k8XxeXNq99/view?usp=sharing
Entrevista com o Sr. Eduardo, Produtor de Tomate em estufa. Sócio da Cooperai	https://drive.google.com/file/d/1T-YnTBX3QEtW7fqC0eqHUiccRoHlN6iT/view?usp=sharing
Entrevista com o Sr José Produtor do assentamento Itamarati.	https://drive.google.com/file/d/1bi6E8TDRUkROOKhmuJRj9FWQ7Y4bY992/view?usp=sharing
Entrevistas com a Produtora Celina - Sócia da Cooperai	https://drive.google.com/file/d/1dxsXpIBhhNsUTmBsUJCBZwJcFa6BoIeP/view?usp=sharing
Entrevista com a produtora sra. Palmira – Coordenadora da Loja de produtos da Cooperai	https://drive.google.com/file/d/1DwmAxJlgWImYY7fHbduHtaaZrwxuHBDX/view?usp=sharing
Reportagem Pavimentação na sede do assentamento Itamarati	https://youtu.be/7JN9l1sgByM

Acervo fotográfico da pesquisa de campo.	https://drive.google.com/drive/folders/1djp-rEVzKlgyJXD7ygLp-OU284FuSdMg?usp=sharing
Bibliografia básica para suporte na construção da Obra. 51 publicações.	https://drive.google.com/drive/folders/14VHxAqhkLVTRB9qS7-pEAjt982wsdIz3?usp=sharing
Mapas gerais integrantes na Obra. 09 mapas.	https://drive.google.com/drive/folders/15jNSd9Agm7uSMG_mo7E21oaFkncqUwPO?usp=sharing

ANEXO 2 - QUESTIONÁRIO DA PESQUISA DE *CAMPO – IN LOCO*

Tese de doutorado: DINÂMICAS PRODUTIVAS NO ASSENTAMENTO ITAMARATI: estratégias de produção e comercialização pelos agricultores familiares.

Linha de pesquisa: Políticas Públicas, Dinâmicas Produtivas e da Natureza.

Discente: João Nilson da Rosa.

Docente Orientadora: Profa. Dra. Lisandra Pereira Lamoso.

Pesquisa no recorte geográfico assentamento Itamarati, Ponta Porã - MS, para diagnosticar as estratégias da dinâmica na formação e comercialização da produção dos agricultores familiares.

1. NOME DO PRODUTOR (Pai ou Mãe responsável pelo lote).

2. LOCAL DO LOTE (Grupo onde mora).

CUT.

FAF.

FAFI.

FETAGRI.

MST.

3. SEDE/NÚCLEO URBANO

4. QUAL O NÚMERO DO LOTE?

5. QUAL A DISTÂNCIA DO SEU LOTE ATÉ A VILA DO SECADOR (Núcleo Urbano)?

Entre 01 e 05 km.

Entre 06 e 10 km.

Entre 11 e 15 km.

Entre 16 e 20 km.

Entre 21 e 30 km.

Acima de 30 km.

6. MODELO DE PRODUÇÃO

PARCERIA (lote comunitário).

FAMILIAR (no máximo com 01 empregado).

7. TIPO DE PRODUÇÃO

AGRICULTURA (produção de grãos ou hortifrutigranjeiro e seus derivados como conservas etc.).

PECUÁRIA (suínos, ovinos, equinos, bovinos, aves e seus derivados como queijos, ovos etc.).

8. TIPO DE PRODUTO.

FRUTAS (Laranjas, tangerinas, limões, abacates, melancia, melão, mamão etc.).

DERIVADOS DE FRUTAS (polpas e conservas).

VERDURAS (alface, couve, salsinha, salsa, cebolinha, agrião, rúcula etc.).

LEGUMES, RAÍZES E TUBÉRCULOS (tomate, cenoura, abóbora, mandioca, pimentão etc.).

CARNES (suínos, bovinos, ovinos etc.).

DERIVADOS DA CARNE (embutidos, linguiças , salames etc.).

LEITE.

DERIVADOS DE LEITE (queijos, manteigas, doces etc.).

MEL.

ERVA MATE.

AGRÍCOLA - SOJA.

AGRÍCOLA MILHO.

OUTRAS PRODUÇÕES.

9. QUAL A QUANTIDADE MENSAL DA PRODUÇÃO?

Entre 01 a 10 quilos.

Entre 10 e 20 quilos.

Entre 21 e 30 quilos.

Entre 31 e 40 quilos.

Entre 41 e 50 quilos.

Entre 51 e 100 quilos.

Acima de 100 quilos.

10. QUAL A QUANTIDADE MENSAL DA PRODUÇÃO? (Venda bruta de Grãos como soja, milho etc.).

Entre 10 e 100 sacas.

Entre 101 e 500 sacas.

Entre 501 e 1.000 sacas.

Entre 1.000 e 2.500 sacas.

Entre 2.500 e 3.000 sacas.

11. PRODUÇÃO EM LOTE COMUNITÁRIO – Remuneração.

Tem parceria e recebe parte do produto em grãos.

Recebe em dinheiro a sua parte na parceria.

12. QUAL A QUANTIDADE MENSAL DA PRODUÇÃO? PECUÁRIA (Venda de carne de aves, suínos, bovinos etc.).

Entre 01 e 10 quilos.

Entre 11 e 20 quilos.

Entre 21 e 30 quilos.

Entre 31 e 40 quilos.

Entre 41 e 50 quilos.

Entre 51 e 100 quilos.

Acima de 100 quilos.

13. QUAL A QUANTIDADE MENSAL DA PRODUÇÃO? PECUÁRIA (Venda de leite).

Entre 10 e 10O litros.

Entre 101 e 500 litros.

Entre 501 e 1.000 litros.

Entre 1.000 e 2.000 litros.

Acima de 2.000 litros.

14. PRODUÇÃO MENSAL DE SUBPRODUTOS DE LEITE. (Venda de queijos, manteigas etc.).

Entre 01 e 10 quilos.

Entre 11 e 50 quilos.

Entre 51 e 100 quilos.

Acima de 100 quilos.

15. PRODUÇÃO MENSAL DE OVOS. (Venda).

Entre 11 e 20 dúzias.

Entre 21 e 30 dúzias.

Entre 31 e 40 dúzias.

Entre 41 e 50 dúzias.

Acima de 51 dúzias.

16. FATURAMENTO MENSAL DA PROPRIEDADE. (Valor total das vendas em média mensal). Entre R$ 1.000,00 e R$ 2.000,00.

Entre R$ 2.000,00 e R$ 3.000,00.

Entre R$ 3.000,00 e R$ 4.000,00.

Entre R$ 4.000,00 e R$ 5.000,00.

Entre R$ 5.000,00 e R$ 10.000,00.

Acima de R$ 10.000,00.

17. TIPO DE COMERCIALIZAÇÃO (Podes marcar vários tipos). *Marque todas que se aplicam.*

PRODUÇÃO PARA CONSUMO PRÓPRIO.

PRODUZ PARA CONSUMO E VENDA DAS SOBRAS.

VENDA DAS SOBRAS DA PRODUÇÃO POR CONTA PRÓPRIA.

VENDE EM COOPERATIVA.

VENDE A PRODUÇÃO ATRAVÉS DE ASSOCIAÇÃO.

VENDE A PRODUÇÃO EM FEIRAS LIVRES, COM APOIO DA PREFEITURA MUNICIPAL.

OUTROS MODELOS DE VENDA DA PRODUÇÃO.

18. POSSUI ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA PRODUÇÃO? (Se sim, marque todos que prestam esta assistência).

19. POSSUI CRÉDITO RURAL? (Se sim, marque todos que tem ou já teve acesso). *Marque todas que se aplicam.*

PRONAF.

OUTROS (exemplo: financiado por Empresas ou Pessoas particulares).

Não tenho Crédito Rural.

20. QUAIS AS DIFICULDADES NA PRODUÇÃO?(Marque todas as dificuldades que você tem para produzir). *Marque todas que se aplicam.*

Infraestrutura estradas, distância e meios para o transporte.

Distância do mercado fornecedor (empresas que fornecem insumos como semente, adubo, medicamentos etc.).

Acesso a assistência técnica, orientações ou treinamentos.

Falta de incentivo do poder público (Prefeitura/Ponta Porã, Estado/MS ou da União/Brasil).

Falta de opções de integração com a indústria (Produção em escala em aviários, ovos, suínos etc.).

Limitação de recursos estruturais de máquina e equipamento para fazer a produção, por exemplo acesso uso da patrulha agrícola.

Dificuldades para o acesso ao crédito rural (burocracia: documentos e garantias).

Dificuldades e restrições para ingressar e participar de Cooperativa ou de Associação.

Falta de orientação e treinamento para o produtor decidir o que, para quem, quanto e como produzir.

Produzir em quantidade e com qualidade constante (oferecer de forma contínua os produtos sem perder qualidade).

Iniciativas da Prefeitura para implantar indústrias no Assentamento e, assim incentivar a produção em escala de forma contínua com comercialização (venda) garantida.

Distância entre a residência do produtor e seu lote comunitário o que dificulta a produção de animais e hortifrutigranjeiros.

QUAIS AS DIFICULDADES NA COMERCIALIZAÇÃO/VENDA DOS PRODUTOS. (Marque todas as dificuldades de vender ou entregar sua produção para venda) Identificar o mercado consumidor (quem vai comprar?).

Acesso os meios de comercialização (Cooperativas, Feiras, Associações, PAA (Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar) ou ao PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar).

Transporte dos produtos para venda, distância longa para chegar aos compradores.

Orientação e treinamento de administração da propriedade para produzir e ter resultado econômico.

Acesso a construção de infraestrutura na propriedade para aumentar a produtividade (exemplo: apoio para construção de estufas).

Auxílio e treinamento na formação dos preços dos produtos (custos e lucro com competitividade na qualidade, quantidade produzida e preço de venda), ter preço bom e produto com qualidade.

Problemas de produzir escala continua com a quantidade que o mercado procura ou deseja comprar.

ANEXO 3 – INSTRUÇÃO NORMATIVA INCRA Nº 99 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2019.

1. **DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO**

Publicado em: 31/12/2019 I Edição: 252 I Seção: 1 I Página: 52

Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Gabinete

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 99, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2019

Fixa os procedimentos administrativos para titulação de imóveis rurais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária, criados em terras de domínio ou posse do Incra ou da União, bem como verificação das condições de permanência e de regularização de beneficiário no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso da competência que lhe confere o art. 21, inciso VII, da Estrutura Regimental do INCRA, aprovada pelo Decreto nº 8.955, de 11 de janeiro de 2017, c/c o art. 107, incisos II e IX, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria nº 338, de 9 de março de 2018, publicada no DOU de 13 de março de 2018, e considerando o disposto na Resolução Incra/CD nº 31, de 30 dezembro de 2019, bem como o que consta do processo administrativo nº 54000.188689/2019-32, resolve dispor sobre as condições de permanência e de regularização de beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e titulação de imóveis rurais em Projetos de Assentamento, com fundamento na Lei nº 8.629/1993, e no Decreto nº 9.311/2018, alterado pelo Decreto nº 10.166/2019 e na Lei nº 9.784/1999, nos seguintes termos:

CAPÍTULO I

DOS OBJETIVOS E DAS DEFINIÇÕES APLICÁVEIS

Seção I

Dos objetivos

Art. 1º Estabelecer, no âmbito do Incra, os critérios e procedimentos para:

I - emissão de instrumentos de titulação provisória e de titulação definitiva em terras de

propriedade ou posse do Incra ou da União afetadas a projetos de assentamento (PA) sob gestão do Incra.

II - condições de pagamento e de liberação de cláusulas resolutivas dos contratos firmados ou

dos títulos expedidos pelo Incra.

III - supervisão e regularização nos projetos de assentamento de reforma agrária.

Seção II

Das definições aplicáveis

Art. 2º Para os fins desta Instrução Normativa, considera-se:

I - projeto de assentamento (PA) - unidade territorial destinada ao assentamento de famílias de

agricultores ou trabalhadores rurais, criado ou reconhecido pelo Incra.

II - unidade familiar - família composta pelos titulares e demais integrantes, que explore ou se

proponha a explorar conjuntamente uma parcela da reforma agrária, com a finalidade de atender à própria subsistência e à demanda da sociedade por alimentos e por outros bens e serviços.

III - família beneficiária - unidade familiar selecionada e homologada na relação de beneficiários

do projeto de assentamento.

IV - família assentada - unidade familiar homologada na relação de beneficiários do projeto de

assentamento que tenha firmado contrato de concessão de uso ou, quanto a reconhecimento de projeto que não tenha sido criado pelo Incra, documento equivalente.

V - agricultor familiar - aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo,

simultaneamente, aos requisitos previstos no art. 3º da Lei 11.326/2006.

VI - cultura efetiva - exploração agropecuária, agroindustrial, extrativa, florestal, pesqueira,

serviços ambientais (previstos no inciso I do art. 41 da Lei nº 12.651, de 2012), de turismo, ou outra atividade similar que envolva a exploração do solo.

VII - parcela ou lote - imóvel individualizado que compõe o conjunto de unidades agrícolas

independente entre si, demarcadas no projeto de assentamento.

VIII - cláusula ou condição resolutiva - obrigação contratualmente fixada na celebração do

contrato ou na expedição de título pelo Incra, cujo descumprimento implica em resolução do contrato e cancelamento do título.

XIX - Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA - programa que concebe a reforma agrária

como política de desenvolvimento territorial e promove políticas de financiamento em todas as etapas de implantação e desenvolvimento dos assentamentos.

XX - Contrato de Concessão de Uso - CCU - instrumento celebrado entre o Incra e o

beneficiário, sob cláusulas resolutivas, imediatamente após a homologação da seleção. É inegociável e autoriza de forma provisória, segundo suas cláusulas, o uso e a exploração do imóvel e o acesso às demais políticas do PNRA.

XI - Concessão de Direito Real de Uso - CDRU - instrumento contratual com força de escritura

pública, sob cláusulas resolutivas que transfere, de forma gratuita e em caráter definitivo, de forma individual ou coletiva, o direito real de uso da parcela ou lote da reforma agrária ao beneficiário, condicionado à exploração rural.

XII - Título de Domínio - TD - Instrumento com força de escritura pública, sob cláusulas

resolutivas, que transfere de forma onerosa ou gratuita e em caráter definitivo, a propriedade da parcela ou lote da reforma agrária ao beneficiário, inegociável pelo prazo de dez anos.

XIII - Projeto de Assentamento Extrativista - PAE - projeto ambientalmente diferenciado

destinado à exploração de áreas dotadas de riquezas extrativas, por meio de atividades economicamente viáveis, socialmente justas e ecologicamente sustentáveis, a serem executadas pelas populações que ocupem tradicionalmente a respectiva área.

XIV - Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS - projeto ambientalmente diferenciado de

interesse social e ecológico destinado a populações que baseiam sua subsistência no extrativismo, na agricultura familiar e outras atividades de baixo impacto ambiental.

XV - Projeto de Assentamento Florestal - PAF - projeto ambientalmente diferenciado destinado

ao manejo de recursos florestais em áreas com aptidão para a produção florestal familiar comunitária e sustentável, especialmente aplicável ao bioma Amazônia.

XVI - abandono - deixar de explorar a parcela por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias sem

justificativa comunicada ao Incra.

XVII - exploração direta - atividade econômica exercida em imóvel rural e gerenciada

diretamente pelo ocupante com o auxílio de seus familiares, admitidas a intermediação de cooperativas, a participação de terceiros, onerosa ou gratuita, e a celebração do contrato de integração de que trata a Lei nº 13.288, de 16 de maio de 2016.

XVIII- ocupação direta - aquela exercida pelo ocupante e sua família.

XIX - supervisão - é a ação e o efeito de supervisionar, que pode ser realizada a partir de

documentos, declarações, técnicas de sensoriamento remoto ou vistorias ocupacionais.

XX - manifestação técnica - relato acerca da ocupação ou situação de permanência do

beneficiário a partir de documentos comprobatórios, declarações, técnicas de sensoriamento remoto ou vistorias, com deliberação quanto a regularidade, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de responsabilidade.

XXI- homologação: ato de validar o candidato selecionado para o PNRA no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária - SIPRA, constando nome e informações qualificadas dos beneficiários na Relação de Beneficiários - RB dos projetos de assentamento.

XXII documentos equivalentes ao CCU - Contrato de Assentamento, Termo de Compromisso, Autorização de Ocupação, Carta de Anuência, Licença de Ocupação de Terras Públicas, Contrato de Concessão de Crédito e eventuais contratos ou atos administrativos, desde que, em qualquer caso, contenha elementos suficientes que identifiquem data e vínculo do assentado com o lote.

Para maiores informações e acesso a totalidade do tema abordado na IN 99, acesse: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-99-de-30-de-dezembro-de-2019-236098411

ANEXO 4 – POLÍTICAS DE CRÉDITO RURAL PARA A GRICULTURA FAMILIAR

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) – 10

1 - O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) destina-se a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas. (Res CMN 4.889 art 1º)

2 - Na concessão dos créditos devem ser observadas as seguintes condições especiais: (Res CMN 4.889 art 1º)

a) a assistência técnica é facultativa para os financiamentos de custeio ou investimento, cabendo à instituição financeira, sempre que julgar necessário, requerer a prestação de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), observado que os serviços:

I - devem compreender o estudo técnico, representado pelo plano simples, projeto ou projeto integrado, e a orientação técnica em nível de imóvel ou agroindústria;

II - no caso de investimento, devem abranger, no mínimo, o tempo necessário à fase de implantação do projeto;

III- no caso das agroindústrias, devem contemplar aspectos gerenciais, tecnológicos, contábeis e de planejamento;

IV - a critério do mutuário, podem ter seus custos financiados ou pagos com recursos próprios;

V - quando financiados, devem ter seus custos calculados na forma dos itens 42, 43, 44, 45 e 46, exceto para os financiamentos de que tratam as Seções Créditos para os Beneficiários do PNCF, do PNRA e do PCRF, Crédito de Investimento em Sistemas de Exploração Extrativistas, de Produtos da Sociobiodiversidade, Energia Renovável e Sustentabilidade Ambiental (Pronaf Bioeconomia) e Crédito Produtivo Orientado de Investimento (Pronaf Produtivo Orientado), que têm custos específicos de assistência técnica;

VI - quando previstos no instrumento de crédito, podem ser prestados de forma grupal, inclusive para os efeitos do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária

(Proagro), no que diz respeito à apresentação de orçamento, croqui e laudo;

b) o número de laudos a ser apresentado pela Ater será definido pela instituição financeira, de acordo com as peculiaridades do empreendimento financiado, exceto quando a quantidade estiver especificada na linha de crédito.

3 - Os créditos podem ser concedidos de forma individual ou coletiva, sendo considerado crédito coletivo quando formalizado por grupo de produtores para finalidades coletivas. (Res CMN 4.889 art 1º)

4 - As instituições financeiras devem registrar no instrumento de crédito a denominação do programa, ficando dispensadas de consignar a fonte de recursos utilizada no financiamento, sendo vedada, contudo, a reclassificação da operação para fonte de recursos com maior custo de equalização sem a expressa autorização do Ministério da Economia. (Res CMN 4.889 art 1º)

5 - O disposto no item 4 é aplicável sem prejuízo de as instituições financeiras continuarem informando no Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (Sicor) a fonte de recursos e as respectivas alterações processadas durante o curso da operação, e de manterem sistema interno para controle das aplicações por fonte rastreadora de recursos dos financiamentos. (Res CMN 4.889 art 1º)

6 - É dispensável a elaboração de aditivo para eventual modificação da fonte de recursos da operação, quando referida fonte figurar no instrumento de crédito. (Res CMN 4.889 art 1º)

7 - A documentação pertinente à relação contratual entre o proprietário da terra e o beneficiário do crédito não está sujeita à exigência de registro em cartório, ficando dispensada para os posseiros sempre que a condição de posse da terra estiver registrada na Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). (Res CMN 4.889 art 1º)

8 - Os encargos financeiros e os limites de crédito aplicáveis aos financiamentos rurais ao amparo deste Capítulo estão definidos em Capítulo específico neste MCR. (Res CMN 4.889 art 1º)

9 - Na concessão de crédito ao amparo das linhas especiais destinadas a agricultores familiares enquadrados nos Grupos “A”, “A/C” e “B” e das linhas de que tratam as Seções Crédito de Investimento para Sistemas Agroflorestais (Pronaf Floresta), Crédito de Investimento para Convivência com o Semiárido (Pronaf Semiárido) e Crédito

de Investimento para Jovens (Pronaf Jovem), quando as operações forem realizadas com risco da União ou dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO), deve ser exigida apenas a garantia pessoal do proponente, sendo admitido para estas operações o uso de contratos coletivos quando os agricultores manifestarem formalmente, por escrito, essa intenção. (Res CMN 4.889 art 1º)

10 - Os créditos concedidos ao amparo de recursos controlados do crédito rural deverão ter o risco da operação assumido: (Res CMN 4.889 art 1º)

a) integralmente pelo FNO, FNE ou FCO, nas operações com recursos dessas fontes e ao amparo das linhas de que tratam:

I - a Seção Crédito de Investimento para Sistemas Agroflorestais (Pronaf Floresta);

II - a Seção Crédito de Investimento para Convivência com o Semiárido (Pronaf Semiárido);

III - a Seção Microcrédito Produtivo Rural (Grupo "B");

IV - o crédito especial para beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA);

b) integralmente pela União, para as operações das linhas relacionadas nos incisos II a IV da alínea "a" e para as operações de que trata a Seção Crédito de Investimento para Mulheres (Pronaf Mulher) enquadradas nos incisos III e IV da mesma alínea que contarem com recursos do Orçamento Geral da União (OGU);

c) integralmente pelas instituições financeiras, para as operações de que tratam as Seções Crédito de Investimento para Sistemas Agroflorestais (Pronaf Floresta) e Crédito de Investimento para Jovens (Pronaf Jovem) que contarem com recursos do OGU, exceto quando assumido explicitamente pela União, conforme condições e limites definidos nos contratos de repasse firmados entre a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e as instituições financeiras;

d) 50% (cinquenta por cento) pelas instituições financeiras e em igual proporção pelo FNO, FNE ou FCO, para operações com recursos dos respectivos fundos e ao amparo de linhas distintas das constantes da alínea "a", exceto quando se tratar de recursos repassados pelos fundos aos bancos administradores para aplicação sob risco operacional integral desses últimos, conforme previsto em lei;

e) integralmente pelas instituições financeiras, para as demais operações, salvo

quando disposto em contrário em contrato ou portaria específica de equalização.

11 - Os bônus de adimplência concedidos em operações amparadas em recursos dos FNO, FNE e FCO são ônus dos respectivos fundos. (Res CMN 4.889 art 1º)

12 - É vedada a concessão de crédito ao amparo do Pronaf relacionado com a produção de fumo desenvolvida em regime de parceria ou integração com indústrias fumageiras, ressalvado o disposto no item 13. (Res CMN 4.889 art 1º)

13 - Admite-se a concessão de financiamento ao amparo do Pronaf a produtores de fumo, desde que o crédito se destine a outras culturas que não o fumo, de modo a fomentar a diversificação das atividades geradoras de renda da unidade familiar, nos seguintes casos: (Res CMN 4.889 art 1º)

a) crédito de custeio, devendo constar no projeto técnico a viabilidade econômica da atividade financiada;

b) crédito de investimento, vedado o financiamento para construção, reforma e manutenção das estufas para secagem do fumo ou de uso misto, para a secagem do fumo e de outros produtos.

14 - A instituição financeira pode conceder a beneficiários do Pronaf créditos ao amparo de recursos controlados sujeitos aos encargos financeiros vigentes para a respectiva linha de crédito, para as seguintes finalidades, sem prejuízo de o mutuário continuar sendo beneficiário do Pronaf: (Res CMN 4.889 art 1º; Res CMN 4.904 art 6º)

a) comercialização, nas modalidades previstas na Seção Créditos de Comercialização, do Capítulo Operações; (Res CMN 4.889 art 1º)

b) custeio ou investimento para a cultura de fumo desenvolvida em regime de parceria ou integração com indústrias fumageiras; (Res CMN 4.889 art 1º)

c) custeio para agroindústrias; (Res CMN 4.889 art 1º)

d) financiamento para integralização de cotas-partes a associados de cooperativas de produção agropecuária nas operações de que tratam as Seções Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias (Procap-Agro) e Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop), ambas do Capítulo Programas com Recursos do BNDES; (Res CMN 4.889 art 1º)

e) as de que trata a Seção Financiamento para Recuperação de Cafezais Danificados,

do Capítulo Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé); (Res CMN 4.889 art 1º)

f) crédito de investimento para cooperativa de produção para aquisição de ativos operacionais de empreendimentos já existentes, nas condições de que trata a Seção Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop), do Capítulo Programas com Recursos do BNDES, quando relacionados às ações enquadradas na Seção Crédito de Investimento para Agregação de Renda (Pronaf Agroindústria); (Res CMN 4.889 art 1º)

g) crédito de investimento ao amparo e nas condições das Seções Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias (Procap-Agro), Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop) ou Programa para Construção e Ampliação de Armazéns (PCA), do Capítulo Programas com Recursos do BNDES, quando relacionado às ações enquadradas na Seção Crédito de Investimento para Agregação de Renda (Pronaf Agroindústria), destinado a cooperativa de produção, observado que, excetuando a linha de crédito prevista no MCR 11-2-3, o beneficiário que houver contratado o crédito ao amparo da Seção Pronaf Agroindústria fica impedido de contratar novo crédito nessas linhas do BNDES e aquele que houver contratado o crédito nessas linhas do BNDES fica impedido de contratar novo crédito ao amparo da Seção Pronaf Agroindústria, no mesmo ano agrícola; (Res 4.904 art 6º)

h) crédito de investimento ao amparo e nas condições da Seção Programa para Construção e Ampliação de Armazéns (PCA), do Capítulo Programas com Recursos do BNDES, respeitada a condição para cooperativas, conforme disposto na alínea “g”. (Res CMN 4.904 art 6º)

15 - A instituição financeira deve dar preferência ao atendimento das propostas que: (Res CMN 4.889 art 1º)

a) objetivem o financiamento da produção agroecológica ou de empreendimentos que promovam a remoção ou redução da emissão dos gases de efeito estufa;

b) sejam destinadas a beneficiárias do sexo feminino;

c) sejam destinadas aos jovens, nas condições da Seção Crédito de Investimento para Jovens (Pronaf Jovem).

d) sejam destinadas a beneficiário que apresente o número de inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR).

16 - As instituições financeiras fazem jus às seguintes remunerações para cobertura de custos decorrentes da operacionalização dos financiamentos realizados com recursos do FNO, do FNE e do FCO, a serem apuradas com base nos saldos médios diários das operações: (Res CMN 4.889 art 1º)

a) 4% a.a. (quatro por cento ao ano) para as operações da Seção Microcrédito Produtivo Rural (Grupo “B”) e para as operações de que trata o MCR 10-3-4;

b) 2% a.a. (dois por cento ao ano) para as operações ao amparo das Seções Crédito de Investimento para Sistemas Agroflorestais (Pronaf Floresta) e Crédito de Investimento para Convivência com o Semiárido (Pronaf Semiárido);

c) 2% a.a. (dois por cento ao ano) para as operações do Grupo “A/C”, de que trata o MCR 10-3-5;

d) 2% a.a. (dois por cento ao ano) para as operações do Grupo “A”, de que trata o MCR 10-3-2 e 6.

17 - No caso de operações do Pronaf com risco operacional compartilhado entre os respectivos bancos administradores e os Fundos Constitucionais de Financiamento, cujo Grupo do Pronaf ou modalidade de crédito não estejam abrangidos pelo item 16, a remuneração devida às instituições financeiras é de 3% a.a. (três por cento ao ano), a ser apurada com base nos saldos médios diários das operações. (Res CMN 4.889 art 1º)

18 - Quando as operações de que tratam as alíneas “a” e “b” do item 16 e o item 17 forem contratadas com a aplicação da metodologia do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), de que trata a Lei nº 13.636, de 20 de março de 2018, as instituições financeiras farão jus à remuneração adicional de: (Res CMN 4.889 art 1º)

a) 3% (três por cento) sobre os valores desembolsados em cada operação, devendo ser debitado à conta do respectivo fundo;

b) 4% (quatro por cento) sobre os valores recebidos dos mutuários no pagamento de cada parcela, devendo ser debitado à conta do respectivo fundo.

19 - A título de prêmio de desempenho, as instituições financeiras fazem jus a 2% (dois por cento) sobre os valores recebidos dos mutuários em pagamento das operações mencionadas no item 16, quando não aplicada a metodologia do PNMPO, devendo ser debitado à conta do respectivo fundo. (Res CMN 4.889 art 1º)

20 - Com relação ao disposto nos itens 16 e 19, deve ser observado que, caso a

instituição financeira receba taxa de administração sobre o patrimônio líquido do respectivo fundo constitucional, limitada a 20% (vinte por cento) do valor das transferências anuais, nos termos do art. 17-A da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, deve ser descontado do patrimônio líquido, para efeito de cálculo da mencionada taxa de administração, o total das operações contratadas na forma das alíneas “a”, “b” e “c” do item 16. (Res CMN 4.889 art 1º)

21 - As operações com recursos do FNO, FNE e FCO, do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) ou administrados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) sujeitam-se ainda às condições próprias definidas em função das peculiaridades de cada fonte de recursos. (Res CMN 4.889 art 1º)

22 - O BNDES pode repassar recursos próprios e do FAT para operações no âmbito do Pronaf equalizadas pelo Tesouro Nacional (TN), nos limites e condições estabelecidos para fins de equalização por portaria do Ministério da Economia, a: (Res CMN 4.889 art 1º)

a) instituições financeiras credenciadas, para contratação de financiamento destinado a investimentos;

b) cooperativas de crédito credenciadas, para contratação de financiamento destinado a custeio e investimento agropecuário.

23 - Os agricultores e agricultoras enquadrados nos Grupos “A”, “A/C” e “B”, inclusive aqueles que formalizaram financiamento para estruturação complementar, podem contratar operações ao amparo das Seções Crédito de Investimento para Sistemas Agroflorestais (Pronaf Floresta) e Crédito de Investimento para Convivência com o Semiárido (Pronaf Semiárido) com risco integral para a União ou para o FNO, FNE e FCO, observadas as seguintes condições: (Res CMN 4.889 art 1º)

a) o membro da unidade familiar enquadrada no Grupo “A” deve ter pagado, no mínimo, 2 (duas) parcelas do financiamento original ou renegociado ou de recuperação, quando for o caso, contratado com base no MCR 10-3-2 e 6;

b) o membro da unidade familiar enquadrada no Grupo “B” deve ter liquidado pelo menos 2 (duas) operações contratadas com base na Seção Microcrédito Produtivo Rural (Grupo “B”);

c) o membro da unidade familiar enquadrada no Grupo “A/C” deve ter liquidado 1 (uma) operação contratada com base no MCR 10-3-5;

d) todos os membros da unidade familiar que compõem o estabelecimento rural devem estar adimplentes com o crédito rural;

e) a unidade de produção familiar deve ser objeto de laudo de assistência técnica que ateste a situação de regularidade do empreendimento, comprove a capacidade de pagamento do mutuário e a necessidade do novo financiamento;

f) nas linhas de que tratam as Seções Crédito de Investimento para Sistemas Agroflorestais (Pronaf Floresta) ou Crédito de Investimento para Convivência com o Semiárido (Pronaf Semiárido), cada unidade de produção familiar somente pode manter “em ser”, respectivamente, 1 (uma) ou 2 (duas) operações, em cada uma delas, independentemente do número de membros que compõem a unidade familiar.

24 - As instituições financeiras podem, sem ônus para o mutuário, emitir e enviar carnê ou boleto para pagamento das prestações do financiamento rural. (Res CMN 4.889 art 1º)

Para informações complementares acesse o **MCR – Manual de Crédito Rural**. Disponível em: Banco Central do Brasil (bcb.gov.br) no subgrupo 10, regulamento exclusivo do Pronaf.

JOÃO NILSON DA ROSA - Doutor em Geografia Econômica no Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), pesquisador CNPq na linha de pesquisa Políticas Públicas, Dinâmicas Produtivas e da Natureza. Mestre em Desenvolvimento na UNIJUI - RS. Graduação em Ciências Econômicas na URCAMP - RS. Especialista em Administração Financeira Contábil e Controladoria na UNIVEL - PR. MBA em Gestão Empresarial com ênfase em Agribusiness na FGV - RJ. Docente da Universidade Estadual de Goiás - GO (UEG).

Informações complementares:

Economista, egresso do SFN - Sistema Financeiro Nacional do Brasil, certificado CPA-10/ANBIMA, Gestor empresarial em processos de fomento e instrução na construção de Planejamento Estratégico Empresarial. Gestor na capacitação de liderança e gestão empresarial na reengenharia de processos. Adota como valores norteadores da vida: responsabilidade, comprometimento, transparência, assiduidade, honestidade, humildade e perseverança.





CARACTERÍSTICAS DA PRODUÇÃO NO ASSENTAMENTO ITAMARATI – PONTA PORÃ - MS

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

@atenaeditora

www.facebook.com/atenaeditora.com.br

CAPES

Atena Editora

Ano 2023

UFGD Universidade Federal da Grande Dourados





CARACTERÍSTICAS DA PRODUÇÃO NO ASSENTAMENTO ITAMARATI – PONTA PORÃ - MS

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

@atenaeditora

www.facebook.com/atenaeditora.com.br

CAPES

Atena Editora

Ano 2023

UFGD
Universidade Federal da Grande Dourados